

josé oiticica

AÇÃO DIRETA

antologia dos melhores artigos
publicados na imprensa brasi-
leira - meio século de pregação
libertária



EDITORA GERMINAL

JOSÉ OITICICA

"José Oiticica era o que se podia chamar o homem que sabia tudo: filosofia, filologia, línguas, matemática, economia política, finanças, história, física, psicologia, medicina, música... Era ensaísta, cronista, crítico de arte, poeta, teatrólogo, professor a que se podia chamar de mestre. Sem um dia de repouso, ensinou desde rapaz até os 75 anos, quando morreu. E foi um dos homens de mais surpreendente originalidade que conheci. Não se parecia com pessoa alguma deste mundo. De sua maneira de ser não se afastava um milímetro, nem que tivesse de ir parar à cadeia. E muitas vezes o foi. Mas a cadeia nunca teve poder para lhe apagar a bravura do pensamento e das atitudes. Fez-se anarquista quando era ainda rapaz, e a vida inteira não se afastou do anarquismo. O mundo mudou. Outras místicas surgiram, mas ele ficou anarquista a vida inteira... No fundo, era um místico, sempre voltado para a beleza e a grandeza das coisas".

Viriato Correia, escritor e acadêmico.

"José Oiticica foi um gigante. Incontestavelmente dos maiores que viveram no Brasil. Foi músico profundo, cuja técnica dominou perfeitamente. Mas foi como artista da palavra escrita, que mestre Oiticica brilhou. Foi poeta bizarro, teatrólogo brilhante e contista exímio. Fez jornalismo e polêmicas destroçadas. Seu estro mirava ao espírito. Parnasiano na forma, com qualquer coisa da musicalidade feiticeira dos simbolistas. Foi também grande comediógrafo e um dos maiores sábios que conheci. Muitos se assustaram com o seu anarquismo. Mas o certo é que chegou sempre a incutir respeito no ânimo dos que se lhe opuseram. Muitos se arrepiaram com as suas idéias místicas. Mas não houve quem lhe não reconhecesse o ideal cristão de fraternidade, que pregoava e exemplava..."

Cândido Jucá Filho, professor e escritor.

AÇÃO DIRETA

JOSÉ OITICICA



José Oiticica

(Retrato a carvão por José Planas)

AÇÃO DIRETA

(MEIO SÉCULO DE PREGAÇÃO LIBERTÁRIA)

Seleção, introdução e notas de
ROBERTO DAS NEVES



EDITORA GERMINAL

*Anárquico é o pensamento, e para a Anarquia
marcha a história.*

GIOVANI BOVIO

*Todos os sistemas políticos faliram. Resta o
anarquismo. Estudai-o!*

JOSÉ OITICICA

Reservados todos os direitos da edição deste livro

Capa de FRANCISCO BEATO VENTURA

OUTRAS OBRAS DE JOSÉ OITICICA *

1. POESIA

Sonetos (1911).
Ode ao Sol (1915).
Sonetos, 2.ª série (1919).
Fonte Perene (sonetos, 1954).
As 7 Preces.
Instrumentos de Suplício.

2. FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA

Estudos de Fonologia (1916).
Manual de Análise (léxica e sintática) (1919).
Novo Dicionário Popular da Língua Portuguesa, Prosódico e Ortográfico (16 fascículos).
Do Método no Estudo das Línguas Sul-Americanas (1933).
Manual de Estilo (1926).
Uma Gramática.
Sistema Fonético Brasileiro (1941).
Um Programa Heterodoxo de Português nas Escolas (1948).
Roteiros em Fonética Fisiológica, Técnica do Verso e Dicção (1955).
Curso de Literatura (Ed. "Germinal", 1960).

3. TEATRO

Pedra que rola (alta comédia em 3 atos, representada, em 1920, no Rio de Janeiro).
Quem os salva?... (alta comédia em 3 atos, representada, em 1923, em São Paulo).
Pós de Perlímpimpim (comédia em 3 atos, representada, em 1936, no Rio de Janeiro).
O Teatro Russo (conferência), (1957).

4. SOCIOLOGIA

Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista (1919).
A Trama de um Grande Crime (1922).
A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos (1.ª ed., 1945; 2.ª ed., 1947; 3.ª ed., 1964).

5. TRADUÇÕES

LA ROCHEFOUCAULD, *Reflexões* (Vauvernargues, Paris, 1923).
M. REY, *Onde está Deus?* (monólogo, em verso), trad. do espanhol sob o pseudônimo de "João Vermelho" (1935).
A. KRUMM-HELLER, *Do Incenso à Osmoterapia* (1953).
RAFAEL LÓPEZ DEL PALACIO, *Páginas Cínicas* (1955) (Editôra "Germinal").
RACINE, *Fedra* (1959).
EUGÉN RELGIS, *História Sexual da Humanidade* (1954).

* Além destas obras, deixou José Oiticica mais de 1.500 trabalhos esparsos por jornais e revistas.

JOSÉ OITICICA

UM ANARQUISTA EXEMPLAR E UMA FIGURA ÍMPAR NA HISTÓRIA DO BRASIL

Introdução de Roberto das Neves

Com êste livro pretende a Editôra GERMINAL inaugurar a publicação das Obras Completas do extraordinário polígrafo que se chamou José Oiticica, sem dúvida, o maior que o Brasil deu à luz (poeta, contista, teatrólogo, gramático, filólogo, professor, pedagogo, musicista, jornalista e sociólogo), reeditando-lhe as numerosas obras esgotadas e editando-lhe as inéditas.

Ao catarmos, com a merecida paciência (o presente trabalho representa um labor de mais de dez anos), na Imprensa em que o Autor colaborou, a matéria para êste livro, encontramos mais de 1.500 trabalhos esparsos. (Nenhum homem no Brasil foi mais fecundo que José Oiticica). Dêles aproveitamos para esta obra 80, que se nos afiguram mais representativos do pensamento sociológico do Autor, a fim de evitarmos repetições fastidiosas, que qualquer jornalista inevitavelmente comete, ao glosar diàriamente na Imprensa os eventos do mundo.

A seguir a êste volume, esperamos publicar, com os trabalhos que nos restam da abundante sáfara por nós realizada em bibliotecas públicas e particulares, mais os seguintes:

"Livre Exame" (Coletânea dos melhores artigos de análise das religiões)

"Contos, Fábulas e Parábolas"

"Poesia"

"Teatro"

"Estudos Filológicos, Gramaticais e Estilísticos"

"Crítica Literária"

"Crítica Musical"

"Ensaio Filosófico"

Se demos primazia a este volume ("Ação Direta"), foi por parecer-nos ser este o mais requerido no momento de babélica confusão ideológica em que o mundo se debate, causada pela ensurdecidora propaganda da corrente liberticida que a si própria se designa por "socialista" e que dispõe de incontáveis recursos financeiros, enquanto que a corrente socialista libertária, da qual José Oiticica foi um dos maiores expoentes, sem recursos ou dispondo de recursos minguaadíssimos, vive condenada a um quase que absoluto silêncio.

Traços biográficos de José Oiticica

Quarto dos sete filhos do antigo constituinte e senador da República Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica, nasceu José Rodrigues Leite e Oiticica na cidade de Oliveira, Minas Gerais, a 22 de julho de 1882, e faleceu no Rio de Janeiro a 30 de junho de 1957.

Com seis anos de idade, iniciou os seus estudos no internato do Colégio de São Luís Gonzaga, em Petrópolis, prosseguindo-os no Seminário Arquidiocesano de São José. Dêste último foi expulso por ter-se rebelado contra um padre-mestre que, de conformidade com as tradicionais doutrinas pedagógicas da Igreja, lhe aplicara "bolos". Transferiu-se então para o Colégio Paula Freitas, no Rio, onde, com apenas 15 anos, concluiu os preparatórios.

Matriculou-se, a seguir, na Escola Politécnica, onde fez o curso de desenho.

Movido por leituras sociológicas, enveredou, porém, pelo direito, matriculando-se na Faculdade de Ciências Jurídicas do Recife e, depois, na de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Nesta última, obteve distinção em todo o curso, que concluiu em 1902. Ao cursar, porém, a cadeira de medicina legal, no quarto ano, compreendeu a necessidade de estudar ciências naturais, pelo que resolveu matricular-se na Faculdade de Medicina, cujo curso efetuou, com intervalos, até o 4.º ano.

Vegetariano

Foi por essa altura (confidenciou-me José Oiticica, um dia em que trocávamos impressões sobre as nossas experiências no terreno do vegetarianismo, que ambos praticávamos) que, através das obras de Cuvier, Buffon, Linneu, Darwin, Lamarck, Élisée Réclus e outros sábios naturalistas, êle comprovou ser o homem, como **primata** (pelo seu tubo digestivo, intestinos, glândulas, fórmula dentária, por sua estrutura anatômica, por sua natureza, enfim), animal **vegetalívoro**, como ainda hoje se apresenta a maioria dos povos orientais e dos habitantes das aldeias da Europa, e não carnívoro, como as feras, nem sequer, como o porco, **omnívoro**, em que, por motivos não suficientemente dilucidados, se converteu. Compreendeu então que a doença apareceu no homem, como nas plantas, em consequência de um erro de nutrição, pois todos os seres vivos constroem as suas células com os materiais dos seus alimentos. A doença é, assim, uma decorrência da violação das leis biológicas, uma como que punição da Natureza aos que lhe transgridem as leis.

Oiticica adotou, então, o vegetarianismo, abstendo-se intransigentemente, até o fim da vida, de comer carnes de qualquer espécie (da terra, da água e do ar), assim como de fumar e de beber bebidas alcoólicas. Pela mesma razão, perdeu inteiramente a fé na medicina oficial, mais atenta aos sintomas do que às causas das enfermidades, passando a ver nela, não, como até então acreditara, uma aliada do homem, mas, ao contrário, uma instituição anti-social, cúmplice desses tenebrosos polvos capitalistas, ávidos do sangue, do dinheiro e da saúde do povo, que são os laboratórios farmacêuticos, produtores de **remédios**, que, como o próprio nome revela, não curam, mas apenas **remedeiam** e intoxicam, isto é, matam, a pretexto de curar. Mais simples, mais lógico e mais biológico seria extinguir as doenças, em vez de cultivá-las (como fazem os médicos), ensinando os homens a comer e a viver **moralmente**, ou seja, de conformidade com as leis sábias, não escritas, da Natureza.

Foi José Oiticica (vegetariano como Élisée Réclus, Tolstói, Han Ryner, Havellock Ellis, Isaac Puente, E. Armand, Krishnamurti, Maria Lacerda de Moura e outros vultos do anarquismo) quem mais estimulou Floriano de Lemos (médico, professor da Faculdade de Medicina e, como êle, também vegetariano, jorna-

lista, escritor, poeta, contista e musicista) a criar no prestigioso "Correio da Manhã", de que ambos eram redatores, o "Boletim Científico" (depois, "Crônica Científica"), onde, por cêrca de cinqüenta anos, Floriano levou a cabo uma incessante e inteligente campanha de regeneração da humanidade pelo vegetarianismo e o hipocratismo naturopático, contra os tradicionais métodos charlatanescos da medicina oficial, para cuja Igreja Floriano de Lemos foi um hereje, que soube impor-se-lhe por sua grande sabedoria e por sua probidade científica, bem demonstradas na obra póstuma "O Câncer, doença da Civilização — Prevenção e cura pelos métodos naturais", que a Editôra GERMINAL acaba de publicar.

Renuncia ao Direito e à Medicina e torna-se professor

— Acabei indo para a Faculdade de Direito (recorda José Oiticica, em sua entrevista à revista "O Cruzeiro" de 23 de maio de 1951) e, com tal crença, que disputei sempre os primeiros lugares com o Levi Carneiro. Dias depois, ainda com a mesma sacratíssima crença no Direito, fui ao Fôro levar um alvará para registro. O oficial me cobrou 13\$000. Protestei, alegando que o Regimento de Custas marcava para o caso apenas 3\$000. O homenzinho foi peremptório: "Não me interessa o que o Regimento marca! Eu preciso viver!".

Por esta e outras razões, não tardou a concluir que o Direito era coisa torta: longe de ser o proclamado alicerce da justiça, não passava de protetor dos privilegiados, guardas-costas da classe dominante e exploradora contra a dominada e explorada. Renuncia então às carreiras para as quais se preparara com tanto entusiasmo (o direito e a medicina) e torna-se professor de história do Colégio Paula Freitas, de que fôra o mais brilhante dos alunos.

Fixado definitivamente no magistério e já casado, desde 1905, com sua prima Francisca Bulhões, funda, em 1906, no Leme, Rio de Janeiro, o Colégio Latino-Americano, onde procura adotar os métodos pedagógicos da Escola **des Roches**, de Desmoulins. Graças, em grande parte, à colaboração de Dona Francisca, o colégio não tardou a conquistar grande prestígio e elevada freqüência. Faltava, porém, a José Oiticica e a Dona Francisca de Bulhões em espírito comercial o que lhes sobrava

em idealismo, e por isso tiveram de fechar, dois anos depois, o colégio, onde admitiam gratuitamente numerosos alunos pobres, pelo que não lhes proporcionava os proventos necessários ao sustento da família.

Passou, a seguir, Oiticica, dois anos, em Laguna, Santa Catarina, como diretor do Colégio Municipal. Ao regressar ao Rio com mulher, três filhos e três mil-réis no bôlso, decidiu, em 1909, candidatar-se ao concurso para redator da Câmara de Deputados. Eram 16 os candidatos. Todos foram nomeados, exceto José Oiticica, embora classificado em 1.º lugar.

Acode, pouco depois, a novo concurso, desta vez para professor do Instituto Benjamin Constant. Mais uma vez, não obstante classificado em 1.º lugar, se vê preterido.

Uma batalha memorável

Tal injustiça repete-se em mais quatro concursos. Quando se candidatou ao sétimo, desta vez para professor de Português do Colégio Pedro 2.º, em 1916, José Oiticica, receando ser, uma vez mais, vítima do favoritismo e da perseguição de invejosos e mediócras, sobretudo porque na tese que ia defender denunciava os erros contidos nos livros dos que o examinariam, resolveu convidar a assistir às provas o ministro da Justiça do govêrno Wenceslau Brás, Carlos Maximiliano, a cuja pasta estavam afetos, na época, os problemas do ensino. As provas, na opinião dos que a elas assistiram (e foram muitos, pois o prestígio, já então grande, do candidato, e as circunstâncias do concurso haviam atraído numerosas pessoas, entre as quais o próprio ministro da Justiça, que enchiam literalmente o recinto), foram "uma batalha memorável". Assim as classificou Teófilo de Andrade, diretor de "O Jornal" e da revista "O Cruzeiro", em artigo necrológico sôbre José Oiticica, no nº de 2 de novembro daquele diário.

No final das provas, reunidos os examinadores para preferirem o veridicto, a maioria dêles, feridos na sua vaidade pelas zargunchadas do candidato e argumentando com o perigo que para o ensino representaria a aprovação de José Oiticica, já então conhecido como adversário da Igreja Católica e partidário das idéias anarquistas, que divulgava, com brilho e destemor, na Imprensa e no seio dos poderosos sindicatos da época, incli-

navam-se para a reprovação. Carlos de Laet, uma das mais notáveis figuras da congregação do Colégio Pedro 2.º, teve então um dos seus gestos nobres. Apesar de católico militante, adversário das idéias anarquistas e um dos mais atacados na tese do examinado, ergueu-se da sua cadeira e protestou: "Não é possível que num país, como o Brasil, onde raros são os homens de valor, se pretenda reprovar um homem como êste, que acaba de demonstrar profundo conhecimento das questões gramaticais e filológicas, apenas porque professa pontos-de-vista divergentes dos nossos! Que têm a ver o anarquismo e o ateísmo do candidato com o assunto que aqui nos congrega? Não somos policiais nem membros do Santo Ofício para persegui-lo e julgá-lo, mas professores e examinadores, e devo frisar que, embora discordando de vários dos seus conceitos sobre gramática e filologia, me satisfizeram plenamente as provas que êsse rapaz acaba de prestar e que revelam um talento e uma cultura invulgares na sua idade e, repito, no nosso país! É, não há dúvida, um jovem de grande talento e de grande cultura, de quem há muito a esperar!"

Diante destas palavras e da veemência com que foram proferidas, cedeu tôda a oposição, e José Oiticica, aprovado por unanimidade, foi nomeado pelo ministro Carlos Maximiliano professor de português do Colégio Pedro 2.º, cujas funções desempenhou por espaço de trinta e cinco anos, até 1952, ao completar 70 anos, atingido pela aposentadoria compulsória.

Na Alemanha

Em 1929, o govêrno alemão abre concurso para professor de língua e literatura portuguêsas da Universidade de Hamburgo. Apresentam-se numerosos candidatos, portuguêses e brasileiros, entre os quais José Oiticica, o qual, classificado em 1.º lugar, é nomeado para o cargo pelo Govêrno alemão. No ano seguinte, Oiticica apresenta ao 24.º Congresso Internacional de Americanistas, em Hamburgo, a tese "Do método no estudo das línguas sul-americanas", considerada um "trabalho notabilíssimo" e do qual Oiticica muito justamente se orgulhava.

Escreve sobre êste período da vida de José Oiticica o professor, jornalista e escritor Teófilo de Andrade, no seu citado artigo necrológico de "O Jornal": "Convivi com José Oiticica

na Alemanha, quando êle dava cursos de português na Universidade de Hamburgo. Realizou ali, em poucos meses, um trabalho formidável. Lembro-me até hoje de tê-lo visto demonstrar musicalmente que a portuguêsá é a mais sonora das grandes línguas ocidentais, mais sonora do que o francês, o italiano e mesmo o espanhol. É a que, tendo menos ruídos, é a mais vocalizada e a mais perfeita, portanto, do ponto-de-vista musical. Naquela época, José Oiticica já deixara no Brasil um nome consagrado como dramaturgo e poeta. O seu prestígio na Alemanha era imenso. Os professores e filólogos alemães tratavam-no com consideração e respeito. Pouco depois, contudo, veio a revolução de 1930, no Brasil. E uma das primeiras coisas que esta fêz, no Ministério do Exterior, foi liquidar a obra de penetração cultural iniciada por Otávio Mangabeira. José Oiticica, carregado de filhos, teve de abandonar o seu pôsto e regressar ao Rio, onde reassumiu a sua cátedra no Pedro 2.º".

Sobre êste mesmo período da sua vida, recorda Oiticica na entrevista concedida à revista "O Cruzeiro" de 23 de maio de 1953:

— Fui para a Alemanha em 1929, com um contrato de 5 anos. Em 30 veio a Revolução (uma revolução como tôdas as outras: não resolveu coisa nenhuma). Criou-se o Ministério da Educação, e o ministro Chico Ciênciã mandou-me voltar. Os alemães e os diplomatas brasileiros tudo tentaram para que eu ficasse. O Ministro, porém, foi intransigente: "Apresente-se!". Quando me apresentei, perguntou-me: "Então, Professor, que é que o Senhor fazia em Hamburgo?". Dei-lhe conta do que fizera no Congresso dos americanistas de 1929 e das 16 conferências que realizara, além dos cursos regulares que dera na Universidade. "Ora, então o Senhor devia ter ficado!..." — concluiu o excelente Ministro.

"Professor emérito"

José Oiticica foi também, até a sua aposentadoria compulsória, professor da Escola de Teatro da Prefeitura do Rio de Janeiro. A propósito, observou na entrevista acima citada:

— Veja, ensino prosódia na Escola de Teatro da Municipalidade, ali num casarão da rua 20 de Abril. Pois, apesar dos esforços do diretor, Sr. Renato Viana, até hoje a escola não tem

palco. Ora, teatro se aprende mesmo é no palco. Como é que pode haver escola de teatro sem palco? Pois no Brasil há.

Professor exemplar e incorruptível, jamais faltou, em toda a sua vida, a uma só aula, nem jamais chegou com atraso de um minuto sequer, e, como examinador, jamais se dobrou diante de uma influência. Prova-o o seguinte episódio recordado por um dos seus colegas, discursando na sessão póstuma de homenagem à memória de Oiticica, no Colégio Pedro 2.º, que lhe concedeu o título de “professor emérito”. Um dia, tendo diante dos olhos uma prova cheia de erros, não vacilou: sem pensar em quem era o aluno ignorante, seu nome e sua filiação, traçou com mão firme a nota justa — zero!

— Mas, professor..., trata-se do filho do Presidente da República! — advertiu alguém.

— Pois devia estudar mais, para honrar o nome e a família ilustres que representa. Sinto muito, mas nada posso fazer!

O reprovado era, nada mais, nada menos, que um dos filhos do então presidente Wenceslau Brás. É de justiça frisar que este, ao inteirar-se da justeza do julgamento de que fôra vítima o filho, se apressou nobremente a manifestar ao professor Oiticica, por intermédio do diretor do Colégio, prof. Carlos de Laet, as suas homenagens. Sabemos que o reprovado de então venceu, mais tarde, na vida prática, revelando grande capacidade, como industrial, que é hoje.

Poeta

José Oiticica foi um dos maiores vates da língua portuguesa, como tal sagrado “príncipe dos poetas mineiros”, o que o levou a publicar o artigo humorístico “Eu, príncipe!” (“Correio da Manhã”, de 14 de maio de 1927), no qual se imagina na ilustre galeria dos anarquistas, ao lado de Kropótkine, cujo sangue azulava. Os seus poemas encontram-se reunidos em seis volumes: “Sonetos” (1905-1911, Rio, 1911); “Ode ao Sol” (1913), longo poema com proposição, sete capítulos e peroração; “Sonetos” 2.ª série (1919); “Fonte Perene”, 3.ª série de sonetos (Rio, 1954); “As 7 preces” e “Os Instrumentos de Suplício”.

São, em sua maioria, poemas bizarros, vasados no mais perfeito estilo parnasiano e da maior profundidade introspectiva, como outros não existem em língua portuguesa, e que por isso

e pela sua perfeita musicalidade concedem ao Autor um lugar inconfundível ao lado dos maiores sonetistas, como Camões, Bocage, Antero do Quental e Olavo Bilac. Não resistimos à tentação de transcrever aqui alguns deles, do livro “Fonte Perene”.

O DEUS FORTE

*Venero a exatidão dos meus presságios
E a solidez da minha arquitetura.
Hei-de colher, eu só, todos os ágios
Que extorquiu dos meus sonhos minha usura.*

*Sim! Quem percorre os mais árduos estágios,
Lendo, em si, sua íntima Escritura,
Acaba ouvindo, e eu ouço, os teus adágios,
Ó harpa sacrossanta da Ventura!*

*Tantos lamentos! E eu não me lamento.
Vejo morrer, e não me assusta a morte.
Eu tenho corpo, mas sou pensamento!*

*Passo entre sombras, mas desliso a esmo...
Que eu sou, no âmbito cósmico, um deus forte,
Enchendo a imensidade de mim mesmo.*

MEU PENSAMENTO

*Meu pensamento é nobre e aristocrata...
Sonha palácios, tórres, Melisandes;
Ama o plinto, um minueto, uma balata.
É D. Quixote e aplaude os feitos grandes.*

*Preza a arte extrema, onde algo se delata
Do Homem, do Fim, do Amor, de Orion, dos Andes.
Detesta o plebeísmo, a bambochata
De cubismos, foxtrotos e jazbandes.*

*Quer ver a idéia sã na forma pura,
A linha, o tom, o acorde, o estilo, a rima,
Onde a emoção, zainfe irial, fulgura.*

*E, como intenta erguer-se a uma Obra-Prima,
Desdenha as fantochadas da Impostura,
E sobe, sobe sempre, ao mais acima.*

E mais êste, igualmente incluído em "Fonte Perene" e dedicado pelo Autor à espôsa, D. Francisca de Bulhões, no dia das suas "bodas de ouro":

SACRAMENTO PÓSTUMO

*Quando eu morrer, sê tu o meu coveiro:
Enterra-me tu mesma em teu jardim
E, sôbre a cova, num vulgar canteiro,
Cultiva rosas e medita em mim.*

*Bendize êste destino alvissareiro,
Que nos uniu tão de alma e corpo, assim,
Que te fêz Dama e a mim teu Cavaleiro
— Um palafrem atrás de um palanquim.*

*Projeta, no incorpóreo onde me alento,
O calor emotivo dos teus ais
E as rutilâncias do teu pensamento...*

*E assim, amar-nos-emos inda mais,
Erguendo, num piedoso sacramento,
As nossas duas almas imortais.*

Os "Aglossoi" desconhecera-no

Conforme assinala Teófilo de Andrade, a carreira literária de José Oiticica foi uma caminhada brilhante, concluída, já depois de aposentado, com um livro de sonetos primorosos, escritos, em sua maior parte, naquela época das letras brasileiras em que a beleza das idéias era acompanhada pelo aticismo da frase, pela música do verso e pela pureza da linguagem. Era natural que um homem com aquêle conhecimento do idioma viesse a ser ignorado pela geração modernista que entendeu de tentar o que chamou de "renovação", pelo desprezo aos preceitos da gramática. E José Oiticica foi atirado pelos novos críticos ao

limbo do esquecimento, de cambulhada com Olavo Bilac, Raimundo Correia, Coelho Neto e Aluizio de Azevedo.

Teófilo de Andrade explica o fenômeno: "A palavra, que os brâmanes haviam elevado à categoria de divindade, como tôdas as grandes fôrças da Natureza, é, para certos povos, um incômodo meio de expressão. Desconhecem o poder disciplinador da gramática, que nasceu, como uma transferência para a oração, dos conceitos filosóficos criados pelos estóicos e por Aristóteles, no estudo das idéias e dos conceitos. Ignoram muitos dêles o tremendo trabalho realizado em favor dêsse instrumento do espírito, que é a palavra, pela gramática, criada em Atenas, Alexandria e Pérgamo, e trazida a Roma, no tempo de Pompeu, por Denis, o Trácio, e cuja terminologia é usada, ainda hoje, no mundo inteiro. E não se importaram, por isso, de barbarizar o idioma, sob pretexto de apanhá-lo da bôca do povo rústico e iletrado."

"Mas a arte da palavra, como tôdas as artes (frisa judiciosamente Teófilo de Andrade), tem uma regra e uma disciplina, que a tornaram um instrumento hábil para expressar o pensamento com elegância e beleza. E os que guardam êsse patrimônio, aperfeiçoado através das gerações, são precisamente os filólogos, como José Oiticica".

"Os gregos (recorda ainda Teófilo de Andrade), cônscios da superioridade do seu idioma sonoro, chamavam os bárbaros de "Aglossoi", isto é, **os que não têm língua**. A mesma atitude podem estadear todos aquêles que aprenderam nas escolas a boa sintaxe. Sem ela, não há nem arte da palavra nem literatura. Entre nós, boa parte dos homens de letras, que escrevem com correção, aprenderam os preceitos da boa linguagem com José Oiticica. Os "aglossoi" desconhecera-no. Mas não serão as suas obras alheias à gramática nem os versos de pé quebrado, que se conservarão através das idades. Brevemente serão esquecidos, ao passo que as lições de José Oiticica continuarão a ecoar na cátedra que honrou durante tantos anos, no reconhecimento dos seus discípulos e na linguagem castiça dos seus próprios escritos."

Vem-me à memória, a propósito, êste episódio: encontrando-se, um dia, com José Oiticica, o catedrático da Faculdade de Medicina, escritor e acadêmico Afrânio Peixoto, disse-lhe êste, esperando talvez colher um elogio da bôca do mestre consagrado da língua: "Eu não sei gramática, Oiticica, mas, apesar

disso, publiquei já vários romances, que obtiveram êxito!” Imperturbável, Oiticica respondeu-lhe, com sua habitual e rude franqueza: “Eu sei, Afrânio, que você não sabe gramática! Mas, pense, quão melhores não seriam os seus romances, se você a aprendesse!”

Musicista

Oiticica foi um músico profundo. A classificação é do professor e escritor Cândido Jucá Filho, no notável artigo necrológico que dedicou à memória do autor dos escritos aqui reunidos, na revista “Para Todos”, do Rio, 2.^a quinzena de 1957. “Músico tão profundo quanto poeta”, acrescenta Jucá Filho. Música e poesia estavam nêle intimamente entrelaçadas, pois não compreendia uma sem a outra. Esta foi a razão da sua luta permanente com os poetas modernistas, que, pelo desrespeito que revelavam pela música (poetas de uma poesia sem ritmo ou de ritmo selvagem, de “jazz-band”, estrídulo e aberrante), se afiguravam aos seus ouvidos, afeitos a tão altos padrões musicais, meros cantadores de feira, roufenhos e desafinados. Oiticica foi discípulo predileto do grande compositor brasileiro Paulo Silva, com quem aprendeu a técnica da composição musical, que chegou a dominar perfeitamente, como o comprovam numerosas obras, entre elas diversos hinos e uma ópera, além de muitas músicas ligeiras, de grande valor, que nos deixou.

Na música, como na poesia e em tudo, foi extremamente exigente, como se verifica pelas críticas publicadas no extinto “Diário Carioca”, onde colaborou por vários anos.

A propósito, recordemos o seguinte episódio, narrado por Viriato Correia na sessão solene de homenagem à memória de José Oiticica na Academia Brasileira de Letras, à qual Oiticica jamais, como frisou aquêle acadêmico, quis candidatar-se, avêso como era a honrarias. Certa vez, Viriato Correia, em conversa com Oiticica, de quem era amigo íntimo, exaltava as famosas valsas de Strauss, mundialmente admiradas. Oiticica arregalou os olhos e perguntou-lhe num misto de assombro e de censura:

- Você gosta das valsas de Strauss?
- E você não gosta?
- Horrendas, incríveis, insuportáveis!

Valsas e foxtrotes (do mesmo modo que os poemas modernistas, ainda mesmo os de autores consagrados no Brasil, como Manuel Bandeira, que êle satirizou sangrentamente) eram, para Oiticica, bagatelas, bugigangas. O paradigma da criação musical era, para êle, Bach, sôbre quem deixou um estudo notável, cremos que inédito.

Contista

Como contista, revelou extraordinárias qualidades de efabulação e síntese, em numerosos contos publicados em jornais e revistas, 14 dos quais o próprio Autor deixou enfeixados, para publicação em livro, sob o título de “Histórias Simples” (1.^a série): “Pelado”, “Mestre Esperto”, “Dandão”, “Trocadilho”, “A sobrecasaca”, “Um milagre”, “O Marido Fiel”, “Papa-doces”, “O Secreto”, “O n.º 3”, “Alminhas de Vidro”, “Alep”, “A Sorte Grande” e “Os dois cordões”.

Foi, como escreveu o Professor Cândido Jucá Filho, em seu artigo necrológico, “contista exímio”, embora esta seja a sua atividade menos conhecida e festejada. No “Manual de Estilo” existem algumas narrações suas, umas em verso, como fábulas, outras em prosa, como historietas encantadoras. “Mestre Esperto” é, no gênero, qualquer coisa de modelar, comparável ao “Conto de Escola” de Machado de Assis. A avaliar por diversos contos que divulgou esparsamente nas gazetas, grande poderia ser a coletânea, talvez de vários volumes.

Dramaturgo

Como dramaturgo, a sua atividade ficou assinalada em três peças de teatro: “Pedra que rola”, “Quem os salva?...” e “Pós de Perlímpimpim”, representadas, a primeira, no Rio, em 1920; a segunda, em São Paulo, em 1923, e a terceira no Rio, em 1936, tôdas elas com grande êxito.

Lingüista, fonetista e filólogo

Oiticica foi um dos maiores lingüistas, fonetistas e filólogos do Brasil. Os seus profundos conhecimentos da matéria ficaram bem evidenciados, entre outros, nos seguintes livros: “Estudos de Fonologia” (Rio, 1916), tese com que conquistou a cátedra de

Português no Colégio Pedro 2.º; “Manual de Análise (léxica e sintática)” (Rio, 1919), a mais original e profunda de suas obras no gênero e que marca a introdução, no Brasil, da análise fonética vocabular; “Manual de Estilo” (Rio, 1926); “Do método no estudo das línguas sul-americanas” (tese apresentada, como dissemos, pelo Autor, ao 24.º Congresso Internacional de Americanistas em Hamburgo, em 1930); “Roteiros em Fonética Fisiológica, Técnica do Verso e Dicção” (Rio, 1955), organizado pelo Prof. Almir de Matos Peixoto e contendo, entre muitos outros trabalhos fonológicos, um “Sistema Fonético Brasileiro”; “Português Ginásial”, de que se publicaram os dois primeiros volumes, em 1952 e 1953, e o “Novo Dicionário Popular da Língua Portuguesa, Prosódico e Ortográfico”, cuja publicação ficou por concluir, no 16.º fascículo.

Os verbetes deste Dicionário foram oferecidos, com autorização do Autor, no último ano de sua vida, por sua discípula profa. Albertina Fortuna, em poder de quem se encontravam, ao dicionarista Aurélio Buarque de Holanda, como subsídio para seus futuros trabalhos.

Deixou, além destes, numerosos trabalhos substanciais sobre linguística, fonologia, estética literária e filologia, dispersos por jornais e revistas da especialidade, tais como: “Fatos da Língua Portuguesa” e “À margem de um Livro”, em que criticou Mário Barreto, de quem era amigo; sobre “A partícula **Se**”; a série “À Margem das Gramáticas”, espécie de “Gramaire des Gramaires” para o século vinte...; um interessantíssimo artigo intitulado “Mendubi”; vários sobre José de Alencar e Gil Vicente; sobre “O Verso Alexandrino” e contra o modernismo, que recebeu sempre com a mais sarcástica zombaria, do que são exemplo os seus famosos artigos “Anch’io” (“Correio da Manhã” — Rio, 12-4-1923), moldado em formas de arte futurista; e a “crônica literária” (publicada no n.º 99 do jornal “Ação Direta”) de crítica a um opúsculo de Lêdo Ivo, “Prêto no Branco” (exegese a um poema de Manuel Bandeira), uma das sátiras mais saborosas de Oiticica.

O Dicionário da Língua Portuguesa

Ao ver-se forçado a interromper, por falta de recursos financeiros, a publicação, que vinha fazendo em fascículos, do seu

“Dicionário Popular da Língua Portuguesa, Prosódico e Ortográfico”, o mais prático e minucioso, no gênero, até hoje aparecido em Portugal e no Brasil, José Oiticica propôs ao Ministério da Educação completar aquêlo ou elaborar novo dicionário ainda mais completo, no prazo de dez anos, a trôco do pagamento total de seiscentos contos e da cedência, para tal fim, de uma sala e de duas dactilógrafas. O Ministério da Educação preferiu, entretanto, confiar tal trabalho ao filólogo francês Pe. Augusto Magne, da Companhia de Jesus. Quando soube disto, comentou José Oiticica perante vários amigos, no seu escritório da rua Buenos Aires: “O Govêrno tem o direito de entregar tal empreitada a quem mais lhe agradar. O que, porém, lhes garanto é que o novo dicionário não chegará à letra D e o que se fizer custará à Nação dez vêzes mais do que eu pedi”. Cumpriu-se a profecia de Oiticica: o dicionário do Pe. Magne, cuja elaboração começara por volta de 1932, não passou do 1.º volume (letras A-AF) e de um suplemento sobre a língua portuguesa no período medieval, publicados pelo Instituto Nacional do Livro em 1950 e 1952, respectivamente, e custou à Nação, não dez, mas dez mil vêzes mais do que teria custado a obra completa, executada pelo filólogo “ateu” e “anarquista” José Oiticica, que a tinha já quase concluída. O Padre Magne faleceu há uns seis anos, e o Brasil continua sem um dicionário condigno. Foi esta uma das maiores negociatas da Companhia de Jesus, a cujos cofres foram parar as torrentes de dinheiro dispendido largamente pelo erário público. O assunto foi tratado, larga e documentadamente, por Renato de Alencar, na revista “Panfleto”.

Polemista

Lutador incansável em prol das suas idéias, passou a vida inteira terçando armas por elas. Isto o levou a sustentar numerosas polémicas, muitas das quais ficaram memoráveis. Citem-se, entre outras, as que travou com Pontes de Miranda (iniciada com o artigo “Metafísica entre nós”, publicado por Oiticica em “Ciências e Letras” do Rio, n.º de junho de 1914, da pág. 67 à 70, em que acoima o antagonista de “ignorância e presunção”); com Evaristo de Moraes (iniciada com o artigo “Mais uma burla!” no “Correio da Manhã” de 23 de dezembro de 1922, em que José Oiticica acusa E. M. de querer conciliar o capital e o tra-

balho); com Andrade Murici e Tasso da Silveira (aberta com o artigo "Dois críticos" de J. O. no "Correio da Manhã" de 17-2-1923, em que os dois eram tratados como "rapazes tresandantes a catolicismo e a Farias Brito", cheios de "declamações fôfas à Chateaubriand", e se referia à "mesquinha concepção católica como tendência sentimentalista e superficial, de que o Sr. Jáckson de Figueiredo é recém-campeão"); com o padre jesuíta Leonel da Franca (provocada pelo artigo de J. O. "Modernismo Católico" no "Correio da Manhã" de 3-2-1926, em que o Autor apresentava êste movimento, hoje triunfante em todo o mundo, mas então considerado herético pela Igreja Católica Romana, como "a luta contra a antievangélica papolatria, contra a impostura da teologia romana, já combatida por Lutero; contra o autocratismo romano edificado pelo corrilho político medieval assente em inverdades, tortura de textos, concílios ridículos, e pela Companhia de Jesus"); o P. Leonel da Franca (um dos sacerdotes mais reacionários do Brasil, digamos de passagem, que em seus livros didáticos, interpretando a tradicional doutrina da Igreja, teve o desplante de fazer a mais descarada apologia da censura aos jornais e aos livros) reuniu, anos depois, em volume, os artigos de um e outro lado, omitindo, porém, os dois últimos, de José Oiticica (aos quais não lograra responder e nos quais êste o acusara, provavelmente, de haver falseado na polémica textos gregos), com a óbvia finalidade de fazer crer que o jesuíta derrotara o anarquista, precisamente o contrário do que acontecera; com Perilo Gomes e Mons. Rosalvo Costa Rêgo (causada pelo artigo "Séria ameaça!" de J. O. na "Tribuna" do Rio, n.º de 10-3-1926), a quem acusava de "pregar a perseguição aos católicos não integrais" e de terem metido no bôlso enormes somas por êles angariadas para um **jornal católico** que nunca veio à luz; com o bispo D. Alberto Gonçalves (provocada pelo artigo de J. O. "Contra o divórcio" em "A Tribuna" do Rio, 9-6-1926); com Osório Duque-Estrada, que originou a série de artigos "Pelo Topête", de J. O.; e com Alfredo Gomes, de que resultaram as duas séries de artigos "Chamuscas" e "A Bodoque", com que J. O. pretendia haver dispersado os "Brulotes" do antagonista.

Dezenas de outras polémicas levou a cabo em defesa da pureza da linguagem e da estética literária (como as que travou

com Carlos de Laet) e do socialismo (que é, não como se verifica na Rússia e suas colônias, opressão, diversidade de classes e sadismo, porém liberdade, igualdade e fraternidade), com Astrogildo Pereira, Otávio Brandão e outros trãnsfugas do anarquismo.

Referindo-se às "polêmicas destroçadoras" de Oiticica, recorda Cândido Jucá Filho em seu citado artigo necrológico: "Vi-lhe uma vez compor um artigo para o "Correio da Manhã" nos fundos de um "sebo", a Livraria Machado (hoje inexistente), na avenida Passos, perto do antigo Tesouro. Escrevia febrilmente, desapoderadamente, fazendo esgares. Seria sempre assim? Fiquei impressionado". Manuel Bandeira, que nunca pôde esquecer a troça que Oiticica publicara contra êle, a propósito do "Prêto e Branco", escreveu em seu artigo necrológico dedicado a êste no "Jornal do Brasil" de 3-7-1957: "Tenho que bater continência ao batalhador que desaparece tão inesperadamente. **Batalhador** é bem a palavra que lhe resume as menores qualidades. Batalhador pela grande família que criou; batalhador pela arte, pela gramática, pelo Brasil, pela sociedade humana em geral. Batalhador que errou muito: era uma fôrça lógica delirante. Sendo probo e bom, praticou no campo intelectual tremendas injustiças. Tentou demolir glórias definitivas, como as de Alexandre Herculano e Gonçalves Dias." Contradizendo Manuel Bandeira, escreveu o professor e escritor Cândido Jucá Filho, no seu artigo necrológico atrás citado: "Era-lhe inato o acatamento aos legítimos valôres humanos. Se foi iconoclasta, não o foi senão no combate aos ídolos impostores, de pés de barro".

Um sábio

José Oiticica foi, incontestavelmente, um sábio. Nunca lhe toquei num assunto (artes plásticas, música, teatro, matemática, física, química, filosofia, medicina, psicologia, história, sociologia, economia, etc.) acêrca do qual êle não discorresse com segurança e profundamente. Poliglota, conhecia, além do seu idioma natal, o latim, o grego clássico, o francês, o inglês, o alemão, o espanhol, o italiano, o russo e o esperanto. De várias destas línguas foi professor, e de tôdas elas vertia, fãcilmente, artigos e simples notas para o jornal, que por muitos anos dirigiu, "Ação Direta". Foi mesmo, suponho, o primeiro, no Brasil, a compor poemas originais em esperanto.

Uma família de artistas

José Oiticica criou uma família de artistas, constituída pelos seguintes filhos: José, há pouco falecido, que, além de cientista, entomólogo do Instituto Oswaldo Cruz (em cuja qualidade representou o Brasil em congressos científicos mundiais), foi classificado, entre os dez maiores fotógrafos-amadores de arte do mundo; Wanda, cantora; Vera e Selma, bailarinas; Dulce, pianista, e Sônia, estrêla de teatro.

O anarquista

Desde os primeiros balbuceios literários de José Oiticica, por êle publicados em jornais e revistas (de 1901 a 1911), alguns dêles aqui reunidos (como, entre outros, "Iniciativa particular". Crônica policial" e "Contra a guerra"), se pressentia nêles o anarquista, que mais tarde haveria de vir, novo profeta bíblico, abalar a consciência dos poderosos, fazendo-os refletir sôbre as injustiças e os crimes de suas vidas, e a dos humildes, despertando-os da abjeção de seu viver para uma existência mais digna, a todos anunciando um mundo novo, um mundo melhor, que há de surgir, um dia, como êle canta, no soneto "Para a Anarquia", com que encerramos o presente livro:

.....
.....

*Para a Anarquia vai a humanidade,
Que da Anarquia a humanidade vem.*

*Que importa que a fação dos ricos brade,
Vendo que a antiga lei não se mantém?
Hão de ruir as muralhas da cidade,
Que não há fortalezas contra o bem.*

Mas o anarquista acabado, o anarquista consciente, integrado no corpo de doutrinas designado por **anarquismo**, só haveria mesmo de surgir em 1912, ano que marca a sua entrada no movimento dêste nome. Como se deu isso? Interrogando-o, uma vez, a tal respeito, contou-me José Oiticica que, um dia, já depois de haver perdido tôdas as ilusões sôbre o Direito, que o haviam levado a fazer o curso de ciências jurídicas, e

de regresso de Laguna, onde dirigira, por espaço de dois anos, o respectivo Colégio Municipal, desembarcara no Rio com mulher, três filhos e três mil-réis no bôlso. Na cabeça, porém, trazia uma nova teoria do Estado, que expôs a seu primo Ildefonso Falcão, jornalista, escritor e professor, o qual lhe observou: "Mas, isso é anarquismo puro!". "Qual anarquismo, qual nada!" protestou José Oiticica, ainda imbuído da idéia de que anarquismo era uma espécie de seita, cujos partidários pretendem endireitar o mundo destruindo-o à bomba. Mas Ildefonso Falcão trouxe-lhe, no dia seguinte, alguns números do jornal anarquista francês "Temps Nouveaux" e da "Revista Blanca" de Barcelona, que chegavam à redação do jornal em que êle trabalhava. Oiticica leu-os sôfregamente e convenceu-se do que seu primo lhe dissera: era mesmo, sem o saber, anarquista!

Foi depois dessa descoberta que Oiticica, por intermédio do escritor e crítico literário Elói Pontes, autor de um livro sôbre as idéias anarquistas, então recém-aparecido, e de outro escritor então muito popular, Elísio de Carvalho, estabeleceu contacto com o grupo de anarquistas existente no Rio e no qual predominavam espanhóis, portugueses e italianos.

Oiticica passou então a freqüentar os poderosos sindicatos operários (ainda não domesticados e manietados, como viria a suceder depois, sob o fascismo vermelho de Stáline e sob o fascismo negro de Salazar, Getúlio Vargas, Franco e Perón) à canga do Estado totalitário, de que é traço dominante o impôsto sindical) e a nêles realizar cursos e conferências, com que muito contribuiu para a consciência que o movimento sindical adquiriu e que o fascismo de tôdas as côres, negro, azul, cinzento e vermelho, destruiu, reduzindo os sindicatos a passivos instrumentos do Estado omnisciente, omnipresente e onnipotente. Conscientes de seus direitos e deveres, que eram, sob a ação evangelizadora e organizadora dos anarquistas, que nêles procuravam despertar o homem, os operários tornaram-se, sob o ópio do fanatismo totalitário, meros títeres, passivas peças da monstruosa máquina do Estado omnívoro, como hoje se apresentam em todos os países em que triunfaram as idéias totalitárias.

Em 1918, sendo presidente da República Wenceslau Brás, estala no Rio, ao calor da Revolução Russa, a greve geral revolucionária de 18 de novembro, decretada pela Federação Operária Brasileira, que contava, só no Rio, 150.000 aderentes. Malo-

grada a referida greve geral revolucionária pela delação do tenente de cavalaria Jorge Elias Ajus, José Oiticica é encarcerado no quartel do regimento da rua Frei Caneca e desterrado para Alagoas, estado natal de seus pais, onde passou alguns meses.

Ao regressar, no ano seguinte, funda, com Astrogildo Pereira, o jornal anarquista "Spartacus", do qual se publicaram apenas nove números. Sucede a êste o diário "Voz do Povo", porta-voz da organização anarco-sindicalista, dirigido por José Oiticica e Astrogildo Pereira e tendo como redatores, além dêstes, Mauricio de Lacerda e Álvaro Palmeira, elementos destacados do Grande Oriente do Brasil (Maçonaria). "Voz do Povo" tinha sua sede com tabuleta na avenida Rio Branco e muito contribuiu, com suas campanhas e sua orientação, para a elevação da consciência operária do Brasil, cuja organização chegou a ser, pela sua potencialidade e seu espírito libertário, uma das mais importantes do mundo.

João Vermelho, poeta satírico

As lutas sindicais vinham, desde 1912, com a chegada da era industrial ao Brasil, aumentando de violência, pela conquista de melhores condições de vida para os trabalhadores. Com a cisão do movimento operário e socialista, provocada pelos bolchevistas, e com a ascensão de Getúlio Vargas, primeiro como ministro e, em 1930, como presidente, as lutas sindicais estenderam-se para outras frentes. Iniciando a sua "política trabalhista", escolheu Getúlio para seu assessor, no Ministério do Trabalho, Lindolfo Collor, que não tardou a dar à luz as leis pretensamente protetoras dos operários, mas, na realidade, para os anarquistas, como José Oiticica, anesthesiadoras dos operários, a quem se concederiam umas simples migalhas, para não se ter que dar tudo quanto êles reivindicavam. Como consultores jurídicos, foram, por sua vez, nomeados Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta (o "Pimentão") e Agripino Nazaré (ex-anarquista, prêso, com Oiticica em 1918, após o fracasso da greve geral revolucionária), que haviam trocado a rudeza dos catres das masmorras políticas pela doçura dos sofás ministeriais. Oiticica, sempre fiel aos ideais anarquistas, não lhes perdoou, crivando-os de sátiras nas gazetas libertárias e em volantes que circulavam no seio dos sindicatos, sob o pseudônimo de "João

Vermelho". São dessa época os seguintes sonetos, de interesse para a história do movimento sindical e socialista no Brasil:

VIVA O CHEFE DO TRABALHO!

*Pessoal, dê um "viva" ao chefe do Trabalho!
Collor merece manifestação:
deu-vos brida, selim, chincha e vergalho
e uma alfafa legal a prestação.*

*Viva "iô-iô" Lindolfo e seu esgalho:
o Evaristo, o Agripino e o Pimentão!
Êles vos levam, águias, para o talho,
bem amarrados à legislação.*

*Gritai, ovacionai, enchei de vento
a impáfia do Lindolfo safardana,
ex-bernardista que vos perseguiu!*

*Gritai, com vosso grito uno e violento,
mandando a claque vil que vos engana
à grandíssima pata que os pariu!*

AO "CHEFE" COLLOR

*Collor, tu és o suco dos ministros:
és pernóstico, és bêsta, és falastrão;
tocas bombo, clarim, guitarra e xistros,
charanga reles da Revolução!*

*Bradas ao Povo, em todos os registros:
"Eu sou o portador da salvação!"
Mas quem não vê teus cálculos sinistros
por trás da tua nova orientação?*

*E tu, Pimenta, e Agripino? Olha que penca:
os dois "ladroões" ao lado de um "Jesus"!
Collor, as tuas leis dão numa encrenca:*

*Supões que os operários são zulus?
Se em tôda a Terra o Estado se despenca,
hás-de ir também, sandeu, de catrapuz!*

A Liga Anticlerical

Ainda no mesmo ano de 1919, funda José Oiticica, no Rio de Janeiro, a Liga Anticlerical, cuja necessidade tanto se fazia sentir, diante das exações de tôda sorte com que o Clero reacionário asfixiava o Brasil, opondo-se por tôdas as maneiras ao seu progresso. Esta Liga, que teve de encerrar as atividades devido às perseguições movidas pela Polícia de Artur Bernardes contra seus principais animadores, à frente dos quais se encontrava José Oiticica, ressurgiu em 1930, levando a cabo, em ambas fases de sua existência, uma obra extraordinária de iluminação das consciências, por meio de conferências e palestras semanais, debates entre livre-pensadores e crentes de diversas confissões para tal fim convidados, publicação e distribuição de folhetos e, até, comícios em praça pública. Entre outros trabalhos escreveu Oiticica para êste fim uma sátira gostosíssima inspirada na inauguração do monumento ao Cristo Redentor, a quem o autor apresenta com os braços abertos, dirigindo o tráfego citadino, do alto do Corcovado; outra, na qual o Cristo Redentor dialoga com Satanás sôbre as misérias do Brasil e do mundo; e traduziu do poeta espanhol M. Rey o monólogo "Onde está Deus?", com o pseudônimo de "João Vermelho". Colaboraram com José Oiticica na Liga Anticlerical, entre outros muitos, a maior pensadora brasileira, Maria Lacerda de Moura; a mais festejada poetisa, Cecília Meireles; o dr. Fábio Luz, Cândido Jucá Filho, Osvaldo Serpa, Carlos Vale, irmãos Carlos e Edgar Sussekind de Mendonça, Luís Edmundo, Artur Lins de Vasconcelos, Álvaro Palmeira, Maurício de Lacerda, Otaviano de Menezes Bastos, Edgard Leuenroth (diretor do órgão da Liga, "A Lanterna", que se editava em São Paulo), Joaquim Pimenta, Gustavo Barroso, almirantes Artur Thompson e Silvado, general Antônio Aranha Meira de Vasconcelos, Ramiro Nóbrega, o socialista italiano Batisteli (que veio a morrer como voluntário, na guerra da Espanha), o prof. José Guaraciaba, Francisco Alexandre, Sebastião Baptista (tesoureiro da Liga), a prof.^a Isabela Pinto da Cunha etc.

O lema da Liga Anticlerical, que na segunda fase tomou a designação de Coligação Pró-Estado Leigo, era: "Ou o Brasil acaba com a jesuitismo, ou o jesuitismo acabará com o Brasil".

Exercia, por essa época, o múnus de Cardeal do Rio de Janeiro um velho sacerdote, que se tornara alvo da antipatia

popular por seu espírito reacionário e intolerante e acêrca de cuja conduta, no que se refere à observância do voto de castidade e do 6.º mandamento, corriam rumores pouco abonatórios. O jornal anticlerical "A Lanterna" de São Paulo publicara denúncia de uma loja maçônica do Rio contra o prelado, acusando-o de haver sido visto, de noite, dentro de sua carruagem, no Alto da Boa Vista, nesta cidade, em aventuras galantes com damas da alta sociedade, cujos maridos, ao saberem-se traídos, as abandonaram, deixando-as em situação financeira difícil. O referido Cardeal cai na asneira de meter-se com Oiticica, em têrmos nada sacerdotais e muito menos cristãos, a propósito das atividades da Liga Anticlerical e de uma conferência daquele. Oiticica não perdeu a vaza: compôs de improviso, ao ler nos jornais a pastoral do Cardeal contra a Liga e contra si próprio, o seguinte soneto, do qual se tiraram cópias que inundaram o Brasil:

AO CARDEAL... *

*Cardeal, que vida é a tua, meu maroto:
comer, beber, dormir e fornicar,
sem pensar que teu ronco e teu arrôto
causam fome e amargura em muito lar!?*

*Se Cristo andava de sapato roto,
tu não tens o dever de o imitar.
Também São João passava a gafanhoto,
e nenhum papa usou de tal manjar!*

*Um palácio é melhor que uma baiúca,
colchão de paina é o suco em noite fria,
e uma dama cheirosa ao lado é o Céu.*

*Cardeal, sangras a gente mameluca,
e a pateta não vê que é da sangria
que escorre o vermelhão do teu chapéu.*

* O piedoso Cardeal alvejado nesta sátira não deu mais um pio sôbre o assunto. Por compaixão pela sua triste memória, não citamos o seu nome, aliás conhecido da maioria dos leitores.

Destêrro fecundo

Em 1924, sob o consulado de Artur Bernardes, após curtas passagens pelos calabouços da Polícia Central, na rua da Relação, cujos agentes o iam arrancar às suas aulas, ali perto, no Colégio Pedro 2.º, é confinado na Ilha Rasa, onde passa sete meses e de onde, em 1925, é transferido para a Ilha das Flôres e, depois, para a de Bom Jesus. Nessas ilhas aproveitou o tempo escrevendo, em papel de embrulho, entre outros trabalhos, uma de suas mais conhecidas obras, "A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos" só editada vinte anos depois e da qual se esgotaram três edições em língua portuguesa, uma em castelhano, publicada em França pelo Movimento Libertário Espanhol no Exílio, e outra em francês), o seu estudo sobre a partícula "se" e vários dos contos por êle publicados em jornais e revistas literários e enfeixados em livro inédito, sob o título, escolhido pelo próprio Autor, de "Histórias Simples", a que atrás aludi. Mais tarde, na citada entrevista por êle concedida à revista "O Cruzeiro", pouco depois de atingido pela aposentadoria compulsória, José Oiticica, recordando as dezenas de prisões que sofrera sob os governos de Wenceslau Brás, Epitácio, Washington Luís, Bernardes e Getúlio Vargas, comentaria, como que agradecido às autoridades: "— Não posso me queixar das minhas prisões. Sempre acabaram sendo úteis. Dessa vez (referia-se à mais longa das prisões, sofrida sob o consulado de Getúlio Vargas, quando era professor da Faculdade de Letras da Universidade do Distrito Federal, onde ensinava grego), aproveitei os meses de férias forçadas para completar a revisão dos meus estudos de fonética".

O jornal clandestino "5 de Julho"

De volta do destêrro, em 1925, publica o jornal clandestino "5 de Julho" (data da célebre tentativa revolucionária), composto e impresso na pequena tipografia do dissidente do Partido Comunista Antônio Bernardo Canelas.

O jornal "Ação Direta"

Um dos mais eficazes antídotos contra o totalitarismo comunista foi, sem dúvida, o jornal anarquista "Ação Direta", dirigido por José Oiticica. Êste periódico, que se publicou no Brasil, ora

como semanário, ora como mensário, e seu correspondente inglês "Direct Action" (êste, com a colaboração de Bertrand Russell, o grande filósofo recém-falecido; Herbert Read, escritor e professor de história da arte, considerado a maior autoridade contemporânea na matéria; Alex Comfort, eminente poeta e professor, simultaneamente, das Faculdades de Medicina e de Letras, além de outros vultos destacados da intelectualidade britânica) foram, em certa altura, tidos como os mais fiéis expositores dos ideais anarquistas do mundo. "Ação Direta" apareceu, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1929, interrompendo a sua publicação por motivo da partida de José Oiticica, no mesmo ano, para Hamburgo, como professor contratado, e reapareceu, em 10 de abril de 1946, logo após a queda da ditadura getuliana, publicando-se até 1958, ou seja dois anos depois da morte de Oiticica. Seguiram-se a êste, na direção do jornal, sua filha Sônia Oiticica e Edgard Leuenroth.

Além das páginas magistrais, que ides ler na antologia a que estas linhas servem de desalinhada introdução, publicou José Oiticica no seu jornal "Ação Direta", a par dos sonetos primorosos, que reproduzimos (p. 208), contra o chefe integralista, Plínio Salgado, deliciosos epigramas compostos de improviso na hora de paginar a gazeta, para encher claros, como os que transcrevemos a seguir. Começemos por êste contra Getúlio:

*Nessa tal democracia
de igrejas, leis e metralha,
goza a alta-roda vadia,
sofre a gente que trabalha.*

*Pegar no pesado é duro!
(pensam padres e doutores).
Ê melhor e mais seguro
ser pai dos trabalhadores.*

E, agora, êste sobre o Ademar:

*O Ademar roubou? Mentira!
Que culpa tem o Ademar,
se o próprio dinheiro inspira
aos cinco dedos roubar?!*

*Macedo escrevera, um dia,
a grande "Arte de Furtar".
Mas... que não escreveria
se conhecesse o Ademar?!...*

E este outro, a propósito das lutas entre políticos:

*Diz um rifão muito antigo
que, quando brigam os nobres,
quem sofre o péso e o castigo
são as costelas dos pobres.*

José Oiticica, espiritualista

Muitos estranharam que José Oiticica, anarquista, fôsse, ao mesmo tempo, espiritualista e grão-mestre da Fraternidade Rosa-Cruz. Ora, nada tem que ver uma coisa com a outra. Anarquismo é a corrente filosófico-sociológica que nega ao homem o direito de governar, isto é, de mandar no seu semelhante. Anarquista é, conseqüentemente, o que nega a legitimidade do Estado e suas instituições e num e noutras vê a causa de todos os males sociais (guerras, fome, exploração, miséria, desordem, corrupção), de que sofre a pobre humanidade. Ora, tais instituições foram contestadas não só por Proudhon, Bakúnine, Kropótkine, Sebastien Faure, Malatesta, Bertrand Russell, Jean Grave, Fábio Luz e outros teóricos **materialistas** do anarquismo, senão também por Cristo (de acôrdo com os Evangelhos, independentemente de se aceitar ou não a sua existência, coisa de que eu sinceramente duvido) e, modernamente, por **espiritualistas** como Leon Tolstói, Gandhi e J. Krishnamúrtil, que por esta razão se incluem entre os anarquistas. Há, hoje, nos Estados Unidos, uma forte corrente católica, dispondo de imprensa própria, que se proclama claramente anarquista. Anarquistas confessavam-se o ilustre sacerdote e pensador português padre José Alves Corrêa (que morreu desterrado de Portugal por Salazar) e o não menos ilustre escritor católico francês Georges Bernanos, que passou alguns anos exilado no Brasil, depois de haver lutado, na guerra de Espanha, contra Franco, nas fileiras anarquistas.

Convém, de-resto, lembrar que para a ciência moderna **matéria** e **espírito** são noções obsoletas: o que há é apenas **energia**.

Do mesmo modo que Rudolf Steiner e Krumm-Heller, mundialmente famosos filósofos alemães do espiritualismo, traduzidos por êle para o português, também José Oiticica soube conciliar espiritualismo e anarquismo.

Centro de Estudos Prof. José Oiticica

Além de seus inúmeros escritos, de uma rua a que a Prefeitura do Rio de Janeiro deu o seu nome e de um edifício em Copacabana também com seu nome, mantém hoje viva a recordação do incansável batalhador pela cultura e a liberdade o Centro de Estudos Prof. José Oiticica, fundado em 7 de março de 1958 e mantido desde então pelos seus amigos e discípulos, no mesmo local em que êle, não se resignando à inatividade, continuou, após a sua aposentadoria compulsória até à morte, a reger cursos para professôres, na av. Almirante Barroso, n.º 6, grupo n.º 1.101.

Não se trata de um Centro anarquista, mas de cultura geral, que realiza os seus objetivos por meio de cursos, palestras, conferências, debates, exposições, excursões, publicações e outras iniciativas. De acôrdo com os seus estatutos, não adota princípios políticos partidários, admitindo, entretanto, do ponto-de-vista cultural, o livre debate sôbre êles, no que imita o seu patrono que, sendo confessadamente anarquista, jamais (conforme o reconheceram os oradores que tomaram parte nas sessões de homenagem à memória de José Oiticica, celebradas na Academia Brasileira de Letras e no Colégio Pedro 2.º), se aproveitou da sua condição de mestre para fazer nas aulas propaganda das suas idéias sociológicas.

Têm sido convidados a realizar ali cursos e conferências, entre outras personalidades dos mais diversos setores políticos, sociológicos e filosóficos: o sociólogo alemão Augustin Souchy, o general Guedes Muniz, o brigadeiro Haroldo Veloso, o teatrólogo Luís de Lima, os escritores e críticos de arte Mário Pedrosa e Arnaldo de Santana, o escritor Heitor Cony, o médico Ideal Peres, o jornalista Paulo de Castro, frei Benevenuto, o psicanalista Milton Josetti, os profs. Pietro Ferrua (atual presidente do Centro), Gustavo Corção, Mário Ferreira dos Santos, Serafim Pôrto, Albertina Fortuna, Daniel de Brito, Monique d'Obri, Plínio Travassos, Ester Redes, Artur de Castro Borges; o industrial José

Moreira de Souza, o compositor Marlo Brando, o professor de obstetrícia da Faculdade de Medicina Buarque Lima, o escritor "Vovô Felício"; o sociólogo Otto Engel; Roberto das Neves, etc.

"Expor, propor, não impor!" era o lema de José Oiticica e é também o do Centro de Estudos que tem por patrono o mais infatigável batalhador em prol da cultura no Brasil.

Oiticica opõe-se aos bolchevistas, que pretendiam atrair o Brasil à órbita de Moscou, e é alvo de atentado

Em 1919, os comunistas brasileiros, encabeçados por Astrogildo Pereira e Otávio Brandão, trãsufugas do anarquismo, cindem o movimento operário e socialista no Brasil. Sedentos de mando e procurando submeter o mundo às idéias totalitárias, os comunistas de Moscou, de quem aquêles recebiam ordens, pretendem arrastar também o Brasil para a órbita do imperialismo russo (em que havia degenerado a sublime gesta, que foi a Revolução Russa), e para isso esforçavam-se por embair as massas trabalhadoras do Brasil e jungi-las à canga do Partido Comunista, recém-criado. Não o conseguiram aqui nem nos demais países latinos, por terem encontrado pela frente homens de envergadura e fidelidade aos ideais de liberdade, como José Oiticica.

Em 1928, fracassada mais uma tentativa para atrelarem a organização operária do Brasil ao carro totalitário do colonialismo russo, tramam os bolchevistas um atentado contra a vida de Oiticica. A missão fôra confiada a dois pistoleiros do PC, Pedro Bastos e Serafim dos Santos Correia, que escolheram o momento em que aquêle discursava numa sessão no Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro. Vários fanáticos moscovitas haviam, de acôrdo com o plano traçado, estabelecido confusão, por meio de apartes, quando soam dois tiros na direção de Oiticica, que procurava responder aos aparteantes. Tombam dois militantes anarco-sindicalistas, que se haviam oposto aos assassinos, os quais lograram escapar.

Mais do que à Polícia de Artur Bernardes, Getúlio Vargas e demais ditadores, e mais do que às campanhas mercenárias da grande Imprensa, deve o Brasil a êsse homem extraordinário sob todos os aspectos, de multifacética inteligência e caráter impoluto, que se chamou José Oiticica, o não ser hoje colônia da Rússia.

"Não somos colônia da Rússia, mas somos colônia dos Estados Unidos da América!" — apartear-me-ão alguns dos leitores. Mas esta é outra questão, que não me é possível tratar no acanhado âmbito desta "Introdução", que já vai longa. **Direi apenas** em resposta que ninguém dispendeu mais energia do que José Oiticica em prol da elevação moral, material e cultural do povo brasileiro. Se êste não atingiu estágio mais avançado na estrada do progresso, da evolução e da liberdade, isso se deve, não a Oiticica, mas ao próprio povo, que preferiu dar ouvidos aos demagogos ávidos do poder, que o negaciavam com a miragem dos falsos paraísos planejados pelos construtores do totalitarismo. Preferiram ouvir Getúlio, Jango, Ademar, Prestes e outros, e o resultado aí está.

Dia, porém, virá, assim o esperamos, em que, desiludidos das sereias de todos os credos políticos, os trabalhadores manuais e intelectuais abrirão os olhos e os ouvidos à pregação de José Oiticica, o qual, fazendo-se eco do pregão dos homens da 1.^a Associação Internacional dos Trabalhadores, que através da História ressoa até os nossos dias, lhes gritou: "A emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores!", acrescentando: "Todos os sistemas políticos faliram. Resta o anarquismo. Estudai-o!"

Um homem reto e bom

Os artigos necrológicos aparecidos nos jornais do Brasil e do mundo, por ocasião da sua morte, constituíram uma consagração mundial de José Oiticica. Do José Oiticica erudito, sábio, do José Oiticica professor, do José Oiticica poeta, do José Oiticica anarquista, do José Oiticica homem. Embora seja difícil dissociar estas diferentes facetas da sua rica personalidade, tão entrelaçadas se encontram, registremos aqui algumas opiniões de pessoas, que o conheceram intimamente, acêrca do José Oiticica-homem.

Dêle disse o jurista e acadêmico Levi Carneiro, que foi seu condiscípulo e amigo, em discurso necrológico na Academia Brasileira de Letras: "José Oiticica foi um homem extraordinário, uma possante personalidade, a que se aliava um caráter nobilíssimo. O seu orgulho legítimo e discreto afastava-o de agitações

estéreis e mergulhava-o na intensa vida interior, nos estudos aprofundados e intermináveis”.

Osório Borba, escritor e jornalista, escreveu sobre ele, em artigo necrológico no “Diário de Notícias”: “Rica, poderosa e estranha personalidade esse José Oiticica, que a morte derrubou. Jubilado, continuou a lecionar em cursos para professor, de teatro e outros e em programas de rádio. Até à morte, serviu à instrução e à cultura por muitos modos, e em todos êles com total entrega, com igual, religioso fervor. Ficou até à morte fiel à sua doutrina política, o anarquismo, mesmo depois dêste haver desaparecido do mundo como movimento. Essa fidelidade à sua ideologia era mais uma afirmação da sua personalidade, da sua autenticidade, da sua total ausência de utilitarismo e arrivismo. Personalidade forte, afirmativa, digna, honesta”.

Com idêntica fidelidade traçou o psicograma de José Oiticica o escritor e acadêmico Viriato Correia, seu amigo íntimo, que assim o retratou em discurso necrológico pronunciado na Academia Brasileira de Letras: “José Oiticica, homem que sabia de tudo (filosofia, filologia, línguas, matemática, economia política, finanças, história, física, psicologia, medicina, música), professor a que se podia chamar de mestre, foi um dos homens de mais surpreendente originalidade, que conheci. Não se parecia com pessoa alguma dêste mundo. De sua maneira de ser não se afastava um milímetro, nem que tivesse de ir parar à cadeia. E muitas vêzes o foi. Mas a cadeia nunca teve poder para lhe apagar a bravura do pensamento e das atitudes. Fêz-se anarquista, ou, melhor, aceitou os princípios anarquistas, quando era rapaz, e a vida inteira não se afastou do anarquismo. O mundo mudou. Outras místicas surgiram no mundo, mas êle ficou anarquista a vida inteira. Quem o não conhecia a fundo podia imaginar que o exotismo de suas opiniões tivesse visos de pedanteria. Não, não; era por convicção. O professor Oiticica não tinha artifícios. O professor Oiticica não era capaz de uma insinceridade, de uma mentira. Era, por outro lado, um pai de família modelar, dia e noite trabalhando para o bem-estar dos seus. No fundo, era um místico, sempre voltado para a beleza e a grandeza das coisas...”. (“Jornal do Comércio” — Rio, 7-7-1957).

Quem desprevenidamente haja lido as polêmicas “destroçadoras” (como as classificou Cândido Jucá Filho) de José Oiticica

e as suas terríveis sátiras (como aquela com que êle ridicularizou Manuel Bandeira) terá colhido a impressão de que Oiticica era homem de maus bofes, rancoroso e cruel.

Exemplo disto é o meu amigo Moniz Bandeira, jornalista e poeta, que escreveu, em colaboração com Clóvis de Melo e A. T. Trindade, um livro sob todos os aspectos notável, “O Ano Vermelho (A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil)”, (Editôra Civilização Brasileira), baseado em sua maior parte em material informativo cedido pelo velho jornalista e militante anarquista Edgard Leuenroth, recentemente falecido em São Paulo. Pois Moniz Bandeira, que mal conhecia José Oiticica, ocupando-se das lutas travadas no Brasil entre êste anarquista, por um lado, e, por outro, Astrogildo Pereira e Otávio Brandão, ex-anarquistas e fundadores do Partido Comunista Brasileiro, ao comentar, em vários passos do livro, com a imparcialidade que lhe permite a sua formação marxista, caldeada por uma clara simpatia pelos anarquistas e pelo anarquismo, alude, mais de uma vez, ao “ódio que Oiticica nutria contra os dois egressos dos arraiais libertários”. Ora, nada menos verdadeiro do que isso. Oiticica, mente e coração transbordantes de generosidade, era incapaz de odiar quem quer que fôsse. O caso que êle narra no artigo 72 desta coletânea (“Anarquistas e Comunistas”) e me foi confirmado pelo professor e advogado José Carneiro de Leão, irmão do Josias referido naquela crônica, é um dos muitos casos comprovativos do que afirmamos. Josias pertencia à facção dos que mais duramente combatiam os anarquistas e o próprio Oiticica. Mas a difícil situação em que Josias se encontrava, na eminência de cair nas garras da Polícia, comoveu a José Oiticica, o qual, esquecendo todos os agravos recebidos, logo se prestou a acudir-lhe, tudo fazendo para salvá-lo, o que conseguiu.

Conheço muitos outros episódios que corroboram êste. Coração largo, o seu bôlso de professor que ganhava quanto queria com aulas a tôdas as horas, públicas e particulares, muitas destas para estrangeiros recém-chegados ao Brasil e desejosos de dominar depressa o idioma português, para o que não regateavam o dinheiro que êle pedisse, estava sempre à disposição dos necessitados. O que Oiticica odiava era a hipocrisia, a exploração e a crueldade, não os hipócritas, os exploradores e os cruéis, a quem considerava como vítimas do sistema em que nasceram e foram educados. No fundo, antes, durante e depois do ato de escrever

aquelas tremendas diatribes contra Astrogildo, Otávio Brandão e outros, sentia profunda comiseração por êsses homens a quem era forçado a atacar, em defesa dos humilhados e ofendidos, quer pelo sistema burguês clássico, quer pelo sistema neo-burguês instaurado na Rússia sob a capa do comunismo. Sentia uma enorme comiseração por êsses homens que, sendo inteligentes e cultos, se prestaram, por tanto tempo, sem um assomo de dignidade, ao papel repelente de capachos de arrivistas, que, sem, ao menos, as credenciais de militantes, que ambos possuíam, se haviam apoderado das rédeas do Partido Comunista fundado pelos dois, sujeitando-se, sem protesto, a tôdas as humilhações que aquêles lhes inflingiram. Bem podia Oiticica, parafraseando o filósofo, proclamar: "Guerra entre as idéias, que não deitam sangue, e paz entre os homens, vítimas e títeres infelizes e impotentes das idéias!"

Um anarquista verdadeiro, como Oiticica, vegetariano ainda por cima, não apenas por motivos científicos, mas tanto ou mais ainda por motivos éticos, não podia albergar em seu coração ódio contra o seu semelhante. Por isso, quando, depois do fracassado atentado comunista contra a sua vida, em que, perto dêle, morreu um anarquista e outro ficou gravemente ferido, alguns dos operários presentes o aconselhavam a apresentar queixa contra os assassinos e se dispunham a testemunhar, perante a Polícia e o tribunal, contra os pistoleiros, Oiticica verberou-os: "Como podereis pretender, camaradas, que nós, anarquistas, denunciemos à Polícia e aos tribunais, cuja legitimidade não reconhecemos, uns pobres-diabos inconscientes do triste papel que representaram, como capangas de sistemas sanguinários?! Os comunistas, que querem manter tôdas essas odiosas instituições, que nós anarquistas condenamos como contrárias aos ideais de amor e fraternidade, que pregamos, êsses poderão fazê-lo. Não nós, anarquistas, que lutamos pela instauração de uma sociedade baseada no amor, na solidariedade, no livre e mútuo acôrdo e no perdão!"

Esta mesma atitude manteve-a intransigentemente Oiticica, sempre que lhe chegavam aos ouvidos informes fidedignos acerca dos locais, no Rio ou em cidades do interior, onde os autores do atentado se homisiavam. Um dia veio a notícia de que Pedro Bastos fôra capturado numa cidade de Minas e se encontrava já prêso à ordem do juiz, no Rio. Oiticica foi imediata-

mente procurar o juiz, com o propósito de, como fizera a famosa anarquista francesa Luísa Michel em idênticas circunstâncias, defender o desgraçado que tentara assassiná-lo. A notícia da prisão de Bastos não se confirmara, porém.

Em resumo: um sábio, um extraordinário artista, um batalhador incansável pela cultura e pelo aperfeiçoamento moral da sociedade, um homem honrado e bom e, como corolário, um anarquista exemplar e uma figura ímpar da história do Brasil — tal foi José Oiticica, o autor das páginas que ides ler.

ROBERTO DAS NEVES

INICIATIVA PARTICULAR

No *Registro* de quinta-feira de "A Notícia", o inimitável Bilac notou, em poucas palavras, com firmeza e sinceridade, um fato entre nós radicado e que constitui um mal quase permanente. Sendo a principal missão do jornalista colocar o povo nos bons princípios de moral e nos preceitos que o devem guiar no seu procedimento, mostrando aos mais instruídos a via larga por onde precisam caminhar, o fim a que necessitam chegar, o ideal que cumpre atingir, não será inoportuna, em tempo algum, a repetição de conceitos salutares e noções indispensáveis.

Por um instinto natural, que na alma dos governados se acende, a visão do Estado aparece como uma entidade absoluta, como um protetor infalível, em cujas funções variadas se conta a de auxiliar os indivíduos e as corporações naquilo que cada qual empreende por si. Ao assômo de um interesse qualquer realizável, de um lucro apetecido, move-se a ganância particular a recorrer à proteção do tesouro, com a convicção desacertada de que lhes é facultada esta exigência e justo êste pedido.

Quando, na observância de um bom critério, lhes nega o erário público a quota desejada, as iras explodem com as maldições descabidas e as imprecações assustadoras, a que se seguem o marasmo e a inércia, a apatia e a negligência. E quando se lhes exproba o depauperamento moral que os reduziu à inação, atiram aos ombros do Estado a culpa repreendida, com a evasiva de que os não protege a mão governativa nem os ampara a bolsa nacional.

É nesta compreensão ridícula do poder dirigente, que temos vivido, reduzidos a simples mecanismo, a que se faz mister um

elemento motor. Quer dizer que a nossa índole especial vai desfalecendo à proporção que diminui a constância das agulhoadas federais, que o nosso caráter de iniciativa, que se mede pela nossa energia, se vai amolecendo às recusas orçamentárias, com o desperdício de tempo e a nulidade de proveito; que a luta pela existência, muito pouco entendida, geralmente, se torna para os indivíduos uma função estadual, obrigatória e perpétua.

Na realidade, essas vistas obtusas e falsas dão resultados desfavoráveis, têm consequências funestas, transformando o cidadão em corpo inerte e comprimindo os estímulos do povo no círculo de aço de uma indolência perigosa. A face do problema social deve, portanto, ser olhada por olhos diferentes; forçoso é que se mude, na percepção das questões e das coisas, a retina estragada dos compatriotas, porque no desatino adotado veremos, se teirmos em seguir, a mancha escura da nossa perdição.

O Estado não é um protetor sem limites, pronto a satisfazer as lamúrias dos pobres, nem os gemidos dos fracos. A propaganda socialista, incerta e imprudente, não conseguiu firmar ainda esse desiderato fantástico, em que se arrebatava a fortuna dos ousados para amaciar a vida dos incapazes. A sua função é, em teoria política, uma função civilizadora, no amplo sentido do vocábulo: em lugar de um papel mesquinho de guarda dos imbecis, a sua atribuição capital é a de reviver nos espíritos desalentados o vigor e a robustez, não pela distribuição larga de auxílios, mas justamente pela sua supressão.

As palavras seguintes do ilustre Topinard não são mais que o eco do que outros pensadores têm dito: "Quanto mais o homem é socorrido, mais se deprime o seu moral; quanto mais ele é abandonado a si mesmo, mais reage e se revela." (*L'anthropologie et la science sociale*, 1890, pág. 429). Para os que não são alheios aos fatos sociais, esta verdade fundamental não é difícil de apreender. O homem não é mais que um animal, dotado de órgãos e de inteligência, eternamente a lutar contra os meios externos e as circunstâncias ofensivas; ao duro reprimir dos encontros e das guerrilhas, os seus músculos se re-vigoram, os nervos se fortalecem, a audácia se aviva. Como em todos os seres vivos do mundo o desânimo na peleja é sinal de sossôbro iminente, de morte próxima e inevitável, assim o

esfôrço deve ser a arma da resistência, o trabalho a clava destruidora dos empecilhos funestos.

A conclusão a tirar é que à iniciativa do Estado, sempre nociva, cumpre substituir a iniciativa particular, sempre reveladora. Na escola das necessidades, a tenacidade e o reconhecimento do próprio valor, a fé e a coragem na atividade de cada um são os incentivos mais poderosos e mais fecundos, que o homem pode encontrar.

Sujeitar-se ao sôpro retardatário dos cofres públicos para entrar em combate e recuar amedrontado nas pugnas, quando lhe faltar o bafejo, é condenar-se o indivíduo à vegetação desonrosa, que, longe de ser uma obra de caridade e uma obrigação da parte do Estado, é, pelo contrário, um exemplo detestável e mau.

Cada qual deve ficar entregue a si mesmo, para se habituar a sofrer com resignação e valentia as tempestades do mundo. Só se exceptuarão nessa sentença verdadeira os que a fatalidade da sorte impossibilitou de reagir e que o fundo emocional da natureza humana pelo carinho e pela afeição deve proteger e amparar.

(*"Cidade do Rio" — Rio, 6-5-1901*)

2

CRÔNICA POLICIAL

Mais uma vez prenderam o *Camisa Preta*. Prenderam-no para soltá-lo amanhã e reencarcerá-lo na próxima semana.

A sociedade, organizada numa série de despropósitos, oferece à infelicidade ambulante dêsse irresponsável apenas o círculo vicioso dos crimes e das detenções. Não lhe dá mais nada; não lhe pode dar mais nada. Abre-lhe as portas das tas-cas, vende-lhe o álcool, patenteia-lhe os alcoices, arma-o da navalha, não lhe ministra nenhum elemento de renovação moral, e, para castigo de sua anomalia, interna-o num xadrez, onde ele se irrita, se encaleja, se enferocita.

O nosso regime penitenciário é, decididamente, um monstrego. Pune, mas não regenera; apanha essas fôrças humanas

transviadas, e não as converte em forças favoráveis: não procura transformá-las de coeficiente negativo em fator de progresso e aperfeiçoamento.

Impossível, dirão; mas, quem experimentou? O absurdo do sistema se evidencia com a simples consideração de que as penitenciárias se fundam na intenção de defesa social. Mas que defesa é essa que desajaíma as feras nas ruas, lhes ceva a selvageria, lhes açula os ímpetos sanguinários, expondo os homens úteis às suas sanhas?

O Código Penal é um absurdo: não vale nada e é contra-producente. De parceria com o júri, vegetação anacrônica, profundamente desmoralizada, a tabela dos castigos, a tanto por delicto, uniforme para as índoles mais diversas, compromete os princípios da caridade sensata e de economia previdente, segundo a qual não cerceamos o órgão lesado, senão que acudimos com bálsamo incapaz de restituí-lo ao funcionamento regular.

As casas de correção fazem o mister das mezinhas paliativas, que sanam temporariamente um mal sem cura definitiva, sem evitar a recaída, deprimindo, muitas vèzes, aparelhos sãos.

A polícia ideal seria aquela que devolvesse à comunidade um cidadão normal, de cada malfeitor colhido nos sumidouros da delinquência. A que verbera, encafua, desmoraliza, em vez de criação vantajosa, é máquina de regresso, porque não melhora o espírito, porque estiola os possíveis brotos de reflorescência nas almas encortçadas pelo vício.

Há uma filosofia superior, que nos obriga a ajudar ao próximo nas suas quedas. Essa filosofia não evoluiu ainda dos embriões de uma utopia estéril. Não penetrou na prática dos governos, não influiu na montagem dèsses engenhos majestosos, que a frivolidade dos gazeteiros cognomina de *instituições sociais*. Instituição *social* é a que aproxima os homens; não a que os separa. A sociedade monta escolas para enobrecer as inteligências de uns, e calaboiços para empedernir as consciências de outros.

Não segrega os necessitados do pão moral para, com a ciência ou a religião, indicar-lhes o bom rumo, orientá-los num fim profícuo. Segrega-os para maltratá-los, para encouraçá-los

na sua depravação, para lhes alfinetar o instinto da destruição, da negação, da perversão.

Camisa Preta continuará, no seu papel de desordeiro, a encarar o mundo pelo seu ponto-de-vista, vendo glórias onde há vilipêndio, variando da calcêta ao bordel, do bordel à calcêta, numa descida perpétua, regredindo, piorando. A sociedade o detesta, e o devia acolher para ampará-lo; a sociedade o pune, e devia corrigi-lo; a sociedade o degrada, e devia exaltá-lo. Se o não fizesse por altruísmo, fizesse-o ao menos por egoísmo, pois seria lucrativa a transformação dèsse instrumento de mal em mola de bem.

Só uma cegueira administrativa absoluta, uma irremediável amaurose impede a ação dos governos nessa obra indispensável. Ela não exige aumento de despesa, mas requer uma virtude rara: a abnegação, a compenetração, por parte dos dirigentes, de uma tarefa nobre a realizar, não pelo ordenado fixo, mas pelo orgulho de enaltecer a espécie humana, de servir de arrimo aos irmãos desgraçados.

Estamos bem longe disso: mas contrista, revolta mesmo, o espetáculo diário dèsse atraso criminoso.

(“O Mundo” — Rio de Janeiro, 17-9-1911)

3

CONTRA A GUERRA!

Não haverá talvez a segunda guerra franco-alemã. Dessa crise horrorosa o mais admirável quadro é o procedimento dos socialistas alemães e franceses. A comunhão dos frades e devotos, que hipòcritamente batem nos peitos e excomungam os socialistas, mire-se nesses espelhos.

Qual a voz que se alterou contra a guerra? Não foi a do papado; não foi a dos jesuitas; não foi a do beatério. Foi a dos rejuvenescedores do ideal cristão, de amor e livre-pensamento.

“Marrocos (proclamou Bebel) não vale os ossos de um granadeiro alemão”. É a fórmula vitoriosa; é a síntese dessa altiva campanha, que dá, aos inimigos de tóda a guerra, uma atitude simpática e heróica.

Os socialistas franceses das várias escolas ameaçaram o governo com uma parede geral, caso a guerra fôsse declarada, e seria um maravilhoso exemplo se seguissem o conselho de Tolstói e declarassem: — *Não marcharemos!*

Os socialistas de todo o mundo devem enviar aos companheiros das duas nações européias o seu apoio caloroso nesse protesto coletivo contra a guerra.

(“O Mundo” — Rio de Janeiro, 17-9-1911)

4

CARTA-ABERTA AO SR. DR. RUI BARBOSA

Extraordinário mestre! Desde os quinze anos, habituei-me a ler tudo quanto V. Ex.^a escreve ou diz (livros, discursos, conferências, pareceres, artigos), acompanhando o pensamento de V. Ex.^a, da campanha abolicionista à civilista, das *lições* de Calkins às *Finanças da República*, do prefácio do *Gulliver* às *Cartas de Inglaterra*, de *O Papa e o Concílio* ao parecer sobre o ensino, do célebre artigo *Pornéia* à série da *Liquidação final*, à famosa *República*, à conferência de Buenos Aires, etc, etc. A pena de V. Ex.^a não tem *sub-sole* maior culto que o meu. Sou o venerador sincero do estilo terso do polemista, e o demonstrei publicando, aos vinte anos, alguns artigos de análise, não me lembra em que jornal. A resposta de V. Ex.^a, no Senado, ao dr. Ramiro Barcelos, é uma das páginas mais admiráveis que conheço, sem igual em qualquer literatura, e cada artigo de fundo de V. Ex.^a é um modelo de arte.

Esse culto é tanto mais honroso para mim, quanto somos, em tudo o mais, diametralmente opostos: V. Ex.^a, apesar do prefácio ao livro de Jânus, é católico, apostólico e romano, não sei porque ainda não conde papal; eu, hereje e, não sei por que, ainda não excomungado. V. Ex.^a sempre foi, é e será político; eu sempre detestei, detesto e detestarei a política. V. Ex.^a é homem do direito, das leis, advogado incomparável; eu, anti-jurista, sujeito para quem a fonte das desgraças é o direito, e um dos malfetores da sociedade o advogado.

V. Ex.^a, resumamos, é republicano ou monarquista (não sabemos bem, nem eu nem V. Ex.^a), em todo caso, conservador, amigo do Estado, defensor da *ordem legal*, anti-socialista; eu, nem republicano, nem monarquista, nem democrata, vendo como vejo na *ordem legal* a *compressão legal*, na democracia a seleção das incompetências.

V. Ex.^a há de concluir que sou *socialista* como o sr. Evaristo de Moraes. Engana-se V. Ex.^a. Basta ver que não repugna ao socialista ser político, advogado a tanto por cliente, defensor do sufrágio universal, da ordem jurídica, da representação subsidiada, e outras coisas intoleráveis ao meu critério.

“Anarquista!” — gritará V. Ex.^a. E, em tórno, os amigos de V. Ex.^a (padres e juristas, generais e condes, políticos e comerciantes) ouvirão trons de dinamite, sentirão fedor de pólvora, verão punhais erguidos. O sr. Cardeal Arcoverde benzerá V. Ex.^a, o sr. chefe-de-policia alarmará secretas, o sr. Modesto Leal reforçará a burra ou as burras.

Peço a todos calma. Nunca surrei ninguém, nunca matei ninguém, nunca roubei ninguém, honro pai e mãe, não cobiço a mulher do próximo, dou pão a quem tem fome, visto os nus, não cobro a ninguém, obedeco fielmente às leis do país, cumpo os meus deveres meticulosamente, não faço operações por quatro contos, não exijo vinte por cento de inventários, não prorrogo sessões remuneradas da Câmara, não ganho mil réis de cada firma reconhecida, não faço contrabando, não especulo, não fumo, não bebo, não jogo, não conheci Bôlo-Paxá. Creio-me, modéstia à parte, um sujeito sofrível, nem ótimo para santo (tenho bom gosto), nem ruim para o xadrez.

V. Ex.^a está agora tranquilo, não? Ouça-me, pois:

Li a *expressiva* carta de V. Ex.^a ao sr. Evaristo de Moraes, *candidato popular*, candidato, ainda mais, do *operariado*. Rogo de V. Ex.^a permissão para lamentar, antes de tudo, o operariado, o operariado brasileiro. Disse, há poucos dias, numa conferência ante operários, que o maior mal dêles é a *ignorância crassa*, e êles me saudaram com palmas atroadoras, confirmando, confessando essa verdade triste. Poderá V. Ex.^a, poderão os operários, informar-me que tem feito o sr. Evaristo de Moraes em prol dêses infelizes?

Volvamos, porém, à carta expressiva de V. Ex.^a. V. Ex.^a diz que nunca foi socialista, e *ninguém mais longe de o ser*, acrescenta. “Mas reconheço (pondera V. Ex.^a), como tôdas as almas justas, que, entre as reivindicações das classes operárias, muitas há equitativas, irrecusáveis, necessárias à boa organização da sociedade.” Infelizmente não declara V. Ex.^a quais as reivindicações justas. Basta, porém, a confissão de serem justas *algumas* delas para concluir-se que V. Ex.^a exagerou, asseverando que *ninguém mais longe de ser socialista* do que V. Ex.^a; e isso porque há gente no mundo que não reconhece *nenhuma*. Tomo, portanto, a liberdade de supor V. Ex.^a um bocadinho socialista, uns dois por cento, mais ou menos. E V. Ex.^a, sem querer, vai na estrada do anarquismo, porque o anarquista é o socialista que requer cem por cento das tais reivindicações. *Vai*, não; *iria*, se diante de V. Ex.^a não se levantassem dois Andes de preconceitos favoráveis ao conforto, ao luxo, à paz de espírito, à superioridade de V. Ex.^a: *a religião* e o *direito*. São êles que mantêm a organização atual, ótima para V. Ex.^a e para os de cima, e horrorosa para os de baixo, os trabalhadores. Essa organização permite que V. Ex.^a exija cem, duzentos, trezentos contos por uma causa, para mostrar, nos tribunais, que os dois mil contos que Fulano tem pertencem a Sicrano. Esse extraordinário *trabalho* de V. Ex.^a (podia referir-me, por exemplo, ao engenhoso parecer de V. Ex.^a sobre os *bens de mão-morta*) merece o prêmio de um quinhão farto de riqueza humana.

Quem produziu essa riqueza? Os trabalhadores do mundo inteiro, nacionais ou estrangeiros! Dirá V. Ex.^a: “Para escrever tal parecer, para intentar uma ação, tive de estudar como ninguém; meu pai gastou muito dinheiro com educar-me; despendi somas grossas com a biblioteca enorme que possuo. Tudo isso é *capital* acumulado, e eu cobro os juros dêsse capital e do meu talento.”

Muito bem, mestre ilustre! Agora, respondo eu: Em primeiro lugar, nem todos os advogados ricos são como V. Ex.^a. Há muitos cujo capital-talento é reduzido como rabo de cotia. O argumento que poderia valer para V. Ex.^a não vale para a maioria dêles, vadios na quase totalidade, chicanistas a pedir basta, trapaceiros à vontade do corpo.

Em segundo lugar, ousou inquirir de V. Ex.^a o seguinte: “Quem sustentava V. Ex.^a enquanto estudava no colégio e na academia?” “Meu pai!”, dirá V. Ex.^a. E eu contesto: “Não. O pai de V. Ex.^a pagava o colégio, a academia, vestia V. Ex.^a, comprava livros, gastava dinheiro. Dinheiro é riqueza, representação social da *riqueza produzida pelos trabalhadores*. Enquanto V. Ex.^a, felizardo, estudava, desenvolvia o seu espírito, milhares de crianças sem papai rico não podiam estudar, e não podiam estudar porque a sociedade os obrigava a trabalhar, para viver, nas oficinas, nas fazendas, nas senzalas. É verdade: no tempo de V. Ex.^a estudante e acadêmico, era a senzala, o negro escravo, os molequinhos que não tiveram a fortuna de nascer brancos como V. Ex.^a e filhos de homem rico ou influente. V. Ex.^a se educou com as mortificações dêsses desgraçados, com o sangue do proletariado negro, que sustentava senhores déspotas.

Conheço tôda a campanha de V. Ex.^a pela abolição. Confesso que me dá a impressão de uma defesa apenas de jurista que se envergonha de ver a escravidão porque os juristas a condenaram, as leis burguesas a repelem, os Estados a repudiam. Não vejo o homem que sente e se revolta. Exatamente como agora, V. Ex.^a reconhece certas reivindicações porque os tradistas as proclamaram, depois da ameaça coletiva dos trabalhadores, os parlamentos as aceitaram por não ter remédio, os capitalistas as toleram para evitar maior mal.

Pois os trabalhadores de hoje são os escravos de ontem. Êles continuam a manter V. Ex.^a, a trabalhar para V. Ex.^a, para os filhos de V. Ex.^a, para os netos de V. Ex.^a. São êles as mãos fabricadoras de tudo quanto concorreu para que V. Ex.^a desse aos filhos regalo e repimpamento. Enquanto os netos de V. Ex.^a vão à escola, ao colégio caro, ao cinema, a Petrópolis, os netos dos ex-escravos vão para a oficina, para as obras, para o eito, produzir essa riqueza que V. Ex.^a aufere defendendo os Guinles ou os Matarazzos. V. Ex.^a nem sequer pesquisa a origem dos cabedais a defender, frutos, em geral, da fraude e da torpeza. V. Ex.^a patrocina, com o mesmo sangue-frio ou o mesmo calor profissional, o óbulo da viúva e a extorsão dos *Mãozinhas* ladravazes. Contanto que os *documentos* estejam limpos. V. Ex.^a, em suma, extorque aos parasitas o que os parasitas roubam aos trabalhadores.

Ora, isto seria impossível num regime sem exploração capitalista. E como os socialistas avançados, digamos antes, como os anarquistas querem tal regime, V. Ex.^a lhes recusa o apoio.

De duas uma: ou V. Ex.^a não é justo, ou V. Ex.^a não compreende o anarquismo. Porque, se V. Ex.^a fôsse justo, sentiria a dor universal, palpitaría com o proletariado sofredor, revoltar-se-ia contra uma sociedade em que é possível um caso como o *Satélite*, um *Canudos*, uma guerra mundial. Se V. Ex.^a, realmente, se magoa e se revolta, é anarquista de índole; e se permanece na defesa do Estado e da Igreja, é que não percebe o problema social. É o que me parece. V. Ex.^a embrenhou-se pelo direito a dentro, sem fio de Ariadne, e foi devorado pelo Minotauro.

Daí, dessa absoluta insciência da questão social, decorrem os conselhos mirabolantes que V. Ex.^a transmite aos operários pela bôca do sr. Moraes. Prega-lhes V. Ex.^a que, acima do povo e das multidões, da fôrça, do poder, do número, das soberanias, está o Direito. V. Ex.^a não sabe história, porque a história conta que o Direito sempre estêve com a fôrça, o poder, as soberanias, e quando, por acaso, os povos e as multidões modificam o Direito a seu favor, o fazem pela fôrça. Tôda conquista do direito é uma conquista da fôrça dos trabalhadores contra os opressores, quer diretamente, quer indiretamente, por meio de concessões de potentados em luta contra potentados.

Acima do Direito, diz V. Ex.^a, está o Dever. Não entendendo. Ensinam os livros que só há *dever* onde há *direito*. V. Ex.^a está dando cincoas inacreditáveis, ou então os mestres erram. Se os alemães têm o dever de reconstituir a Bélgica, é que a Bélgica tem direito a essa reconstituição. Se não tivesse êsse direito, cessaria tal dever. O ano passado, os vendedores ambulantes tinham, por lei, o direito de me azucrinarem, e eu, embora indignadíssimo, tinha o dever de suportá-los. Hoje, livre do azucrim, por lei (veja o que é o direito), tenho o direito de não ser azucrinado, e êles o dever de não me azucrinarem. Qual o superior: o direito ou o dever?

O melhor, porém, de tudo o que V. Ex.^a escreveu na carta a que me refiro, é a asseveração seguinte: "a sociedade tem suas bases eternas na história, na autoridade, na religião, na pátria, na família, na acumulação, na inviolabilidade e na herança dos

frutos do trabalho, e as nações que abandonaram êsses princípios se desonram, anarquizam e dissolvem como a Rússia", etc.

Bases *eternas* na história! Lembro a V. Ex.^a que a história não é *eterna*, e o não são assim as bases da sociedade. Os operários de hoje, menos os brasileiros, sabem muito bem que a base da sociedade é a exploração da minoria dos *acumuladores dos frutos do trabalho* contra os produtores de tais frutos, que ficam na miséria. Sabem muito bem, sem precisar de conselhos dos Evaristos de Moraes, que o sustentáculo dessa sociedade, a família, a pátria, o direito de propriedade, a inviolabilidade, mantida pela *fôrça pública* (e V. Ex.^a diz que o direito está acima da fôrça!), das riquezas entesouradas por qualquer gatuno.

V. Ex.^a não lhes ensina nada de novo. Sabem de tudo isso, e é isso que lhes ensinam os propagandistas da sociedade nova. Mas é justamente contra êsse arranjo, que o proletariado se levanta, contra essas bases mesmas, que protesta. V. Ex.^a fala como patrono da classe parasita, sem suspeitar sequer que os da classe parasitada não podem ouvir tais vozes, porque essas vozes são sempre falsas, enganadoras, ludibriantes. Enquanto V. Ex.^a fala assim, milhares de salarizados exigem que se cumpra uma lei favorável aos criados de hotéis e botequins, e o sr. chefe-de-pôlicia, em vez de cumprir a lei (êle que blasona de cumpridor das leis contra os operários perigosos), chama as duas classes, empregados e patrões, a um acôrdo pulha, como todos os acordos tentados e desfeitos.

V. Ex.^a fala à-toa. O operariado universal se apega, mais e mais, aos princípios antagônicos aos de V. Ex.^a, e repudia mais intensamente os Evaristos de Moraes políticos e galgadores. Olham para a Rússia com "bravos" entusiásticos, por verem nos heróis daquela terra os destruidores das autocracias e das democracias, equivalentes mais ou menos. Reconhecem que os *frutos do trabalho* são acumuláveis para a *coletividade*, não para gôzo de alguns espertos; reconhecem a injustiça clamorosa dos filhos privilegiados que se instruem com o labor dos pobres, para serem grandes, ricos, respeitados à custa dêles; reconhecem quanto vai de astúcia, cálculo, engôdo, farsa, nos políticos sagazes, que, firmes no sufrágio dos ignorantes e simplórios, se fazem socialistas, candidatos, representantes, dirigentes da mesma sociedade exploradora dos votantes.

V. Ex.^a dá mão-forte ao sr. Evaristo de Moraes, e faz bem. Os operários vêem nisso o apoio justo de um legista ao colega recém-formado.

Desgraçadamente, é quase certo que os operários brasileiros, analfabetos quase todos, se apalermem diante dos conselhos man os de V. Ex.^a e votem no sr. Evaristo de Moraes. Pagam assim os *habeas-corpus* e mais serviços grátis.

Sou de V. Ex.^a admirador sincero e perigoso, *José Oiticica*

(“*Correio da Manhã*” — Rio, 26-2-1918)

5

EM DEFESA DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA

(Carta-aberta ao Chefe de Polícia Dr. Aurelino Leal)

Exm.^o Sr.: Um tópico do meu artigo “O que não se fêz” irritou V. Ex.^a, excitou-lhe as primas da alma e fêz V. Ex.^a enviar ao 1.^o delegado de Polícia aquêlo ofício preventivo de catástrofes iminentes. Mandou-lhe V. Ex.^a o “*Correio da Manhã*” com meu artigo tatuado de vermelho para assinalar ao deszeloso serventuário o facto grave do restabelecimento, melhor, do renascimento da Federação Operária, extirpada, há um ano, por V. Ex.^a.

Fiquei atônito, Exmo. Sr.! Bem se diz que a República Brasileira anda de pernas para o ar. Em vez de ser o delegado, o subalterno, quem informa a V. Ex.^a da organização de uma sociedade perigosa, é V. Ex.^a que vai informar ao seu inferior, pedindo-lhe depois que abra inquérito sôbre isto e sôbre aquilo. Ora essa! Se a Polícia de V. Ex.^a estivesse nos seus eixos, o 1.^o delegado já deveria ter cochichado aos ouvidos sensibilíssimos de V. Ex.^a tudo quanto V. Ex.^a agora quer saber. Nesse caminho, V. Ex.^a acaba secreta da Polícia, e o Bandeira de Melo, verdadeiro chefe, para moralidade do Serviço.

Passado o meu espanto, vamos ao que importa. Diz V. Ex.^a que a Federação Operária Brasileira, violentamente extinta por V. Ex.^a, o ano passado, era “um antro de anarquistas e velhacoito ostensivo e audacioso da vasa internacional ati-

rada às nossas praias, aqui vivendo em perene abuso da nossa índole hospitaleira e da liberdade das nossas leis”.

Quem lê isso põe as mãos a orar, agradecendo ao Ser Supremo a dadivosa prenda feita à pátria dos Tupiniquins. V. Ex.^a é o Salvador desta grande Pátria, mas atrevo-me a lembrar-lhe que V. Ex.^a nunca se rebaixou a visitar a Federação amaldiçoada. V. Ex.^a fala de oitiva, pelo que lhe foi contar a sórdida patrulha de secretas, conhecidíssimos dos operários e por êles repellidos com o mais soberbo dos desdêns.

Se o meu testemunho vale alguma coisa, posso atestar a V. Ex.^a que o convívio de cinco anos com a tal VASA Internacional me aproximou daqueles mesmos “Anarquistas Perigosos” que V. Ex.^a mandou prender, o ano passado. Êsses homens, por exemplo, Maximino de Macedo, Pedro Matera, José Gaiazzo, Primitivo Soares, Mações e outros, são homens de uma energia moral a tôda a prova, de modelar honestidade, cuja dedicação proclamo altamente como título de honra. Para êles abrem-se as portas de minha casa, que eu fecho terminantemente aos subordinados de V. Ex.^a, à vasa nacional que V. Ex.^a cria e paga nesse antro de patifes, assassinos, bêbedos e ladrões, nesse velhacoito oficial da capangagem vil, que é a polícia secreta de V. Ex.^a.

V. Ex.^a quer “moralizar a pátria”. Faz muito bem. Mas para “moralizar a pátria”, V. Ex.^a denuncia e ataca os anarquistas. Ouso discordar dêsse processo. Desafio a que me aponte V. Ex.^a, ou quem quer que seja, um assassino, um só, entre os anarquistas do Brasil, um ladrão, um incendiário, um desordeiro, um adulator, um vagabundo, um mendigo, um delator, um vigarista... Desafio! E desafio porque tenho a certeza, e os fatos o têm provado, de que, se algum trabalhador, tido por anarquista, cair na malandragem ou se apegar à bajulação eleitoral, será literalmente arredado dos meios libertários.

Para moralizar êste Brasil querido e maltratado, V. Ex.^a devia fazer o que não tem feito. Para me servir da expressão de V. Ex.^a, lembrarei que, se ha uma vasa internacional de proletários, há outra vasa internacional burguesa. E se é justo perseguir os maus elementos do andar térreo, a justiça impõe creolina policial no sexto andar, onde proliferam, ao sol vivo, canalhas de primeira.

Ora, que tem V. Ex.^a feito nesse rumo? Nada! Que autoridade moral tem o governo de V. Ex.^a para prender os pobres-diabos sem crime algum, se o atual Presidente da República e o Presidente da República futuro, com V. Ex.^a ao lado, mandam pê-ames a um incendiário estrangeiro pelo incêndio ateado por êle mesmo? Que autoridade moral tem o governo de V. Ex.^a para apontar, como assassinos, homens inocentes de qualquer morte, quando êsse governo é criação do anterior governo, celebrizado pelos horríveis assassinios da ilha das Cobras e do "Satélite", pelo bombardeamento de cidades brasileiras e morticínios conseqüentes, tudo isso com apoio tácito, sem um protesto mínimo, do atual Presidente da República, do Presidente da República futuro e de V. Ex.^a? Que autoridade moral tem o governo de V. Ex.^a para castigar possíveis e supostos crimes, quando êsse governo deixa impunes ou premia torpes negociatas, como a da prata; explorações infames, como as desta guerra; carnificinas e rapinagens, como as do Contestado, expostas e documentadas em plena Câmara?

Se V. Ex.^a quer salvar o Brasil, comece pela vasa nacional, e se não tem ânimo nem fôrças para começar de cima, inicie o seu trabalho pela estrebaria da Chefatura de Polícia. É realmente indecoroso, nauseante, repulsivo, êsse corpo de agentes que V. Ex.^a sustenta e ouve. Ha nêle desde o delator mentiroso, falso, até o assassino criminosamente indultado. São espíões a quem faltam as extraordinárias qualidades de um espião de guerra. São covardes, mexeriqueiros, gatunos. Servem pelo dinheiro que lhes dão, sem nenhuma nobreza de alma, sem nenhum sentimento de dignidade humana. Humilham-se a tôdas as concessões, agacham-se às mais tristes ordens. É a vasa mais miasmenta. Faz pena vê-los arredios, envergonhados de si mesmos ou inconscientes do seu papel indigno, a ouvirem, sem reagir, as palavras de repulsa dos trabalhadores espionados. Por essa escória humana é V. Ex.^a instruído do que se passa entre os trabalhadores, do que se passava na Federação Operária, nessa Federação onde eu fiz numerosas conferências, um curso inteiro de sociologia, aulas de ciências naturais e muitas preleções sôbre higiene.

Diz V. Ex.^a que nessa Federação "se pregou a dissolução da família". Posso asseverar a V. Ex.^a que isso é absolutamente falso, pois o anarquismo não prega semelhante cousa.

Os anarquistas são também pais, têm, muitos dêles, numerosa prole. Não podiam, por isso, pregar a dissolução da família. O que êles acham, e eu também acho, é que, para amar a companheira e os filhos, não há mister a benzedura do batismo ou aquela comédia com que o Código Civil, meio anarquista nesse ponto, acabou serenamente.

"Pregou-se a negação da pátria" — afirma V. Ex.^a. Se V. Ex.^a houvesse um dia descido da alta posição que ocupa, a ouvir os anarquistas na Federação, acabaria concordando com êles no referente à noção de pátria. V. Ex.^a é patriota, e eu também sou, mas eu sou diferentemente de V. Ex.^a, eis tudo. Amo estremecidamente êste Brasil, terra admirável, pèssimamente aproveitada; amo a sua natureza esplêndida, e procuro, em prosa e verso, exaltá-la, cantá-la, glorificá-la. Sinto-me grande em ser brasileiro, porém maior em ser homem. Amo o povo desta terra, a infeliz raça desprezada, amargurada na escravidão, despedaçada nas bandeiras e entradas, escorraçada por quanto explorador nacional ou estrangeiro a avilta, deprime e calunia, vítima da politicagem miserável que a destroça nas revoluções, a escorcha com os tributos, a esfacela com expedições militares mais custosas que as escolas que lhe negam. Não sou todavia jacobino, não sou nativista, não sou xenófobo. Vejo, em qualquer trabalhador, em qualquer homem digno, um compatriota. Entre um brasileiro ruim e um estrangeiro bom, dou preferência ao último. Penso que a minha terra pode ser mais amada e melhor servida por muitos estrangeiros honrados que por muitos brasileiros negociatas, paspalhões e devassos.

O que nego é a pátria pretexto de extorsão, ladroeira, maroscas internacionais, guerras interesseiras, conquistas, opressões; é a pátria separação entre homens, motivo de digladiações comerciais, agrupamentos de banqueiros e capitalistas gananciosos, que iludem a massa estulta para se enriquecerem à sombra das bandeiras. Esta é a pátria que negam os anarquistas, e com êles todos os homens de entendimento e coração.

Assevera V. Ex.^a que se pregou, na Federação Operária, "a subversão da ordem jurídica e legal". Êsse é realmente o fulcro da revolução social moderna. Mas, note V. Ex.^a, *não é a Federação que a prega*. V. Ex.^a ignora que a Federação não é uma "sociedade", mas a "agremiação de várias sociedades operárias", nenhuma delas, veja bem V. Ex.^a, "nenhuma delas"

anarquista, V. Ex.^a teria o direito de fechar a Federação, se a Federação incluísse nos seus estatutos e pregasse sistematicamente a subversão social. Ora, isso nunca se deu. V. Ex.^a teria tal direito, se a Constituição o permitisse, de enclausurar apenas os pregadores das tais doutrinas. Por isso o ato de V. Ex.^a, extinguindo uma associação a que se achavam filiadas sociedades legalmente constituídas, como a dos marmoristas, foi uma arbitrariedade, aliás muito comum entre os homens do poder.

Garante V. Ex.^a que na Federação se pregou o “assassinato (*sic*) da autoridade”. V. Ex.^a há de permitir-me a afoiteza de registrar aqui três ingenuidades de V. Ex.^a. A primeira é supor que a personalidade de V. Ex.^a tem algum valor na questão social. Que adiantaria ao mundo, ao problema da organização humana, ao futuro regime econômico, a supressão de V. Ex.^a? Então V. Sx.^a, figura efêmera de um governo efêmero, se acredita barreira tal à expansão dos ideais novos, que a sua remoção ou demolição se impunha aos apóstolos dêsses credos?

A segunda ingenuidade é crer V. Ex.^a tão ineptos e inbecis os anarquistas estrangeiros ou nacionais que, incluindo em seu programa a eliminação de V. Ex.^a ou de qualquer outro figurão de casaca (“tenemus risum”), fôssem declará-lo em público, anunciá-lo de antemão a esbirros e beleguins. Ora essa!

A terceira ingenuidade está na própria ação de V. Ex.^a. V. Ex.^a decreta “absurdas” as idéias anarquistas e resolve opor-se a elas, inutilizá-las no Brasil, impedir neste recanto indemne a contaminação da epidemia apavorante. É como se V. Ex.^a quisesse, com um copo de água, apagar o Chimborazo. Quando o mundo inteiro freme de indignação e ódio revolucionário contra a abominável coligação exploradora que desencadeou, na Terra inteira, a guerra atual, quando a massa trabalhadora internacional abre os olhos e vê os destroços formidáveis causados pelo regime jurídico autocrático e democrático; quando a remodelação das bases mesmas da agremiação humana é o refrão diário, a aspiração insopitável, a mais veemente fôrça propulsora da multidão que sofre, de que valem as perseguiçõezinhas, as medidinhas, as fitazinhas de V. Ex.^a, neste ambientezinho insignificante e ignoto do Rio de Janeiro?

E o mais interessante é que V. Ex.^a vai obter, como os plutocratas de São Paulo, exatamente o inverso. V. Ex.^a está cooperando excelentemente com os propagandistas na obra te-

nebrosa e assustadora. A Federação Operária era uma agremiação frágil, hesitante, com cinco mil sócios, mais ou menos, entre as sociedades componentes. O ato arbitrário de V. Ex.^a, fechando-a, foi laço forte para a união dos trabalhadores.

O inquérito ordenado por V. Ex.^a é trabalho inútil. Posso informar a V. Ex.^a que a atual União Geral dos Trabalhadores é a mesma antiga Federação Operária com os antigos elementos e outros muitos novos. Os cinco mil trabalhadores de ontem, graças a V. Ex.^a, são hoje trinta mil, sòlidamente arregimentados. Não constituem uma “sociedade”, mas representam a solidariedade de vários grupos operários unidos para um mesmo fim de defesa mútua. Nenhuma dessas associações, posso garantir a V. Ex.^a, é anarquista. Os elementos anarquistas que entre elas há, ou são brasileiros ou estrangeiros “residentes no Brasil”, que se fizeram anarquistas no Brasil.

V. Ex.^a pode dormir tranqüilo. Ninguém pensa em assassinar V. Ex.^a nem assassinar nenhum representante da autoridade.

Eu, porém, interessado nos problemas sociais do mundo, desejo intimamente que V. Ex.^a leve avante uma perseguição tenaz contra a União Geral dos Trabalhadores. Peço, imploro, rogo a V. Ex.^a êste serviço extraordinário, que pagarei com a idéia de erguer a estátua de V. Ex.^a ao lado da de Floriano, com os primores de arte que a superornam. Foi V. Ex.^a que elevou de cinco mil a trinta mil o número dos operários federados. Com mais um toquezinho, V. Ex.^a elevará o número a cem mil. Cem mil aqui, outros cem mil em São Paulo! Que beleza!

Sou, de V. Ex.^a servidor sem préstimo, *José Oiticica*.

(“A Rua” — Rio, 19-4-1918)

6

EM MARCHA

O telégrafo anunciou, há dias, o maior acontecimento da guerra mundial. Êsse telegrama não abalou ninguém, a poucos impressionou, fêz rir de certo a alguns. O “Imparcial”, que no-lo

deu, qualificou-o assim: "espantosas resoluções do Soviete". O *espantosas* tem, no cabeçalho, a significação precisa de estapafúrdias. Uma das resoluções estravagantes era esta: *abolição da propriedade particular*. É a proclamação oficial, por um partido vitorioso, da libertação da terra. É o comêço de uma era nova, da verdadeira era nova, a que nos vai levar a conflagração da Europa.

Os espíritos cevados no regime capitalista, imbuídos, desde crianças, da política do Estado, cegos dentro do direito, da economia política e da religião, viam e vêem como fim supremo da carnificina humana a defesa dos *princípios da humanidade e da civilização*, a queda do *militarismo* e outras fórmulas tão vagas, tão imprecisas, como as demais fórmulas políticas encobridoras de ambições partidárias inconfessáveis.

A guerra atual foi, desde o comêço, e tudo o demonstrou, uma guerra de cobiça mútua entre as potências donas da Terra. Quem dirige as *potências*, mau-grado o embuste das democracias, são os senhores da terra e do direito, os *políticos*, a diplomacia, com seus segredos, seus tratados, suas conferências, seus acordos, suas alianças. Por trás dos *homens públicos*, estão sempre os comerciantes e os industriais, os banqueiros e os agiotas, os possuidores da riqueza, os açambarcadores dos mercados, os personagens da *concorrência universal*. Concorrência é guerra, dentro ou fora da lei.

Para iludir as massas dirigidas, os *próceres*, os chefes, os lucradores, inventam fórmulas vistosas, criam lemas entusiasmantes, propagam superstições e idéias, confirmam tradições ruins, condenam todo assômo de revolta ou de objeções aos credos consagrados. Donos da terra, são, conseqüentemente, donos do trabalho, os diretores da exploração da terra. E como a exploração da terra se realiza com o braço humano, as máquinas são realmente os amos, os parasitas crônicos, os assalariantes, em cujos tentáculos violentos se escraviza a turba reles dos salarizados. São os *proprietários* da terra. A terra é deles só, com exclusão dos verdadeiros produtores, dos criadores da riqueza, dos trabalhadores, a quem dão sempre o estritamente necessário para não estourarem de fome.

A escravidão antiga, sem paga em moeda, sucedeu a escravidão moderna do salário. Os salarizados, muito menos cultos, oprimidos pela autoridade, engodados pelas seitas e pelos

deveres cívicos, pelo padre, pelo professor, pela imprensa, pelos políticos, se deixam persuadir, temendo o cárcere, o Demônio, a *desmoralização*, fanatizados pelo milagre, pelo voto, pelo direito.

Quando a concorrência internacional rebenta em guerra, lá se vão, dominadas as massas, à trucidação recíproca, sem saberem nunca para quê, nem por quê.

Essa a *história universal*. Mas, em tôda a história universal se encontra, aqui e ali, vestígio de um protesto mais ou menos forte. Há sempre uma questão agrária, uma rebelião de escravos, um problema servil a resolver, uma comuna a reprimir, uma greve a esfacelar. Nesses protestos, porém, houve apenas *sentimento*. Era a dor humana insuportada, sem consciência das suas causas nem dos seus remédios.

Ora, o século passado se caracteriza, acima de tudo, por ter sido o século da *consciência*. A Internacional de 1866 foi o sinal vivo dessa aurora. As multidões oprimidas nos campos e nas fábricas compreenderam à saciedade, perceberam onde estava o *mal humano*. Viram que eram vítimas inermes da tremenda concorrência entre os *proprietários*. Estavam nas mãos dos gananciosos, dos ladrões, dos especuladores desalmados, dos sugadores das suas energias.

E o remédio lhes apareceu claro: *libertar a terra dos proprietários*, extinguir a propriedade, dar ao homem, tão somente, o *usufruto da terra*. Entenderam logo que ao tentame se opunha, insuperavelmente, a organização hierárquica, milenar, do capitalismo, o Estado com suas tropas, seus juizes, seus parlamentos, suas leis. E raciocinaram: tudo isto se mantém por nossa culpa; nós é que somos os soldados, nós é que produzimos as armas policiais, nós é que fabricamos os palácios, os perfumes, os instrumentos, os vapôres, as locomotivas, damos todo o conforto aos nossos opressores, nós é que os sustentamos e defendemos. Pois bem, neguemo-nos a sustentá-los, e eles cairão, criaremos a humanidade sem patrões e sem políticos; seremos, nós, produtores, meros usufrutuários da produção, os diretores dos serviços, com economia extraordinária de esforço humano, dispensando todos os intermediários: comerciantes, agiotas, banqueiros, comissários, advogados, tabeliães, legisladores, funcionários, a inumerável legião de parasitas do trabalho; inauguraremos o regime da *ordem*, e não da

compressão; do acôrdo, e não da autoridade; da anarquia, e não da hierarquia.

De 1866 para cá, essa *consciência* foi-se difundindo pelas classes laboriosas, abriu para o homem nova aspiração e, iluminando o gênio de alguns filósofos, suscitou a maior doutrina filosófica de todos os tempos.

Naturalmente a reação foi rápida. Os chefes do capitalismo viram renascer Hércules. Por tôda a parte, pela imprensa universal, nas escolas, nas igrejas, nos comícios, nos livros, até nas leis, moveu-se a guerra de descrédito, a campanha da calúnia, da mentira, contra os ideais nobríssimos da maioria humana sofredora. *Anarquista* era sinônimo de *assassino*. É quase isso, ainda hoje, para os chefes-de-polícia do mundo inteiro. Como se os grandes sábios e os homens honradíssimos, que foram e são um Réclus, um Kropótkine, um Faure, um Robin, um Malatesta, um Lorenzo, etc., etc., se pudessem comparar aos assassinos coroados de tôda a história, aos Scarpas, aos Trepoffs, aos Vidocs, aos Césares, aos Napoleões!

Essa *consciência*, abafada pelos clarins de 914, clamando inútilmente ao troar dos obuseiros, triunfou, súbitamente, sobre as ruínas do tsarismo destrôado. E agora, solenemente, oficialmente, grita ao mundo inteiro a sua fôrça, convoca os salarizados de tôda a Terra para a instauração de outro regime, do regime da terra libertada.

É o maior grito do homem. Os despedaçamentos inenarráveis da hedionda guerra atual hão de emover tôdas as vontades para a supressão definitiva dos exploradores de homens, e o destino humano não sairá das conferências colossais, nem das fórmulas mais ou menos fraudulentas de jurisconsultos e chefes de nação; há de irromper dos *soviets*, dos sindicatos libertários, das agremiações dos proletários, porque a dor humana, avolumada com os morticínios gigantescos, as tragédias formidáveis dêsses três anos, tem agora para dirigir-lhe os ímpetos de reivindicação, essa *consciência* clareadora que o século 19 nos legou e vai ser, no século 20, a luz guiadora da humanidade em marcha.²

(“Correio da Manhã” — Rio, 27-7-1918)

(2) Esta crônica, publicada no “Correio da Manhã” de

O SUFRÁGIO UNIVERSAL

Jean Grave definiu o sufrágio universal: “êsse recrutador de mediocridades”. Essa definição exata condena a democracia. Os inventores dessa burla conheciam bem a massa rude que tinham de engodar, e ergueram-na a ídolo, para substituir, na consciência ludibriada dos escravos, o ídolo do poder real, de emanção divina. Os oprimidos viam bem os reis devassos, cruéis ou mentecaptos, e não se conformavam com a teoria que os arvorava em porta-vozes da Providência oculta. Era já difícil repetir a farsa da escolha de um Saúl.

Os escravos queixavam-se dos amos. Houve então alguém (filósofos, panfletários, negociantes), que hasteou, às vistas fáceis da multidão, outra bandeira, bandeira revolucionária, da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a cuja sombra rubra se declamava a *soberania popular*: “Plebeus, tomai vós mesmos a direção do mundo! Sêde vós mesmos vossos amos. Viva o sufrágio universal!”

E o sufrágio universal se alçou como princípio da revolução triunfante. A massa contentou-se, submeteu-se à aparência de sua autonomia. O republicanismo, o parlamentarismo, o sistema representativo, em suma, teve seus apóstolos, seus teóricos, seus executores fiéis, desafogou um pouco a ânsia de rebeldia e logrou, como resultado principal, iludir o pro-

27-7-1918, pouco depois da eclosão da Revolução Russa, reflete o entusiasmo com que os anarquistas de todo o mundo saudaram aquela epopéia. Tal entusiasmo, porém, não duraria muito, sendo substituído pela decepção, quando os novos tsares, em nome da Revolução, da Liberdade e da felicidade do Povo, começaram a amordaçar, a encarcerar, a torturar e a fuzilar os que a tinham feito, isto é os anarquistas, os socialistas e os comunistas (recorde-se que quase tôda a “guarda vermelha” de Lénine foi passada pelas armas), em tudo se revelando iguais, se não piores, que os antigos senhores da Rússia. Tal qual como, mais recentemente, o ditador bolchevista de Cuba, Fidel Castro, mandando assassinar, imperturbável, logo que subiu ao poder, os verdadeiros organizadores da revolução cubana, os heróis da epopéia da Sierra Maestra, em sua maioria anarquistas. (R.N.).

letariado, dar-lhe a crença de libertação com a velha moeda do sufrágio: "Tens o direito de escolher o teu representante; tens o voto; logo, és dono de ti mesmo e do universo. Já teus reis, os nobres ou os ricos, não poderão decidir nada sem te ouvir; precisam do teu consentimento para prescreverem leis, taxar impostos, fazer guerras. És cidadão de uma pátria livre!"

A tais homens embaídos era azado conduzir e explorar. Logo os argentários, os doutores, os ex-nobres, os dignitários do clero e da burguesia se apresentaram candidatos à escolha dos novos *homens livres*. Eram os exploradores de ontem que alegavam sua superioridade intelectual, sua influência protetora, sua força econômica e financeira para se tornarem *representantes do Povo*.

Dantes eram, arrogantemente, por direito divino, sem *placet* popular, os repartidores da riqueza, os distribuidores do *queijo* clássico. Agora, não: cederiam a arrogância, cumpria cortejar a turba dos famintos, solicitar-lhes a anuência, embora sem lhes dar *queijo* nem *facão*. O povo *delegaria* os seus *poderes*, e eles, munidos desse diploma, continuariam a distribuição, o talho das fatias, como dantes.

Ora, para esse comunismo eleitoral, era mister haver, entre os eleitos, certo acôrdo tácito, um apoio-mútuo contra os intrusos, os importunos, os idealistas, os desmancha-prazeres possíveis e indesejáveis. Podiam brigar, podiam discutir, podiam ter idéias, escolas ou partidos, aparentando sempre conformidade plena com a *vontade popular*; não era aceitável, todavia, alguém que viesse assinalar as extorsões, as artimanhas, os *conchavos*, as negociatas concedidas e planejadas nos subterrâneos dos parlamentos. Guerra, portanto, aos espíritos mais altos, aos sinceros, aos incontaminados, sobretudo aos *incontamináveis*! Guerra, com a intriga, o jôgo político, o subôrno, a violência, se preciso, mas guerra a todo transe, a todo custo! Assim se perpetuou, no Parlamento, a intriga de côrte, herdada do *forum* ou da *ágora*. Era a comédia social antiga entre patricios, plebeus e escravos.

O sufrágio universal foi um recurso hábil da *politicalha* velha como as *efas*. É a garantia da dominação dos menos tolos sôbre os mais tolos, dos parasitas sôbre os parasitados, com o aniquilamento certo, pressuposto, previsto, precalculado,

de todos os perturbadores do disfarce. As almas insubmissas não de ser apeadas; os insubordinados às chefias não de ser desaprumados, alijados, depurados. Quer-se a mediocridade ou menos que a mediocridade, de inteligência, de capacidade, de caráter.

Renan e Paul Bourget viram essa incompatibilidade entre os homens superiores e a democracia, mas nenhum deles compreendeu a razão desse divórcio. Tratando do papel humilhante do político, diz Renan: "Considerai quão humilhante é o papel do homem que se dedica à política em épocas como a nossa. Banido das altas regiões do pensamento, deserdado do ideal, passa a vida em labôres ingratos e infecundos, preocupações administrativas, complicações burocráticas, minas e contraminas de intrigas. Pode o filósofo entrar nisso? O político é o ser-vente da humanidade, não o seu inspirador. Qual o homem amoroso de sua perfeição, que se encarcere nesse afogadouro?"

Para êle, quando um povo se agita muito na politiquice, é que se degrada nêle o ideal, é que não há, pairando no alto, um pensamento nobre, um fim mais digno revelado por pensadores dignos. Então Renan prediz uma revolução geral. Essa revolução, porém, "não virá dos homens de ação, mas dos homens de pensamento e de sentimento," que irromperão contra os *corrilhos* e as *igrejolas*, criando a *fôrça nova*, destruidora dos "frágeis abrigos da política". Assim, Renan supõe que êsses políticos dominam por si mesmos, e, não vendo a formidável base em que se apoiam, crê possível uma revolução vinda de cima, das alturas, do pensamento superior, do poder dos gênios. E por isso fantasia uma sociedade governada pelos espíritos mais altos, uma aristocracia do pensamento, a minoria dos perfeitos, a cujo mando obedeçam comércio e indústria, banqueiros e sacerdotes, soldados e operários. O filósofo não viu que, atrás desses políticos, desses *serventes* da humanidade, estavam os donos da humanidade.

Há uma grande alma oculta nos parlamentos, a alma-*negócio*, e um grande motor de homens, o dinheiro. Tôdas as inspirações de cima, tôdas as águas santas da filosofia não conseguirão derruir as fortalezas da cidade negra. Só a análise minuciosa, pacientíssima, dos insurretos de hoje pôde revelar a extensão do acôrdo tácito, das relações subterrâneas entre a plutocracia e o Estado, entre a finança e a política. Uma dessas

interessantes vistas estereoscópicas deu-no-la François Delaisi, pormenorizando os escândalos da casa Krupp. Mostrou, com os documentos mais gritantes, a vasta submissão dos *serventes da humanidade* à serventia da maior casa de armamentos do universo, incluindo o próprio *kaiser*, seu acionista. Mostrou a mesma situação nos demais países, e é muito eloquente vermos entre sócios ou empregados de várias fábricas conhecidíssimas, nomes também conhecidíssimos na política mundial vigente. As coisas mais incríveis se nos deparam nesse opúsculo escrito antes da guerra, e tudo nêlo justifica esta conclusão geral do escritor francês: "As grandes casas metalúrgicas, que têm como especialidade o fabrico das máquinas de guerra, dedicam-se a corromper sistematicamente os altos funcionários responsáveis pela defesa nacional, excitam facilmente, com o auxílio da imprensa, a opinião pública, fazem pressão sobre os parlamentos, afim de lhes arrancar os créditos necessários para lucrativas encomendas e, manejando o patriotismo como uma máquina de cunhar moeda, agravam o odioso regime da *paz* armada, quando não desencadeiam sangrentas guerras".

Que fazer, nesse caso, do projeto aristocrático de Renan?

Paul Bourget, por seu turno, escreve: "Não se exige grande vigor de análise para reconhecer que o sufrágio universal é francamente hostil ao homem superior". E, assinalando a inconformidade dos hábitos democráticos e das leis com o desenvolvimento e a ação dos espíritos eleitos, escreve: "É assim que muitos espíritos distintos da França contemporânea se viram excluídos do recrutamento governamental, ou, se triunfaram do ostracismo a que os condenava sua antipatia às paixões comuns, foi, precisamente, dissimulando essa antipatia e enclausurando-se em profissões de fé desprovidas de alta imparcialidade intelectual."

Em suma, significa tudo isso que a nossa democracia procede, como a grega, ao ostracismo dos superiores; apenas o processo atual é hipócrita, mesquinho, pequenino, vilão. Os gregos acusavam diretamente e exilavam diretamente. Hoje se desterram os melhores, sorratamente. Aos exilados resta apenas essa *melancolia*, de que fala Paul Bourget, reagrada pelo espetáculo do *triunfo insolente dos mediócras*.

É que os mediócras são títeres mais fáceis de manejar pelos empresários do teatrinho de fantoches, a que se reduz trágica-

mente a *civilização* dos plutocratas, *civilização vilã* do sufrágio universal.

("Correio da Manhã" — Rio, 28-8-1918)

8

O PIOR CEGO...³

(A propósito de um artigo de Maurício de Medeiros)

A Revolução Russa despertou a atenção do mundo inteiro para o anarquismo. Esta doutrina, pregadora do maior ideal humano, era relegada para o rol das fantasias, tida como insânia de desprezíveis tarados ou puníveis com rigor. As fenomenais mentiras, telegrafadas por tôda a Terra, descreviam o grande feito maximalista com as côres mais gritantes: matanças, roubos, destruições, incêndios, a chacina feita lei, o canibalismo por princípio, a prostituição oficializada, o fuzilamento como recreio de panteras.

O lance fêz efeito nos pascácios das classes alta, média e baixa; na superficialidade reclamista da imprensa paga; na literatura dos mentores bandarristas e das matronas ajuizadas. Foi um *oh!* geral de medo e repugnância.

Mas o fumo se espalhou, vai-se espalhando, espalhar-se-á definitivamente, e então, com a claridade, iremos vendo que não foi tão feia a cena, como se alardeava. Os redatores assustados se acalmaram, os graúdos descançaram mais, donzelas e madamas dominaram seus temores. Foram chegando os desmentidos; depois, notícias boas, crônicas de enviados-especiais, de viajantes, acordes todos em proclamar o extraordinário trabalho feito pelos russos, a absoluta liberdade, a harmonia social resultante da regularização dos serviços em todos os ramos do labor humano. Foi uma revelação. A utopia se realizava. As federações de operários governavam com milhões

(3) Cabe aqui a mesma nota que deixámos no final da crônica "Em Marcha", desta coletânea. (R.N.).

de homens no trabalho, os Sovietes demonstravam ser possível e desejável a eliminação do Estado e do capitalismo, fomentadores de guerras e perturbadores da produção e distribuição justa das riquezas, aparelhos de exploração, compressão e desperdício de energia aproveitável.

No Brasil, só viam isso os anarquistas e a massa proletária sindicalizada. O resto, os proletários inconscientes, a imprensa na quase unanimidade, os dirigentes sem exceção, profligavam o maximalismo, detestavam-lhe as pretensas atrocidades, viam nêlo o maior perigo atual, conjuravam a plutocracia aliada a despachar tropas sustadoras da sua marcha, aniquiladoras do Exército Vermelho triunfador.

O movimento de 18 de novembro, tentativa de uma greve geral, convertida logo, aos olhos esbugalhados da Polícia, em subversão maximalista, sacudiu a lerdice brasileira e fê-la inquirir melhor do que é, do que pretende, do que propõe o anarquismo. Então, sob a ameaça de revolução, os pais-da-pátria saíram da madraçaria endêmica e votaram, de afogadilho, com uma celeridade que espantou ao próprio Rui Barbosa, a lei de acidentes de trabalho.

Essa lei e a sua fabricação demonstraram claramente a cegueira dos nossos homens, o atraso lamentável de suas idéias, a curteza de sua observação. O maioral do Parlamento, Rui Barbosa, discursou no Teatro Lírico, diretamente aos operários, denotando a mais inesperada ignorância das correntes novas de reivindicações, confundindo-as, caluniando-as, titubeando, agarrado ao socialismo do cardeal Mercier, *per misericordiam Dei*.

Felizmente a gente é curiosíssima. Quando ouvimos dizer que na mata há leões, logo nos abalamos a ir vê-los. Acordaram violentamente proletários e pequena burguesia. Os próprios intelectuais se abalançaram à indagação. Os moços da imprensa foram bisbilhotar e verificaram, boquiabertos, que a causa maximalista era a causa dêles, explorados como os operários pelos patrões enriquecidos. Compraram livros, leram os autores anarquistas, verificaram que nenhum dêles prega a dinamite e o punhal envenenado, que as suas aspirações são nobilíssimas, elevadas. Daí a rapidez com que se opera a transformação de idéias em tôda a imprensa brasileira. Revisores e repórteres, noticiaristas e fotógrafos, escriturários e grava-

dores, todos compreenderam a excelência do regime novo, e vão saudando a Anarquia como a libertação do homem.

Todavia, na imprensa ha oportunistas, aratus à beira de agua, exoftalmos, espiando os altibaixos da maré, para sair fora ou entocar-se. Êsses fingem nada ver, teorizam para os dois lados, contentes de contentar aos poderosos, sem descontentar aos extorquidos. Não percebem que o momento histórico não admite dubiedade. A crise atual quer situações claras. Repele o meio têrmo dos policastros: ou conservador ou revolucionário, ou pró-burgueses ou pró-trabalhadores.

Tôda hesitação faz desconfiar, tôda conciliação nos é suspeita. O proletário quer o máximo; sente muito bem que todo mínimo é esperteza, velhacada, cinza pelos olhos. Sabe, por experiência rude, que as concessões burguesas são feitas para sustar cóleras, engodar crédulos, prosseguir caladamente na fraude dos assalariados. Conhece perfeitamente o sem-valor das greves como instrumento de emancipação; tem-nas apenas como fomentação de rebeldia.

Entre os nossos jornalistas dúbios inscrevo o sr. Maurício de Medeiros. Seu artigo de ontem, no "Imparcial", patenteia a sua diplopia talvez intencional. Suas afirmações delatam profundo desconhecimento das nossas classes operárias, do seu estado de ânimo, de sua marcha acelerada para a consciência reivindicadora.

Para êle, o proletariado brasileiro, digo, o proletariado carioca não tem noção exata dos seus fins nem dos seus meios. Para êle, o préstito do 1.º de Maio "não podia revelar própria-mente uma tendência do nosso operariado". Referindo-se aos lemas dos cartazes, assim escreve: "No fundo, aquela multidão não compreendia o valor daquelas expressões no seu verdadeiro sentido. Para a maioria dos que se aglomeravam em tôrno daqueles cartazes, êles deviam significar fórmulas de expressão de queixas, ânsia de uma vida melhor, sem que, entretanto, o método de obtê-la fôsse precisamente o consagrado nos lemas carregados".

Em que se baseia o articulista para afirmar que a massa proletária do desfile de 1.º de Maio não compreendia o valor daquelas expressões no seu verdadeiro sentido? O desfile, organizado por anarquistas, os sessenta mil manifestantes dêsse memorável dia eram, na sua quase totalidade, anarquistas, as-

pirantes conscientes ao comunismo⁴; foram êles mesmos que pintaram os seus dísticos, fórmulas do pensamento dêles, do ideal dêles, das suas aspirações para a liberdade. Quando saudavam a Baviera comunista, evidentemente queriam significar que almejavam a comunhão dos bens humanos no Brasil, anelavam a extinção da propriedade particular acumulável, o coletivismo, como norma na exploração da terra.

Se os trabalhadores arregimentados, instruídos, dia e noite, nas teorias e prática do anarquismo, não compreendiam o valor daquelas fórmulas, seria por acaso o sr. Maurício de Medeiros quem as compreendia no seu sentido verdadeiro? Com certeza, não. O sr. Maurício vive mui folgadoamente a sua vida de médico, professor e jornalista acatado, louvado e admirado. O seu quinhão nos bens terrenos, se não mui grande, ha de forçosamente ser mais que suficiente às suas precisões.

Logo, é natural que não aspire ao comunismo, imbuído ainda, como todos os burgueses, do preconceito de que o regime comunista vai piorar a situação dos ricos. O sr. Maurício de Medeiros não sente a miséria proletária, não anda nos meios proletários, não poderá nunca penetrar a consciência proletária de hoje em dia, muito menos perceber o sentido verdadeiro das suas reivindicações. Supõe, sem dúvida, que a massa dos trabalhadores cariocas é analfabeta, e erra manifestamente. Supõe que a maioria não estuda, e erra segunda vez. Supõe que os passeantes de 1.º de Maio não acompanham com fervor

(4) Até à eclosão da revolução russa e nos primeiros tempos que se lhe seguiram, a palavra "comunismo" era usada tanto pelos anarquistas (exceto os da corrente individualista, que constituíam, nesse tempo, minoria), como pelos marxistas, para designar o sistema de estruturação econômica da sociedade, comum às duas correntes. Só depois da contra-revolução de Estaline (continuada até hoje), quando os bolchevistas principiaram a perseguir, a amordaçar, a mandar para os campos-de-concentração da Sibéria e outros e a fuzilar os socialistas-revolucionários, os anarquistas e os próprios bolchevistas, como Trótsky e demais companheiros de Lênine, é que as expressões "comunismo" e "comunista" passaram a ter o significado restrito, que têm hoje, de sinônimos de regime russo ou análogo e de partidário deste. Os anarquistas-comunistas, quando hoje querem designar o seu comunismo, acrescentam-lhe "libertário" (sinônimo de "anarquista"). Assim, "comunismo libertário" ou "comunista-libertário" para distingui-los do "comunismo autoritário" dos marxistas. (R. N.).

tudo quanto se vai passando pelo mundo, distinguindo muito bem o joio do trigo, repelindo as manobras socialistas da burguesia cristã e judaica, e erra terceira vez.

Se o sr. Maurício de Medeiros sindicasse, entre os livreiros do comércio de livros anarquistas, de certo pasmaria. Vendem-se dêles, mensalmente, milhares e milhares. A massa bruta, posso garantir-lhe, está desbrutalizada nos principais centros do Brasil, e se vai desbrutalizando pelo Brasil afora. Não sabem, é verdade, químicas e físicas, geologias e cálculo transcendente, mas conhecem nitidamente a engenhoca social em que vivemos, as causas da sua imperfeição, dos seus desmantelos irremediáveis. Conhecem o regime comunista em seus mais ténues pormenores e os processos todos de transformação social.

E eis como um jornalista brasileiro, dos mais ilustres, vê as cousas atualmente. Vê ou finge ver. Outras idéias suas exaradas no mesmo artigo denotam mais a incompreensão profunda do problema. O articulista se apega ainda a paliativos desmoralizados e não mede a revolução universal, dos não possuidores, senão de longe, a esmo, com o mais ou menos dos que não querem medir certo.⁵

(*"Jornal do Brasil"* — Rio, 8-5-1919)

9

QUEM O DIZ

(Comentários a um artigo do Dr. Augusto de Lima Júnior)

Li o artigo "O momento social", estampado em "A Noite" de ontem. Fôsse meu, logo haveria quem torcesse os olhos

(5) É de registrar o erro cometido, neste artigo, por Oiticica, ao confundir anarquismo e maximalismo (comunismo de Lênine), doutrinas e movimentos nitidamente diferentes. Notemos outrossim o excessivo e infundado otimismo do autor em supor anarquistas os sessenta mil manifestantes do 1.º de maio. Se então houvesse tal número de anarquistas nos sindicatos do Rio, como se explicaria que aceitassem, poucos anos depois, submissamente,

para o não ler, ou, se o lesse, refugaria sistemáticamente os seus conceitos, por ser "léria de anarquista". Assina-o, entretanto, um legislador, homem do Estado, paredro illustre, defensor das nossas instituições, republicano registrado, poeta fino e parlamentar diserto. Assina-o o acadêmico dr. Augusto de Lima, deputado por Minas Gerais, meu patrício coestaduano lá das Altaneiras.

Assombrou-me o seu artigo, por lhe haver lido, não faz muito, na mesma fôlha, um musculoso ataque ao maximalismo e cercanias. Fiquei certo de que o temperado liberal seria, quando muito, socialista à moda de Rui Barbosa ou monsenhor Rangel, entre Leão 13 e o cardeal Mercier, ou navegava com Lloyd George, fazendo *concessões* dentro da *lei* e dos princípios econômicos. Por isso li, reli, tresli a coluna em grifo, pensei bem nas frases lidas, penetrei quanto possível os recônditos de cada idéia, e me pus a decifrar que línguas ígneas, apostólicas, lhe desceram lá do céu e lhe inspiraram tais afirmações puramente, literalmente, visceralmente, anárquicas! Como evoluiu assim, de sopetão, o eminente deputado, contrariando o bolorento *natura non facit saltus*?

Saberá o sr. Lima que pregou anarquismo aos seus leitores? Suas palestras denunciavam, já se vê, o anjo que hesita em se diabolizar; vê-se que revoa em tórno à luz, mariposando no ecletismo de quem não quer, mas não resiste, fascinado, mediu-nizado, não emancipado do aranhol histórico dos preconceitos multimilenares, sufocantes. Todavia, sente-se, a cada passo, a rebeldia da consciência que enxerga os erros, saltos de prisioneiro que deseja ver, de entre as lucernas altas, a cidade iluminada.

Por isso êle começa titubeando: "ainda não se conseguiu pôr o problema em equação, por lhe faltarem fórmulas e dados precisos". Quem o não conseguiu? Os legisladores, os par-

a canga fascistizante do Estado Novo e a canga não menos fascistizante do Partido Comunista? Tais erros só se podem explicar pelo entusiasmo sincero com que os anarquistas acolheram então a Revolução Russa, como acolheram, mais recentemente, com o mesmo posterior desencanto, a revolução cubana de Fidel Castro, da qual, como da russa, os anarquistas foram as primeiras vítimas, encostados ao *paredón*, nos gelos da Sibéria, nos campos-de-concentração de Karaganda e em Cuba. (R. N.).

lamentos, o Estado e o Capitalismo, sustentadores do êrro social? Não conseguiram porque não podem conseguir, e não podem conseguir porque laboram numa contradição fundamental. Querem corrigir o mal-estar social, conservando a causa-prima dêsse mal-estar. As fórmulas e os dados resolutivos do problema estão achados, discutidos, consignados em livros, manifestos, programas internacionais de ação reivindicadora. O eminente jornalista os desconhece, em todos os recortes, porque é teimoso; mas a prova de que são práticos e exequíveis, é que êle mesmo, por si só, já compreendeu, já adivinhou alguma cousa da *nefanda* organização anárquica. Sim, senhor, a anarquia é precisamente a solução *científica* da perpétua crise humana, é a *concepção moderna* do mundo, as doutrinas da *energética* aplicada à questão social.

Recusando mergulhar no fundo, o sr. Lima nada à superfície. Assim, claudica, asseverando que "a fixação das horas de trabalho é o ponto, mais que qualquer outro, erigido em *dogma* dos operários". Pudesse o sr. Lima ouvir o riso dos anarquistas ao lerem tais palavras! Êles estão fartos de saber e de ensinar que, na anarquia, o *quantum* de trabalho em cada centro produtor está determinado pelas *necessidades coletivas*. Em certos serviços, como o ensino, o asseio usual, a cozinha, as diversões, as horas de trabalho poderão ser prefixadas; o movimento fabril, porém, o agrícola, o mineiro, o de distribuição, etc., dependem da maior ou menor exigência de ocasião. No regime anárquico, tanto faz ao trabalhador o horário de seis horas como o de dez, desde que êle saiba que o excesso de serviço é para o bem comum. Pois oito horas não são *dogma* de operários; são reivindicação *atual*, no regime estatal-capitalista, porque o operário sente que o excesso de serviço não lhe traz vantagem, é *usurpação do capitalista*. Mesmo assim, os anarquistas hão mostrado, muitas vêzes e em tóda a parte, e eu mesmo o expus aqui, faz poucos dias, que a *conquista* das oito horas nada vale. Para certificar-se disso, leia no jornal "A Razão" de hoje (página 5/5.º vol.) o que disse o operário anarquista Heitor Carvalho sôbre o assunto: "que essas histórias pouco valem, porque os patrões tiram com a esquerda o que com a direita concederam aos operários, isto é, quando são aumentados os salários, as utilidades sobem de preço, o que anula as vantagens obtidas".

Está, portanto, na consciência dos operários anarquistas a inutilidade dessas reivindicações *como fim*. O dr. Lima está, portanto, com os anarquistas quando escreve que, “passado o efeito transitório e estabelecida a tolerância, é preciso aumentar a dose progressivamente, com prejuízo da vida cada vez mais precária do doente”. Todos êsses *expedientes* que o dr. Lima denuncia são, para nós outros, meros *paliativos*. Não é isso o que almejamos. A utilidade dessas campanhas é fomentar a organização sindicalista, mover a massa inconsciente para despertá-la, interessá-la na questão social, dar-lhe certeza da sua força pela união. Doutrina o erudito poeta que a verdadeira concepção orgânica do trabalho *colide com a legislação positiva existente*. Ora, bravos! Quem o diz? Um anarquista? Não, senhor: um jurista e legislador. Quando os anarquistas proclamaram a falência do *direito*, foram ditos subversores, gente perigosa, inimigos da civilização. Ora, a declaração do sr. Augusto Lima é exatamente essa: a organização nova, desejada, do trabalho, é incompatível com a legislação vigente, com o direito; ou, mais claramente, o direito não pode resolver a questão social; ou, ainda, a questão social há de ser resolvida fora do direito, *fora da lei*.

Para frisar mais o ponto, o sr. Lima ajunta: “O que existe no atual direito civil, em relação à atividade funcional do trabalho, circunscreve-se, anacrônica e anti-socialmente, à simples *locação de serviços*, operação materialmente igual à do aluguel de um prédio, de um imóvel ou semovente”. Atenda bem o público: Nessas palavras se condena, nem mais nem menos, a *locação de serviços*, com o regime do *aluguel*, do *salário*, mostrando o articulista que essa instituição provém do cativo em guerra, através da escravidão antiga.

O salariato, isto é, o regime salarial, tal como se pratica, reputa-o o ilustre deputado *anacrônico e anti-social*. Mas quem proscree o salariato proscree a sua fonte única: a propriedade particular, a capitalização privada, o acúmulo de riquezas em mãos de parasitas. Não pode haver meio termo: ou somos pelo salariato, como existe hoje, com o seu jôgo eterno de ambições operárias contra extorsões do patronato, ou somos pela extinção dêle, pura e simples, o que não se concede sem o comunismo anárquico. No primeiro caso, havemos de remendar, com barro mole, um muro em ruína, escorá-lo

com esteios mais ou menos rijos, mais ou menos resistentes, adiando apenas as ruturas e o desabe. Mas, assim, não conseguiremos nunca a solidariedade *anatômica e fisiológica* do trabalho com o capital, pois tal solidariedade, como o indica a etimologia, só poderá vingar se os interesses do capital e do trabalho coexistirem nos mesmos homens, isto é, quando os trabalhadores forem os capitalistas, ou, melhor, quando o capital, açambarcado hoje pela minoria, pertencer a todos, à sociedade, fôr coletivo e não particular. Só assim desaparecerá a *locação* de serviços, e o trabalho estará livre definitivamente.

Anela o dr. Lima a destruição dos antigos preconceitos, vigentes ainda hoje nas legislações? Quer, por isso, a *revisão do direito clássico*? Que revisão se há de fazer nas leis para extinguir o salariato, se a função principal das leis é garanti-lo aos capitalistas?

Medita mais o douto jurisprudente sôbre o assunto, e estou bem certo de que ha de entrar adiante na sã doutrina e concluir comigo na necessidade não de *revisão*, mas de *extinção* do direito clássico. Teremos, dêste modo, mais um *camarada*, se o eminente poeta não sofrer, perdoe o termo, dessa covardia moral, que fecha a bôca a tanta gente.

(“*Jornal do Brasil*” — Rio, 21-5-1919)

10

O REMÉDIO

(Resposta ao Senador Irineu Machado)

O Sr. Irineu Machado, senador da República, professor de direito e capitalista, pronunciou, no sacratíssimo recinto do Senado, um discurso algo incendiário. Digo “incendiário”, porque tudo quanto cheira a socialismo, neste país católico e analfabeto, fede a chamusco. O ousado senador fez restrições ao direito de propriedade. Naquela casa veneranda e sorumbática, fortaleza das idéias velhas, caverna da rotina e guarda-avançada do direito, onde legisla o estado-maior dos conselheiros, condes e causídicos, uma voz mais moça, embora tímida, dis-

sentiu da arcaica definição romana do *jus utendi atque abutendi*. Foi um martelaço no *corpus juris*; houve um gemido naqueles corredores, como se desabasse o casarão afeito aos dogmas do Estado e da Igreja.

“A propriedade, como o capital (asseverou S. Ex.^a), são instrumentos de que os titulares e possuidores devem servir-se, não para escorchar a comunhão, não como malfetores, para mortificar a grande, a imensa massa de seus concidadãos, mas como um pequeno, um moderado benefício para si, aplicado às necessidades nacionais, às utilidades sociais, ao benefício humano.”

É precisamente isso o que afirmamos nós, os excomungados anarquistas. Apenas, mais que o sr. senador Machado, sustentamos que é da natureza mesma do capital individualizado, particularizado, o escorchar a comunhão, mortificar a massa dos trabalhadores, desviar, para o indivíduo, suntuariamente, o necessário à manutenção da maioria. Propomos, antes, substituir-se o capital individualizado pelo capital socializado, demonstrando a enorme economia realizável, o aumento colossal de conforto para todos, a marcha rápida e segura para a fraternização dos povos.

“Se todos os esforços, portanto, do estadista moderno (acrescenta o sr. senador), do pensador de hoje, consistem em procurar fórmulas que afastem essa dificuldade, que limem essas arestas e que convertam a propriedade em coisa de utilidade pública, de valor social, e não em agressão contra os mais pobres, mais infelizes, mais desventurados, contra aqueles a quem a fortuna não sorriu em sua cegueira injusta e iníqua.”

Assim, para S. Ex.^a o problema atual cifra-se numa fórmula redutora da propriedade a coisa de utilidade pública. Otimamente dito. O ideal é que a terra, os instrumentos de trabalho, os braços, a inteligência do homem, tôdas as energias aproveitáveis, em suma, colaborem na maior felicidade humana. Que fórmula será essa? Evidentemente aquela que reduzir ao mínimo a exploração do homem pelo espertalhão, do laborioso pelo parasita, do serventuário pelo agiota, do produtor pelo usufrutuário, do agricultor pelo prestamista. Uma fórmula que extinga, para sempre, a usura, a fraude, a velhaquice, a possibilidade mesma de proventos ilícitos e opressores.

O sr. senador confia nas limitações dos lucros, coisa impossível, mero estratagema dos governos para iludir os tolos. A fórmula definitiva é a que transforma todo o capital em coisa pública. Isso porque o capital individual, por sua mesma índole, tende para o indivíduo, ao passo que o capital social tende para a sociedade. Querer que o capital individual reverta, por espontânea renúncia do indivíduo, em favor da comunhão, é pressupor a humanidade feita de anjos. Exemplo frisantíssimo temos nós na própria lei do inquilinato, inútilmente estudada no Congresso. Leis de inquilinato existem, *verbi gratia*, em França, e todos sabem que pouco adiantam. O que se limita no montante do aluguel recobra o proprietário no ajuste final de contas, ao mudar-se o inquilino, sob a forma latronária de indenizações.

Ainda assim, existem leis, e mais ou menos cumprem-se, porque há federações de locatários suficientemente fortes, capazes de exigirem dos proprietários o cumprimento dos contratos. Agora mesmo, em fins de setembro, a Federação dos Locatários do Sena decidiu abrir campanha vigorosa contra os locadores. Estes, com efeito, procuravam, por mil meios e modos, burlar as leis vigentes, elevando exorbitantemente o aluguel das casas e manobrando de tal jeito que prendiam, por obrigações novas, os confiantes inquilinos. A alta geral devia dar-se em 24 de outubro. Por isso, a 24 de setembro, a Federação iniciou uma série de reuniões e conferências, comparecendo à primeira sessão vários delegados das províncias. Estes expuseram aos locatários parisienses a situação precária dos locatários provinciais, combinando-se, entre todos, uma ação comum.

Eis a ordem do dia assinada unânimemente por mais de três mil associados: “Os locatários, reunidos em 24 de setembro de 1921, denunciam que as ameaças de aumento feitas para 24 de outubro próximo constituem violação de tôdas as leis em vigor e, mais, que os poderes públicos, sempre solícitos no empenho de intimações aos pequenos, nada fazem para impedir tais altas ilícitas. Pedem que, desde a reabertura das Câmaras, se retome a discussão da lei em preparo, sendo ela modificada segundo as sugestões contidas no contra-projeto da Federação. Pedem, outrossim, que todos os contratos anteriores e contrários a esta lei sejam declarados nulos e írritos. Opinando, por outro

lado, que a questão dos aluguéis não se resolverá senão depois de se estudar o problema da habitação em seu conjunto, aceitam esse projeto de lei apenas como paliativo e só se declararão satisfeitos com a municipalização das moradias. Considerando que somente a ação contínua e enérgica lhes permitirá satisfação completa, obrigam-se a seguir regularmente tôdas as manifestações da Federação e a corresponder às determinações emanadas desta organização”.

Esta moção é sistemática. Prova, em primeiro lugar, que só foram feitas leis de inquilinato em França, por efeito de pressão externa, por haver uma organização forte de locatários, por se haverem reunido os explorados e impôsto sua venda aos legisladores. Demonstra, em segundo lugar, que os proprietários tendem, por quaisquer processos, a fraudar as leis e altear os aluguéis, pendendo assim para o individualismo, conforme a regra. Mostra-nos ainda que, para compelir os locadores à observância da lei vigente, importa a vigilância ininterrupta dos locatários, porque os poderes públicos, guardacostas dos capitalistas, atendem sempre a êstes, e só muito a contragosto, aos contribuintes. Finalmente, revela-nos a tendência comunitária dos locatários parisienses. Há uma corrente que reclama a habitação gratuita, o direito de toda família, de todo indivíduo que trabalha, a um lar seu, ou, melhor, ao usufruto de uma casa do município. É o único meio de se extinguirem os cortiços, as casas de cômodo, as espeluncas, os porões, as palhoças, as águas-furtadas, a aglomeração em baiúcas, barracões e albergues. Preceitos da mais elementar higiene coletiva reclamam a socialização das casas. Com ela proceder-se-ia à demolição das casas inabitáveis e evitar-se-iam os acumulamentos tão nocivos à saúde pública. A aspiração maior é precisamente essa.

Como conseguir-se isso, mantendo o *statu quo*, procurando meios-remédios, leis fadadas ao descumprimento, como essa outra dos acidentes de trabalho?

Quem poderá ter mão nos proprietários, com a procura fatalmente formidável de aposentos em 1922? Todos os recursos legislativos são meias satisfações. As leis só teriam valor, aqui, se houvesse uma associação de resistência dos locatários. Uma liga existe, porém conformista, quase clandestina, muito respeitadora de Suas Excelências, mais confiante no

valor das leis que na própria fôrça associativa, liga pedinchona e, como todos os pedintes, desprezada.

Se conseguíssemos uma organização valiosa dos locatários, um sindicato de inquilinos, não precisaríamos de lei alguma; os próprios locatários legislariam sobre os aluguéis. Isso aconselharia o sr. Irineu Machado, se não fôsse apenas reformista. Político militante, importa-lhe agradar à grande burguesia, à pequena burguesia e ao proletariado. Receia molestar a uns, ferindo-lhes os melindres capitalistas, e aos últimos, os pendores comunistas. Prefere então um acôrdo, cada vez menos possível, entre capital individualizado e trabalho. Por isso afirma: “Com essas restrições opostas aos lucros e benefícios, com as restrições opostas ao uso dessa propriedade e dêsse capital, cessa o perigo para a ordem social. Propriedade e capital deixam de ser coisa de provocação, deixam de ser instrumento de agressão contra os demais indivíduos da comunhão humana, que os não possuem.”

Não cessarão nunca. A restrição dos lucros foi uma tangente para iludir, mais uma vez, o trabalhador desatendido nesses meandros da administração burguesa. Há mil e um jeitos de se esquivarem todos ao impôsto, sendo o primeiro dêles o agravamento do preço de venda e a minoração do salário.

O único empecilho a tal manejo é a organização proletária em sindicatos e federações de sindicatos. Haja vista a greve geral andante dos tecelões no Norte da França, iniciada com a parede dos operários de Roubaix e Tourcoing. Dura há três meses. Resultou da tentativa de diminuição dos salários, tentativa conseguinte ao impôsto sobre os lucros demasiados. Todos sabem que, apesar das colossais massas de operários, essas greves quase sempre falham por impossibilidade de se manterem os trabalhadores inativos. Calcule-se no Brasil o que seria. A primeira consequência, certa, certíssima, do impôsto sobre os lucros, será uma elevação de preços correspondente e correspondente abate nos salários. Longe, pois, de promover a paz entre o trabalho e o capital, a coibição dos lucros excessivos atizará um bocadinho mais a fogueira chamejante.

É o que se vai dando pelo mundo. A razão disso, fundamental, insofismável, é que a massa humana já não suporta o regime de concorrência a todo transe, fruto mais direto, mais

inevitável, da propriedade particular. O meio-térmo não resolve nada, e o problema do inquilinato entre nós é um exemplo tão gritante, que só os cegos voluntários não o vêem.

Unam-se os inquilinos em sindicatos de defesa, ou se entreguem, de uma vez, de mãos atadas, ao facão do esfolador.

Isso de leis é para ingênuos verem.

(*"Correio da Manhã"* — Rio, 5-11-1921)

11

MAIS UMA BURLA

(Resposta ao Sr. Evaristo de Moraes)

Sob o título "Capital e Trabalho", publicou o sr. Evaristo de Moraes, nesta coluna, um artigo merecedor de comentários. Fala-nos êle de experiências conciliatórias entre o capital e o trabalho, asseverando que a paz social há de provir da harmonização dos dois e da direção. Cooperem capitalistas e obreiros na produção, acomodados numa direção comum, e teremos o Eden novamente, sem o arcanjo de espada ignívoma. Que beleza! O empreendedor, com gestos paternais, consultando os trabalhadores sentados à tábua-redonda, forjando planos, mostrando balancetes, distribuindo dividendos, calculando futuros lucros, prosperando naturalmente. Ditosos filhos, confiai nos vossos papaiinhos!

Para ali chegar, o sr. Evaristo escreve: "Sabe-se igualmente que, até os últimos tempos, antes da Guerra Mundial e durante ela, o que os operários mais reclamavam era a sua elevação à direção, era a colaboração nela dos trabalhadores, quando se tratasse de determinar as condições do próprio trabalho. Entendiam êles que, sendo interessados tão diretamente como os patrões na obra comum, cabia-lhes também a palavra para resolver acêrca de suas legítimas necessidades."

Esqueceu-se o ilustre jornalista de explicar-nos que fração do operariado reclamou tal coisa. Durante a guerra, ninguém, que eu saiba, reclamou, pelo simples fato de não poder reclamar. Só depois da revolução russa, causa precípua da queda

alemã, surgiram exigências dessa natureza. Antes da guerra, formularam-se teorias, houve exemplos de concessões patronais, formação de tribunais mistos. As tentativas de ingerência na direção me parecem recentíssimas: irromperam com a idéia das juntas operárias de fábricas e assumiram caráter impositivo, revolucionário, jamais de acôrdo. Ainda assim, nem todo o operariado insiste na codireção; os mais avançados requerem a expropriação, coisa muito diferente.

O pavor da revolução russa e da nova atitude do proletariado na Itália levaram, porém, alguns industriais italianos a consentir na interferência administrativa dos trabalhadores. Isso há dois anos. Mas o capitalismo, ajudado pelas traições dos falsos socialistas, só conseguiu refazer-se com o regime fascista, e apagar da península itálica tôdas as últimas conquistas libertárias. Duvido que haja ainda lá juntas operárias em qualquer fábrica.

O sr. Evaristo confessa o malôgro da participação nos lucros, feita como concessão do capitalista. Calcule-se, no mundo inteiro, os industriais, muito cordatos, chamando os seus operários e propondo-lhes espontâneamente uma razoável percentagem nos proventos das emprêsas! A idéia só achou (ainda achou?) 297 aderentes, verdadeiramente heróicos, no planêta. Mas era um engôdo, e o capitalismo lança mão de todos os engodos para desviar, desorientar, a massa proletária, do seu rumo reivindicador. Quando se sente forte, repele pela fôrça; quando fraco, desnorteia com doutrinas, partidos políticos, subornos, promessas, sistemas, fórmulas. Tudo poeira nos olhos!

O sr. Evaristo de Moraes é socialista; não sei de qual fação, mas socialista. Aceita o parlamentarismo, confia na lei, propugna reformas beneficiadoras do trabalho, quer acordos, concessões, garantias, mas sem bulhas nem matinada, dentro da ordem, pelo voto, com a luta política, programas rijos e habilidades de chefia. Ora, a ação socialista tem-se mostrado, até agora, mêmamente reformista. Mal se exaspera o proletariado e ameaça com ação direta, os guias dos bandos, mancomunados com os dirigentes, tratam de amornar a água fervente. Promovem conferências, arranjos, meios eficazes de procrastinar as soluções e transformar as consciências dos ignorantes. O mais áspero trabalho dos anti-reformistas consiste em patentear às massas crédulas a mistificação latente nessas

armadilhas. Nenhuma das soluções resolveu nada. Tôdas elas se propõem, literalmente, achar o motu-contínuo. Logram, por combinações múltiplas e engenhosas, diminuir o atrito, desemperrar uns eixos e fazer crer, aos néscios, um movimento célere e seguro. Mas o capitalismo é um conflito, e os conflitos não se dirimem com palavras lindas.

O sr. Evaristo de Moraes rejubila-se com a mais novinha das invenções capitalistas. A penúltima invenção (a participação nos lucros) foi um fiasco! Foi, mas não se assustem! Somos férteis nos engenhos. Temos outra máquina melhor. Vamos ensaiar uma perfeição, esta maravilha: a participação nos *lucros e no capital*. É um crescendo mirabolante de concessões. Já não é só participação sob a forma arcaica de salário; é a participação nos lucros; mais do que isso, amigos operários, é a participação também no capital. Olhai, olhai, e admirai! Nós, capitalistas, do nosso coração generosíssimo, com as nossas dadivosas mãos, arrancamos, como de um gazofiláceo, tesouros de libras e de amor. Operários, sois os nossos coadjutores amantíssimos. Seríamos indignos, monstros, se desconhecêssemos nossa dívida para convosco. Não vos queremos assalariados; queremos-vos coproprietários, sócios das nossas fábricas, condôminos das nossas terras, cogentes das nossas usinas. Copartícipes das nossas rendas, ides agora ser comanditários nos nossos trustes, como já sois correligionários em política. E, um dia, acabareis cobanqueiros, codeputados, coministros e o mais que fôr.

O sr. Evaristo de Moraes nos diz como: Opera-se o prodígio com as ações de trabalho. São ações de sociedades anônimas concedidas pelos incorporadores ou pela gerência aos operários das emprêsas. Os operários recebem de presente essas ações, sem desembolsar um níquel, e percebem os dividendos respectivos, como qualquer capitalista subscritor. E ainda por cima tem direitos de administração e fiscalização. É o suco! O próprio sr. Evaristo de Moraes bate palmas e doutrina: "Associando o chamado sistema *Whitley*, que consagra a intervenção na direção e a participação no capital das grandes emprêsas, tem o capitalismo concedido o máximo a que é lícito aspirar o trabalhador."

Eis aí bem claro: O capitalismo concede isso aos senhores trabalhadores, mas é o máximo. Não lhes é lícito aspirar a

mais. É aceitar e não tugar. Além disso, é desafôro. Entretanto (há sempre um "entretanto"), para exequibilidade do regime, o capitalismo exige três condições (há sempre "condições"). Sim? Quais são? O sr. Evaristo de Moraes no-las discrimina: "1.^a) Não tornar obrigatória a concessão de ações do trabalho, limitando-se a lei a facultar essa nova forma de participação operária e animar o capitalismo por meio de vantagens fiscais liberalizadas às emprêsas em que o regime fôr adotado; 2.^a) não dar à propriedade das ações do trabalho caráter individual, mas sim coletivo, pertencendo elas a sindicatos ou outras sociedades constituídas pelos operários e sendo os respectivos dividendos recolhidos pelos cofres de tais sindicatos ou sociedades, em benefício dos sindicatos ou associados; 3.^a) não poderem as ações do trabalho, na sua totalidade, somar mais de um quarto do capital da emprêsa."

Olhai, olhai e admirai! Começando o comentário pelo fim, notareis logo uma condição supimpa: os operários terão, no máximo, um quarto das ações. Suponhamos uma emprêsa com 1.200 contos, distribuindo vinte por cento de dividendos e ocupando 300 operários. Cada um dêstes receberia anualmente, por sua ação, 200\$000 (duzentos mil réis). Está resolvida a questão social! Não há dúvidas! Mas, se fôsse assim, já era alguma coisa. Leia-se, porém, a cláusula 2.^a: ela não permite a individualização das ações. As ações são concedidas aos sindicatos, e o operário só participa realmente a título de benefício. Finalmente, para coroar a obra, a cláusula 1.^a tem o cuidadinho de frisar, bem claro, que as emprêsas não serão obrigadas a conceder tais ações: a lei apenas faculta, consente nisso. É o caso de perguntar para quê semelhante lei. Nada impedia que os incorporadores ou donos de companhias presentassem o sindicato dos seus operários com um quarto de ações. Por exemplo, o conde Pereira Carneiro tem liberdade ampla de doar aos seus operários, individual ou coletivamente, títulos de sua emprêsa. A lei serviria para obrigar a concessão.

O mais curioso porém é ver o sr. Evaristo de Moraes, que no mesmo artigo registra a malaventura da participação nos lucros, alegrar-se com a pilhéria da participação no capital. Pois se a primeira tentativa parou de vez, por se acharem não mais de 297 emprêsas resolvidas a adotá-la, como acreditar no êxito desta outra, que não passa de fingida par-

participação minúscula nos lucros? Mais uma farsa de capitalistas encourados no pelame socialista! Basta saber-se que o campeão dessa famosa idéia foi Briand, o renegado.

Felizmente, hoje em dia, no mundo inteiro, há quem descubra as patas lupinas sob o carnaç da ovelha. Abrem-se os olhos dos incautos, e as fórmulas já não vingam. Tudo quanto parte da generosidade fede a chamusco. As vítimas não sossegam, vendo rir o algoz, nem confiam nas suas afáveis loas. Os trabalhadores estão fartos de concessão e convencidíssimos de que nada lhes advirá de bom do regime do salariado. Rejeitam participações, lucros, direções e o mais. Não pretendem ser capitalistas liliputianos, rótulos de capitalistas, meros condecorados com fitinhas de mil réis. E' que já lhes entrou na consciência a visceral antinomia entre capitalismo e trabalho. Não é possível, de modo algum, acôrdo ou conchavo. A harmonização do capital e do trabalho só é possível fora do capitalismo, porque o capitalismo é a tirania do capital sôbre o trabalho. Descancem os cérebros, socialistas! Não lhes sai do fósforo fonte luminosa, que mascare o papelão dos coretos e o latão dos pechisbeques. A participação no capital viria, sendo verdadeira, renovar o espírito corporativo e estimular a discórdia operária. Seria arma valente para os argentários; seria, se no mundo proletário ainda houvesse vestígios de confiança nas ofertas patricias. Os plebeus de hoje visam mais alto: a eliminação definitiva de patriciado e plebeísmo. Rejeitam, com a mesma superioridade, o mínimo e o máximo. Mas os reformistas parecem não ver isso. Teimosia ou cegueira?

(*"Correio da Manhã"* — Rio, 23-12-1922)

12

CARTA A JACKSON DE FIGUEIREDO ⁶

Ilha de Bom Jesus, 22/8/925 — Meu caro Jackson: Revela-me escrever-te neste papel, único de que disponho aqui.

(6) Escrita no campo-de-concentração da Ilha do Bom Jesus, sob o consulado de Artur Bernardes. (R. N.).

Acabo de receber tua carta de 19. Comoveu-me sobretudo ver quanto insistes na minha libertação, chegando a assumires, contra minha vontade, perante o Presidente da República, o compromisso de meu bom comportamento. Pedes-me anua a teu empenho e declare, em carta, consentir na tua responsabilização espontânea. Não podes avaliar, meu caro amigo, o sobreesfôrço moral com que recuso semelhante oferta. Primeiro, por dar um desiludente *não* a quem me prova tanto aprêço e amizade, hoje raríssima. Segundo, por ferir pungentemente, com mais uma desesperança, minha adorada companheira de vida e alongar, por meses ou anos, a precária situação de minhas filhas, já tão prejudicadas em sua educação com minha ausência.

Tudo isso pesei e repesei, lutando contra o intenso desejo de rever meu lar e recomeçar, com dobrado afinco, a tremenda peleja diuturna pela vida. Mas pertenço a uma escola que põe a serenidade e a inquebrantabilidade acima de tudo, não por orgulho, senão por coerência e retidão de alma. Demais, em carta que escreveu minha mulher, o mais adamantino caráter que jamais conheci no mundo, me avisa ela que aceite tua proposta, "se não fôr cousa que afete a tua dignidade". A tudo sobrepõe ela a minha dignidade. Prefere-me prêso e ver-se tão cruelmente separada de seu companheiro de 35 anos (pois moramos juntos desde criança), a ter-me diminuído no meu brio ou na minha altivez. Recusando, embora prevendo indefinida prisão, mantenho íntegro, aos olhos dela, meu caráter, e mais fôrças lhe dou para resistir a tão duras provações.

Quero expor-te aqui, minuciosamente, as razões do meu proceder. Fui prêso há quase quatorze meses. A primeira humilhação sofrida foi a de não me darem a menor satisfação da violência praticada, pois não havia estado-de-sítio e eu ignorava completamente os acontecimentos de S. Paulo. A segunda humilhação foi manterem-me entre réus de crime comum, numa sala vizinha às oficinas de encadernação, tendo de servir-me eu até das mesmas privadas dos correccionais. Conquanto dêes não tenha a menor queixa, havendo, ao contrário, dêes recebido as maiores finezas, senti naquela reclusão um claro propósito de injusta deprimência. O Governo não me interrogou, não me ouviu, não apurou sequer se minha opinião era pró ou

contra a sedição, e somente por ser eu anarquista me equiparam a assassinos e ladrões.

A terceira humilhação, requintada com inominável crueldade, foi a de suprimirem, legalmente, meus vencimentos. O Governo sabia que, fora desses vencimentos e dos recursos a feridos com minhas lições particulares, eu nada possuía. Nunca logrei pôr dinheiro em bancos ou na Caixa Econômica. Meus ganhos, com aquela atividade que bem conheces, mal cobriam as enormes despesas de casa. Esse tremendo golpe do Governo deu azo a uma série de dolorosas humilhações: empréstimos, subscrições, presentes indiretos, cousas extremamente vexatórias para quem viveu sempre de seu trabalho, só recorrendo em momentos de quase sossôbro, a seu pai e irmão. Dois meses depois, atiram-me à Ilha Rasa! Não podes calcular o que foi isso para minha pobre companheira. Não lhe podiam infligir mais excruciante martírio. Na Correção, conquanto incommunicável, podia dar-me adeus de longe e consolava-se com ter-me perto, recebendo notícias diárias. Sabes o que somos nós dois, um para o outro, a comunhão verdadeiramente cristã (no exato sentido) das nossas almas. Apartá-las de chofre, por sete meses de exílio, foi para elas o padecimento máximo. Tudo suportamos sem vacilações.

Na Ilha Rasa, onde fui quase fuzilado, passei por humilhações amargas, sobretudo de um tenente boçal, que acaba de ser promovido *por merecimento*. Um dia, tive de reagir num conflito onde fatalmente seria eu a vítima, se o tenente não se houvesse acovardado.

Na Ilha das Flores, novas humilhações. Fui metido num porão, quando os soldados do destacamento estavam alojados em pavimento igual ao dos oficiais presos comigo. Aí éramos humilhados, de quando em quando, pelos oficiais, que chegaram a mandar-nos para a cama, tivéssemos ou não sono, não proibiram cantar e arrogantemente se jactavam da nossa inferioridade de presos.

Minha correspondência, desde 5 de julho, tem sido cuidadosamente censurada, passando eu assim pela severa humilhação de revelar a olhos estranhos, nem sempre discretos, minha vida íntima.

Esperiei, na Ilha das Flores, ver minha mulher e filhos. Eram, porém, necessárias licenças especiais. Tínhamos de humilhar-nos ainda a solicitações diárias, para receber, como alto favor, visita de uma hora. Não me querendo curvar, impetrei *habeas-corpus*, sendo-me então concedida ampla comunicabilidade. O Governo, entretanto, insistindo em humilhar-me, não cumpriu o acórdão do Supremo. Muitas lágrimas custou isso a minha mulher que, fiada no direito (o impagável *direito* das democracias), para lá reabalava com duas horas de viagem. Recusa do comandante ou mera concessão dentro da então (só então!) improvisada tabela. Recorri novamente ao Supremo Tribunal, que me concedeu comunicabilidade *sem restrições* de dias ou horas. Pois, ainda assim, continua o Governo a humilhar-me com sua tabela iníqua e vexatória. Minha mulher não me vem ver quando quer, mas quando lhe permitem seus assoberbantes afazeres, inclusive o de cozinheira há mais de um ano, e a tabela, previamente organizada, é, muitas vezes, um empêço. Passasses tu aqui dois meses, meu caro Jackson, e poderias compreender meus sofrimentos nestes compridos quatorze meses.

Sobretudo, a esmagadora humilhação de reconduzirem-nos à vida de colégio, com mesas de mármore sem toalhas, bancos de pau, talheres mal lavados, comida intragável e dormitório comum, sem mesa para escrever, sem cabide para roupa, sem nenhum conforto. E, quando obtenho isolamento para trabalhar, concedem-mo, por quatro dias, na Brigada, e reenviam-me para o *colégio interno*, sem cerimônia alguma.

E tudo isso, porquê? Houve um ato meu, indício sequer confirmativo da mais leve suspeita? O Governo é o primeiro a confessar que não. Tenho eu ambições de cargos, mando, vantagens quaisquer na política nacional? Absolutamente nenhuma. Continuamente me tenho recusado a quaisquer compromissos políticos e há quinze anos que aconselho sempre os operários a fugirem das lutas políticas e concentrarem seus esforços exclusivamente na luta econômica. Em meus artigos sempre assim me externei e não há uma linha de meu punho a favor deste ou daquele. Se há gente a quem deliberadamente, programaticamente, repugna a política e não se envolve em revoluções de políticos, são os anarquistas. Logo, nada justifica

minha detenção, nem tantas humilhações. Mais ainda. Como explicar minha reclusão, quando tantos indivíduos suspeitos, outros indigitados, outros delatados, outros manifestamente simpáticos à revolução, outros apanhados com armas nas mãos, outros até denunciados, se acham soltos? Onde o espírito de justiça e equanimidade em tudo isso?

Já te expliquei a impossibilidade material de levantar e operar, no Rio, ainda que o pretendesse. Não sou, portanto, nem de leve, sombra do perigo alar... 7

Sendo assim, penso defender meu nome e a própria dignidade da minha função pública, rejeitando a condição de assinar um compromisso, ou aceitar um compromisso de outrem, como réu beneficiado, como colegial arrependido, ou soldado relapso. Julgo minha liberdade um direito que desejo me reconhecerem incondicionalmente. O sofrimento não me quebranta. Passarei na prisão mais um, dois, ou três anos, com a mesma serenidade, criando resistências das minhas mesmas amarguras. Embora sem desejá-lo, auguro, como S. Paulo, aos meus detentores, tantas brasas acesas sobre suas cabeças, quantas horas de mágoas vão causando implacavelmente aos meus. Pesa-me declinar de teu bondoso oferecimento. A subtileza da tua combinação não disfarça a *capitis diminutio*, nem aplacaria os tremendos brados de minha consciência revoltada.

Perdoa, caro Jackson. Sei que és do mesmo barro, da mesma tabatinga nortista, e estou certíssimo de que procederia, no meu caso, como estou procedendo. Se eu condescendesse ao teu pedido, aliás tão confirmador da tua bondade cristã, que tremendo juiz diante de mim! Demais, não quero crer procedessem diversamente o sr. Ministro do Interior e o próprio sr. Presidente da República.

Aproveito a ocasião para renovar meu insistente pedido de transferência, com o que muito me obsequiará o sr. Ministro da Justiça, em quem reconheço um espírito de puro quilate. Perdoa, mais uma vez, ao teu, que espera continuar sempre digno da tua amizade,

JOSÉ OITICICA

(7) Falta aqui uma página da carta, que se perdeu. (R.N.).

VOZ CLAMANTE 8

Sobre o estrépito e a algazarra da cidade bruta, reboou, ha uma semana, uma voz clamante como a do deserto.

Foi uma voz de protesto, mas de ensinamento, pura e altissona, pregoeira indignada, em cuja rebeldia apostrofavam tôdas as bôcas oprimidas, tôdas as chagas dolorosas.

Era uma voz feminina alçada contra vozes de homens, ensinando-lhes a lição esquecida de um evangelho a cuja sombra a hipocrisia dêles assevera haver-se criado a civilização.

Voz da verdade contra o erro, da liberdade contra a tirania, do respeito humano contra a vileza moral, seu timbre argentino retiniu nos recôncavos desta metrópole como estranha nota de beleza e harmonia.

Por isso mesmo, tal a absorvência do barulho urbano, da sordidice comercial, da despreocupação semi-analfabeta muito nossa, êsse hino em duas partes passou talvez despercebido na sua opulência de ritmos e sonoridades candentes. Uma rebelde protestava; uma insubmissa defendia-se; uma consciência afrontava a ira dos inconscientes. Essa alma cristã relia aos pseudo-cristãos os evangelhos do bom Cristo contra as infâmias e os urros ultrizes dos adoradores do mau Cristo.

Sem Pátria, sem Fronteiras, sem Família e sem Religião, Maria Lacerda de Moura, cuja coragem suscitou, na turba fascista ítalo-brasileira, furores e ódios, proclama a sua fé univer-

(8) Artigo de solidariedade a Maria Lacerda de Moura, que no jornal "A Esquerda", de São Paulo, havia fustigado os fascistas italianos residentes no Brasil e os seus correligionários brasileiros, os quais, para abafar a voz protestária da grande escritora anarquista, assaltaram a redação daquele jornal paulista, empastelando-lhe a tipografia. Em vez de calar-se, porém, Maria Lacerda de Moura prosseguiu, com maior vigor, na sua campanha contra o fascismo então nascente no Brasil. Os artigos da "Esquerda" e a história dos incidentes a que nos referimos foram depois enfeixados no livro "De Amundsen a Del Prete", um dos mais vigorosos e doutrinária e literariamente mais belos da grande agitadora brasileira. (R.N.).

salista, substituindo a pátria pela humanidade, a família pela comuna, a religião dos deuses pela religião do Amor.

E, para confirmar sua canção, serve-se de palavras sacratíssimas dos verdadeiros deuses baixados à Terra nos corpos de Jesus, Sócrates, Tolstói, Han Ryner, Romain Rolland.

Todos êles pregaram a mesma lei da fraternidade, lei contra a qual se insurgem os demónios do fascismo e da reação.

Lendo, na "Esquerda" do dia 11, aquelas palavras candentes, afigurava-se-me ver uma Vitória de Samotrácia, porém viva, a declamar aos homens ruins, aviltados pelo ouro, pela superstição, pelos preconceitos surdos, um peã novo, de confiança calma, seguro no seu ritmo e fascinante na sua solfa.

E orgulhei-me com êsse cântico, porque êle é também o meu cântico de guerra. Havia, naquelas frases, a vibração do meu credo, a arrogância da minha exaltação, o desprendimento do meu apostolado. Aquela página de jornal parecia-me a bandeira anárquica, desfraldada aos sudoestes raivantes, contra os batalhões reorganizados da Igreja e do Capitalismo.

"A minha pátria, diz ela, é o Cosmos incriado. A minha família é tudo o que vive e soluça e canta e sonha no perpétuo vir-a-ser da evolução para uma escalada através da Vida, em tôdas as suas manifestações, através do Tempo e do Espaço, até mais alto, bem mais alto, aonde não mais se conte o tempo, até onde não mais se meça o Espaço. A minha religião é a Religião de um sonho humano de Amor e de Beleza, a Religião da Harmonia Cósmica".

Vêde a que altura sobe êsse pensamento e a que esferas ascende essa profissão! Comparai êsse arroubo espiritual à estreiteza das igrejas, à insignificância da politiquice, à ridicularia das festas elegantes!

Pois êsse arrebatamento é mal visto, essa altivez provoca insultos; uma canzoada virulenta quer interromper o canto sacro e ousa abafá-lo com seus ladridos e rosnados rascantes.

E a cidade bulhenta, azafamada, infernada numa vida assim bruta por culpa dos usurpadores, mal ouviu êsse como epinício, essa declaração altívola, sentida, entusiasta, sincera, digna do futuro.

Indiferente ao chamamento dessa voz, a cidade adormeceu encharcada no álcool, nos negócios, na libidinagem, no *fox-trot*, na vulgaridade dos bares, dos cinemas, das pensões.

Porém, curvadas sôbre o itálico daquelas colunas vespertinas, algumas almas, nesta *urbs* cosmopolita, liam e reliam com volúpia êsses períodos apocalícticos, sínteses da sua fé, honra de uma nação onde fala tal voz.

Comungavam contritos com a mulher que os traçara e viam nela um símbolo da missão que os irmana aqui na Terra. Essa fraternidade que êles pregam, pela qual sofrem sevícias, cárceres, eletrocuções, reafirmam-se pela bôca feminina da escritora a cuja ação denodada se reacendeu a luta milenar dos progressistas contra os reacionários, num recanto da nossa terra.

E essas almas utopistas comentavam nos seus quartos, nos cafés, nas tertúlias dos sindicatos, aquelas citações de evangelhos antigos e modernos onde nossa grande fé se consubstancia e sacramenta.

E que deliciosa, que reconfortante paga, para nós réprobos visionários, o sabermos haverem "os escribas e fariseus cristãos" reclamado contra a escritora a lei contra os anarquistas!

Aquêlê cântico soava bem aos ouvidos farisaicos como um hino anárquico! Era então o nosso hino, o hino de Jesus, de Sócrates, de Tolstói, de Han Ryner, de Romain Rolland, o hino dos puros, dos humanos, dos divinos, contra os anti-cristãos, desumanos e diabólicos, contra a turbamulta fascista, católica, negociasta, usurária, bernardista, profitente, parasitária, incapaz de um surto, de um deslumbramento, de um sacrifício.

E essas almas pulsaram contentes e compreenderam que a semente da sua quimera tinha pujanças por elas mesmas ignoradas, capacidades de rebrotar em todos os terrenos e propagar-se, mau-grado a aliança dos anti-cristos.

E é para bem frisar essa convicção que celebro, nestas colunas, também de moços idealistas, o cântico dessa voz clamante, voz desouvida pela cidade, voz feminina de esperança, de afecto aos homens e de perdão aos detratores mesquinhos.

Voz, principalmente, de rebate; um desafio aos poderes mancomunados do despotismo, desafio lançado com a certeza da vitória, porque era uma renovação daquele repto de Epícteto, contra os martirizadores da carne, incapazes de atingir o espírito. Até hoje, a inquisição capitalista não inventou puas em brasa contra a consciência ilibada, nem cavaletes contra o desdém dos sãos.

A voz clamante é voz sã e o seu cântico paira acima dos rumores urbanos e das tramas interesseiras. É a nossa voz cantando por nós e em nós.

(“Correio da Manhã” — Rio, 18-10-1928)

14

A LIÇÃO DE KRISHNAMÚRTI

A vinda do sr. Jinarajadasa ao Rio pôs na ordem-do-dia intelectual Krishnamúrti e sua missão. Muito naturalmente, centenas de pessoas interessadas no destino da humanidade em crise, e algumas dezenas de meros curiosos acorreram a ouvir as palavras de um irmão carnal do apregoado novo instrutor do mundo.

Para êsses, e ainda para muitos já um tanto enfronhados em coisas teosóficas, o ensinamento de J. Krishnamúrti ha sido uma decepção. Decepção também para os católicos, senhores e senhoras enfatuadas, que se supõem donos da verdade e condenam os demais ao fogo do Inferno. Êstes não se têm fartado de amesquinhar, escarnercer, insultar esse rapazola comedor de torradas, que presume ser, nem mais nem menos, que a reencarnação de Jesus Cristo e o fundador de mais uma seita.

Ora, para teósofos e católicos, repito, o sr. Krishnamúrti ha sido uma formidável decepção. E isso porque não é nada do que uns e outros esperavam. Os primeiros anteviam nêle um messias refundidor de tôdas as religiões numa religião só, um instrutor que demonstrasse a identidade dos vários credos e arquitetasse, sôbre tal demonstração, um corpo de doutrina moral, um novo culto mais livre, mais amplo, menos sectário. Os outros apresentavam-se a lutar contra o Anti-Cristo. O mancebo indiano parecia-lhes um testa-de-ferro especialmente industriado por Leadbeater e Annie Besant para empulhar o mundo e desrumar os homens do santo aprisco romano. Krishnamúrti, jogador de ténis, comilão de torradas, caixeiro viajante da Sociedade Teosófica, campando de Cristo, era, para êles, tão ridículo, que bastava, para aniquilá-lo, aprestar as cé-

lebres galerias galhofeiras do Padre Franca e desandar a tempo uma surriada bem católica de assobios e “foras”.

Entretanto, Krishnamúrti falou, e a sua lição é profundamente avessa a tudo quanto amigos e inimigos supunham viria dêle. Os teósofos queriam ouvir-lhe um evangelho bem concatenado com instruções minuciosas; esperavam dêle uma igreja bem constituída, com apóstolos, sacerdotes, uma hierarquia sãbiamente distribuída e o respectivo código de direitos e deveres. As primeiras notícias em tórno de Ommen pareceram confirmar êsses prognósticos, e confesso que, do meu prisma anarquista, mal-agourei da empresa. Iamos ter outra religião; ia desabar sôbre o mundo mais uma saraivada grossa de preconceitos, regrinhas, dogmas fúteis, superstições e, no fim *del cuento*, um mafuá explorador. Substituir-se-iam as autoridades do Evangelho, do papa, dos bispos, do Corão, do Catecismo Positivista, por outras autoridades, outros bonzos, outras bíblias, outros oratórios.

E eis que, para mim, também, Krishnamúrti foi uma decepção; mas decepção para melhor. Eu poderia, com efeito, esperar tudo, menos que o *veículo* do instrutor falasse ao mundo como verdadeiro anarquista. Kropótkine assentou, realmente, que o mal do mundo é o *princípio da autoridade*. A própria palavra *anarquia* significa precisamente isto: *negação da autoridade*. É por êsse vício de *obedecer a outrem*, de esperar tudo de outrem, de se conformar com as diretrizes e exigências de outrem, de aceitar sem exame as afirmações de outrem, que a maioria humana é explorada pela minoria dos vendilhões.

Lampião, Antônio Conselheiro, Pinheiro Machado, Mussolini, todos os iluminados, todos os déspotas, todos os guias, só vingam por essa tendência servil de idolatrar. O anarquismo denuncia essa torpeza e bate-se pela extirpação do autoritarismo sob qualquer feição: econômico, político, intelectual, moral ou religioso. Tentamos instituir uma sociedade tal, que seja permitido ao homem *a livre* expansão da sua personalidade. Combatemos todo dogma, tôda imposição, tôda igreja, todo mandonismo, e desejamos reforçar quanto possível a autonomia individual no trabalho, na escola, na sociedade. Pregamos, por isso, o trabalho *livre*, o pensamento *livre*, o amor *livre*. Repudiamos o patrão escravizador do trabalho, o padre escravizador do pensamento, o dinheiro escravizador do amor.

Ora, a primeira lição de Krishnamúrthi, a maior de tôdas, fundamental, é precisamente esta: a negação da *autoridade*. Queriam fazer dêle evangelista, doutor, papa, ídolo. Êle refuga essa aspiração e terminantemente não admite o agachamento de ninguém ante ordens ou dictames seus. Vem anunciar aos homens a Vida, mas cada indivíduo há de compreender essa vida, única Verdade, por si só. Não quer discípulos. Seja cada qual discípulo da Verdade, se a puder ver. Não formula dogmas. O dogma é limitação, é cárcere, é tropêço, e êle ensina a ser livre, a buscar por si, a interessar-se da realidade pelo exame atento das próprias experiências diárias. Não vem fundar religiões, ou erigir templos, ou ensinar rezas. Seja religioso quem quiser, freqüente os templos que lhe aprouver, reze como lhe agrade, ou não reze nunca, não vá a igrejas, ou prescinda de crenças. Tudo isso é indiferente à consecução da Maior Verdade.

O essencial, o absolutamente indispensável é *não crer e sim saber*, mas saber *por si mesmo*, praticamente, experimentalmente, não de oitiva. Repudiar a *autoridade*, eis o lema, e, para começar, repelir a autoridade do próprio Krishnamúrthi, tanto mais quanto era ansiosamente esperada a autoridade dêle. Eis a lição dos seus recentes e maravilhosos opúsculos. Li-os dançando de contentamento. Neles palpita intensamente essa velha aspiração anárquica de libertação individual ao caciquismo imperante no mundo.

Se Krishnamúrthi é Instrutor do Mundo, êsse instrutor vem pregar um capítulo de anarquismo. Não *creias* em ninguém, não te curves a nenhuma autoridade, pensa e age por ti! — são conselhos dêle e... o nosso estribilho quotidiano.

(“Correio da Manhã”, Rio, 20-11-1928)

15

SOCIALISMO E ANARQUISMO

O sr. dr. J. W. Shepard, diretor do Colégio Baptista, desta capital, publica, no “Jornal Baptista”, um discurso pronunciado

perante a Sociedade Cooperadora de Homens da Primeira Igreja Baptista do Rio.

Fui, durante alguns anos, professor do Colégio Baptista e conheço pessoalmente o exm.^o sr. dr. Shepard, cuja ilustração e zêlo apostólico sempre admirei e muito prezo. Seu discurso trata do socialismo e, como era de esperar, refere-se ao anarquismo, combatendo-o sem remissão, confundindo-o com socialismo e bolchevismo, com o que mostra não possuir dêle mais que noções errôneas e tendenciosas de escritores pouco entrados na matéria. Vejo-me, pois, forçado a um pequeno comentário que esclareça a concepção do anarquismo, distinguindo-o das correntes reformistas de outro feitio.

Deixando de lado quanto diz o sr. Shepard sôbre Karl Marx, citemos suas principais asserções sôbre o “comunismo anárquico”. Para êle, “a escola do *Comunismo Anarquista* da Rússia, representada por Proudhon e Kropótkine, negava o direito de propriedade privada e particular”. É bem verdade que o anarquismo nega êsse “direito”, mas não é uma escola da Rússia, nem foi representado sômente por êsses dois grandes vultos. As doutrinas de Proudhon são fundamentalmente anárquicas na crítica social, porém aberram do verdadeiro anarquismo, sobretudo do anarquismo “russo” (caso exista semelhante aspecto), nos processos de realização. O “banco popular” de Proudhon, por exemplo, seria contrassenso para os anarquistas modernos, ou mesmo para Kropótkine.

Nada retrucaríamos ao sr. dr. Shepard, se, em vez de Proudhon, houvesse mencionado, a par de Kropótkine, o nome de Bakúnine. Êste, sim, era russo e, embora na primeira fase da sua carreira se apresentasse meramente republicano ou democrata internacionalista, cedo evoluiu para o anarquismo integral, em contraposição às doutrinas autoritárias do socialismo marxista. O sr. dr. Shepard parece confundir marxismo com bakuninismo no seguinte período: “As doutrinas de Karl Marx e Bakúnine produziram, de 1890 em diante, um partido de anarquistas na Rússia, que foram chamados Niilistas. Êstes agitadores sociais recorreram a todos os meios violentos para subverter a ordem social existente e estabelecer um estado anárquico”.

Ora, as doutrinas de Karl Marx não podiam de modo algum harmonizar-se com as de Bakúnine, pois foram êles ad-

versários intransigentes: o primeiro, criador da "social-democracia" alemã, socialista de Estado e reformista; o segundo, pregador do comunismo puro, sem ditadura proletária, sem Estado intermediário, sem salariato coletivista. As teorias de Karl Marx só poderiam produzir na Rússia o que produziram desde 1905: o bolchevismo, ou, antes dêle, o menchevismo e coisas parecidas. Lênine é filho direto de Marx, adversário feroz de Bakúnine e seus continuadores.

Quanto aos "niilistas", há dois enganos sérios. Creio poder afirmar que não houve entre êles "marxistas". Eram anarquistas como quaisquer outros; mas, dizer que recorreram a todos os meios violentos para abater o Estado constituído, é não conhecer exatamente o niilismo e confundir alhos com bugalhos. O niilismo, como tão bem explicou Kropótkine na sua autobiografia ("Em tórno de uma vida"), não foi um "partido", mas um processo de propaganda anárquica. Não podendo os anarquistas russos convocar comícios, editar jornais, vender livros, sob pena de cadeia ou destêrro, provocavam nos cafés, teatros, bailes, reuniões quaisquer, discussões sôbre assuntos vários, que hábilmente encaminhavam para a questão social. Longe de recorrerem a processos violentos, foram precisamente campeões da propaganda pelo debate, da conversão pela palavra.

Sôbre a doutrina dos anarquistas russos, diz o sr. Shepard: "Pretendiam que os donos de propriedades deixassem que os governos e outros poderes lhes tirassem as propriedades sem protestos, sem violência. Pensaram mudar a ordem social impondo um sistema utópico de sua imaginação sôbre as populações." Em tais palavras há uma série de erros fundamentais. Em primeiro lugar, não compreendo a expressão: "governos e outros poderes". Quais são êsses "poderes" além dos governos? Depois, nunca, jamais, em tempo algum, houve anarquista capaz de asseverar que os proprietários se deixariam despojar pelos governos sem violência nem protesto. Ora, "todos" os anarquistas afirmam positivamente o contrário. Se fôsse possível tirar aos proprietários as propriedades sem violência, sem resistência tenacíssima da parte dêles, não seria mister pregar a revolução social. Se os anarquistas a proclamam necessária ao povo, é justamente porque sabem quão impossível é "persuadir" aos proprietários.

Finalmente, como conceber um govêrno tirando propriedades aos proprietários? Que são os "governos" senão organizações dos proprietários para defender suas propriedades? Logo, é contraditório pensar numa "desapropriação" operada por um govêrno. Quereria referir-se o sr. Shepard a governos revolucionários? Se assim era, como admitir, se êstes destituíam os proprietários pela violência, revolucionariamente, o não-protesto daqueles? Enfim, nenhum anarquista jamais pretendeu "impor um sistema" às populações. Tanto é verdade isso, que somos veementemente acusados por nossos ferozes inimigos, os bolchevistas, de não têmos um "sistema" e não quereremos "impor" um regime prèviamente combinado e "cientificamente" formulado.

Longe de impor um programa às populações, pregamos exatissimamente o contrário: a livre organização das comunas dentro de um único princípio, o da propriedade coletiva. Limitamo-nos a sugerir "critérios" de organização social, mas sabemos que as comunas se hão de reger de acôrdo com o ecúmeno geográfico, segundo as normas de trabalho indicadas pelo meio. Só as comunas, asseveramos nós, podem, pela experiência própria, achar o seu regime social mais adequado à sua conservação e expansão.

Afirmar, portanto, que desejamos impor um sistema utópico às populações, é grave calúnia. Se queremos impor alguma coisa é aos capitalistas que exploram as populações. Nosso papel único, exclusivo, é mostrar às massas a grande "injustiça" da propriedade particular, que redunde em exploração do trabalho, e levar essas massas a negar o direito de propriedade, arrancando o monopólio da terra aos privilegiados. Logo, não queremos impor nada às populações; queremos, ao contrário, levar as populações a se libertarem de um regime opressivo, "impôsto pelos capitalistas".

Diz o sr. Shepard que o anarquismo não se espalhou muito, exceto na Rússia, e, depois, que da Rússia tem emigrado com os indivíduos de lá fugidos. Como se vê, o autor confunde anarquismo com bolchevismo, coisa lamentável. Reconhecemos em todos o direito de combater o anarquismo, refutá-lo, se possível, condená-lo, mas temos o direito de exigir dos adversários a lealdade de nos não caluniarem, de estudarem a fundo

a nossa doutrina, distinguindo-a perfeitamente de outras corretas, por vêzes diametralmente opostas.

Espero do sr. dr. J. W. Shepard essa elementar justiça

(*"Ação Direta" (1.ª fase) — Rio, 10-11-1928*)

16

CONTRA O SECTARISMO

O espírito anárquico é essencialmente avêso a quaisquer fanatismos. Sendo ânsia de liberdade, não pode querer dogmas, nem disciplinas, nem mandamentos humanos ou divinos, e, muito menos, inquisições, santos-ofícios, índices e auto-de-fé. Pregando o trabalho livre, o pensamento livre, o amor livre, a ação livre, não aceita nenhuma limitação às faculdades intelectuais ou emotivas, nem reconhece bitolas, cremalheiras, pautas, à exteriorização de idéias ou sentimentos. Só o indivíduo tem o direito de dirigir seu raciocínio, regular sua linguagem, enfrear seu estilo, moderar seu juízo, orientar sua ação.

O anarquismo combate a todo transe o despotismo de qualquer feição, o feitorismo de tôda casta, tudo quanto lembra mandonismo, chefia, canga, subserviência, dominação física mental ou moral. Assim, repele o regime carcerário do capitalismo, condena as fábricas de doutores, padres, militares, homens vasados num molde único, manequins talhados num mesmo modelo, manipanços cujo enchimento é a mesma palha sêca. Só o indivíduo conhece os seus caminhos. Impor, ao que pensa para o norte, a marcha para leste, é roubar-lhe o destino, a vida, a personalidade.

Êsses princípios, nós, anarquistas, aplicamo-los rigorosamente na luta pela emancipação dos homens. E, dizendo "deixar os homens", firo um ponto essencial do anarquismo. O anarquismo não visa apenas emancipar os trabalhadores, pretende emancipar os homens. Seu problema é muito mais vasto que o dos políticos ou socialistas de qualquer feição. Acima da mera emancipação econômica, está certamente a emancipação moral

e mental. Além do trabalho livre, está o pensamento livre e a ação livre.

Libertar os homens do patrão é muito, mas não é tudo. Cumpre arrancá-lo à tutela dos guias, políticos ou religiosos, e à tirania das "morais", criações de opressores para fanatizar escravos. Destarte, não compreendemos um revolucionário cuja ação promana de uma servidão. Como instituir um regime livre se não nos desvencilhamos das algêmas tradicionais? Como pretender uma vida livre, se vivemos impondo regras e ouvindo ordens? Como desejar o homem "por si", habituando-nos, a nós e aos outros, a disciplinas vexatórias, censuras obsoletas e punições degradantes?

Mal compenetrados dessa concepção de liberdade, vários anarquistas lamentam as divergências de atuação entre anarquistas. Pior ainda, lêem-se frequentemente acusações de anarquistas-individualistas a anarquistas-comunistas, de anarco-sindicalistas a extra-sindicalistas, etc., etc. Todos êsses ataques e lamentações revelam a tendência sectarista milenarmente entranhada nos homens. Por mais que estudemos, aprendamos, eduquemos o espírito, a pressão tradicional é tão forte, o meio ambiente, todo dogmático, regrista, engaiolante, é tão rígido, que dificilmente conseguimos safar-nos dessas determinantes poderosas.

Pessoalmente, ao contrário, vejo nessas várias tendências anárquicas o melhor sinal de vida do anarquismo. Todos os homens não podem ver as coisas do mesmo modo, nem resolver os problemas pelo mesmo processo. A transformação social é um problema com soluções múltiplas. Nós, anarquistas, apresentamos a nossa. Porém não a apresentamos do mesmo modo. A beleza da nossa concepção e a superioridade do nosso método estão positivamente nessa multiplicidade de meios, todos conducentes a um mesmo fim. Seja, pois, cada tendência livre na execução do seu modo de entender a solução final. Tôdas as águas afluentes irão dar na mesma foz.

O verdadeiro anarquista, penso eu, aquêle que se libertou totalmente do preconceito sectarista, colabora em todos os grupos, atua em qualquer tendência. Mais ainda, coopera com os não-anarquistas onde quer que a ação dêles incremente a oposição revolucionária. Assim, é anti-clerical com os anti-clericalismos; é democrático na defesa dos princípios liberais contra

os reacionários; está com os bolchevistas, sempre que êstes reivindicarem direitos; reforça a ala anti-militarista, ainda que os anti-militaristas sejam burgueses; colabora com a escola moderna racionalista, conquanto não seja ela senão reformista; anima os teósofos na propaganda fraternista, os vegetarianos na extirpação dos vícios, o próprio Estado liberal na sua luta contra o imperialismo vaticanista.

Não proceder assim, seria confinar-se no sectarismo e negar, nos atos, a doutrina anarquista, essencialmente anti-sectária.

(“Ação Direta” — Rio, 10-1-1929)

17

A LEI

Ultimemos esta série de comentários à resposta de Antonio Pontes. Escreve êle: “Podem ainda os comunistas eleitos pleitear leis em proveito dos trabalhadores, leis que os por elas beneficiados terão de estar à altura de fazer observar pelo patronato. A lei, queiram ou não os anarquistas, é sempre forte argumento, uma arma que os trabalhadores criteriosos não podem nem devem desprezar”.

Quem lê isso, antes de tudo, fica a pensar que os anarquistas são contrários atualmente a tôdas as leis ou delas não se valem como arma de combate. Mais uma calúnia, voluntária ou involuntária, de Antônio Pontes. Se voluntária, demonstra sua má-fé; se involuntária, sua ignorância do anarquismo.

Não tinha saído o último número de “Voz Cosmopolita”, já eu explicara, nas minhas palestras semanais, no Sindicato da Construção Civil, o conceito anarquista da “lei”, como criação burguesa e como criação revolucionária. Há, com efeito, duas espécies de leis: as que representam a pressão dos possuidores sobre os não-possuidores, e as que representam conquistas dos não-possuidores contra os seus amos. Estas são leis impostas pelas revoluções; exemplos: a “Magna Carta”, a “Declaração dos Direitos do Homem”, a “lei de 13 de Maio”, etc..

Essas leis revolucionárias são conquistas gradativas da Grande Revolução, do milenar esforço humano contra os opressores. É um patrimônio que os anarquistas de hoje guardam zelosamente e defendem com o máximo denôdo. São frutos de revoltas ganhas, desde Espártaco, pelos anarquistas espontâneos, que sentiam a injustiça capitalista e queriam destruí-la. Sempre que haja um arranhão nessas leis básicas, cristalização dos princípios anárquicos, estão os anarquistas defendendo-as, para mantê-las intactas. Sempre que uma revolta popular força os dirigentes a emendarem a mão e passar recibo da derrota numa “lei liberal”, ou quando a ameaça de levante faz os legisladores modificarem seus códigos ou regulamentos, consignando nêles as imposições do povo, nós, anarquistas, saudamos essas leis como “nossas leis”, e delas nos servimos como armas defensivas.

Mas, para conseguir tais leis, nunca foi preciso ter “representantes” nos parlamentos. A imposição faz-se na rua, nas fábricas, nas minas, nos centros de trabalho ou nos quartéis. As leis “obtidas” pelos representantes são sempre burlas, esmolas, mel pela bôca para fins eleitorais, e sua insignificância é tal que não paga a pena com elas sofrida.

Demais, e é o ponto capital, “desmoralizam” o trabalhador, acalmam-lhe a ação revolucionária, narcotizam-no, desabitua-no da luta e, portanto, do preparo para a emancipação.

Procure Antônio Pontes outros argumentos. Os da sua defesa não valem nada.

(“A Pátria” — Rio, 7-2-1929)

18

O ESPÍRITO DA AÇÃO DIRETA

Num dos últimos números do jornal anarquista “*l'en dehors*”, de Armand, vem uma fórmula preciosa onde se resume quanto escrevi no meu artigo *Contra o sectarismo*. A fórmula está subordinada ao título *O consenso anarquista* e enfeixa

alguns conceitos segundo os quais podem, perfeitamente bem, manter-se acôrdo, entendimento, bôa harmonia, consenso entre os muitos modos de ver a questão social sob o aspecto ácrata.

Eis a fórmula: “Não caminhar, obrigatòriamente, a passo igual, nem regular, constrangidamente, o teu passo pelo passo do isolado que corre adiante de ti, ou da associação que segue atrás de ti. A cada qual seu ritmo, suas afinidades; a cada qual segundo os têrmos do contrato de marcha, que tenha livremente assinado. Não se envolver com a cadência do vizinho! Não intervir no andamento do grupo ao lado; não resmungar contra as evoluções daqueles que preferem os marceamentos à estrada larga, os sombreados às clareiras, e vice-versa. Caminho livre a todos os gêneros de marcha: passo de corrida, passo acelerado, passo de passeio, passo sem destino. É êsse o espírito do consenso anarquista”.

Perfeitamente bem. O maior impeço tem sido sempre êsse de querer fazer predominar sua opinião, seu modo de ver, sua vontade, sôbre a do vizinho, do camarada, do grupo, do sindicato. Êsse espírito de independência, aliado ao espírito de retraimento (independência de sua opinião e dos seus atos, retraimento ante a opinião e os atos do vizinho), eis a fôrça real do anarquismo, o seu traço distintivo, o aspecto que o separa fundamentalmente de outros credos revolucionários, calcados na disciplina, no programa único, nos batalhões de ferro, no passo de soldado, em quanto figurino despersonalizante o vício burguês inventa e propõe às massas descontentes.

Esta legislação social não se limita hoje a um só país, mas ganha terreno em todos os países e encontra sua expressão na atividade da Oficina Internacional de Trabalho de Genebra. As insignificantes melhorias recomendadas em certas cousas para algumas categorias de trabalhadores pelos acordos da O. I. T., ratificados pelos governos, não podem ser comparadas com os incompreensíveis prejuízos produzidos no domínio moral com o aniquilamento do espírito revolucionário, que é a melhor herança das revoluções passadas e pertence aos mais sagrados bens da classe oprimida.

Por louvável que seja o esforço por um melhoramento geral da situação do proletariado em todos os países — como,

por exemplo, a aplicação internacional de uma jornada de trabalho única e um salário efetivo, igual para os obreiros do mundo inteiro — esforço que é aprovado e apoiado pelo Congresso da A. I. T., Associação Internacional dos Trabalhadores, de orientação anarco-sindicalista — não se deve, por outro lado, deixar de indicar que a legislação nacional e internacional é um caminho que não pode conduzir-nos a êsse fim; essa legislação é só o refúgio de um movimento obreiro espiritualmente desagregado.

Isso nos faculta a liberdade de nortear a nossa atividade para onde mais sentimos penderem o nosso espírito e os nossos gostos. Um compraz-se no combate ao clericalismo; outro prefere a edição de panfletos, folhetos, revistas; outro deseja dedicar-se ao anti-militarismo; êste revela-se naturista apaixonado; aquêlê sente-se organizador de sindicatos e grupos; êsse outro consagra-se à educação racionalista, etc., etc. E em cada um dêsses departamentos da atividade acrática, nem todos *sentem* a luta do mesmo modo: um é de natureza moderado, persuasivo, discutidor; o outro é violento, arrebatado, mais ação que palavras, mais fatos que discursos.

Como tentar reger êsses temperamentos diversíssimos pelo mesmo compasso? Como querer julgar nosso vizinho por nós mesmos? Como sonhar um padrão, um metro, um código para essa espontânea manifestação da revolta e êsse fremente treinamento, rumo à emancipação?

Devemos, pois, na avaliação do trabalho de cada qual, examinar os resultados e concluir se êles são parcos ou nulos, não pela condenação ou menosprêzo do camarada, mas pela deficiência dos seus meios e métodos. A experiência de uns será vantajosa para os outros, e evitar-se-ão essas estreitas dissidências, fruto constante da intolerância, restos de um autoritarismo secular, que a tradição, mau-grado nosso, o meio capitalista, infundem ainda ou conservam em nosso subconsciente.

A fórmula de E. Armand deve gravar-se na memória de todos os anarquistas e ser lição constante para entendimento mútuo e harmonia entre militantes.

(“Ação Direta” — Rio, 15-2-1929)

HIPOCRISIA

O primeiro de Maio é um dia de protesto contra a burguesia capitalista, assassina, em 1886, de anarquistas militantes. O proletariado universal viu, naquele assassinio, um desafio da plutocracia à classe dos espoliados e, em represália, erigiu em dia de protesto anual aquela data histórica.

Acima de tudo, porém, aquêle dia é o dia dos anarquistas. Os enforcados de Chicago bateram-se e morreram defendendo os ideais consubstanciados nos princípios de Bakúnine, de Kropótkine, de Réclus. Sustentavam a campanha de vida ou morte contra o Estado e o capitalismo; eram visceralmente contrários a qualquer dogma autoritário; repeliam tenazmente tôda luta indireta, qualquer processo parlamentarista; condenavam a solução democrática do sufrágio universal, e não se conformavam com a marcha para a direita, visível no socialismo côr-de-rosa; renegavam de qualquer ditadura, policial, estatal ou religiosa. Eram, integralmente, anarquistas. Por isso, o primeiro de Maio, repito, é, acima de tudo, o dia dos anarquistas. Anarquistas foram os seus heróis, anarquistas os ideais por êles pregados, essencialmente anarquista o protesto levantado contra a tirania.

Sendo assim, cousa evidente é que só poderão, coerentemente, levantar protestos, em primeiro de Maio, os adversários intransigentes de qualquer tirania, de qualquer ditadura, de qualquer solução eleitoral ou indireta. Os que pregam ditaduras, os que pregam parlamentarismo, os que pregam ação indireta; ainda mais, os inimigos declarados do anarquismo, os contrariadores das doutrinas reprimidas em Chicago, os anti-libertários de qualquer feição, não têm autoridade moral para protestar contra o assassinio de Parsons, Fischer, Ling, Spies ou Engels.

Por isso, indignou-me ver a sencerimónia com que, no dia primeiro de Maio, os nossos inimigos bolchevistas, pelo seu órgão oficial, *Classe Operária*, periódico onde os anarquistas, suas doutrinas, seu métodos, são sujamente atacados, convocarem a massa trabalhadora para o comício politicóide

da praça Mauá. Na sessão pública comemorativa dos tecelões, lavei meu protesto contra aquela hipocrisia. O pequeno grupo bolchevista ali presente, prevendo o meu protesto, quis, na forma do costume, cortar-me a palavra. Combatido nessa pretensão, graças à energia da mesa dirigente, sentindo-se incapaz, como sempre, de discutir o assunto ou rebater meus argumentos, retirou-se grosseiramente, deixando lamentável impressão.

Na minha oração acentuei bem três fatos:

1. Suponhamos que ao comício da praça Mauá comparecessem, resurretos, os mártires de Chicago e ouvissem, protestando contra a morte dêles, os senhores burguesóides do Bloco Operário, inimigos figadais dos anarquistas. Que diriam êles? Assombrados com a exaltação do regime russo, da ditadura marxista, da política parlamentarista, de tôda aquela mixórdia doutrinária absolutamente adversa às idéias por êles pregadas, tomariam a palavra e clamariam contra aquêle comício, bradariam contra aquela profanação, indignar-se-iam contra a vileza de se aproveitarem adversários dêles do dia do seu martírio para virem propagar, entre operários, um sistema por êles valentemente condenado: "Sois uns grandíssimos velhacos!", apostrofariam êles. "Contra as vossas doutrinas e medidas nos batemos tôda a vida e, condenando-as, morremos. Como ousais, pois, vós, que perseguis os nossos camaradas de hoje, que não cessais de injuriar nossos irmãos de opiniões e ação, como ousais vir aqui condenar-nos ao padecimento, vós que infligis padecimentos idênticos aos anarquistas atuais?" Que responderiam a isso os senhores do Bloco Operário e Camponês?

2. Suponhamos que uma revolução proletária, nos Estados Unidos elevasse ao poder o Partido Comunista, e êste, organizada uma república americana dos Sovietes, proclamasse a ditadura do proletariado. Nesse ponto, imaginemos resuscitados os mártires de Chicago a pregarem as mesmas idéias propagadas em 1886. Que sucederia? Sofreria o Partido Comunista, senhor da Tcheca americana, a campanha dêsses anarquistas contra a ditadura, contra as eleições à fascista, contra o aliciamento e o enfeudamento proletário em sindicatos estatais? Não acabariam sendo novamente assassinados? Não fariam os *donos daquilo* o mesmo que fizeram os donos daquele tempo? E como ousam protestar? Não ouvem êles, em todo o

AÇÃO DIRETA *

mundo, a burguesia, que lhes responde aos discursos vermelhos: "Sois uns refinadíssimos hipócritas! Como vos atreveis a protestar contra nós porque matamos, em 1886, uns reles anarquistas, quando vós mesmos os matais às dúzias, hoje? Não declarais nos vossos jornais que todos eles são traidores, delatores, policiais, desviadores do proletariado? Logo, se matamos aquêles, não colaboramos convosco na obra sacrossanta de destruição dêsses miseráveis? Logo, êsse vosso protesto ou é rematado fingimento, ou vocês andam no mundo da Lua!"

3. Há, no Rio de Janeiro, uma Federação Operária, que procura manter os trabalhadores no caminho da ação direta, de acôrdo com as doutrinas aconselhadas pelos mártires de Chicago. A essa Federação, evidentemente, única depositária das lições dêles, caberia convocar o proletariado à comemoração do primeiro de Maio. À única organização declaradamente adversária dessas lições, a "Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro", parto burocrático do Partido Comunista, de modo algum competia qualquer convocação. Seria da mais escandalosa incoerência.

Foi, porém, da mais deslavada maroteira aquêle comício. Hipòcritamente convocado para a praça Mauá pelos mais acerrados inimigos dos anarquistas, afim de glorificar anarquistas, visou apenas o infame desvio da massa necessariamente voltada para o da praça 11. Importava, antes de tudo, impedir que os trabalhadores ouvissem oradores da Federação Operária. Estes iriam falar, como falaram, contra os políticos profissionais, contra os engazopadores do povo, contra os negregados impostores do esporte proletário, da beneficiência proletária e outras ignóbeis "proletarizações". Procuraram, mais uma vez, confundir as consciências, turbar as águas, para de tudo haurirem proveito.

Porém, tudo lhes sairá torto. A massa não se engana e já começa decididamente a corrê-los dos sindicatos, como exploradores contumazes e desvirtuadores das mais sinceras correntes de opinião.

Cada golpe do célebre conluio é uma degradação, pois revela, com a mais iniludível evidência, a hipocrisia da sua burguesice profunda e sórdida.

("Ação Direta" — Rio, 15-6-1929)

Ação Direta ressurgiu. Após cinco anos de silêncio relativo e dez de absoluto silêncio, o vozeiro anarquista reentoa o seu canto guerreiro: *A pé, ó vítima da fome!* "A Internacional" restruge nos quatro ângulos do mundo, reconvocando os famélicos à luta libertária. Na Itália, refervem os grupos anárquicos, renovam-se as federações esfaceladas pelo fascismo e, na imensa convulsão de partidos caóticos, desorientados, serviçais da monarquia, só elas são fôrça obreira atacante. Na Espanha, mau-grado Franco e a burguesia anglo-americana, a C. N. T. (Confederação Nacional do Trabalho), golpeada por elementos propensos ao colaboracionismo estatal, repõe nos devidos têrmos sua linha anti-reformista, confiando apenas no tradicional processo da *ação direta*. Em França, os refugiados espanhóis e os companheiros franceses reencetam, com inesperado vigor, a campanha anarquista, e as juventudes libertárias, num irreprimível arranco, aprumam-se, editam *Ruta* e incitam os jovens de todo o mundo à mesma proficua agitação. Na Inglaterra tarda, conservadora, ensopada nas *Trade-Unions* roncadoras, laboristas, manobradas por chefes e chefetes, uma classe inteira, os estivadores, mandam às favas o sindicato estatal e criam seu órgão próprio de defesa, em tudo assentado na *ação direta*. Em Glasgow, reune-se um congresso anarquista, com resoluções magníficas, claramente rebeldes.

Porque *ação direta*, mais que nunca, é o processo exato de rebelião proletária. Fora da *ação direta*, só um método existe: o colaboracionismo, o reformismo, as eleições com vistas ao poder, numa palavra: *ação indireta*. Mas tal método, desde Karl Marx, tem sido, estrondosamente, um desastre. Já o de-

(*) Publicado, como editorial, no 1.º número da segunda série do jornal "Ação Direta", que apareceu no Rio de Janeiro, sob a direção de José Oiticica, em 10 de abril de 1946, e durou até outubro de 1959, sobrevivendo portanto dois anos à morte do autor desta coletânea. O jornal teve como diretores, de julho de 1957 a setembro de 1958, Sônia Oiticica, filha de José Oiticica, e, de então até final, Edgard Leuenroth. (R.N.)

nunciara, na primeira Internacional, Bakúnine, êsse denodado apóstolo da revolução proletária, destruidora do Estado e seus bastiões políticos: exércitos, polícias, tribunais, escolas, igrejas, bancos e autoridades fiscais.

Todos os partidos pseudo-revolucionários, de esquerda, por mais sinceros e competentes os seus chefes, têm-se atolado no brejo parlamentar, sucumbido, incapazes de solver o problema social. E porquê? Porque, em vez de dinamitarem a tremenda máquina do Estado e erguerem, no campo livre, as livres comunas, se fazem maquinistas ou foguistas da mesma máquina. Evidentemente, se a gigajoga foi feita especialmente para forjar leis, os novos guieiros dela não podem senão tirar leis, as famosas leis trabalhistas. Mas, quem diz leis diz limitações, obrigações, cerceamento forçado, homens que as ditam e homens que as cumprem, o burguês, autor, e o povo, obedecedor. Com tal método, os partidos vindos da Internacional, via Marx, deram todos em água de barreira. Dêle golfou o bolchevismo de Lênine e Trótsky, que instituiu na Rússia a autoridade, o Estado bolchevique, tão violento, unilateral, autoritário, quanto o tsarismo deposto.

Na Ucrânia, onde Makhnó, anarquista, criara as comunas livres, os bolcheviques tentavam, dia a dia, empoleirar seus delegados, chefes de polícia, encarregados disto e daquilo. Makhnó resistiu à imposição, dizendo: "Se tanto nos custou destruir a autoridade do tsar, como iremos aceitar outra autoridade, vivendo nós tão bem sem nenhuma?..."

Makhnó foi o gênio da *ação direta* na Ucrânia. As federações anárquicas são as pioneiras da revolução social pela *ação direta*. Os homens reflexivos, inconformados com a dança de urso parlamentar, fartíssimos dos passes mágicos de republicanos, socialistas, laboristas, comunistas, todos requintados burgueses gargantões, refugam essa arlequinada estéril, contra-producente, e assumem a posição única e digna: enfrentar o capitalismo, cara a cara, e tratar de destruí-lo, destruindo o seu aparelho secular: o Estado. Esses homens, consciente ou inconscientemente, são anarquistas.

O método, a *ação direta*, os distingue, separa, singulariza. São hoje os selecionados da revolução mundial. *Ação direta* designa sua convicção firme de não lutarem *por procuração*, de jamais confiarem nas blandícias do lobo-Estado, por sabê-lo

sempre traidor, mentiroso e cruel. *Ação direta* é hoje, após duas guerras desenganadoras, o caminho, indicado desde muito e agora confirmado, de levar os espoliados de tudo à reivindicação do que é seu. *Ação direta* é o meio certo de vencer, porque é o único meio amedrontador do capitalismo. Nenhum parlamento assusta a alta finança. Parlamento não faz greves, não sabota produção, não boicota produtos, não abre largas pupilas proletárias à noção da realidade. Parlamento é casa do Estado, salariado seu, a máscara política inventada para fazer crer ao povo ser êle, povo, o soberano, e serem púrpuras seus andrajos de escravo.

Ação direta é a voz única na história das reivindicações: a de Espártaco, revoltando gladiadores; a dos servos medievais, irrompendo contra feudatários bárbaros; a da revolução francesa, assaltando bastilhas, destruindo nobrezas, apeando cleros; a dos abolicionistas brasileiros, protegendo escravos, concitando os moços, obrigando o império à lei de 13 de maio.

Só a *ação direta* abala tronos, ameaça tiaras, convolve mundos. Só ela, principalmente, educa e fortifica o povo espoliado, na sua luta milenar. *Ação direta* é a revolução. Onde ela atua, atua o espírito novo, o espírito inquieto do presente, espírito construtor do futuro, porque, feita a revolução, ela, a *ação direta*, irá criar o novo mundo, a nova humanidade, e será, livre das peias estatais e religiosas, sempre ação, sempre energia, sempre ideal.

ATUAÇÃO ANARQUISTA NOS SINDICATOS

Solidaridad, de Montevidéu, órgão da *Federación Obrera Regional Uruguaya*, defendendo a atuação dos anarquistas nos sindicatos como poderoso meio de propaganda e preparação revolucionária, escreve: "Repetida vêzes temos sustentado que não devemos atribuir todo o mal causado às idéias e aos movimentos obreiros nelas inspirados, unicamente à reação dos Estados. Êsse mal, pode-se apurar, provém ainda da não preo-

cupação dos anarquistas ou *libertários* com as questões obreiras e agremiação do proletariado, dadas principalmente suas preferências aos grupos e organização especificamente anárquicos. Atualmente, há países onde o mal prossegue em estado latente, não por causa de situações repressivas, senão por falta de atividades no terreno gremial e pelo nenhum interesse para criar um movimento obreiro anarquista”.

Depois, referindo-se à situação mexicana: “Longe de nós negar que os companheiros mexicanos, que preferem a atuação nos grupos e ateneus, e se dedicam à consolidação de um movimento especificamente anárquico, realizam labor eminentemente pela Revolução Social. Longe de nós tal propósito. O que pretendemos é sugerir que, se no México e demais países americanos chegasse a preponderar o objetivo imediato de criar um movimento obreiro de finalidade anarquista, se faria obra revolucionária mais vasta e profunda e lograríamos contar com muito mais possibilidades para que o anarquismo possuísse um poderoso movimento obreiro realmente afim e apto a opor-se resolutamente a tôdas as forças autoritárias de cima e de baixo”.

A essas palavras, com que estamos, os do Brasil, de perfeito acôrdo, faz *Tierra y Libertad*, do México, o seguinte comentário, que *Ação Direta* acha indispensável traduzir para conhecimento dos militantes brasileiros: “Estamos identificados com a necessidade da intervenção dos anarquistas no movimento operário, pelos mesmos motivos expostos pelos companheiros de *Solidaridad*. E como se referem a nós no precedente escrito, cumpre científicá-los de que não existe, aqui no México, nenhuma Central Obreira afim. Tôdas elas são refúgio de vivedores e tipos que do liderismo fizeram profissão. Há-os como Henrique Rangel, ex-anarquista e atual secretário da Confederação Proletária Nacional, que pretende aparecer como sindicalista, quando seu afã não passa de, surpreendendo a boa fé de companheiros do exterior, ter seu apoio moral para ocupar a posição desfrutada por Lombardo Toledano, presidente da Continental reformista. Pomos, assim, de sobreaviso, a todos os companheiros e sindicatos, afim de que estejam alerta se os convidarem a algum Congresso Continental que não seja patrocinado pela Associação Continental constituída e com sede na Argentina. Na sombra, prepara-se essa baixa

manobra. A Confederação, patrocinada pelo renegado Rangel, é tão *digna* de desaparecer como suas gêmeas existentes neste país”.

Agradecemos a *Tierra y Libertad* a informação, porém, voltando à importantíssima sugestão de *Solidaridad*, o que mais nos importaria conhecer é o seguinte: Haverá ou não ambiente para a criação, no México e nos demais países americanos, de Centrais Obreiras com tendência anárquica? E, se não há tal ambiente, quais os meios mais certos, em cada país, de o criar, primeiro, para depois organizar a Central?

Isso é o que propomos, acima de tudo, hoje em dia, ao exame detido dos anarquistas de tôda a América. Temos de criar centrais de tipo C. N. T.⁹ em todos os países americanos. Possuímos o modelo. Importa somente plantar, mudar, no solo da América.

No Brasil, tínhamos, antes de 1919, a poderosa Federação Operária Brasileira, de tendência francamente anárquica. Havia sindicatos *amarelos*, porém poucos, fracos e sem eficiência. Como se formou a Federação?

Quando me fiz anarquista, em 1912, havia uns três pequenos sindicatos no Rio, nos quais predominavam anarquistas. Esses sindicatos agrupavam uns três ou quatro mil operários, e sua movimentação reivindicadora era insignificante. O grupo anarquista do Rio, em perfeito entendimento com o de S. Paulo e, mais tarde, de Pôrto Alegre e Pelotas, começou intensa propaganda. Os sindicatos estavam dominados por políticos famosos: Irineu Machado, Evaristo de Moraes, Nicánor do Nascimento e outros. Tão intensa foi a campanha, que rara noite não falávamos em algum sindicato.

Em 1918, quando estourou a greve de 18 de novembro, malograda com a traição do tenente de cavalaria Ajust, o número dos sindicatos componentes da F. O. B. elevava-se a mais de trinta e acolhia o respeitável número de 150.000 trabalhadores, só no Rio.

A burguesia assustou-se. O chefe-de-Polícia, Aurelino Leal, reagiu fortemente, mas nada conseguiu. Ao contrário,

(9) “Confederación Nacional del Trabajo”, organização anarco-sindicalista de Espanha, hoje no exílio. (R.N.).

quando nos safamos do cárcere e do processo em 1919, fundamos, com sede e tabuleta na Avenida Rio Branco, um diário anarquista, *A Voz do Povo*¹⁰. Em sete anos, havíamos criado, escorraçando, primeiro, todos os políticos dos sindicatos, uma Central Obreira forte, mais forte ainda, se considerarmos o movimento muito maior em S. Paulo.

Reforçando a opinião de *Solidaridad*, afirmamos: O Estado não pôde destruir nossa Federação. A união dos trabalhadores, com o método da *ação direta*, é realmente arma acima de qualquer estimacão. A história minuciosa do movimento brasileiro de 1912 a 1919 o prova exuberantemente, e mesmo depois, ainda sob o fascismo, após 1930.

Mas, perguntareis, porque desapareceu essa Federação? Como se desfez tão abruptamente? A história é tristíssima e a mesma ocorrida em vários países. Em 1919, caiu no mundo a mais tremenda praga de todos os tempos, incomparavelmente mais daninha que a "influenza" espanhola: o *bolchevismo*, êsse filho bastardo do socialismo estatal, mascarado com o nome de *revolucionário*. O bolchevismo russo, por ação nefasta, subreptícia, infamante, de Trótsky, achou, no Rio de Janeiro, um receptor condigno: Astrogildo Pereira. Êste anarquista renegado iniciou em surdina, com aspirações, parece, a chefe, a campanha desmoralizadora dos companheiros anarquistas nos sindicatos, de perfeito acôrdo com as diretrizes assinadas por Trótsky e publicadas no *Bulletim Comuniste* de França. Os *novos métodos* foram seduzindo companheiros até dos mais eficientes. O que o Estado e o capitalismo, com sua polícia, não conseguiram, a política ditatorial russa logrou rapidamente, de tal maneira que, ao despertarmos nós, anarquistas, em 1919, com a desorganização do nosso diário *A Voz do Povo*, sabotado por Astrogildo e os gráficos, estavam minados quase todos os sindicatos. Todavia, nossa reação foi tremenda. Lutamos corpo a corpo, com a certeza de vencer. Porém, o golpe quebrara a resistência daquela fortaleza que era a Federação.

(10) "A Voz do Povo" tinha como redatores José Oiticica, Astrogildo Pereira; Alvaro Palmeira, até há pouco Grão-mestre do Grande Oriente do Brasil (Maçonaria), Maurício de Lacerda e Otávio Brandão. (R.N.).

Ora, Epitácio Pessoa, presidente em 1919, inaugurou o fanfarronismo fascista. Conseqüência: revolução do primeiro 5 de julho. Artur Bernardes quis seguir-lhe o exemplo de presidente autócrata. Conseqüência: revolução do segundo 5 de julho, com reação violenta.

Nesse 1924, a Polícia de Bernardes, cujo chefe, Geminiano da Franca, ainda sofreu rudes golpes da Federação, embora enfraquecida, valendo-se do estado-de-sítio, atirou-se em cheio contra os anarquistas. Chamo a atenção de todos para o seguinte fato: Vitorioso Bernardes, voltando eu da prisão em 1925, apurei os nossos destroços: numerosos anarquistas enviados para a Clevelândia (limites com a Venezuela) e, quase todos, mortos; outros foragidos, outros encarcerados ou deportados; mas, dos comunistas, nem um só prêso ou deportado.

Quando, em fins de 1925, reiniciámos a luta, estávamos, por assim dizer, aniquilados. Todavia, não esmorecemos e reencetámos a tarefa de salvar os sindicatos. Nossa obra foi eficiente; mas, a luta era desigual, porque tínhamos contra nós, desfazendo nossa obra, a todo instante, com tenacidade mais digna de outros fins, o cupim daninho do bolchevismo russo.

Todavia ainda êsse foi superado, e íamos vencendo galhardamente, quando Getúlio, com ares de liberal, chefe da *Aliança Liberal*, contra Washington Luiz, inaugura o Ministério do Trabalho e arvora o ministro Lindolfo Collor em legislador fascista. Empenhamo-nos em tremenda luta contra o fascismo ministerial. Lindolfo Collor, em São Paulo, ao querer falar aos trabalhadores, é estrepitosamente vaiado, e a Federação Operária Brasileira (anarco-sindicalista) decreta a não-aceitação da *carteira profissional* e repele a lei sindical de Collor. Foi uma batalha memorável. O Estado perderia certamente a batalha. A Federação decreta greve geral contra as *carteiras*. A decisão fôra tomada em S. Paulo, onde pessoalmente lutei, ao lado de Leuenroth¹¹ e outros camaradas, contra os bolchevistas, que

(11) Edgard Leuenroth, jornalista, falecido há pouco, em S. Paulo, com 85 anos, dirigiu, naquela cidade, por muitos anos, os jornais "A Plebe", anarquista, e "A Lanterna", anticlerical, e deixou, publicado, o livro "O Anarquismo — Roteiro da Emancipação Social", e vários inéditos, que a GERMINAL espera editar. (R.N.).

tentaram empolgar a assembléia. Os trabalhadores estavam todos conosco, menos a facção comunista. E que sucedeu? Havendo perdido a partida durante a noite, os comunistas declararam, no dia seguinte, por todos os jornais, que aceitavam as carteiras e aconselhavam seus adeptos a irem trabalhar.

De modo que a experiência nos mostra que a luta principal há de ser, nos sindicatos, contra os partidos políticos mascarados de revolucionários. Todos êles, se os trabalhadores não lhes satisfazem as ambições, os traem com a mais abjeta sencerimônia.

Pôsto assim o problema, voltarei a êle.

(“Ação Direta” (2ª fase) — Rio, 7-5-1946)

22

O GRANDE OBSTÁCULO

Em seu livro “Revolución Inconue” (história sincera da Revolução Russa), o célebre anarquista russo Vóline, depois de explicar a vitória do partido bolchevista, estuda a questão sempre ventilada pelos adversários do anarquismo: “Porque não dominaram os anarquistas a situação? Porque não dirigiram a revolução no sentido anárquico?”.

A isso responde êle com três poderosas razões, a primeira das quais, determinante das outras, foi a superstição do Estado, “Como em tôda a parte (explica êle), também na Rússia, o Estado e o govêrno surgiam sempre às massas como elementos indispensáveis, naturais, historicamente aparecidos uma vez para sempre. Nem se procura saber se Estado e Govêrno eram questão, e se alguém a formulava, começava e freqüentemente terminava sem ser entendido”.

Ora, a Rússia saía do tsarismo, de uma autocracia, de um sistema estatal por direito divino, com um govêrno perpétuo, hereditário, sacrossanto. A reação contra o povo, revolucionado falsamente pelo pope Gapone, despertou nas vítimas a

dúvida sobre aquela sacrossantidade e abriu larga brecha aos revolucionários contra a fortaleza do tabu. Os desastres da guerra aceleraram a desconfiança, e a propaganda intensa dos socialistas agitou civis e militares. Ao romper a revolução, os partidos socialistas já dispunham de vastas massas adversas ao tsar e prontas a uma ação destruidora do velho Estado russo, ineficiente, antipopular e incapaz de vitória.

Porém, como diz Comte, só se destrói alguma coisa substituindo-a por outra. Que propunham os socialistas de tôda côr às massas desiludidas para substituir o Estado autoritário e hereditário? Propunham *outro Estado*. Os socialistas côr-de-rosa, à Kerensky, ofereciam um regime parlamentar, com as sabidas Câmaras e uma Constituição aprovada pelos representantes do povo. Já era algo melhor que a côrte, mas a inabilidade de Kerensky deu aroma de água-de-colônia a um govêrno que devia enfrentar a guerra, fazer a paz em separado ou criar vitória impossível.

Ao lado de tal partido, os *maximalistas* ou *bolcheviques*, reagrupados com a volta súbita dos seus chefes, expulsos pelo tsar (Lênine, Trótsky, Zinoviev e tantos mais), vociferavam, com quanto cartaz, panfletos, comícios e jornais puderam, uma revolução aparentemente mais profunda. Clamavam pela entrega do poder aos operários, camponeses e soldados. Depravavam às massas um *Estado Proletário!!!*. Substituíam o tsar pelo próprio povo. Exaltavam a plebe à culminância máxima. As tais Câmaras seriam constituídas, não por meros representantes políticos, mas pelos próprios operários reunidos em conselhos, isto é, em *soviêtes*, e êstes seriam o povo içado à ditadura contra os seculares ditadores da Rússia. Assim, opunha-se um *Estado Proletário* e um *govêrno proletário* a outro *Estado aristocrático* e a outro *govêrno aristocrático*. Mantinha-se a noção *Estado*, a realidade *Estado*, o tabu *Estado*, adicionando-se-lhe um adjetivo de apetite: *proletário*. Era a massa promovida a Estado, mandando, resolvendo, decretando!

Contra essa obsessão dupla, *Estado* e *Govêrno*, que poderiam fazer os anarquistas, cuja missão é abater êsse ídolo, desmoralizar êsse tabu, desfazer essa superstição? Não é precisamente êsse o mais tremendo obstáculo, ainda hoje, à propaganda anarquista? Quando nos perguntam que é o anarquismo e resumimos a resposta em uma frase: “É a doutrina que pre-

ga uma organização social sem Estado", logo salta a inevitável objeção: "E como se pode viver sem Estado?" Temos então de demonstrar, longamente, o que é o Estado, o monstro milenar devorador das energias tôdas do trabalho em proveito de uma oligarquia imperante.

E por mais demonstrativa que seja a exposição, em geral o obsedado nos repele com a frase encerradora: "Isso é muito bonito, mas é utopia!" Vêde a ilogicidade da resposta! Esperávamos cousa inteiramente outra. Se a primeira frase é: "Isso é muito bonito!", lògicamente a segunda deveria ser: "Então, vamos trabalhar para pô-lo em prática!". Mas, o monstro Estado é apavorante. Poucos lhe percebem os pés de barro. Tão grande é a vesânia, que, ainda o vendo por terra, como na Rússia, tratam de reerguê-lo, cimentar-lhe o pedestal, pintá-lo de outra côr e repô-lo na sua função maléfica.

Entretanto, na própria Rússia, houve quem deixasse bem caído o Moloque nefasto, e se opusesse tenazmente a reicá-lo. Foi Makhnó, foram os anarquistas de Gulai-Pole, foi aquela incomparável plêiade revolucionária, que despedaçou, pela primeira vez na História, o boneco-papão, e inaugurou a organização verdadeiramente livre, ensinando como destruir de uma vez a injustiça humana. Makhnó e seus companheiros foram lògicos. Viram a beleza da doutrina e concluíram como deviam: "Vamos pô-la em prática"! E a puseram. E viram quão realmente bela, muito mais bela ainda, é a realidade viva, do que o sonho. A utopia foi feita, foi vista, foi vivida, até que os criadores do *Estado Proletário*, os recriadores do tsarismo totalitário, usando de ignóbil farsa e atraçoando vilmente os verdadeiros revolucionários russos, refirmassem nuns pés novos o manequim agora de cimento armado, bem sujo de zarcão, mais fanfarrão que nunca e voraz como sempre.

Foi assim, entronizado pela centésima vez, o feitiço grosseirão e desastroso. E temos nós, anarquistas, de redrobrar de esforço para patentear aos homens, às vítimas do Baal, a estupidez dessa crença louca, pela qual vivem dando, ao deus tragador, os próprios filhos nas oficinas, na lavoura, nos quartéis, nos campos de batalha!

Será possível tanta cegueira?

("Ação Direta" — Rio, 29-6-1946)

OBEDIÊNCIA !!!

É o que pregam os totalitários de tôda casta: legisladores, pedagogos, igrejas, patrões... Pregam... e exigem!

Não negamos a necessidade fundamental da obediência, porém, temos de apurar o que é e o que deve ser. Os *chefes*, os mandões, os dominadores impõem obediência *cega*. Nós só reconhecemos a obediência *esclarecida e condicionada*.

Evidentemente, se estou doente e procuro um médico, devo obedecer rigorosamente às suas prescrições. Se tomo um professor de química, hei de estudar o que me determina, e operar no laboratório, qual me indica. A técnica, nas ciências e nas artes, é um seqüente código, a que havemos de ater-nos programáticamente. Mas... *condicionalmente!*

A primeira condição é a de conhecida *competência* de quem manda, dispõe, prescreve. Claro é que não deverei obediência a quem me ordena insensatamente. São às dúzias os professôres incompetentes, e poucos consideramos crime exigir dos alunos obediência a tais mentores. A segunda condição é a *confiança* do dirigido no dirigente, confiança na sua capacidade e, sobretudo, em seu espírito de auxílio, na sua vontade cooperativa, na sua *moral*, em suma. A terceira condição é a liberdade do obedecedor. Se minha confiança no mestre, no médico, no instrutor, nos legisladores, foi decepcionada, se verifiquei a incompetência de um, a má-fé e o inescrúpulo de outros, patentíssimo é que, longe de dever obediência, minha virtude está na desobediência, na rebeldia.

Só um louco se atiraria num precipício, como na anedota referida de um soldado do Kaiser, desejoso êste de mostrar a visitantes estrangeiros a disciplina do exército alemão. A mesma anedota conta que, pretendendo o marechal Hermes, recém-vindo da Alemanha, repetir, perante uma visita argentina, igual façanha no Brasil, ao dar ordem a um soldado nordestino de se atirar da janela à rua, êste, olhando-o de esguelha, retrucou: "Sê é besta, marechá!"

Êsses dois procedimentos, o do soldado alemão, disciplinadíssimo, e o do brasileiro disciplinado a seu modo, representam a disparidade dos dois conceitos. Obediência, entende-se, dependente da minha razão, da minha vontade e sempre respeitosa da minha liberdade. Obedecerei, desde que dessa obediência vejo resultarem vantagens para a comunidade. Se, porém, decorre de uma imposição, para proveito de meia-dúzia ou para satisfazer as ambições de uma classe dominante, seria minha obediência, não somente estúpida, senão criminosa.

É o que sucede na sociedade atual, mormente com a recente onda fascista: Obedecer cegamente aos chefes dos partidos, ainda quando os chefes levam os chefiados ao destrôço mais completo!

Olhem para os colégios do Brasil! Os pobres estudantes *hão de obedecer*. Dão-lhes professores quaisquer, e êles têm de sujeitar-se a ouvi-los e aturá-los. Não podem êles escolher outro professor! Quando chegará o dia em que terá o estudante plena liberdade de não suportar professôres negativos? Quando chegará o dia de poderem recusar-se os cidadãos à ordem de matar? Quando chegará o dia de recusar obediência a quanto tiranete encharca a sociedade em nome da *lei*, do *regulamento*, da *disciplina*?

“A. D.” — Rio, 14-7-1946)

24

UM PADRE ANARQUISTA !

Uma revista norteamericana comenta um fato acontecido agora na França como sintoma da “neurose” francesa. O fato é o seguinte: foi concedido um prêmio literário ao padre católico Jean Natal Grosjean, pelo seu poema metafísico *Terre du Temps*, onde o poeta diz coisas assim: “A anarquia é a verdadeira ordem entre os homens. O resto é mero comércio”. Esta filosofia antiescolástica foi confirmada por declarações do

padre Grosjean, que se afirmou anarquista, desde que da prática da doutrina resultasse a mesma pureza da teoria. “Algum dia — afirmou o poeta — mudar-me-ei para a Nova Zelândia, onde será mais fácil pôr estas idéias em prática”.

A revista americana chama a isso *neurose*, e o comentarista acha isso resultado de uma *necessidade de fuga ao real*!

Ora, o padre disse duas verdades da mais alta *realidade*: primeira — *a anarquia é a verdadeira ordem*; segunda — *o resto é mero comércio*. Quem sabe o que é *comércio* e olha para a civilização atual, compreende que o sacerdote católico anda muitíssimo no *real*. Tudo o mais no mundo, isto é na *arquia*, é luta pelo *vil metal*, é o domínio do ouro, da compra e venda, das ambições mais reles, onde outro padre, Antônio Vieira, viu conjugar-se o verbo *rapio*, onde Antônio Souza de Macedo aprendeu a *Arte de furtar*, e onde o sapientíssimo Camões, apesar de caolho, viu as nefastas influências do dinheiro até naqueles que deveriam respeitar a religião.

“A. D.” — Rio, 14-7-1946)

25

PLAGIAM DEFORMANDO

Sabemos ser hábito velho da burguesia deformar as palavras da nomenclatura revolucionária, modificando-lhes o sentido para gerar confusões a ela proveitosas.

Assim, a Igreja que, em tempos de Pio 9.º, tanto anatematizou tôdas as formas de socialismo, inclusive o nome, acabou arranjando um *socialismo cristão*. E, antes de *socialismo*, só o termo *liberal* ou *liberalismo* assanhava todos os reacionários, leigos ou católicos, como gaífa peçonhenta do Príncipe das Trevas. É só reler os panfletos de José Agostinho de Macedo. Ora, hoje, todos reacionários, dos mais sujos, em-

pinam seu peito liberal e arrotam pelos gorgomilhos sua açorda liberalíssima. *Socialistas*, então, é moda.

Por sua vez, as sociais-democracias, verdadeiros salamargos conservadores, diziam-se arautos do *comunismo*. Ora, *comunismo* é doutrina arquivelha dos anarquistas. Marx e Engels redigiram um *manifesto comunista*, porém, nunca, jamais, definiram o que seria uma sociedade comunista. Os sucessores de Marx, Lênine à frente, formaram um partido maximalista, pregador do *comunismo*, e da revolução russa nos saiu um partido *comunista*, mais reacionário, anti-comunista e burguês, do que seus colegas laboristas, católicos, monárquicos ou franquistas.

Nós passamos a chamar-nos *libertários* ou *anarquistas*, e acrescentámos ao termo *comunismo* a palavra esclarecedora *anárquico*, não fôsse alguém confundir-nos com os burgueses e reacionários de Moscou. Ainda assim, para os menos entendidos, esses termos *comunismo* e *comunista* haviam de gerar ambigüidades evitadas. Só os vocábulos apavorantes *anarquista* e *anarquismo* não trariam confusão, e são eles que nos distinguem claramente dos demais *ismos e istas* confusos e confundidores.

É bem de ver que, crescido, alargado e poderoso o anarquismo, cousa, para nós, muito breve, logo saltarão suas eminências e reverendíssimas a inventar um *anarquismo cristão*, promovendo Jesus Cristo a *maior anarquista do mundo*, a *verdadeiro anarquista*, aquêle que disse... e mais isto... e mais aquilo.

O diabo é que o anarquismo condena a *propriedade particular*, condena os *mandões* civis ou eclesiásticos, condena o *dinheiro*, instrumento da capitalização, etc., etc. Vai daí...

Temos, agora, no Brasil, nova mistificação. A expressão sofisticada é *ação direta*. É uma expressão genuinamente anárquica e significa a reivindicação do trabalhador, feita diretamente ao patrão e ao Estado, sem nenhuma interferência de advogados, representantes, políticos ou *líderes*. De modo nenhum significa *sedição*, *intentona*, *golpe*, coisas usadas pelos politiquieiros nas suas negações de caça-poderes.

É bem certo que toda *insurreição* revolucionária é *ação direta*, porém nunca no sentido de *tomada dos poderes públicos*.

A greve mais pacífica do mundo pode ser vigorosíssima *ação direta*, e uma revolta sangrenta pode ser a *ação mais indireta* dêste mundo, se mira somente a substituir um poder por outro tanto ou mais reacionário. É o caso dos plutócratas paulistas, dando *golpe* para usurpar os poderes estaduais.

Pois tantas faz compadre Belzebu ou Barzabum, que deram os politiquieiros mais rabudos desta ex-senzala getulista para falar em *ação direta*, no sentido porco de *sedição militar*, *golpe* à Getúlio e companhia. Quando nos referiram tal, demos de ombro, achando impossível a anedota. Onde foram eles buscar essa expressão privadíssima dos anarquistas? Teriam eles visto nas bancas êste minúsculo semanário e, por saberem-no anarquista, logo inferiram ser *ação direta* o uso de bombas, incêndios, levante armado, pau-rijo e outras farrombas destrutivas?

Não acreditamos, por isso, nessa deturpação. Até que, há pouco, num aranzel politiquieiro do senhorzinho Assis Chateaubriand, lemos, em letra de fôrma, a expressão nossa, muito nossa, *ação direta*, usada no lepreto sentido de briga partidária, sistema *pau comeu!* Pior que salamargo!

Sem querer, o sr. Chateaubriand, fascista e anti-fascista, getulista e antigetulista, anticomunista hoje, mas provável comunista exaltado amanhã, numa palavra, *tudista*, o sr. Chateaubriand, sem querer, desviou a expressão para o lado odioso. Em breve, nas rodas políticas, *ação direta* há de ser equivalente de *o pau cantou*. Portanto, nós, anarquistas, pregadores de *ação direta* sempre e só, passaremos lógicamente a partidários, sempre e só, de arruaças, bernardas grossas, intentonas, botaabaixos, de quantas tropelias queiram os patrioteiros bonzinhos da atômica inventar contra nós.

Daqui protestamos, uma vez por tôdas, contra essa abominanda transmutação de um termo empregado só por nós, anarquistas, num sentido claro, rigorosamente definido e inequívoco. Nossos detratores não dormem, nem perdem vasa para nos desmoralizarem e volverem para nós a antipatia de todo o mundo.

Cuidado com eles!!!

(“A. D.” de 10-9-1946)

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Atendendo a um convite da União Democrática da Mocidade, compareci, na noite de 21 do findante mês, a uma reunião convocada com o nome de *mesa-redonda*, na Rua Visconde de Inhaúma, 113. Discutir-se-ia o tema da participação dos operários nos lucros das empresas, coisa concedida espetacularmente pela recentíssima Constituinte da República brasileira.

Presentes dois deputados, José Augusto e Café Filho; um quase deputado, Azevedo Lima, e representantes de várias associações. O fim seria enviar ao presidente da República um memorial que servisse de norma à elaboração da lei reguladora dessa tal participação. O secretário, também delegado de uma instituição, propôs, para concretizar o assunto, uma **dezena de teses** muito bem discriminadas.

Pedindo a palavra pela ordem, aleguei falta, na lista, de uma proposição preliminar, para mim da mais alta importância. Formulei-a assim: "Será útil ao proletariado essa participação?"

Defendendo meu modo de ver, declarei a participação coisa extremamente nociva à solução do problema econômico em sentido anticapitalista.

A participação nos lucros é considerada medida de esquerda, portanto medida antiburguesa. Fomos ali convocados para colaborar na realização dessa medida supostamente salutar, sem examinar sequer seu alcance, seus reflexos na própria luta social.

Ora, um leve exame revelaria logo o detestável efeito dessa pretensa *conquista*. Em primeiro lugar, a participação nos lucros, longe de ser ação anticapitalista, redundaria no *reconhecimento* do capitalismo como instituição justa e no seu *reforçamento*, pois *torna o proletariado igualmente capitalista*. Alegam que a participação vem acompanhada da fiscalização feita nos livros pelos próprios operários ou seus sindicatos, resultando disso uma *capitis diminutio*, uma perda de direitos do empresário. Ainda assim, e mormente assim, temos êsses operários transformados em *sócios de indústria* da empresa. Não

há nenhuma diferença. Os sócios de indústria também fiscalizam os livros e participam dos lucros, chamados, no comércio, *dividendos*. A diferença está em que os sócios entraram com *capital dinheiro*, e os operários ou empregados entram com *capital trabalho*.

Ora, o objetivo de revolução social foi sempre *extinguir a exploração do homem pelo homem*, exploração exercida historicamente pelo *regime capitalista* e patrocinada pela instituição social chamada *Estado*.

O fim do proletariado, consciente dos princípios revolucionários vindos desde a Revolução Francesa, é *aniquilar o regime capitalista* pela *expropriação da terra e dos meios de produção*. Para os verdadeiros revolucionários sociais, toda propaganda deve ter por escopo êsse ideal, essa finalidade, e nenhuma outra. Dirigir o proletariado para outro rumo é *trair* a sua causa, é *colaborar com os mantenedores do capital*, isto é, com os inimigos mais acesos do trabalhador. Supor que os capitalistas vão ser, por êsse processo, apeados das suas riquezas, é uma infantilidade lastimável. Pouco monta a um capitalista que auferir, digamos, cinco mil contos de lucros, largar a metade a *seus novos sócios*. Donos da produção, êles facilmente aumentarão os preços de venda (*a supervalia*), e voltará tudo ao mesmo pé.

Levantou-se, na assembléia, uma objeção esperada: os sindicatos, dominando a empresa, velarão para que não ocorra essa elevação de preços.

Santa ingenuidade! Dar-se-á fatalmente o mesmo que se deu quando o Estado Novo, o do *pai dos pobres*, taxou fortemente os *lucros excessivos*. A medida pareceu altamente socialista, mas os experientes das manobras capitalistas viram logo onde ia bater a flecha. Quem já viu lobo comer lobo? O Estado Novo cevou numerosos porcos insaciáveis e precisava, como sucede a toda ditadura, de quantias sempre crescentes. Taxar mais o povo, diretamente, seria estrupício; mas taxar, indiretamente, com cara de socialista, era uma beleza! Resultado: o próprio governo do "pai dos pobres" incitou os capitalistas a terem lucros mais excessivos, afim de obter, para seus gastos, maior fartura.

Os operários que virem possibilidade de maior ganho ao fim do ano serão certissimamente os primeiros a exigirem a ele-

vação dos preços de venda. Tornaram-se sócios, aburguesaram-se, a cobiça econômica lhes ronca nas tripas, e lá se vai a solidariedade proletária, em proveito agora da solidariedade capitalista.

Teremos então corrida na alta, novas exigências do funcionalismo não-participante em lucros, nova algazarra do *infraproletariado* (permitam-me a expressão) afogado nos seus salários módicos e na sua ínfima participação em lucros.

E este é o ponto: a divisão do proletariado em várias camadas, três pelo menos: a do *superproletariado*, composto dos operários dos grandes bancos, das grandes indústrias, do grande comércio, capazes de dar-lhe pingües lucros; o *infraproletariado*, composto de trabalhadores por conta própria, operários de pequenas indústrias, funcionalismo lotado nas mais baixas letras, etc.; finalmente, o *médio proletariado*, composto das pequenas indústrias, arrazados de impostos, afogados pela alta de todos os preços, funcionários das letras médias, intelectuais do jornal, do magistério, dos cartórios, etc.

O *superproletariado* aburguesa-se imediatamente. É o que sucede, todos os dias, com os trabalhadores que, por sorte, acumulam capital e se põem a trabalhar por conta própria, passando a patrão. Esquecem, com raras exceções, sua condição de operários, e ingressam, de bom grado, na média burguesia.

Teremos assim, fatalmente, um proletariado satisfeito, que vai ser manobrado eficientemente contra as outras duas classes, mormente a ínfima.

Ainda admitindo abatimento do capitalismo com a participação, esse abatimento será somente *vertical*, mas dar-se-á extraordinário crescimento *horizontal*. Formar-se-á uma classe de obreiros abastados, e esses se agarrarão ao capital com unhas e dentes. Se a pequena-burguesia já é um pêso morto na revolução social, que não vai ser esse proletariado com sua renda anual, por menor que seja?!

Não podiam os políticos ter inventado melhor morfina, melhor vírus de separação e discórdia proletária. Eles sabem o que fazem.

Temos agora de considerar precisamente este ponto capital: de onde partiu essa idéia da participação dos operários nos lucros das empresas? Partiu de um convênio operário? Partiu

de uma imposição sindicalista? Partiu de uma luta encarniçada de que saísse vitoriosa a massa operária?

Nada disso. O artigo constitucional foi proposto, aqui no Brasil, pelo sr. Agamenon Magalhães, um dos mais acirrados fascistas e violentos colaboradores do sr. Getúlio Vargas, e foi fortemente apoiado pelos deputados trabalhistas e católicos. Vem, pois, da ala mais ferrenhamente anti-socialista.¹²

Perguntamos nós: "Não teriam esses amigos do povo (ia dizer da *onça*) examinado acuradissimamente todos os prós e contras dessa estardalhante medida? Sobretudo, apoiada pela Igreja Católica, de si mesma capitalista, não parece extremamente suspeita?"

A *suspeição* foi reconhecida por toda a *mesa-redonda*. Ninguém discrepou nesse ponto. A medida enchia evidentemente as vistas dos elementos mais reacionários. A conclusão, pois, deveria ser uma só: abramos os olhos do proletariado, mostremos-lhe a nefanda cilada que lhe arma a reação procurando excelente meio para dividi-lo e destroçá-lo.

Pois, *só eu na assembléia concluí assim*. A maioria propendeu para a aceitação da venenosa droga. E qual a razão expendida em seu favor? Ser a medida fato consumado, estar consagrada na Constituição e, portanto, não haver outro recurso senão regulamentá-la e pô-la em prática!!! Quinze anos de ditadura, com domínio pleno do Ministério do Trabalho, desensinaram a geração atual do que seja *luta de classes*.

Proteste contra essa absurda idéia de aceitar o *fato consumado*. Luta de classe (disse) é precisamente a não-admissão de fatos consumados. Fato consumado desde séculos é a propriedade particular, é o capital explorador, era sua majestade o rei, é sua santidade o papa, etc., etc., e todos esse fatos consumados vão sendo repelidos, denunciados, desfeitos e depostos.

Os fatos consumados de Mussolini levou-os a breca, e o Diabo levou os de Hitler, como um dia levará os de Stáline, Salazar, Franco e quadrilhas. O império inglês é um fato consumado, indesejável como os demais imperialismos de qualquer côr, americano, japonês ou eslavo. Pois, precisamente, por ser fato *consumado pela burguesia*, merece arrepio dos revolucio-

(12) Reflexo da última internacional de Bruxelas, onde preponderaram católicos. (R.N.).

nários, refugo direto, inadmissibilidade, combate vivo, repugnância completa.

Nossa propaganda, em vez de ser a de colaboração com a burguesia católica, essencialmente demagógica e antiproletária, deve ser a de *formal denúncia*. Temos de mostrar aos trabalhadores que, por trás dessa medida vestidinha de socialismo, está um requintado expediente, uma ignóbil farsa para mais uma vez iludi-lo, afastando-o, com a falácia de propinas subornantes, da verdadeira luta contra o capital e seus sustentáculos.

Nada, pois de participação de lucros! Oponhamos, a tal participação dissolvente, a propaganda da *expropriação*, embora remota.

Voltarei ao assunto.

("A. D.", de 30-9-1946)

27

UM EXEMPLO JAPONÊS

Havia no Japão, antes da ditadura militarista, forte movimento anarquista, que arvorava uma bandeira tôda prêta. Supúnhamos extinto o movimento, mas as notícias recentemente dadas pelo *Industrial Worker* de Chicago revelam que a atividade dos companheiros japoneses recomeçou com desusado vigor.

Segundo o *Industrial Worker*, confirmado por outros periódicos, deu-se, em março último, no Japão, um fato extraordinário, realização bem lograda de uma tentativa já feita em 1920, nas fábricas de Milão, e, em 1936, em França. Trata-se nada menos que de uma apropriação de fábricas em larga escala por parte do operariado nelas empregado.

Os trabalhadores da empresa química dos arquimilionários Mitsubischis exigiram, em 1 de março, 300 por cento de aumento de salário. A gerência negou, exprobrando-lhes a ameaça de greve, pois a parada nas indústrias químicas seria incompensável desgraça para o país. Êste pedia, realmente, aumento de produção.

Responderam-lhes os trabalhadores, com tôda cortesia, propondo-lhes um meio de não haver greve, de haver, ao contrário, aumento de produção, e êste era porem-se os administradores ao fresco e entregarem as fábricas a êles, operários.

Como era de esperar, houve recusa viva. Então, os operários os expulsaram das usinas e tomaram a seu cargo tôda a produção. Elevaram seus salários nas proporções requeridas, e a produção mais necessária, a do metanol, cresceu 22 vêzes. Êsses salários elevados vão os operários recebendo desde março e, honestissimamente, depositam, todo fim de mês, os lucros num banco, à disposição dos donos das empresas.

Consta que outras fábricas estão sendo ocupadas por trabalhadores, os quais alegam que a greve os esfomearia e esfomearia o povo, pelo que acham muito mais expedito proceder pela ocupação.

Assim, enquanto o capitalismo, sempre matreiro, vem querendo iludir, mais uma vêz, o trabalhador, com promessas de participações nos lucros, os obreiros japoneses aplicam a *ação direta* expropriativa, de resultados verdadeiramente revolucionários e certos.

Ao passo que a participação é uma comédia torpe, de que ri a burguesia, a expropriação é tragédia para ela, que com a expropriação não rirá, pois esta revela consciência do operário, e a questão social se apresenta com sua solução exata.

("A. D.", de 30-9-1946)

28

O SOCIALISMO DA IGREJA

Muitos trabalhadores, enganados pela superstição religiosa, injetada diàriamente, por todos os meios, na cachola popular, deixam-se levar pelas cantigas de *democracia cristã*, do *socialismo* católico pregado pelo papa Leão 13 com a célebre encíclica *Rerum novarum*.

Depois das condenações furiosas do *socialismo*, cognominado *peste* pelo papa Pio 9.º, a Igreja definiu-se ou definiu o

seu socialismo em falasções várias de Leão 13 (encíclicas *Quod apostolici muneris*, de 28-12-1878; *Rerum novarum*, de 15-5-1891; *Graves de communi*, de 18-1-1901).

Calcado nessas encíclicas, principalmente, e na *Instrução especial* da S.C. de Neg. Ecles. extraord. de 27-1-1902, o papa Pio 10.^o, sucessor de Leão 13, organizou um *regulamento Fundamental da Ação Popular Cristã*. Consta o regulamento de 19 itens, que merecem leitura atenta dos trabalhadores. Os militantes anarquistas deveriam possuir exemplares desse regulamento para comentarem as proposições, uma por uma, aos proletários iludidos pelos políticos da Igreja.

Vamos empreender a divulgação comentada desse evangelho totalitário, reflexo bem fiel do espírito dominador e fascista da Igreja Católica:

1. *A sociedade humana, tal qual Deus a estabeleceu, compõe-se de elementos desiguais, do mesmo modo que desiguais são os membros do corpo humano; torná-los iguais é impossível e seria a destruição da própria sociedade.*

Evidentíssimo, não é? Quem duvidou jamais disso? Houve alguém no mundo que afirmasse a igualdade física, mental ou moral do homens? Onde andaré esse maluco? Essa afirmação é insinuada logo de princípio, para fazer crer que os próceres da revolução social querem e pregam tal enormidade, quando eles proclamam apenas a *igualdade nas condições sociais*, quer dizer, nas possibilidades de vida e na repartição das riquezas.

Aproveitando, porém, o símile apresentado por Leão 13, aceitamos que os membros são desiguais, mas que todos eles, cada qual em sua função, devem ser *livres, bem nutridos, bem proporcionados*. Estômago, rins, fígado, coração, ossos, cérebro, etc., não de estar desimpedidos de estorvos e sobrecargas no seu funcionamento; não de estar bem alimentados, dando-se-lhes quanto exigirem da riqueza comum, para poderem produzir sãmente o que de cada qual exigir o corpo inteiro. Seria desejável que o fígado se superalimentasse, em detrimento do pâncreas? que os rins malandrassem, recusando-se a trabalhar? que, enquanto o coração não cessa de bater, irrigando, os intestinos descansassem atônicos, sem lhe fornecer o necessário suprimento calórico?

O célebre apólogo de Agripa não teve a merecida resposta, porque os plebeus, coitados, eram, como os de hoje, de bestunto curto. Se houvesse entre eles algum anarquista, diria ao tal Menênio: "Olhe cá, seu moço, você fala bem, mas não diz certo. Todos os membros precisam colaborar *igualmente*, cada qual em sua função. Está bem. Apenas há uma coisa: é que vocês, patrícios, juntos com os seus sacerdotes e todo o colégio sacerdotal, não cumprem essas belas palavras. Nós trabalhamos de fato. Somos tudo, inclusive estômago, e vocês, em vez de harmônicamente trabalharem conosco, nada produzem, e arrancam de nós os produtos do nosso trabalho. Você, Menênio, compara o estômago aos patrícios, pensando que aceitamos essa peta. Vocês não são estômago, pois o estômago trabalha de fato, enquanto vocês nada fazem. A verdadeira comparação para vocês, no apólogo, seria a de um vampiro que sugasse o corpo. Sua técnica trapaceira é hábil, mas eu não sou bobo, nem mordo a isca!,,

2. *A igualdade de vários membros da Sociedade consiste unicamente em que todos os homens se originam de Deus, seu criador; foram resgatados por Jesus Cristo e devem, segundo exata medida de seus méritos e deméritos, ser julgados, recompensados e punidos por Deus.*

Francamente! vir, nos alvares e, agora, no meio do século 20, reeditar essa conversa mole em que ninguém mais acredita, nem o Papa, é desopilante; engraçadíssimo num anedotário, mas já não pega falando sério. Quando é que vamos deixar Jesus Cristo sossegado, e até quando há de a Igreja asseverar, num desplante enjoativo, que Deus faz isso, quer aquilo, manda aquilo outro, e que vai julgar-nos direitinho, recompensando-nos *depois*, enquanto eles vão gozando *agora*?

3. *Portanto, é conforme à ordem estabelecida por Deus, que haja, na sociedade humana, príncipes e súbditos, patrões e proletários, ricos e pobres, sábios e ignorantes, nobres e plebeus, os quais, unidos por um laço de amor, devam ajudar-se reciprocamente a atingir o fim último, no Céu, e, na Terra, o bem-estar material e moral.*

Essa é de escacha Deus! Coitado do Deus! Que idéia vilíssima nos dá o catolicismo do *Ser Absoluto, Onipresente, Onisciente e Onipotente!!!* Se foi esse Deus quem fez tal sociedade,

bolas para a sua onisciência! Que êle fizesse pedreiros, engenheiros, lavradores, mecânicos, mineiros, eletricitas e mais trabalhadores de verdade, passa! Mas ter feito príncipes, capitalistas, banqueiros, padres e bispos, advogados e juizes, burocratas, etc., essa nociva legião de parasitas, e por causa dêles desamparar a multidão de miseráveis, desempregados, prostitutas, proletários da farda, calcêtas das minas, agrilhoados de tôda a Terra, espezinhadados por nobres e ricos de tôda laia, isso, essa horrenda tragicomédia, só derivaria de um ser ultrasádico, truculento gozador de torturas atrozes. Teríamos um Deus fascista, hitleriano, imagem perfeita dos governos católicos de todos os tempos. E ainda se fala em *laços de amor!*

Pois bem! Se o Deus católico instituiu tal *ordem*, os rebeldes de tôda a Terra se levantam contra êsse deus cruel e paranóico, e ousam propor outra ordem, a da *igualdade* firmada no trabalho igual, na harmonia dos produtores, sem agiotas de qualquer casta, mormente os que se arrogam intérpretes dêsse deus!

4. *O homem, relativamente aos bens da Terra, tem, não só a faculdade geral de usá-los, como os animais, senão também o direito perpétuo de os possuir, quer os consumíveis com o uso, quer os que o uso não destrói.*

Isto é tirado da encíclica *Rerum Novarum*, êsse triste documento de sofismaria inoperante, verdadeira nulidade em matéria social, quando comparado à prodigiosa lógica do livro de Proudhon *Que é a propriedade?* Neste livro até hoje irrefutado, pergunta o autor aos proprietários quem lhes deu êsse tal direito, dito *natural*, da propriedade, segundo o qual pode um homem possuir certos bens, mais ou menos vultosos, estável e perpétuamente (*stabili perpetuoque jure*, segundo diz a encíclica).

Com seguríssimo exame, conclui sempre Proudhon que, encarada por qualquer face, a propriedade particular ou estatal é sempre *fruto de um roubo!*

Pois o número seguinte do *Regulamento* assevera, como se fôsse ponto pacífico, exatamente o contrário. Diz assim:

5. *E' direito natural indiscutível a propriedade particular, fruto do trabalho ou da indústria, da cessão ou doação, e cada qual pode razoavelmente dela dispor a seu talante.*

Para o *Regulamento*, é direito *indiscutível*, sem ver, precisamente, que a *questão social* nasceu da contestação dêsse tal direito, da apresentação, à consciência humana, de tremendos argumentos contra êle.

Êsse *direito* foi indiscutível enquanto pesava na consciência humana essa teologia católica, vasquejante, nos últimos arrancos, em tôda a *Rerum novarum*. Logo, porém, que a humanidade se sentiu com forças, nos pródromos da Revolução Francesa, de pensar alto, êsse tal direito foi negado e indigitada a propriedade particular como causadora das desgraças humanas. Mas, em pleno século 19, coube, como dissemos, a Proudhon, elaborar uma demonstração incontestável, completa, definitiva, sobre essa infame instituição.

O *Regulamento* passa por cima dêsse convulsionante movimento, como se até hoje ninguém se houvesse alçado contra êsse *indiscutível* direito. Como indiscutível, se é justamente êle o que mais se discute?

Mas os homens do *Regulamento* sabem que escrevem para católicos, para fanáticos, dezarrazoados, isto é, cuja *razão* lhes foi tirada do intellecto por um processo lento de narcotização, calcado nos terços, ladainhas, procissões, confissões, retiros e infinitos sermões pregados sem temor de imediata rebatida.

6. *Para acalmar o conflito entre ricos e proletários, cumpre distinguir justiça e caridade. Só há direito a reivindicação quando foi lesada a justiça.*

A encíclica *Rerum Novarum* faz tal distinção. Os patrões, os ricos, devem rigorosamente aos trabalhadores o preço estabelecido ou combinado dos seus serviços. E' a parte da *justiça*. O rico proprietário, o empregador, nenhum favor faz ao operário, e a êste, se lesado, cabe o incontestável direito de reclamar o devido, de reivindicar o negado. Fora disso, preceitua a justiça, nada pode o salariado reclamar.

Contudo, será só isso o que devem os ricos estritamente dar aos pobres? Não! — responde a Igreja, e o papa Leão 13, na famosa encíclica, dá uma explicação que os trabalhadores devem aprender e guardar como índice bem claro da chocha mentalidade católica romana e sufficientíssima para classificar-se tão inepto documento.

Recordando as palavras do Apóstolo que ordena aos ricos dar facilmente ao próximo necessitado, comenta a encíclica (esta parte agora refere-se à *caridade*): “Ninguém, por certo, é compelido a favorecer os mais com a quota necessária a si e aos seus, nem sequer a dar a outrem o quanto lhe é mister para sua manutenção e conforto. (“Ninguém, com efeito, deve viver fora das conveniências”.) Mas, satisfeitas as necessidades e o decôro, cumpre agradecer os indigentes com o que sobrar (*de eo quod superat*). Dai esmola do que sobrar (*Quod superat, date eleemosinam*) (Lucas XI,41). São deveres não de justiça, exceto em casos extremos, mas de caridade cristã, a qual não cabe a ninguém reclamar por meios legais. Acima dessas leis, entretanto, alega o papa, sobreleva a lei de Cristo, que ordena a esmola aos pobres: “Tôda vez que algo hajais feito a um destes meus menores irmãos, a mim terás feito”.

Aí têm os trabalhadores a solução de Leão 13! Em pleno século 19, êsse papa celebrado não acha coisa melhor para resolver a profunda questão social que esta verdadeira miséria, êste asco, esta nojenta coisa: *a esmola!!!* E vem outro papa inepto, faz um regulamento para a *Ação Católica* e reproduz, como solução definitiva, êsse mesmo escárneo.

Os ricos roubam à grande, por mil meios e modos. Foi Deus que lhes deu essa opulência. Para quê? Para gozarem, êles e os seus, segundo suas conveniências e decôro, bom palácio, ricos móveis, ótimas roupas, lindo automóvel, jóias para a mulher e as filhas (as queridinhas também são da *conveniência*), etc., etc. Apesar de tudo, sobra alguma coisa. As mesas dos ricos sempre têm migalhas para os Lázarus. De tais sobras, *deve* o rico dar *esmola* aos mesmos que lhe deram as riquezas tôdas. Essa aviltante esmola é boa solução para um papa ultrarico, de cujo trono de ouro, garantido por exércitos, marinha e aviação, pode, impunemente, atirar cusparadas às faces doloridas dos *seus irmãos em Cristo...* e também nas de Cristo.

7. São estas as obrigações de justiça do proletário e do operário: *fornecer, integral e fielmente, o trabalho livremente convencionado e segundo a equidade; não lesar os patrões, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; abster-se, ainda em defesa dos próprios direitos, de atos de violência e jamais transformar suas reivindicações em motins.*

Teríamos margem para larga discussão *dêsse livremente*, indagando se existe êsse *livremente*, ou se as combinações do salário não se fazem sempre sob atmosferas de pressão.

Ocorre, além disso, comumente, que salários, digamos, livremente combinados hoje, dentro de seis meses, por qualquer dos numerosos motivos, já não têm valor aquisitivo bastante para a vida normal. Que fazem os assalariados? Pedem aumento, isto é, revisão da tabela vigente. E' uma revisão de justiça. E como respondem os patrões? Em noventa e oito casos por cento, negam o aumento, alegando mil e uma razões. Qual o recurso dos obreiros? A greve, o motim — a *violência*, no entender do papa, o qual recomenda que aos patrões não lhes toquem nos bens ou na pessoa.

Citemos um caso concreto. Os padeiros do Rio, lá por volta de 1917 e 18, resolveram adquirir o direito reconhecido a tôda gente. Mas, à burguesia não quadrava privar-se do seu pão quentinho na segunda-feira de manhã. Os padeiros discutiram calmamente a questão, formularam tabelas, apresentaram propostas, esgotaram os argumentos, e nada! Decidiram, então, criar uma célebre comissão denominada *paulista*, por tratar a *pau* os fura-greves, e, à fôrça de paredes, de pixamentos e bombas destruidoras de fornos, pela violência em suma, conseguiram o justíssimo repouso semanal. Empregaram a *ação direta*. Se fôssem bons cristãos e ouvissem compungidos a lengalenga entorpecente da *Rerum novarum*, ainda hoje estariam, fronticurvós, exaurindo-se sem trégua. Uma coisa é formular critérios teóricos, quase sempre cerebrinos, e outra coisa é resolver os problemas da vida capitalista, onde sobrepujam a avareza e a ambição.

Aquêlé *livremente* estaria ótimo no Eden paradisíaco, onde não parece ter havido sua majestade o Capital. Mas, num mundo em que a regra é a *imposição do salário* ao trabalhador, aquêlé advérbio faz papel da vulgar *conversa mole*.

Outra obrigação é não *lesar* os patrões nos bens e na pessoa. Deixemos a pessoa. Quanto aos bens, afirmamos, nós anarquistas, e conosco também os acomodaticios socialistas, que os *trabalhadores são, sempre e normalmente, lesados pelos patrões*. São lesados *diretamente* pelo patrão, que lhes dá (caso não haja greve ou ameaça), sempre e sempre, o menor salário possível. São lesados, ainda, indiretamente, por dois modos igual-

mente iníquos: pelo *impôsto*, cobrado nos artigos de consumo aos trabalhadores sem distinção, e pela alta nos preços das mercadorias, mal ocorre elevação de salários em qualquer indústria. *Lesar* o trabalhador é o normal no capitalismo. *Lesar* o patrão é anormal. O trabalhador *lesa* o patrão, se êste não se conforma em atender as suas reivindicações conscientes. E essa disparidade compreende-se: o capital está nas mãos do patrão e é mais difícil *arrancar* do que *entregar*.

(“A. D.”, de 20-10-1946)

29

UM “INDEX” COMUNISTA

Em várias localidades, distribuíram os burgueses do partido comunista volantes com a indicação das publicações que não devem ser lidas. Em primeiro lugar, está nosso pequenino semanário, *Ação Direta*.

Quanta honra! Que reclame! Francamente, não esperávamos essa dupla amabilidade! Seremos distinguidos, em primeira linha, como publicação nefasta, pelos novos inquisidores, pela vanguarda reacionária da burguesia progressista, por êsses jesuítas requintados, fanfarrões e acomodaticios com Deus e o Diabo, prova exuberantemente que nós, anarquistas, lhes damos tremendas dores de cabeça. Pouquíssimos que somos, paupérrimos, antipolítiqueiros, anticarnavalescos, antidemagogos, anticapitalistas, intransigentes na defesa da revolução, supúnhamos que nem sequer merecíamos a leitura dos aristocratas vermelhos.

Não tocaríamos no assunto, se não fôsse a significação flagrante do lembrete comunista. Estamos em *democracia*, palavra de que êles tanto abusam, êles que ainda são apenas um partido político, longe parecendo ainda o dia em que possam apoderar-se do govêrno discricionariamente. Pois já começam a ensaiar o seu *Index*, exatamente como o Vaticano! Revelam-se, desde já, o que seriam se o govêrno lhes caísse nos gadanhos. Instituiriam um *Index* oficial, ou, antes, não permitiriam nenhuma *Ação Direta* ou cousa semelhante.

Essa a *democracia* dêles! Nós fazemos o contrário: Aconselhamos a todos que leiam e releiam os jornais comunistas. Cedo enjoarão aquela intragável macarronada de mentiras, imposturas e calúnias, e arrenegarão dêsse partido burguês tão ignóbil quanto os outros.

(“A. D.”, 15-1-1947)

30

CONTRA AS ELEIÇÕES

Em 1848, Karl Marx, Fr. Engels e M. Rettinghausen fundaram a celebre “*Nova Gazeta do Reno*” para propaganda do “socialismo revolucionário”. Nêsse jornal, publicou Rettinghausen um notável artigo combatendo o sistema representativo, cuja base são as eleições. Seus argumentos vinham perfeitamente discriminados, e seria bom que sôbre êles meditassem os trabalhadores brasileiros, iludidos agora por meia-dúzia de pseudo-revolucionários que os querem reduzir a carneirinhos eleitorais, para gôzo dêles, pastôres. Eis os argumentos de Rettinghausen, em resumo:

1. Compreende-se o sistema representativo nos tempos das *corporações medievais*. Os trabalhadores eram agrupados em *corporações de ofícios*, as quais delegavam a deputados seus um *mandato* especial. E o deputado falava em nome e de acôrdo com os interêsses da corporação representada, estatuídos no mandato. Extintas essas corporações, o sistema representativo é absurdo.

2. O representante, hoje, tem interêsses particulares de mando, prestígio, lucro, partidarismo, etc., muitas vêzes contrários aos interêsses da coletividade representada. E’ o que a crônica parlamentar revela todos os dias.

3. A representação nacional não passa de uma ficção. O deputado só representa a si mesmo. Vota como quer, e não como querem seus pseudo-mandatários. Êle só consulta a vontade do seu *chefe*, o qual só enxerga os interêsses do seu *partido*. (Ex: durante o regime bernardista, enquanto a nação era

tôda revolucionária, os representantes da nação eram quase todos bernardistas).

4. Ainda que houvesse um ou alguns deputados realmente representantes dos seus eleitores, a representação nacional seria ficção, porquanto a metade ou mais dos cidadãos não seria representada. Mesmo na caso do respeito à minoria, os representantes desta são sempre em número tão reduzido, que não pesam no parlamento.

5. Nas eleições, o intrigante sempre vence o homem de bem. Este recua diante de processos eleitorais, eficientes mas indignos. Os eleitores, demais, não votam segundo conhecimento pessoal do candidato, mas levados pelas juntas dos partidos, por promessas, pela cabala dos mais espertos, promessas quase sempre ilícitas, de vantagens tôdas pessoais.

6. Os parlamentos corrompem sempre os indivíduos, por mais honestos que sejam. Todos renegam, mais ou menos, suas primitivas convicções ou disposições. Desejo de elevar-se, enriquecer, a si e aos seus, fugir a responsabilidades, etc., arrastam os representantes a acordos, transigências e traições. Os exemplos são diários.

7. O desejo de ser reeleito, de se perpetuar nas vantagens inerentes ao cargo representativo, arrasta os mais firmes a concessões ilícitas. Assim, os piores deputados, os mais maleáveis e servis, são os que envelhecem nas câmaras. Os intransigentes são indesejáveis e logo excluídos.

8. Tôda assembléia se compõe de mediocridades, em geral. Os homens de saber ou de talento são afogados pela maioria dos incapazes e acabam renunciando ao mandato ou desistindo de intervir nas decisões. Essas assembléias são por isso dirigidas sempre por um mentor, um *líder*, verdadeiro tirano, ordenador de leis a seu bel-prazer. Esse chefe está quase sempre de acôrdo com o govêrno, e por isso, no regime representativo, o govêrno normal é a ditadura mais ou menos disfarçada.

Pensem os trabalhadores nisso e rasguem sem demora os papeluchos eleitorais que certos *revolucionários* lhes querem meter nas mãos, para subirem à custa dêles!

(“A. D.”, 15-1-1947)

FLORENTINO DE CARVALHO

Há dias, conversava eu com o Gil e o Edgar¹³, a propósito do interêsse que as conferências realizadas no Centro de Cultura Social, de São Paulo, vêm despertando. Trocávamos idéias sôbre certas perguntas ou objeções que nos fazem, quando essas conferências giram em tórno das doutrinas anarquistas, objeções que consistem em nos perguntar como se resolveriam tais coisas dentro de uma sociedade anárquica, e então o Gil se lembrou de como Florentino de Carvalho se saía airosamente de tais dificuldades. Nesse momento, lembrei-me de perguntar pelo Florentino, mas não o fiz, certo de que a resposta seria a mesma que outras pessoas já me haviam dado: não sei! não se sabe! Mas, no dia seguinte, soube que o nosso caro camarada havia sido enterrado quatro dias antes. Sim, Florentino de Carvalho, um dos partidários mais cultos das idéias anarquistas, faleceu.

Na sua obra “A Montanha”, o nosso grande, inolvidável e sábio Réclus¹⁴ começa o primeiro capítulo com êstes dizeres:

“Encontrava-me triste, abatido, cansado da vida. O destino me havia tratado com dureza, arrebatando-me seres queridos, frustando meus projetos, aniquilando minhas esperanças. Homens a quem eu chamava amigos tinham-se voltado contra mim, ao verem-me lutar contra a desgraça. Tôda a humanidade, com o embate de seus interêsses e suas paixões desencadeadas, me causava horror. Queria escapar-me a todo custo, já para morrer, já para recobrar minhas fôrças e a tranquilidade do meu espírito, na solidão.”

Dadas as circunstâncias de tempo e espaço e, até certo ponto, de ambiente, creio que também Florentino de Carvalho terá

(13) Gil e Edgard Leuenroth, jornalistas e militantes anarquistas de São Paulo, o primeiro, mais conhecido pelo pseudônimo literário de Souza Passos, ambos falecidos. (R. N.).

(14) Elisée Réclus, o maior geógrafo de todos os tempos e anarquista militante, autor, entre outras obras, de “L’Homme et la Terre”, “Géographie du Brésil”, “Évolution et Révolution”, etc. (R. N.).

passado, mais ou menos, por transe semelhantes. Réclus, que por certo não era nietszcheano, em dado momento de sua existência sentiu a invencível necessidade de se refugiar na montanha, premido por um angustiante estado de ânimo. De lá não voltou dançarino, como o Zaratustra, porém mais sábio, dando-nos mais uma de suas excelentes obras. Florentino de Carvalho refugiava-se, de vez em quando, por êsse interior afora, por onde ficava alguns anos, e às vèzes só sabíamos por onde andava depois que voltava. Sabíamos, no entanto, que, ora aqui, ora ali, êle por lá andara semeando as suas escolinhas. E, quando regressava, tinha sempre, para os que gozavam de sua intimidade, episódios que narrar, ricos de emoção em seu contacto com a vida.

Florentino de Carvalho tinha grande pendor para a pedagogia, que conhecia a fundo. Seu método de ensino foi, dentro do possível, o da Escola Moderna, de Francisco Ferrer, até hoje incontestavelmente o melhor.

Não me lembro bem quando vim a conhecer Florentino de Carvalho, mas creio que foi ali por 1917, através dos comícios em praça pública e das suas conferências. Desde logo me senti atraído pelos seus dotes de orador, pela sua eloquência e seus recursos intelectuais. E, quando dêle me lembro, logo se me representa na memória, através da tribuna, aquela sua figura flamejante e às vèzes dramática. Sua cabeça de cabelos espessos e olhos fulgurantes, quando no auge da eloquência, fazia-me lembrar, de certo modo, a de Nietzsche.

Desde muito tempo tinha uma existência penosíssima. Muitos camaradas sabem melhor do que eu da sua odisséia através das prisões, o que lhe arruinou, para sempre, a saúde. Era vítima, há muitos anos, de uma gastrite que jamais conseguiu curar. Quem o visse em 1924, como eu o vi, fraquíssimo e alimentando-se como um passarinho, não pensaria que subsistisse até agora. E do seu permanente estado de saúde precária advinham-lhe insuportáveis dores de cabeça e depressões nervosas, que lhe causavam longas horas de angústia e abatimento moral. Por isso não sei onde é que êle ia arranjar energia para a elaboração dos seus trabalhos intelectuais, sobretudo para as suas conferências, por vèzes longas, mas sempre interessantes e cheias de ensinamentos. Só a grande paixão que nutria pelas idéias lhe poderia dar estímulo para tanto.

Florentino de Carvalho foi um caráter ímpoluto e de uma inteireza de princípios a tôda prova. Um dos primeiros que nos apontou o perigo bolchevista, quando êste apareceu na revolução russa, prevendo que se daria o que de fato veio a dar-se e que aí está. Nunca manteve a menor ilusão sôbre acordos com qualquer corrente de socialismo autoritário, nem mesmo com os chamados trotskistas, que se consideram, dizia êle, nossos primos mais próximos. Um amálgama entre o socialismo libertário e o autoritário é tão impossível como o do azeite e a água. Por muito que se agite a xaropada, as duas substâncias acabam sempre por separar-se e o azeite — o socialismo libertário — acaba ficando sempre por cima.

Por outro lado, nunca poupou os políticos que se imiscuíam entre as classes trabalhadoras, desviando-as, não importa se de má, se de boa fé, das suas reivindicações pela ação direta. Haja vista, por exemplo, quando enfrentou Maurício de Lacerda, tribuno de inegável talento, quando êste apareceu nos sindicatos de São Paulo em propaganda política, levando-o de vencida. Mau-grado o prestígio fanático de que tal político gozava entre as massas — infelizmente êste é bem o termo... —, Florentino de Carvalho não teve receio de enfrentá-lo. Pelo contrário, e por isso mesmo, o enfrentou, pois o momento era oportuníssimo. Como disse, levou-o de vencida, e Maurício de Lacerda tomou uma atitude de queixosa defesa. Mas Florentino disso não se vangloriava, e sim punha as mãos na cabeça, desesperado. Como se poderia explicar e justificar que uma grande parte das classes trabalhadoras caísse desvairada nos braços dos políticos, precisamente numa altura em que eram livres os sindicatos, através dos quais se demonstrava aos trabalhadores que só pela ação direta êles conquistariam as suas reivindicações, do que já tinham provas suficientes?

No entanto, a atitude de Florentino de Carvalho para com Maurício de Lacerda valheu-lhe, como se tratasse de uma questão pessoal, não apenas a incompreensão, mas a antipatia e até a maledicência de alguns camaradas incautos. No terreno dos princípios, Florentino não era homem de rivalidades pessoais, e sua intransigência, se êste é o termo adequado, era devida às suas observações de como vinham sendo funestas às classes trabalhadoras as intromissões dos políticos em seu seio, não apenas por aqui, mas em todo o mundo.

Uma das qualidades que mais me atraiu para Florentino foi a sua sólida cultura geral, principalmente no domínio da ciência e da filosofia. Procurava-o para com êle trocar idéias sobre algumas de minhas dúvidas e inquietudes de ordem intelectual, e sempre voltava com alguns ensinamentos. Falava pouco, como que para reservar a pouca energia que possuía, para conferências; tudo estava, no entanto, em vir a encontrá-lo livre da dispepsia. Respondia-nos de modo resumido, sintético, porém satisfatório. Certa vez, disse-lhe da minha descrença em certas panacéias com as quais se pretende resolver os problemas fundamentais da questão social, como, por exemplo, o neo-maltusianismo. Êle anuiu com um aceno de cabeça. E, depois de curta meditação, com o olhar perdido no espaço, voltou-se para mim, sorrindo, com estas palavras:

— Há tempo, andou por aí uma celeuma, com caráter mais ou menos polémico, na imprensa libertária e revistas científicas de tendências liberais, em tórno do neo-maltusianismo. Então, vim a ler um artigo, aliás muito bem feito, no qual o autor dizia, além de outras coisas interessantes, que os neo-maltusianistas têm uma concepção tão simplista da questão social, que pretendem resolvê-la com (e neste ponto o Florentino riu-se com aquele modo todo seu) a camisa-de-Vénus.

Quando comecei a ler alguns filósofos metafísicos, quase enlouqueci, torturando o cérebro dentro da ingênua dúvida de não saber se a inteligência dos referidos filósofos raiava pelo sobrenatural, ou se a minha era muito curta. No entanto, comecei a desconfiar de que o que tanto me fazia encandecer a massa encefálica não seria nada mais que a minha obstinação em procurar sentido onde tal coisa não havia. Compreendi a necessidade de trocar idéias sobre o assunto com alguma inteligência experimentada e amiga, afim de me ajudar a encontrar o fio de Ariadne.

— Florentino, qual é, de modo geral, a tua opinião sobre os filósofos metafísicos?

— Os filósofos metafísicos? Bem..., há pensadores, entre os metafísicos, de incontestável valor, como, por exemplo, para citar apenas um dos contemporâneos, Bergson. Em alguns de seus trabalhos, suas teses, Bergson parte de premissas sólidas, precisas; mas, pouco a pouco, começa a adejar... a ade-

jar..., e tão alto quer subir, que acaba por desaparecer entre as nuvens.

De Bergson eu, então, não sabia nem mesmo o nome; mas, o que acabava de ouvir me servira de ótima lição e de... cura. Nada sabia de Bergson, mas não me senti diminuído, mesmo porque Florentino de Carvalho era tão discreto que nunca sabíamos até onde ia a sua cultura, nem êle ficava sabendo da ignorância do seu interlocutor.

— E Nietzsche, que é que o camarada me diz de Nietzsche?

— Muito fogueteiro; mas tem muitas coisas boas, entre muitas más. Nietzsche foi discípulo de Stirner, até certo ponto, é claro. Stirner¹⁵, porém, foi mais profundo e, talvez por isso, está quase esquecido. Em algumas de suas obras, como, por exemplo, em "Assim falava Zaratustra", Nietzsche tem um estilo suave, lírico, e eu creio que por isso é que êle é tão lido. E sobretudo por ser tão fogueteiro.

"Eu disse — prosseguiu Florentino de Carvalho — que em Nietzsche há muitas coisas boas e muitas más, e, sob certo ponto-de-vista, pode ser comparado com Marx. Em Nietzsche e em Marx há um pouco de tudo, como na Bíblia: afirmações francamente libertárias, que podem ser aceitas pelos anarquistas, e outras que se prestam para a defesa do mais feroz despotismo."

Florentino de Carvalho conhecia muitos dos grandes autores, o bastante para não se deixar tomar de exagerada admiração por êste ou aquêle. Mas dos que mais tinha em conta, destacava-se, entre os filósofos materialistas, Luís Büchner. Tôdas as especulações que se fizeram, segundo as quais Büchner, com a frase "fôrça e matéria", havia criado uma nova concepção dualística, não passavam de sofismas para Florentino de Carvalho.

Tal dualismo era apenas aparente, não passava de uma simples questão de palavras, nada tendo de comum com o dualismo teológico ou metafísico. E a obra "Fôrça e Matéria"

(15) Pseudônimo, pelo qual ficou mais conhecido, de Johan Gaspar Smith, anarquista individualista alemão, autor de, entre outras, a mundialmente famosa obra "O Único e a sua propriedade", que a *Editôra Germinal* tem para editar, pela primeira vez, em língua portuguesa. (R. N.)

ainda era das melhores, se não a melhor, da filosofia materialista contemporânea.

Florentino de Carvalho deixou alguns livros publicados. Entre os seus originais possuía alguns que pretendia publicar com o título de "Síntese de uma Filosofia Anarquista", mas, desde muito tempo, tinham sido apreendidos pela polícia e não mais lhe foram devolvidos. Disse-me que era o que de melhor tinha produzido, e como eu o incitasse a que se tomasse de coragem e recomeçasse a tarefa, respondeu-me que não se sentia com forças para tanto.

("A. D.", 1-5-1947)

32

O FECHAMENTO DO PARTIDO COMUNISTA

Sucedeu, afinal, o que prevíamos e o que têm afirmado todos os anarquistas: o partido comunista será esmagado pelo capitalismo, legal ou ilegalmente; suas torpes manobras provocarão, fatalmente, uma reação defensiva. Isso era tão certo como o serem as afirmações anárquicas, cimentadas por um século de persistente luta e repetidas observações.

Após oitenta anos, os princípios assentados por Bakúnine mais uma vez se confirmam. Onde houver, asseverava êle, dois Estados de igual força ou com iguais ambições, haverá rivalidade, luta comercial, guerra. Levantou-se a Alemanha como Estado onipotente, e logo entrou a competir com a Inglaterra. A competência passou a disputa comercial por mercados ou colônias, e, em 1914, estourou em guerra. Vencida a Alemanha, apareceu a Rússia com fumaças revolucionárias, mas sob forma de Estado, um Estado encapadinho numa capa com rótulo vermelho, mas gritão, ameaçador, engole-fogo, enfuriado abatedor dos demais Estados do universo. Criaram lá, seus mandões, o *Estado Proletário*, socialista, numa *Pátria de Trabalhadores*, repudiando assim, desde logo, o lema vivo de que os trabalhadores não têm pátria. A *Pátria dos Trabalhadores*, nesta designação, já prenunciava um conflito com as pátrias dos não-trabalhadores.

Ora, nós, os anarquistas, predissemos, com Bakúnine, que o novo Estado *proletário*, sendo *Estado e proletário*, têrmos antitéticos, se transformaria, cedo ou tarde, em Estado ferozmente capitalista, tanto mais feroz, quanto se organizara ditatorialmente. A ditadura não seria *do proletariado*, mas sim *sobre o proletariado*.

Dito e feito! Os Estados capitalistas perceberam, desde logo, a górgona que lhes saía pela frente. Trataram prudentemente de isolá-la, primeiro, e afiar o machado para decepar-lhe, depois, à primeira investida, a cabeça minaz. Como pretendiam, a Rússia foi isolada. Seus mentores idearam planos quinquenais, levados por uma incrível basófia, a que, muito mais tarde, Molotof chamaria *gigantomania*, mania de obras gigantes: centrais elétricas jamais vistas, mas encomendadas, por preços fabulosos, às construtoras americanas. Com isso, uma ditadura requintadamente dominadora, despótica, selvagem na crueldade, refalsada nos métodos, na espionagem, nas desforras, com o mais descarado desprezo pela vida humana (Lénine dizia: *não somos vegetarianos*) e, rematando tudo, uma estúpida auto-suficiência ainda hoje vivíssima em quanto comunista entulha a Terra. (Só êles sabem, só êles são geniais, só êles têm argúcia, visão, capacidade. Atribuem-se tôdas as qualidades, tenham-nas ou não, tal a arrogância com que subestimam a tudo e a todos. Só a Rússia é digna e só Stáline sabe ver e dirigir).

Ora, a realidade revela o contrário. Stáline tem sido de uma mediocridade política desastrosa, externa como internamente. Há um artigo, publicado no último número de *El Combate*, órgão da Associação dos Ex-Combatentes Antifascistas Revolucionários, de Havana, Cuba, subscrito pelo dr. José Conesa Martinez, onde se demonstra, com tôdas as luzes, a inépcia do regedor da Rússia. O isolamento forçado da Rússia é assim descrito:

"Em 1932, muito poucos países mantinham relações diplomáticas com a União Soviética. A Rússia tentou chamar a atenção dos mercados estrangeiros, inundando-os de mercadorias arrancadas às mãos do necessitado povo russo. Esse movimento comercial e político, expressão de angústia e desespero, tomou, na história, o nome de *dumping soviético*. Stáline submeteu seus concidadãos a exaustivo labor de muitas horas de trabalho, com

seus vários planos quinquenais, e logo lhes arrebatava o fruto do asinino esforço para alimentar o *dumping*, enquanto na Rússia havia situação de miséria.

Entretanto, os barcos russos eram mal recebidos em todos os portos. Proibia-se às tripulações descerem a terra e visitar as cidades. Um cordão sanitário de polícia lhes vedava todo movimento, qualquer contacto com as gentes desses países estrangeiros."

Stáline supôs lograr os adversários com o seu ingênuo expediente do *dumping*. A resposta foi apertar-se mais o isolamento, dificultando-lhe imensamente a manutenção do vasto império sem saída para qualquer ponto cardinal. A fera que ameaçara estraçalhar estava acuada. Para amedrontar os adversários, recorreu à *garganta*. Seus planos quinquenais gigantes realizaram-se matematicamente, às vezes antes do prazo. Seu exército vermelho era o mais possante, mais bem armado e numeroso do mundo. Sua aviação era verdadeiramente assombrosa: mais de quarenta mil aviões prontos e uma produção mensal estonteante. Metralhadoras manejadas automaticamente, por si mesmas; tanques fenomenais. Enfim, uma organização férrea, inquebrantável.

Essas mentiras, porém, poderiam entusiasmar os crédulos comunistas dos partidos fora da Rússia, mas não enganava a nenhum serviço de espionagem, mormente o inglês.

Em 1932, conseguiu a Rússia lembrar à França um antigo tratado de comércio concertado com o Tsar Nicolau. Esse tratado foi restabelecido por Pierre Laval; mas, não passou disso. Entrementes, a leste e a oeste da Rússia, dois possantes Estados adversos ao comunismo se erguiam: Japão e Alemanha, esta apoiada na Itália. Era grande a angústia da Rússia; mas, a sua atitude agressiva prosseguia audaz em todo o mundo. Os partidos comunistas, longe de procurarem suavizar os arrepanhos soviéticos, amaciar os detemperos da ditadura, eram, como no Brasil até 1937, ferozmente sediciosos, gritonamente revolucionários. Só eles e mais ninguém!

Vem a guerra de Espanha. Os agentes russos informam o *Politburô*. Stáline vê ali uma porta de saída: ou apoderar-se do governo espanhol, vencendo Franco, ou amesendar-se com os capitalistas ocidentais, tentando paz com eles. Sua tentativa de apossamento do poder em Espanha foi contrariada rijamen-

te pelas organizações operárias, a anarco-sindicalista C.N.T. (*Confederación Nacional del Trabajo*), sobretudo. Stáline recebeu vultosas quantias para enviar armamentos à Espanha. Meteu o ouro nos cofres soviéticos, para melhorar sua catastrófica situação financeira, e não mandou arma alguma¹⁶. Ao contrário, mandou Litvinof trair a revolução proletária no comitê de não-intervenção. Essa traição, bem do tipo comunista, bem salafrária, descerrou-lhe as portas diplomáticas; mas não passou disso. Em Munique, não figurou a Rússia. Hitler, ao subir, espotejou à vontade o partido comunista alemão; a Rússia, a feroz, nem piou, caladinha como um réu.

Stáline tentou acordos com Hitler, o assassino dos seus correligionários alemães, e recebeu sempre de Hitler um redondo *não* pelas ventas. Rompeu a segunda guerra mundial. A Inglaterra apelou para a Rússia, mas a Rússia, a isolada, em vez de safar-se do isolamento, aceitando o apêlo, fêz acôrdo com Hitler, o sangrador de comunistas. Essa punhalada pelas costas muito caro lhe estaria custando agora, se o doído Hitler não houvesse invadido a Rússia.

Então, todo o mundo, boquiaberto, viu a Rússia real, a Rússia incapaz de guerra séria. Foi preciso que os Estados Unidos e a Inglaterra acudissem à Rússia de todo derrotada. Até viveres tiveram de mandar-lhe. O livro de Sttetinius, incontestável e incontestado, o prova com a máxima evidência. Foram os aeroplanos americanos, chegados a tempo a Stalinegrado, e a formidável estrada-de-ferro do Irã refeita e aparelhada em seis meses, que salvaram Stáline e sua nefasta grei.¹⁷

Ganha a guerra, viu-se a Rússia içada às grimpas internacionais. Era uma das *grandes*, e os bigodes stalinianos cresceram mais, enfartaram-se. Com eles, sua arrogância e sua inépcia.

Realmente, o papel da Rússia tem sido êste: onde pôde meter a garra, saqueou bens e homens válidos, escravizando-os,

(16) Ao contrário do que fêz o México, que enviou dois navios carregados de armamento, oferta do povo mexicano ao povo espanhol em luta contra o fascismo. (R. N.).

(17) As afirmações de Sttetinius estão contidas no "Relatório Secreto" de Kruchoy ao 20.º Congresso do Partido Comunista russo. (R. N.).

exercendo, na região ocupada, um despotismo jamais alcançado, instituindo um regime totalitário do mais rijo molde; na O.N.U., contrariando, por princípio e regra, qualquer proposta vinda dos parceiros, e insistindo na adoção das suas, sempre irritantes e inaceitáveis. A par disso, destravou, por todos os jornais comunistas do mundo, tremenda campanha contra os Estados Unidos e Inglaterra.

Consequência: acha-se hoje na mesma situação de antes da guerra; isolou-se estupidamente. Quis rasgar passagem para o Mediterrâneo, mas à força, agredindo, ameaçando, hoje Trieste, logo após a Grécia e a Turquia, numa insensatez crescente. Sua atitude no Irã foi um desastre. Armou as duas maiores potências contra seus arreganhos. Na Alemanha, instaurou um regime bárbaro, do qual fogem milhares de pessoas para as zonas inglesa e americana. Os comandantes aliados têm de repelir freqüentemente ingerências russas indébitas em seus territórios, e foram precisas a severa advertência e lição de Clark, para que de todo cessassem tais atrevimentos.

Enquanto isso, os partidos comunistas, fidelíssimos à Rússia, apesar da hipócrita dissolução do Comintern, iniciaram a sórdida política dos acordos. Inventaram uma *burguesia progressista* e, com pés de lã e palavras melífluas, queriam fazer crer em sua conversão à *união*. Era tudo um fazer com as mãos e desmanchar com os pés, como se os outros fôssem uns medrados lorpas. Os delegados soviéticos iam à missa, e o incomparável Prestes, aqui, andou cortejando o clero com ademanes suspeitíssimos. Uma vergonha! Como se o clero não fôsse *escolado*!

Resumo: a nós, anarquistas, nada nos interessam os contratempos ou destinos do partido comunista, burguês, totalitário, traidor da revolução proletária e fiel súbdito do imperialismo russo. Ele que se arranje com os seus mui dignos adversários fascistas: pesam iguaizinhos na balança política. Tem feito à causa dos trabalhadores males infinitos em todos os países civilizados. No Brasil, de traição em traição, entregou os sindicatos ao fascismo do Ministério do Trabalho, e não teve meio, por ter perdido de todo a confiança operária, de educá-los em sentido verdadeiramente revolucionário. Educou-os para o voto, para a senvergonhice política, para a inércia parlamentar. Seu fechamento resulta, pois, de duas calamidades: a) seu des-

graçado método de luta; b) duas inépcias somadas: a de Stáline na Rússia e a de Prestes no Brasil.

Os comunistas, com suas *táticas*, desrespeitaram-se a si mesmos, aviltaram-se desmedidamente, e rolam podres, sem nenhuma dignidade. Nós, anarquistas, com a nossa intransigência revolucionária, podemos ser perseguidos, encarcerados, martirizados, fuzilados, qual se dá na Espanha; mas, somos respeitados, porque mantemos de pé nossos princípios e nossas ações, pese a quem pesar. Somos, por isso, invencíveis!

(“A. D.”, 16-5-1947)

33

BRASAS NA CABEÇA

A Igreja Católica está vencendo em toda a linha. O exemplo da Itália estupefaz os ingênuos, mas é claro, claríssimo, para quantos, desde muito, se têm habituado à clarividência nos subterrâneos onde o capitalismo urde suas tramas exploradoras. O ministro De Gasperi acaba de organizar um ministério quase totalmente de serviços do Vaticano. Foram absolutamente escorraçados socialistas de várias espécies e comunistas da espécie única, a estalinista.

Em artigo anterior, salientamos o desazo de Stáline, isolando calamitosamente a Rússia com essa sistemática oposição ao mais poderoso grêmio de capitalistas: os Estados Unidos. Agora, o novo ministério é um passo para a liquidação do partido soviético em todo o mundo, uma volta rija no garrote com que a Rússia vai ser estrangulada. A Rússia precisava de um desafôgo para sua produção agrícola e industrial. A saída era o Mediterrâneo. Sua política de após-guerra seria a de consolidar rapidamente a paz, estender sua navegação terra afora e travar então, na lide comercial, suas batalhas imperialistas ou meramente mercantis. Longe disso, ainda profundamente vulnerada pela guerra, nada refeita de tremendas perdas e excessivos gastos, arvora-se em vai-ou-racha, obstinando-se em guerrear norte-americanos e ingleses, desencadeando insensata e

contraproducente campanha desmoralizadora, ao passo que, nos vários países da Europa e América, conclama os partidos maiores à *união democrática*.

É de ver, então, como atingiu o partido comunista as raias da mais sórdida sabujice. Os pontapés que vai levando não o ensinam a reprimir seu propósito de lambar as botas a quantos politiquinhos sujos dispõem de força eleitoral. Tudo isso na ingênua suposição de que, dizendo-se partido da massa, dos trabalhadores, em pouco tempo seria partido dominante e, com tal domínio, operaria uma revolução política de caráter bolchevista.

Nada impedira aos demais partidos tolerar essa quimera stalinista, certos de que, na arena política, todos os galos são crias do terreiro. Sucede, porém, que as fumaças russas na O.N.U. e seus arreganhos locais na imprensa comunista de cada país irritaram a sensibilidade americana. A espionagem da bomba atômica, confirmada no inquérito canadense, levou êsses arreganhos a perigos, e a América do Norte previne-se contra futuras surpresas.

Previne-se liquidando logo (é uma das medidas) a organização política do partido comunista, sua participação no poder público, sua permanência em cargos importantes. A execução disso é fácil. Os países europeus precisam do auxílio americano, como o deserto precisa de água. Não foi outro o fim de Gasperi na sua viagem à América do Norte. Empréstimo esta quanto dinheiro queiram, com uma condição: alijar os comunistas do poder, ou, melhor, anular-lhes a influência sem piedade.

Qualquer organizador de governo na Itália tem, pois, de contar com o barão ao pescoço. Se rejeitamos a condição americana, o barão corre, e somos estrangulados. Ora, os tubarões italianos, os grandes industriais do aço, opulentados com a guerra, querem, ao contrário, safar dos seus ilustres pescoços a corda ameaçadora. Comunistas e socialistas, êsses, poderiam vir com palavras novas de *socialização* do Estado senhor de tudo, e isso não quadra bem aos argentários. Quadra-lhes muito melhor a Igreja Católica, amicíssima dos ricos, da propriedade particular, dos monarcas absolutos, da ordem policial, do temor a Deus e ao Diabo, pregadora da obediência aos chefes, representantes terrenais da divindade, e mais conversas moles de opiar o povo.

E assim, todos êles se condensaram no partido demo-cristão e içaram De Gasperi, fiel servidor do papa, à frente do governo. Socialistas e comunistas, êstes sobretudo, uniram-se torpemente aos católicos, com salamaleques indignos e inomináveis baixezas, culminadas com o voto de aprovação, na Assembléia Constituinte, do tratado de Latrão, tratado segundo o qual o déspota Mussolini, de execranda memória, defraudando o patrimônio italiano e o tesouro de seu país, entregou à Igreja consideráveis bens, dinheiro sonante e o reconhecimento dessa antiliberal e antidemocrática instituição como aliada religiosa do Estado.

Ora, a América do Norte, na sua luta preliminar com a Rússia, tem de procurar quantos pontos de apoio se lhe dêem. Na Itália, seu ponto de apoio é incontestavelmente a Igreja Católica, inimiga de toda liberdade e que socialistas e comunistas, em vez de atacarem desapiedadamente desde o princípio, acusando-a de cúmplice *número um* do fascismo, adularam, pouparam, prestigiaram sandiamente.

A Igreja, essa, não os amimou nunca. Êles, portanto, não se podem queixar dela. Queixem-se da própria inépcia sesquipedal. O governo italiano, como o francês, como o brasileiro, como os demais, irá entrar na fila dos arrasadores do comunismo fora da Rússia, fase preparatória para a destruição do bolchevismo russo. Cingindo-nos à Itália, a vitória decisiva do partido clerical abre-nos nova perspectiva para o futuro.

Só há na Itália uma força viva anti-clerical: o anarquismo. Após o quarto de século fascista, êle renasce vigoroso, com mais solidificado credo, totalmente depurado, como o indicam os congressos anarquistas de Carrara e Bolonha.

As duas forças, capitalismo-clero, *versus* anarquismo, vão defrontar-se. Comunistas e socialistas, supomos nós, embora bateboqueiem muito agora, ou ficarão neutros, ou se passarão para o Vaticano com armas e bagagens. Uma cousa há certíssima: não se farão anarquistas. Servirão, talvez, como sempre, de adversários sistemáticos nossos, procurando desfazer nossa obra, desvirtuar nossas iniciativas, caluniar-nos sem remorso. Trabalharão assim, como estão trabalhando, pela causa da Igreja, que os vai esbofeteando à grande.

Temos de arcar, nós, anarquistas, mais uma vez sòzinhos, com a refrega desapiedada. A Igreja há de fazer tudo para

instaurar na Itália, sem mais demora, o mesmo regime de Franco na Espanha. Neste país, tôdas as notícias mostram que ela serra de cima. É dona absoluta de tudo, como nos ominosos tempos de Primo de Rivera e Zamora. Sabemos disso; mas, como na Espanha, reagiremos à altura. Se a luta aberta fôr impossível, passaremos à clandestina. Nossos companheiros italianos, como os espanhóis, aprenderam na guerra a ser guerrilheiros e contam, certo, com o auxílio das multidões cada vez mais esclarecidas sôbre o papel da Igreja Católica.

Na Itália, as *camisas pretas* são agora *botinas pretas*, e o chefe geral é o *papa negro*, o geral dos jesuítas. A leitura dos jornais italianos mostra-nos a incrível agitação dêstes em tôda a parte. A Igreja vai avultando na ressurreição do fascismo italiano. Caída a monarquia fascista, assume a Igreja a direção da política antiliberal. Provavelmente, amanhã teremos dura reação, como o revelam vários acidentes e o triunfo decisivo da Igreja na Espanha.

Pio 12, ou, melhor, o geral da Companhia, com a Cúria Romana, seu Estado Maior, vai, no dizer de S. Paulo, amontoar brasas na cabeça, quer dizer de tôda a Igreja.

Pio 12 não receia nem um pouquinho o *Dies irae*, o dia da ira popular, da ira geral dos trabalhadores italianos, ou de todo o mundo, aquêle dia, talvez muito mais próximo do que parece, do ajuste final de contas.

Há de ser, com certeza, muito antes do juízo final! *Dies irae, dies illa...*

(“A. D.”, 8-6-1947)

34

A LEI DE SEGURANÇA

Bakúnine, em seu escrito *Estatismo e Anarquia*, de 1873, afirmou: “O Estado moderno é necessariamente, por sua essência e objetivo, um Estado Militar. Por sua vez, o Estado Militar converte-se também, necessariamente, em Estado conquistador,

porque, se não conquista, é conquistado, por isso que onde reina a fôrça não pode suceder que tal fôrça não atue e se mostre. Por conseguinte, o Estado moderno deve ser absolutamente um Estado enorme e poderoso: é a condição fundamental de sua existência”.

Em mais de um ponto sustenta êle a impossibilidade de haver dois Estados poderosos concomitantemente, sem irem à guerra; mas, como para impedir a invasão de um Estado poderoso só outro Estado poderoso, resulta que, enquanto houver Estado, haverá invasões e haverá guerra. Por isso, nasceu o Estado prussiano, e, logo depois, o Estado alemão, liga dos principados alemães, para enfrentar o Estado francês de Napoleão. Mas, êsse Estado prussiano logo se tornou megalómano e criou o pangermanismo. “Assim, afirma Bakúnine, para opor-se, no terreno estatista e político, ao pangermanismo triunfante, só resta um meio: a fundação de um Estado panslavista”.

Conseqüência, ainda segundo Bakúnine, desse Estado militar poderoso e ditatorial, é a burocracia, por haver a suprema necessidade da *centralização*. “A fôrça estatista, discorre êle, exige absolutamente a centralização. Citam-me os exemplos da Suíça e dos Estados Unidos. Pois bem, justamente a Suíça, querendo aumentar suas fôrças militares e estatistas, aspira atualmente e abertamente à centralização. A federação tem sido possível, até agora, na América do Norte, pela simples razão de que, no continente americano, na proximidade da grande república, não existe nenhum Estado poderoso e centralizado, como a Rússia, a Alemanha ou a França”.

Ora, os grandes navios e sobretudo o aeroplano a hélice e, agora, a jacto, aproximaram enormemente os Estados. O pangermanismo foi liquidado em duas guerras; mas essas duas guerras aproximaram os Estados Unidos da Rússia panslavista.

O conflito dos dois Estados explodiu na O. N. U., embora fôsse esta constituída para assentar a definitiva paz do mundo e selar, de uma vez, a era das guerras. Os interêsses de expansão se defrontaram na O. N. U., acirrados pelas ambições políticas, não à sucapa, senão ostensivamente. A Rússia recusa sistematicamente qualquer proposta anglo-americana. Inglêses e americanos não aceitam, quase nunca, as contrapropostas russas.

Resultado: longe de promoverem o desarmamento geral, os dois Estados hipertróficos se afitam, aberta ou clandestinamente, em preparativos bélicos tremendíssimos. A Rússia não se limita às recusas na O. N. U. Deflagrou em todos os rincões do mundo, em seus jornais e nos jornais dos partidos comunistas, uma sistemática e violenta campanha contra o governo norte-americano. Os Estados Unidos, vendo recusados os acordos, e não querendo, por sua vez, ceder às exigências russas, tratam de barrar os passos ao totalitarismo russo, às suas tentativas hitlerianas dos fatos consumados e, por isso, sustentam, nos pequenos Estados, as facções anticomunistas. Armam por isso a Grécia e a Turquia, sustentam Franco na Espanha, Salazar em Portugal e o papa na Itália. Ao mesmo tempo, vão procurando liquidar o partido comunista e os comunistas onde podem. Tiraram-nos do governo em França e Itália e vão dando caça a êsses consumados totalitários e inescrupulosos, onde quer que os tenham à mão.

Ora, o Brasil, país satélite, gira na órbita americana, da qual não se pode safar, de jeito algum, dada a incúria e inépcia dos seus dirigentes.

Diante do Estado centralizado e antiliberal russo, ameaçador e enigmático, a Federação Americana, de constituição democrática, liberal, se vê forçada a *centralizar-se*, burocratizar-se, militarizar-se e, portanto, a *forjar leis de exceção*. As leis de exceção caracterizam os Estados fortes *tendentes a conquistadores*. O Estado russo é um Estado cuja constituição já por si mesma é uma lei de exceção. Tudo ali está em função da hipertrofia estatal, cuja feição mais típica é sempre o militarismo ultracentralizador. Os Estados Unidos, para obviar às arremetidas do monstro moscovita, concentram e tumefazem suas forças e promulgam *leis de segurança* contra o inimigo externo, infiltrado em sua própria casa.

A doutrina de Bakúnine confirma-se. Era absolutamente certo que, no Brasil, a "lei de segurança", com êste ou com outro nome, viria. Quase certo é que virá dêste ou daquele modo, por um pretexto real ou fictício. A que veio, engatilhada aparentemente só contra a Rússia, tem os requintes vivos de um fascismo em marcha acelerada. O vidente Bakúnine definia, em 1873, o Estado russo dêste modo: "Converter-se em Estado

invasor significa ser obrigado a manter em tutela forçada grande número de milhões de seres de um povo estrangeiro. É necessário, pois, pôr em pé uma grande força militar. Porém, onde triunfa o poder militar, adeus liberdade! Sobretudo, adeus liberdade e prosperidade do povo trabalhador! Deduz-se, portanto, que a criação de um grande Estado eslavo não significa outra coisa que instaurar-se uma densa escravidão do povo eslavo."

A realidade presente confirma a previsão. Lógicamente, podemos concluir: A criação de um poderoso Estado norte-americano, acolitado por outros estados da América militarizados, redundará no cerceamento gradativo de tôdas as liberdades até chegar à escravização pura e simples dos cidadãos, mormente dos trabalhadores.

As recentes leis norte-americanas contra as greves, cheias de ameaças ferozes contra os mineiros, são mero pano de amos-tras. O resto virá com redobrados arrochos. Quem viver verá! Nossa *lei de segurança* é mero reflexo das medidas iniciais da rígida ofensiva planeada pelo estado-maior americano contra a Rússia.

Brigam os nobres e apanham os pobres! — diz o rifão. Enquanto os pobres não compreenderem que as desgraças da humanidade decorrem tôdas de haver *nobres*, dos nobres pelo sangue ou pelo dinheiro.

O remédio? Acabar com os nobres, como ensinamos nós, e só nós, os anarquistas.

("A. D.", 8-8-1947)

35

DESAVINDOS

Desavieram-se Brasil e Rússia! Brigam as comadres! Briga previsível, prevista, de consequências também facilmente presumíveis. Se os coriféus do partido comunista não fôsem fanáticos irresponsáveis, e a tal *autocrítica* por êles alardeada fôsse coisa realizável, deveriam estar hoje de crista pensa, arrotando o sal amargo das suas nefastas aventuras.

Realmente, foi o bolchevismo a mais desastrosa peste despejada nos campos da batalha obreira contra o capitalismo. Sim! porque sua principal obra foi aniquilar as forças sindicais revolucionárias, transformando os sindicatos em agências politiqueras, desfibradas, deliquescentes.

Para isso é que importa mais alertar a nova geração operária, a não infectada ainda pelo tremendo germe dissolutório. A ação bolchevista, dita comunista, foi desfazer, solapar, a vigorosa compleição dos sindicatos livres, iludindo as massas obreiras com fanfarronadas, foguetório, gritaria, reco-reco, procições, palavreado esdrúxulo, estrutura militar, ditadura partidária, senhas pomposas e lábia infinita. No íntimo, tudo aquilo era farfalhada, o vazio enfeitado com lantejoulas e papel de côr, manipanços bem recheados, mas a que uma estocada simples, rasgando a estôpa, faria escorrer logo a farinha suja.

No Brasil, em 1918, a Federação Operária, tôda instruída na ação direta, era uma potência. A greve geral, aqui no Rio, planejada para 18 de novembro, no interstício presidencial do vice-presidente Delfim Moreira, assustou a burguesia, tal a sua envergadura. A greve rematava a célebre campanha dos padeiros para obterem o descanso dominical, campanha vitoriosa à custa de muito forno dinamitado, muito pixamento de fachadas, sabotagem sistemática, ação direta, em suma, firme e incomplacente. Conseguíramos, nós, anarquistas, e sômente nós, escorraçar dos sindicatos tôda casta de políticos, ditos socialistas, os Irineus, os Nicanores, os Evaristos, apontando às massas seus interêsses inconfessados, suas táticas oportunistas, sua insinceridade.

De 1912 a 1918, o progresso sindicalista no Brasil foi uma estupenda epopéia, e tínhamos razão de orgulhar-nos, os anarquistas, do formidável trabalho feito. Víamos surgir, segura, no operariado brasileiro, aquela consciência de classe indispensável à guerra social, e a penetração do conceito anárquico de *ação direta* como processo de luta. Os trinta e poucos sindicatos cariocas da Federação contavam para mais de 150 mil trabalhadores. A burguesia estremeceu. Washington Luís afirma que a *questão social era um caso de polícia*, mas a polícia de Aurelino Leal, a de Geminiano da França, no Rio, como a do próprio Washington, em São Paulo, não pôde, por mais que fizessem, amordaçar os sindicatos brasileiros. Quando

em 1918 fomos presos, deportados, perseguidos de todo modo, respondemos à Polícia de Aureliano, fundado, em princípios de 1919, *A Voz do Povo*, diário com sede na avenida Rio Branco.

Pois foi nesse 1919 que se iniciou a campanha sorrateira, venenosa, diabólica, destruidora, do Partido Comunista. Foi Astrogildo Pereira o agente dessa missão nefasta, que iria, em 1933, entregar os sindicatos brasileiros, atraçoados, ao Ministério do Trabalho. Seu nome ficará para sempre lembrado nos anais do sindicalismo brasileiro como sua mais funesta e fúnebre asa negra. Firmado no seu prestígio pessoal e na ilimitada confiança que nós, seus companheiros de ação anárquica, nêle depositávamos, foi, às caladas, colhendo adeptos para o partido bolchevista. Criamo-lo, todos nós, ainda anarquista, e já êle estava entendido com Moscou para difundir, nos meios operários, a disciplina política, ditatorial, de células, autocríticas, palavras-de-ordem, expurgos, hierarquias e cega obediência. Astrogildo queria mandar e mandou, até que o feitiço caiu em cima do feiticeiro, e êle acabou expulso do partido.

Mas, o estrago fôra longe. Todavia, poderíamos ter contido a praga, se não fôra a terrível provação nossa no quadriênio de Bernardes. A polícia aproveitou-se do profundo dissídio aberto nos sindicatos pelos comunistas, para aniquilar a força real da classe trabalhadora: os anarquistas. Liquidados êstes, o mais seria realmente *questão de polícia*.

Já expusemos aos leitores de *Ação Direta* as peripécias da nossa luta, após Bernardes, contra os comunistas, e como êstes entregaram, por ódio a nós, todos os sindicatos ao Ministério do Trabalho, órgão do fascismo getuliano. Nossa luta contra Lindolfo Collor e as carteiras sindicais seria certissimamente vitoriosa, se não fôsse a traição comunista, aceitando, para nos derrotar, essas carteiras. De então em diante, nenhum operário seria aceito, em qualquer obra ou fábrica, se não apresentasse a carteira sindical. Os sindicatos caíam, de chofre, sob a fiscalização do Estado, e adeus, liberdade sindical!

O resultado aí temos: o sindicato transformado em repartição pública e órgão político do Estado; os anarquistas barrados absolutamente dos sindicatos; a vida sindical regulada por leis do Estado, com diretorias ao gôsto do Ministério, e assembleias minúsculas para aprovarem sempre o que o go-

vêrno quer e manda. Desapareceu assim o sindicato livre! Desapareceu a única força verdadeiramente revolucionária, porque nos sindicatos livres, independentes, e só nêles, se concentra a *luta econômica*, base da *questão social*. Transmutados os sindicatos em órgãos políticos, longe de serem força revolucionária contra a burguesia, fizeram-se força burguesa, anti-revolucionária.

Conseqüência: o partido comunista, que se diz partido revolucionário, tendo entregue os sindicatos ao govêrno, tendo extirpado do trabalhador brasileiro a consciênciade classe, o hábito da *ação direta*, para inocular-lhe o vício burguês da *ação política*, por meio de eleições, cambalachos e obediência aos chefes, no momento crítico da atual reação, viu-se ridículo, sem nenhum apoio, um desmedido boneco de pau com pés de barro, que um piparote policial derribou para não mais se levantar. Essa a desprezível obra do partido comunista. De traição em traição, arruinou a grande Internacional, a primeira, cujos únicos representantes no mundo inteiro, os anarquistas, lutam herôicamente por suste e repor na sua primitiva grandeza.

Quão difícil está sendo e vai ser essa obra, sabemos-lo nós, os anarquistas, no Brasil, a braços com dificuldades de tôda ordem, a maior das quais a inconsciência profunda dos trabalhadores avezados à politiquice por comunistas e trabalhistas. Temos de recomeçar as campanhas de 1912, mas agora com o Estado senhor dos sindicatos e os sindicatos impenetráveis à nossa voz e ação.

Obra do partido comunista!!! Semearam ventos, colhem tempestades. Brigam as indecentes comadres! Lá se avenham!

("A. D.", 22-12-1947)

36

DE QUE SE QUEIXAM?

O mundo político depara-nos hoje uma vasta rinha com dois rivais possantes: *comunismo e americanismo*. Não posso dizer claramente *fascismo* porque, no americanismo, há o ex-

terior democrática inexistente naquele. Não devo chamar-lhe *democracia*, porque êste vocábulo, em gíria capitalista, é sinônimo de *para inglês ver*. A realidade viva (demos nomes quaisquer aos bois) é uma só: defrontam-se, no globo girante, dois pugilistas resolvidos a apossar-se da hegemonia a todo preço. Temos os povos eslavos contra os povos de língua inglesa. Todos os mais povos são assistentes menores dos contendores, ou ficam fora dos cercados, apreciando as negações preparatórias do embate.

A América latina, de povinhos malucos, madraços, sempre desgovernados, incapazes até hoje de aprender, mau-grado certas embófiase pelintras, vão dizendo *amém* (e não digam!) às diretivas maçudas do campeão americano. O Brasil, povito de 40 milhões de enfezadas almas, num deserto de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, povito sem memória, falanstrão, cafageste até o cerne, ignorante e presunçoso, lá vai também, marcha que marcha, na dianteira dos varais.

A senha americana, repetida pelo seu cornaca número um, o fascista-mor do Vaticano, é *guerra aos comunistas!* Logo, o Brasil, imitador sempre, ouvindo as duas vozes de comando, se faz logo mais realista que o rei e despega uma ofensiva em regra, bem fascista, mais violenta que as dos dois amos em suas cubatas. Tudo em nome da *democracia* e da *civilização cristã*. Todos esquecidos de que as figuras e figurões do Brasil de hoje foram as mesmas figuras e figurões associadas ao fascismo de Getúlio. Muito se ilude ainda quem supuser antônimos *política e farsa*.

Sucedede, então, que, no Brasil, os dois partidos ásseclas dos pugilistas únicos e verdadeiros (*América versus Rússia*), ambos sob a capa da democracia, ambos ridiculamente hipócritas, se queixam amargamente um do outro, mas, se examinarmos as queixas, veremos que os dois queixosos caem no dito: fala o rôto do esfarrapado e o sujo do mal lavado. Haja vista o sr. Osório Borba a vociferar, simpático sempre aos comunistas, contra as indemocráticas surriadas do Govêrno nos estalinistas indefesos, coitadinhos! Quem lê Borba acaba chorando o martirologio prestista com quantas lágrimas ainda sobrem nas glândulas irritadas.

Ora, tudo o que Borba alega deve entrar por um ouvido e sair por outro. Os comunistas nenhuma autoridade moral

têm para se lamuriarem. Que anda fazendo o govêrno contra êles? O mesmíssimo que êles, comunistas, fariam se bispassem os postos de comando. Suprimiu-se o partido comunista em nome da democracia? Pois, em nome da democracia, os servos de Stáline suprimiriam, logo e logo, todos os demais partidos e mandariam fuzilar (o que Dutra, tão bonzinho, ainda não fêz) tudo quanto fôsse figurão capaz de se lhes opor em qualquer caso. Aí estão a Bulgária, a Iugoslávia, a Checoslováquia, a Rumania e a Polônia, para exemplo. Cassaram-se os mandatos dos representantes comunistas no Parlamento? Isso mesmo têm feito os comunistas com suas eleições unânimes e depurações por decreto, onde quer que reinem. Empastelaram-se os jornais comunistas? Grande crime para Osório Borba e demais comunistas mascarados! Pois isso mesmo fariam os comunistas com os demais jornais de qualquer côr, permitindo unicamente os seus. Seria digno espetáculo ver o sr. Osório Borba escrever fulminantes artigos contra o *fascismo vermelho*! Teria topê-te para isso? Talvez (é pura hipótese) tivéssemos de ler, em algum *Pravda* brasileiro, esfusiantes artigos do mesmo sr. Borba em louvor dos grandiosos feitos da *verdadeira democracia*, à comunista, com Karangadas¹⁸, partidos únicos, eleições unânimes e uma formatura obedientíssima de lacaios fardadinhos. Seria tudo isso para Borba um meio de liquidar o capitalismo e instituir o Estado verdadeiro, o democrático.

Pois é exatamente isso o que afirmam os dutristas e papistas: asseveram que suas medidazinhas fascistas são meio adequadas para conjurar o imperialismo russo e a ditadura russa no Brasil.

Impede o Ministério do Trabalho, acamaradado com a Polícia, a atuação franca ou sorrateira do partido comunista em qualquer sindicato? — É fascismo! — gritam os Borbas. Mas, excelentíssimo sr., o exemplo dêsse fascismo tem sido constantemente dado pelos patrões russos, os superdutrastros da Rússia dos Sovietes e adjacências, que nunca jamais permitiram, permitem ou permitirão, nos seus sindicatos, vozes desaprovadoras do regime senzalesco de lá, e muito menos admitiriam, lá dentro, entre trabalhadores, alguns apaixonados da democracia nor-

teamericana coscovilhando meios e modos de despejarem da governança o onipotente Stáline.

Logo, de que se queixam os excelentíssimos e nobres deputados, os excelentíssimos e nobres senhores senadores comunistas? De que os encarceram e espancam? Mas, se sempre foi isso o que têm feito os seus mandantes em tôda parte onde ficam pé! Prendem, deportam, matam, torturam, confinam em campos-de-concentração, isolam de parentes e amigos e, se os adversários são estrangeiros, não lhes dão passaporte, forçando-os a morar naquele paraíso totalitário. De modo que Dutra tem carradas de razão, defendendo-se e defendendo os seus da hipocrisia democrática dos reacionários vermelhos. É de tôda justiça pôr alguém a barba de mólho ao ver ardendo a do vizinho! Que sucedeu aos demais chefes de Estado ou ministros democráticos com a galgada dos comunistas ao poder? Ficaram nos seus postos, sossegados, quando menos em seus lares, com a família e os haveres? Nada disso. Considerou-os o poder comunista réus de crimes horrendos e liquidou-os de vez ou deixou-os mofando nos ergástulos. Quem deu a lição? Os comunistas. Quem aprende a lição? O esperto presidente Dutra, que vai logo decepando as garras aos gatinhos, antes que virem panteras bravas!

Queixarem-se de não respeitar-se a Constituição democrática nem os princípios da democracia, uns consumados embusteiros, demagogos oportunistas da pior espécie, cujo fim declarado é abolir a Constituição, refazer as leis, para tudo enquadrar no seu regime de ditadura implacável, é o suprassumo do cinismo! Erro grave, gravíssimo, imperdoável, foi, na chamada Constituição democrática, não haverem excluído de antemão, da cena política, todo partido cuja finalidade fôsse a instituição de qualquer ditadura. O interessante na comédia é ver os chefes dutristas reagirem ferozmente contra a Rússia dos Sovietes, alegando o caráter totalitário do seu regime! Reagem, mas vão fazendo o mesmo, de mansinho, já com a herança fascista de Getúlio, e prontinhos para se afundarem até os olhos no regime deposto, mal vejam avolumarem-se as correntes de uma oposição férrea.

Em todos êsses cérebros pecos, atrasadões, míopes, século 16, está latente ou manifesto o germe do despotismo. Brancos, pretos, verdes-olivas ou vermelhos, a disputa é sempre em tôrno

(18) Campos-de-concentração na Sibéria com imenso martiriológico de anarquistas e trotsquistas. (R.N.).

de uma prêsa — o trabalhador que produz. Políticos, magistrados, militares, padres ou funcionários, nenhum dêles quer o homem livre, sem igual, num regime de cooperação clara, sem a tetérrima figura draconiana do Estado. Todos anseiam, antes, por um Estado cada vez mais forte, mais opressor, mais esfolante, a que todos se prostrem, estúpida e servilmente, de dorsos nus, bendizendo o látigo incompaciente dos amos.

Hão de ter isso! Mas, por favor, não se lamuriem, não se queixem depois!

(“A. D.”, 26-5-1948)

37

UMA RESPOSTA

Recebi, datada de 26 de setembro, uma carta cujo autor pede sigilo do seu nome, temendo represália patronal. Escreveu êle haver lido numerosos livros comunistas, mas êstes lhe deixaram no espírito lacunas que só meu livro *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos* preencheu. Satisfaz-lhe plenamente a doutrina, mas, uma cousa o surpreende, e êle clama: “Onde estão os anarquistas?” Espanta-o que os anarquistas não venham à rua orientar os operários, formular com êles suas reivindicações. Viu muito bem, no meu livro, que os anarquistas não são líderes nem pastôres, mas homens do povo, com êle sofrendo e vivendo.

1. Antes de prosseguir, importa responder a essa primeira arguição. É realmente assombroso não se acharem os anarquistas no meio dos trabalhadores, falando-lhes diretamente, orientando-os, organizando-os na sua luta antipatronal e antiestatal. Mal sabe o meu espantado missivista os hercúleos esforços que nós, os anarquistas, temos despendido para entrarmos em contacto novamente com os trabalhadores do Brasil, desde a queda de Getúlio Vargas, o ditador catastrófico.

Se o missivista indagasse do que era no Rio o movimento operário, aí por volta de 1917 e 18, não acreditaria. A atividade dos sindicatos, então livres e conscientes, senhores de si mes-

mos, esclarecidos como eram pela pujante Federação Operária do Rio de Janeiro, estarrecia os poderosos. Compunha-se a Federação de trinta e poucos sindicatos e somava, ao todo, cêrca de *cento e cinquenta mil trabalhadores*, empenhados na luta, com o processo único da *ação direta*. Querem estas palavras dizer que os trabalhadores decidiam suas questões *diretamente* com os *patrões*, dispensando o intermediário, sempre embusteiro, enganoso, velhaco, do Estado, do ministério, dos políticos, dos líderes sindicais. O sindicato nomeava, em cada conflito, uma comissão *ad hoc*, especial para aquêle caso, comissão obrigada a prestar contas da sua delegação à assembléia do sindicato. Se a comissão fraquejava ou se mostrava incapaz de levar de vencida os patrões, nomeava a assembléia outra e apelava para a solidariedade de mais sindicatos. Apoiados por êstes, raro era não sair um sindicato vencedor.

Nessa formidável massa, atuavam ativamente os anarquistas. Em 1912, quando entrei no meio anarquista, havia uns três mil operários organizados livremente. Os sindicatos, pouco frequentados, eram ninhos de políticos. Pouco a pouco, foram expulsos tais percevejos. As autoridades, não sentindo fôrça opositora nos sindicatos, desprezavam-nos. Porém, graças à propaganda minha e de mais alguns, foram os sindicatos crescendo, a tal ponto que, cinco anos depois, se faziam respeitar. Os políticos perderam a veleidade de poderem voltar. O último escorraçado foi Nicanor do Nascimento, ainda agarrado, em tempos de Epitácio, a pequenos sindicatos da marinha. Lembro ainda ao meu prezado missivista que, em 1919, mantinham os anarquistas um *diário*, a *Voz do Povo*, com sede na Avenida Rio Branco. O jornal tinha quatro grandes páginas e cuidava, acima de tudo, da vida sindical.

E porque não fazemos o mesmo hoje? É fácil a resposta. A Polícia e o Ministério do Trabalho não nos permitem falar, entrar que seja, num sindicato. Os sindicatos estão oficializados, depois de haverem sido entregues de mãos beijadas ao Estado Novo ou fascista, que, a trôco de *benefícios*, todos ilusórios, os *escravizou*. Os milhares de trabalhadores são *escravos* hoje e, como, nesses trinta anos, desaprenderam o processo da luta pela ação direta, não sabem, sentindo-se embora esbulhados, como reerguer-se e defender-se.

E quem (perguntar-me-á o missivista) conseguiu desfazer essa obra ingente dos anarquistas, realizada de 1912 a 1919? Foi a nova casta de políticos chamados comunistas-bolchevistas. Foram êsses a asa negra da derrocada. Já contei, no número 4 de *Ação Direta*, essa negregada história, inaudita obra de traições, calúnias, misérias de tôda casta, que culminou na entrega dos sindicatos, aqui e em S. Paulo, ao Ministério do Trabalho do Lindolfo Collor. Com promessas fantásticas de *tomada do poder* e instauração de um govêrno comunista, que destruiria o capitalismo definitivamente, foram iludidos os trabalhadores. Por desgraça, o tempo da ditadura de Bernardes foi duro golpe nos anarquistas. Deportados, assassinados, escorraçados, encontraram, em 1925, ao saírem do nefasto quadriênio, os sindicatos em mãos dos bolchevistas, que nada, positivamente nada, sofreram.

Nós, anarquistas, afrontamos denodadamente êsses politiqueros novos e íamos já derrotando e refazendo os sindicatos, quando veio Getúlio. Era o fascismo, de garras prontas para es-traçalhar-nos. Lutamos, não obstante, contra Collor, e pregávamos aos trabalhadores que *não aceitassem a carteira sindical*. Essa carteira significa uma algêma nos pulsos dos obreiros. Mau-grado os comunistas, éramos ouvidos. Vendo-nos vencedores, que fizeram êles? Declararam que aceitavam a carteira sindical, e fizeram-se então *fura-greves oficiais*, pois os patrões só davam trabalho aos operários comunistas. Êsses indignos políticos têm recebido o pagamento que merecem. Sua inepta e vergonhosa linha política os levou ao repúdio e às mais vís degradações. Porém, a obra negativa ficou: o es-traçalhamento completo de nossa grandiosa tarefa.

E agora, como arrancar das mãos do Estado os sindicatos proletários? Estes não têm fôrça alguma. Os trabalhadores, embridados pelo govêrno, ou ainda embeçados pelas lorotas dos estalinistas, não querem ouvir a voz anarquista; mas os anarquistas não cedem e teimam.

2. Lembro ao missivista que o anarquismo não é brasileiro, é mundial. Para responder-lhe, teria de contar-lhe o gigantesco esforço que fazemos por tôda a Terra, a fim de esclarecer os trabalhadores e mostrar-lhes qual a tarefa da libertação. Em tôda parte, a onda totalitária abateu, dizimou, estupidificou

de tal modo os trabalhadores, que os foi arrastando para a politicalha de economia dirigida, fascista e bolchevista. Caíram no vício eleitoral, e os mais espertos ou mais lidos se constituíram líderes dos sindicatos, isto é, fizeram-se cabos eleitorais dos ministérios e seus mandões. A praga eleitoral é o mais tremendo virus das massas obreiras. Arrastados por êsse desporto político, tomam partido, aferram-se nas disputas a votos, e não aceitam, de modo algum, as nossas advertências contra essa burla velha e revelha.

O missivista não nos deve incriminar antes de inteirar-se bem da nossa dura situação. Lutamos sòzinhos contra o Estado onipotente, contra o fascismo, vivo ainda em tôda parte; contra o bolchevismo caluniador, fraudulento e mentiroso, que promete mundos e fundos hoje, para fazer, amanhã, diametralmente o oposto; contra as hostes cerradíssimas do clero, cujas promessas (sempre as promessas) de venturas celestiais desviam as consciências obreira para a inércia e a submissão.

Que podem fazer os anarquistas se essa massa, embebedada com êsse ópio quadruplicado, fecha ouvidos e olhos à realidade e prefere ser rebocada para as galés do Estado? O pior é que se fanatizam com os novos ídolos; por êles, deixam-se prender e matar, dando-se à palhaçada ignominiosa de defenderem os seus opressores.

3. O missivista quer que o nosso periódico imite a *Voz Operária* com suas secções dirigidas às fábricas, aos camponeses, aos leitores, com suas reportagens reveladoras da miséria, etc., etc. Não, meu caro companheiro, não imitaremos tal sistema. Conhecemos de sobra os intrujões e suas intrujices, seus processos indignos, de embustes, invencionices, basófiás, alardes espetaculares, tudo no ar, tudo cerebrino, tudo no papel, por ordem de um ou de outro chefe, chefete ou chefão. Não sabemos inventar, empulhar ou torcer. Não vamos às fábricas, porque lá não podemos entrar, fiscalizadas que são pelo Ministério, pela Polícia e pelos comunistas, prontos, mais que todos, à denúncia contra nós. Pela mesma razão, impossível nos é penetrar nos sindicatos, tanto mais quanto os trabalhadores, hoje em dia, só figuram nos sindicatos para dissídios. Lá não podem discutir outra cousa que não seja o dissídio, e tal assunto não nos interessa, por constar entre as receitas opiadas para os servos modernos.

4. Diz o missivista que não nos importamos com os problemas do povo e nada mais fazemos que atacar os comunistas. Ora, os problemas do povo, a que se refere o missivista, quero crer, são o leite mais caro, as tropelias da Light, os contratos não cumpridos, as malandrices patronais para tapearem as leis trabalhistas, etc., etc.

Porém, companheiro, se os operários, ou o povo em geral estão sofrendo tudo isso, sofrem porque assim o quiseram. Bem os avisamos de que as leis trabalhistas eram algêmas nos pulsos dos trabalhadores. Qual a nossa missão agora? Meter-nos, como os traidores comunistas que os entregaram ao Ministério do Trabalho, na gigajoga da politiquice, querendo apenas puxar a brasa para sua sardinha, enganando-os e dêles valendo-se para conseguir, um dia, satisfação igualmente às suas sórdidas ambições?

Não! Não somos políticos, nem estatistas, amarelos ou vermelhos. Nossa missão é continuar clamando aos trabalhadores que não dêem ouvidos nem a uns nem a outros, por serem todos falsos guias e usurpadores contumazes. Nossa tarefa é só uma; pregar aos trabalhadores como libertarem-se da carteira sindical e safarem-se dos polvos políticos de quaisquer côres.

5. Por onde começar a obra? — pergunta o missivista. A obra já a recomeçamos desde janeiro de 46, com a primeira reunião anarquista após a ditadura. Não pense o companheiro que dormimos. Não somos, porém, charlatães, nem impostores interesseiros. Se desejar sinceramente cooperar conosco, informando-nos e aconselhando-nos, é só procurar-nos. Antes disso, ousamos fazer uma pergunta ao missivista que nos concita a descermos ao meio do povo, às fábricas, aos sindicatos. A pergunta é esta: — Por que nos pede sigilo do seu nome? O companheiro dá como razão a possível perseguição patronal. Realmente, esta é para temer. Mas, se assim sucede, o mesmo que sucede consigo sucede à grande maioria dos anarquistas, trabalhadores como você. E aí está o primeiro ponto. Se fizéssemos o que reclama o companheiro, e já o fizemos com desastroso resultado, correríamos o risco de extinguir nosso próprio trabalho.

Veja o comunismo! Tanto fez, que lhe caiu em cima o feitiço. É inútil e contraproducente qualquer movimento de

reivindicação com sindicatos mortos e obreiros na política. De mais, o código do trabalho, obra do pai Getúlio, considera crime as greves, quer dizer, não tolera aos trabalhadores valerem-se do seu mais poderoso meio de ação. Que podem os trabalhadores contra polícias e exércitos postados em defesa do capitalismo?

O momento não dá ensejo para luta frente a frente. Nosso papel, agora, em todo o mundo, é reeducar as massas por meio de acesa propaganda, para que larguem de vez os sindicatos estatais e organizem centros de resistência.

Enquanto escrevo, está se iniciando em Paris o Congresso Mundial dos Anarquistas, onde êsse magno problema vai ser amplamente debatido. Lá estaremos representados, e de tudo pode ser o missivista informado, se nos quiser continuar a ler ou vier trabalhar conosco.

(“A. D.”, 29-10 e 30-11-1949)

38

ELEIÇÕES

Ferve a panela política para escolha do futuro presidente da república brasileira. Grande assunto! Maior do que êle, só o futebol! O outro é efêmero, temporário; êste é perpétuo, contínuo, indetenível. Eleição lembra partidos com suas siglas cabalísticas: UDN, PSD, PRP, PR, etc., inclusive o defunto PCB.

O zunzum de carôço pegou de zunir quando os próceres, melhor, os chefões aleitaram veleidades de arrancar do caldeirão um candidato único. Linda concepção, perfumadinha de patriotismo, garrida e pimpona de bons propósitos democráticos. Subiram balões de ensaio, acenderam-se rodinhas festejantes, ativaram-se os conciliábulos, bateboquearam os paredros estaduais, opinaram minhocões (têrmo hoje esquecido) de calibre máximo, guinchou o quererismo, trabalharam udenistas, regogou o ademarismo esperançoso, agitou-se Minas, apimentou-se a Bahia, churrasqueou o Rio Grande, coçou-se Pernambuco;

em todos os rincões da Pindorama vibrou, num calafrio elétrico, a medula politiqueria dos confiantes no voto.

Mas lá diziam nossos pais: "Panela em que muitos mexem ou sai salgada ou ensôssa". Não a panela, é claro, mas a comida. Sucede, porém, amiúde, que, em vez de quitute salgado ou ensosso, vira a panela, o caldo se entorna, e as comadres ficam a chuchar nos dedos.

Pouco se me dá que chuchem nos dedos ou se empanzem. Nossa missão aqui é simplesmente advertir nossos leitores da ignóbil farsa, que é sempre uma eleição republicana, monárquica, ou soviética. Pense bem o eleitor no seguinte: Que desejavam os chefes dos partidos, logo no comêço das conversinhas a portas fechadas, com *batidas* e cafêzinhos? Alardeavam as intenções firmes e elevadas de congraçamento político. Para isso, importava entrarem os chefões em sérios entendimentos. Eles! Só eles! E tanto se entenderam, que acabaram desentendendo-se.

6. Mas isso pouco importa. O que importa é o raciocínio que exoro o leitor a fazer comigo: Suponhamos que, por êrro estratégico do Diabo, perdedor dos homens, os senhores da política chegassem a uma solução concorde. Das manipulações e remanipulações, lá surgia o nome satisfatório às ambições secretíssimas dos chefes. Gáudio nacional! Solucionava-se tudo sem bulha nem matinada!

Sim, leitor amigo, deveria solucionar-se, mas não! O natural seria que, apontado o nome vitorioso no cambalacho, fôsse êsse nome proclamado logo vencedor incontestável. Sim, porque a ninguém, na democracia brasileira, seria dado contestar a escolha. Com efeito, nenhum movimento popular, por mais intenso, lograria barrar êsse nome, porque, segundo a sapientíssima lei eleitoral, só os partidos podem apresentar candidatos.

Ora, sendo assim, havendo os magnatas dos partidos acordado no sufrágio de certo nome, para que serviriam as eleições? Nenhum partido indicaria outro nome; nenhum grupo de cidadãos teria o direito de indigitar um preferido. O candidato das confabulações seria candidato ímpar.

Então, para quê eleições? Leitor amigo, eleição presidencial custa muito caro. São milhares de contos saídos das algibeiras magras do povo. Não seria curial, nêsse caso da candidatura

única, uma grande economia para o erário público? Mas não! Achado o futuro presidente, teremos nós, eu, tu, todo votante voluntário ou involuntário, de ir, palhaços encabrestados, às urnas, depôr nelas os papêzinhos aviltantes com o nome escolhido por onipotentes senhores que jamais vi.

Pergunto eu: Quem, nesse caso, teria eleito o presidente da República? O povo? Os cidadãos conscientes? A resposta, leitor, é uma só: Não! Não! Os eleitores únicos seriam os cabeceiras. Os míseros votantes, não perguntados nem ouvidos, iriam apenas, cabisbaixos, contentes ou não, sob pena de multa, envergonhados embora da sua triste figura, homologar a decisão dos indesejáveis corifêus dos partidos.

Vimos isso, claríssimamente, no passado pleito presidencial. Travada a luta, procuraram arregimentar-se os partidos, pois é voz corrente e assente que os partidos devem ser disciplinados. A UDN, quer dizer, seus guieiros, lançaram (é o termo) o nome do brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD (estarei certo?) lançou o nome do general Dutra. O PCB andou de cá para lá, manobrando indecentíssimamente, sem saber quem apoiar. O candidato mais simpático a todo o povo brasileiro era, na consciência geral, Eduardo Gomes. Bastaria que o PCB aderisse ao candidato mais aceito para que êste vencesse. Só na antevéspera do pleito se soube que o chefe Luiz Carlos Prestes decidira mandar votar no apagadíssimo Yeddo Fiuza!

Que sucedeu? Todo o partido comunista, num milagroso rasgo disciplinar, sem consulta prévia, submisso às ordens, votou certinho no Fiuza, como votaria na vaca malhada, se assim lho ordenassem. Se o Fiuza triunfasse, quem o teria eleito? Só um: Prestes. Resultado: Prestes, com sua estratégia, deu ganho de causa a Dutra. Êle, em suma, só êle, negando votos a Eduardo Gomes, elegeu Dutra. E Dutra, agradecido, capou de volta o partido de Prestes. Lá se arranjem!

O insofismável é a farsa nojenta a que nos forçam democratas, fascistas e soviéticos. Todos se equivalem na cenografia e pirotécnica dessa burleta enjoada. Com ela, nem a democracia, nem as monarquias parlamentares, nem o bolchevismo russo resolve coisa alguma. Disse Karl Marx ser a religião um ópio. Nós acrescentamos, alicerçados na experiência, ser a eleição outro ópio. Ópio nefasto porque ilude o povo,

dando-lhe papel ativo na comédia, fazendo-o supor-se personagem real, sem ver, o coitado, os cordõezinhos que mãos superiores de chefes vão largando ou puxando, imprimindo-lhe os movimentos exatos do mimodrama ridículo.

Tiremos, das andanças partidárias de hoje, lição proveitosa. Não vivamos êste segmento de vida, confiando na rotina ou fechando os olhos, como na montanha russa, ao despencar. Ao invés, abramos bem os olhos e, iluminada a cena pelo poderoso refletor anarquista, consideremos se não fala certo a doutrina ácrata, quando argüi o voto como farsa! farsa! farsa!

Leitor amigo! estarás disposto a servir de títere nessa guinola de histriões? a servir de palhaço nêsse fetibundo circo de vadios?

(“A. D.”, 27-12-1949)

39

NIETZSCHE E OS BOLCHEVISTAS

“Spectator,” do “Diário de Notícias,” publicou no dia 24 uma nota relatando a ofensiva da cultura stalinista às obras de Nietzsche. Na zona alemã dos russos, decreta-se excomunhão aos escritos do extraordinário pensador alemão. O que em Nietzsche há de soberbo é seu maravilhoso estilo e seu profundo pensamento revolucionário. Mas o revolucionário em Nietzsche não é revolucionário bolchevista; é revolucionário anarquista. Nietzsche é antiestatal até a destruição; é intratável adversário de toda tirania. O seu Superhomem é o homem inteiramente livre, que destruiu os supérfluos, os hipócritas, os embusteiros, os governantes de toda casta.

Os russos conhecem perfeitamente Nietzsche, escritor de cristalina clareza e sem papas na língua. Não caem na palvace de supô-lo precursor do fascismo.

Para que “Spectator” possa ter compreensão clara dos motivos dessa ofensiva, vamos traduzir, totalmente, a undécima fala de Zarathustra, intitulada “Vom neuen Götzen” (do novo

ídolo) de que já demos no número 60, em artigo de Germinal e no meu “Curso de Literatura”, alguns tópicos:

1. *Algures, ainda há povos e rebanhos, mas não entre nós, irmãos; aqui há Estados.*

2. *Estado? Quê? Upa! Abri bem as ouças, pois agora vou dizer-vos da morte dos povos.*

3. *Chama-se Estado o mais frio dentre os monstros frios. E mente friamente e sai-lhe da bôca esta mentira: “Eu, o Estado, sou o povo”.*

4. *Ê mentira! Criadores foram os que formaram os povos e alçaram, acima dêles, uma fé e um amor; assim, serviram a vida.*

5. *Destruidores são os que armam, para a maioria, armadilhas e lhes chamam Estado; alçam sôbre ela uma espada e cem apetites.*

6. *Onde ainda há povo, êste não compreende o Estado e odeia-o como a ôlho mau e crimes contra costumes e direitos.*

7. *Dou-vos êste índice: fala cada povo sua língua do bem e do mal; não a entende o vizinho. Inventou sua língua para seu uso e direito.*

8. *Mas o Estado mente em todos os idiomas do bem e do mal, e, no que diz, mente, e, o que tem, furtou.*

9. *Falso é tudo nêle: com dentes furtados, morde êle, o rezingão; suas próprias entranhas são falsas!*

10. *Algaravia do bem e do mal, êsse índice vos dou como sinal do Estado. Em verdade, ânsia de matar. Em verdade, acena aos pregadores de morte!*

11. *Nascem homens demais; o Estado inventou-se para os supérfluos.*

12. *Vêde como seduz, êle, os demasiados! como os traga e mastiga e remastiga.*

13. *“Na Terra, nada maior há que eu! sou o dedo ordenador de Deus!”, assim urra o monstro. E não só os orelhudos e os míopes caem de joelhos.*

14. *Ai! em vós também, almas grandes, cicia êle suas lúgubres mentiras. Ai! fãreja os corações ricos, que de gôsto se desperdiçam.*

15. *Sim! Fareja-vos a vós também, vencedores do velho Deus! Cansastes-vos na luta e agora serve o vosso cansaço ao novo ídolo.*

16. *Heróis e varões desejava êle pôr em tórno a si, o novo ídolo. Aqueita-se o frio monstro, de bom grado, ao sol da sã consciência.*

17. *Tudo vos quer dar, se o adorais, o novo ídolo; assim, compra o lume de vossa virtude e o brilho de vossos altivos olhos.*

18. *Quer engodar, convosco, os demasiados. Inventou-se para isso um truque diabólico, um corcel da morte, guisalhante na fardagem das honras divinas.*

19. *Sim! Achou-se para os demasiados certa morte que se estima a vida; em verdade, um voluntariado de todos os pregadores da morte.*

20. *Estado chamo eu a isso onde estão os tragavenenos todos, bons e maus; Estado, isso onde se perdem todos, bons e maus; Estado, isso onde se chama Vida o lento suicídio de todos.*

21. *Vêde-me êsses supérfluos! Furtam as obras dos inventores e os tesouros dos sábios; chamam cultura ao seu latrocínio, e tudo se lhes torna doença e revés.*

22. *Vêde-me êsses supérfluos! Sempre doentes, extravazam bilis, e chamam-lhe jornal. Entredivoram-se, e nem conseguem digerir-se.*

23. *Vêde-me êsses supérfluos! Encofram riquezas, e fazem-se assim mais pobres. Poder querem e, primeiro, a alcaprema do poder: muito dinheiro almejam os sem-vintém.*

24. *Vêde-os a treparem, êsses ágeis símios! Trepam uns sôbre os outros, e arrastam-se na lama e no abismo.*

25. *Galgar o trono querem todos; essa, a insânia, como se a ventura se sentasse no trono. Amiúde senta-se, no trono, lodo, e, também amiúde, o trono em lodo.*

26. *Loucos, para mim, são êles todos. Fede-me o seu ídolo, êsse frio monstro; fedem-me todos juntos êsses idólatras.*

27. *Meus irmãos! quereis, então, sufocar ao baço de suas fauces e apetites? Antes quebrar janelas e saltar para o ar livre.*

28. *Afastai o mau cheiro! Afastai a idolatria dos supérfluos.*

29. *Afastai o mau cheiro! Afastai a fumaça dêsses sacrificios humanos.*

30. *Está livre ainda a Terra para as almas grandes. Para um só ou dois, ainda há muitos sítios vagos onde paira o olor dos mares quietos.*

31. *Para as almas grandes, ainda há franca uma vida livre. Em verdade, quem possui pouco, menos possuído é; bendita a pobreza humilde.*

32. *Onde o Estado finda, aí começa o homem não supérfluo, aí começa o cântico dos necessários, a toada única e insubstituível.*

33. *Onde o Estado finda, vêde, vêde, meus irmãos! não vêdes o arco-iris e as pontes do Super-homem?*

Assim falou Zaratustra.

Pense agora *Spectator!* Como poderão os bolchevistas, fendendo a Estado, emporcalhados de Estado até os olhos, perdoar, tolerar, sequer, uma consciência que tais coisas escreveu, parece até, pensando nêles?

(“A. D.”, março de 1950)

40

PORQUE VAIS VOTAR?

Amigo! Vais votar? Sim? O Estado, o govêrno, a isso te incita e, se és funcionário público, te *obriga*. Ouve bem! nesta *democracia*, regime dito de liberdade, és *obrigado* a votar.. Negam-te a liberdade de dizer: “Nenhum dêsses candidatos me agrada! Não fui, por nenhum dêles, ouvido ou consultado. Pouco me interessa votar em Getúlio, Cristiano ou Eduardo! Não vou votar!” Se não fores, o govêrno te multa, prende, faz de ti, se quiser, gato e sapato.

E porque exige o Estado que votes? Pensa bem nisso! Os homens, em geral, não pensam em tais coisas. Foram habituados, desde a infância, a obedecer à *lei*. A lei tornou-se tabu para o comum dos cidadãos. Porém, êstes não refletem no seguinte: Os homens do govêrno, quando querem, alteram a lei. Getúlio, por exemplo, rasgou a lei, melhor, tôdas as leis do

Brasil e, apoiado pelos militares, que tu supões encarregados de guardar e defender as leis, fêz outras leis à sua vontade. Eram leis falsas; mas eu, tu, nós todos fomos obrigados a cumprir tais leis.

Dize-me uma coisa: alguém te consultou para fazer alguma lei? Aquêles que se dizem teus representantes no parlamento, algum dia te consultaram sôbre o que iriam fazer na Câmara ou no Senado? Não! Nunca! meu amigo!

Agora, outra coisa: Quem propôs Eduardo Gomes para candidato à presidência da República? Foste tu? Fui eu? Foi algum funcionário? Foi algum trabalhador? Não! não! não! Foram os chefes dum partido. Êles, só êles, o tal *diretório*, houve por bem, puxa daqui, puxa dali, indicar êsse nome.

Quem propôs Getúlio? Foste tu? Fui eu? Foi algum funcionário? Foi algum trabalhador? Não! não! não! Foram os *políticos*, os confabuladores, os ambiciosos figurões à cata de posições-chaves onde possam dominar e negociar, apoiados na tua boa-fé!

Quem apresentou Cristiano Machado? Foste tu? Fui eu? Foi algum funcionário? Foi algum trabalhador? Não! não! não! Foram os politiqueros oficiais, os chamados *líderes*, chefões e chefetes da capital federal e dos Estados. Durante um ano, em reuniões a que não te admitiram, nem a mim, confabularam, de portas trancadas. Sabíamos das idas e vindas, dos cambalachos, das ambições, das intrigas. Ninguém, absolutamente ninguém, foi consultado. Ninguém, absolutamente ninguém, no Brasil, poderia suspeitar sequer de que o escolhido iria ser o sr. Cristiano Machado! Quem é? quem é? Ignorância geral e completa.

Os políticos selecionaram aquêle que lhes poderá fazer um pratinho compensador. Depois, mandam ao povo: — Vota!. E têm o cinismo de dizer ao mesmo povo que é êsse povo o que *escolhe* seu presidente. Haverá mais revoltante mentira? Não escolhi Eduardo; não escolhi Getúlio; não escolhi Cristiano! Mas, sou forçado a votar, sob pena de severa punição. Tens de votar, amigo, queiras ou não queiras!

Como protestar contra essa farsa em que entras feito *palhaço*, obrigado pelos politiqueros? Resposta: Se não és funcionário, abstém-te! não votes! não vás às urnas! Não te rebaixes a tal palhaçada! Se és funcionário e tens consciência, a

capacidade de compreender o que te expus, já que tu, como todos nós, és forçado à comédia eleitoral, entrega o teu envelope com o nome riscado. Tanto faz que teu voto vá para Eduardo, Getúlio ou Cristiano. Nenhum dêles te salvará. Êles melhorarão, de-certo, a sua própria situação, a dos parentes, a dos amigos e correligionários. Tu ficarás onde estás, comendo da banda podre, rilhando o pão que o Diabo te amassou.

Não te aviltes! Não votes! O bôlo eleitoral não é feito para nós... Nós, os bobos, o fazemos, porém não o comemos. Comem-no os nossos amos, patrões, exploradores, trepados na política, nos ministérios, nos altos cargos públicos, nos bancos, nas associações comerciais, na alta indústria, etc..

Eleição é embuste! Só para que suponhas seres tu quem *escolhe*! Mas, na realidade, quem escolhe e ganha na maroteira são êles, só êles! Não votes! Não sejas escada para velhacos!

(“A. D.”, agosto de 1950)

41

GETÚLIO E AS LEIS TRABALHISTAS

O *Diário de Notícias* de 5 de setembro abre as baterias contra Getúlio Vargas, enumerando-lhe as traições, os gastos, os desmandos, um rosário de acusações bem formuladas e justas. Houve, porém, na catilinária, um ponto branco. O articulista parou, hesitou, não teve ânimo de acoimar o ditador. Era algo excelente, superbom, extrapontinha. Só por isso, o réu teria valiosas dirimentes, uma quase absolvição de seus feíssimos pecados. O réprobo parira as *leis trabalhistas*. Como vergastar em praça pública o genitor de tal produto?

Vai o articulista e escreve: “Atribuem, Getúlio e os seus comparsas, ao ditador, as novas leis trabalhistas, quando foram estudadas e elaboradas pelo ministro Lindolfo Collor, que as levava a Getúlio já prontas para assinar, bem como pela Assembléia Constituinte e pelo Congresso Nacional até 1937. Getúlio não pagou, sequer, a contribuição do govêrno aos Institutos, que falharam às suas principais finalidades”.

Ora, sente-se bem como o articulista procura dar a Lindolfo Collor o mérito de haver gerado e desventrado as fa-

mosas leis. Tais leis foram, assim, para o redator verberante, o único louvável feito por Getúlio, senão pelo seu ministro Lindolfo Collor. Entretanto, o articulista derranca Getúlio por ter sido *totalitário*, por haver iniciado a era fascista no Brasil, criando um período fatal de irresponsabilidade, com desrespeito absoluto à liberdade individual, à propriedade, à imprensa. Isso revela, no indignado redator, profunda incompreensão de alguma coisa básica em qualquer democracia.

Em primeiro lugar, uma observação: As leis trabalhistas não foram estudadas nem formuladas por Lindolfo Collor. Quem escreve estas linhas o conheceu bastante. Era um bom rapaz, mau literato, sem qualquer capacidade de altas reformas sociais. A verdade é que (já foi dito em *Ação Direta*) as leis trabalhistas foram trazidas da Itália mussolinica pelo major Carlos Reis, enviado expresso do chefe de polícia Aurelino Leal. Veio tudo prontinho de lá, e se Epitácio, Bernardes ou Washington Luiz não as aplicaram, é que lhes faltou propício ambiente. Getúlio, criando o Ministério do Trabalho, começou os preparativos para o golpe de 37. O importante, acima de tudo, para implantar a ditadura, seria subjugar os sindicatos. Aurelino Leal o tentara em vão. Bernardes, com as leis de exceção, deportou quanto pôde dos mais eficientes militantes anarco-sindicalistas. Tiveram, todavia, um poderoso aliado: o partido comunista. Foi êste que deu ganho de causa a Lindolfo Collor, impossibilitado, pela vigorosa resistência dos sindicatos, de os escravizar ao seu ministério. Os comunistas, traidores contumazes, aceitaram a carteira sindical, passando, assim, recibo da servidão imposta.

Explicado isso, ponderemos a tremenda contradição do articulista antigetuliano. Como salientar o préstimo dessas leis trabalhistas, quando êsse redator condena o totalitarismo despótico de Getúlio? Não sabe êsse cavalheiro que quatro são os característicos mais formais do totalitarismo: partido único, indústria dirigida, imprensa censurada e sindicalismo oficial? E não sabe que o sindicalismo oficial impõe medidas tolhedoras de qualquer liberdade? Tudo ali é pautado, fiscalizado, censurado, bitolado pela garra onipotente do Ministério e da Polícia. Nem o dinheiro das quotas sindicais pertence aos sindicatos. Acima de quantia determinada, é recolhido ao ministério. Nenhuma assembléia pode ser, como sempre fôra,

livremente convocada. A ela assistem sempre o representante do Ministério e o representante da Polícia, atentos em não permitirem qualquer debate sobre assuntos alheios ao previamente comunicado às autoridades. As eleições não são livres. Os candidatos devem obter aprovação do Ministério, e êste pode vetar uma eleição, caso haja, por engano, sido eleito algum indesejável.

Em suma, todos estão fartos de saber quão despóticas são essas leis fascistas de Getúlio. Getúlio matou os sindicatos livres com a colaboração torpe dos comunistas.

Isso, porém, um senhor redator do *Diário de Notícias*, jornal que se preza de democrático, redondamente ignora. Não ignorava a escravização da imprensa, mas desconhece a escravização dos sindicatos e arvora as leis trabalhistas como alto cometimento digno de louvor.

Boa casta de jornalistas democráticos!

(“A. D.”, outubro de 1950)

42

QUE ESTÃO FAZENDO COM TEU DINHEIRO, TRABALHADOR?

O regime sindicalista do Ministério do Trabalho, inaugurado por Collor na aurora da ditadura Vargas, impôs dolorosa e humilhante tutela aos trabalhadores de todo o Brasil. Tratou-os e trata-os como crianças a quem o pai recolhe para administrar os dinheiros dados pelos padrinhos ou parentes.

“Trabalhadores do Brasil! (lhes disse o pai dos pobres e mãe dos ricos), vós não tendes instrução, sois pouco menos que débeis mentais, não tendes capacidade para gerir vosso dinheiro. Sois tão incapazes que, sem saber que fazer de vossas reservas pingües, resultado dos grandes salários que vos assegurei, serieis tentados a, com elas, alimentar greves ou até comprar armas contra o Estado que tanto vos ama e por vós se interessa. Meu Ministério, único apanágio vosso, baluarte da vossa defesa contra os indesejáveis elementos esquerdistas que vos transviam da cooperação com os industriais e comerciantes, recolherá mensalmente as vossas cotas, a dos vossos patrões

e as que generosamente vos concedo, para geri-las, empregando-as tôdas em vosso benefício, só para proveito vosso e dos vossos filhos, por quem eu e meu ministério zelamos, acima de tudo, com dedicação e sacrifício !”

E assim vai o dinheiro dos trabalhadores, que ignominiosamente aceitam essa injustificada e abusiva tutela, para a tutela das chamadas autarquias, os tais Institutos de já famosa crônica.

Nesses Institutos não estão instalados, para gerir as quantias recolhidas das contribuições, autênticos trabalhadores de cada ramo respectivo, senão burocratas verdadeiros, a muitos contos por mês, fora as gordas gratificações de fim de ano. Os Institutos, dada a insignificância dos tais benefícios e a precariedade dos serviços prestados, foram, patentemente, criados, antes para os funcionários, que para os trabalhadores. Demais disso, outros favorecidos houve de mais alta categoria: os amigos dos grandes, que conseguiram, dêsses Institutos, gordo financiamento para a construção de seus arranha-céus, luxuosas casas e apartamentos lucrativos em apropriadas revendas. Uma cusparada na cara envergonhada dos trabalhadores. Com efeito, nenhum homem no Brasil tem escarnecido mais dos trabalhadores que Getúlio Vargas. De quem a culpa? Dos próprios trabalhadores que se deixam levar das lábias de tôda casta, dos da direita e dos da esquerda, todos êles, sem exceção, aproveitadores das massas para se encarapitarem nas posições de mando.

Ora, sucede que, voltando ao poder o paizinho dos pobres e mãe carinhosa dos ricos (Jafé, Luzardo, Amaral, João Alberto e tantos mais) foram mudados alguns presidentes dêsses Institutos e irromperam, aqui e ali, uma porção de antrazes com muita podridão de roubos, desfalques, patifarias sem conta, em suma, avanço em regra no dinheiro dos trabalhadores.

Os jornais não se cansam de publicar as irregularidades graves nas gestões dêsses Institutos; mas, o que os jornais não assinalam, porque estão de acôrdo com a indispensabilidade dessas casas-de-prego, são os polpudos arranjos operados nos reajustamentos, nas gratificações internas dêsses Institutos.

Pergunta-se: “Porque hão de essas quantias vultosas, arrancadas aos trabalhadores, ficar nas mãos de funcionários do Estado, passando grossa parte delas para os bolsos de parasitas

consumados? Se os sindicatos, antes de Getúlio, geriam seus próprios bens, por que diabo de macumba haveriam de perder, com o advento dêsse Pai de Santo, sua capacidade geridora? Porque hão de suas cotas ir sustentar o parasitismo dessa população burocrática, afundada num papelório nocivo, de que não precisavam os sindicatos quando individualmente cuidavam de suas finanças?

A resposta é simples: Não servem aos fins do Estado sindicatos livres, com dinheiro em cofre e direito de greve, treinados na ação direta, escapos da carteira sindical, êsse infame símbolo de escravização.

Getúlio escravizou os sindicatos, algemou os trabalhadores como papaizinho carinhoso; mas, como generosa mãezinha dos ricos, distribuiu a granel o dinheiro dêsses míseros e deu aos espertos uma inesgotável mina de bons empregos, gordos desvios e deslavadas gatunagens.

E os sindicatos, os trabalhadores aparvalhados, inconscientes, contemplam essas vergonhas, suportam essas bofetadas, indiferentes. Indiferentes? Não! Tudo suportam aplaudindo, correndo às ruas, para votar em Getúlio e seus comparsas, filiam-se no partido dos seus algozes, acorrem aos comícios, entusiasmados com o maroto do Estado, que, por meio dêsse manobreiro, conseguiu subjugar-los para gôzo e gáudio dos parasitas empanturrados à custa dos que tudo produzem e nada possuem.

(“A. D.”, junho de 1951)

43

TUBARÕES

É curioso que a palavra *tubarões*, aplicada, pela primeira vez, pelos anarquistas, há longos anos, aos grandes exploradores capitalistas, se tenha tornado senha de políticos fascistas e a profiram procuradores e juizes. Até o cidadão Getúlio Vargas articulou a dura palavra!!! Vemos o ominoso epíteto exarado agora pelo procurador-geral, dr. Leopoldo Cunha Melo, num parecer, últimamente publicado, contra o polpudo sr. deputado Euvaldo Lodi, diretor do SESI.

A nós, da *Ação Direta*, pouco se nos dá de Lodi e procuradores; os primeiros são uns ingênuos da democracia. Os marca Lodi avultam, formigam, centuplicam-se por todo o mundo. Foi para eles o "crescei e multiplicai-vos" da Santa Bíblia. Os outros, tipo Cunha Melo, crentes na honestidade dentro da lei, esperançosos de uma possível *ars boni et aequi*, esfalfam-se, exaurem-se, enrroquecem, gritando um *pega-ladrão!* inoperante e até ridículo, com licença da palavra!

Não nos preocupa o Lodi. Se é ladrão, tem farta companhia na honrada carreira e, como é católico, dá bom exemplo de que Deus protege os sequazes da Igreja, respeitáveis tubarões ou tubaroas. O que nos importa, no parecer do eminente procurador-geral, são as suas confissões relativas ao Ministério do Trabalho e aos Institutos de assistência, frutos da legislação trabalhista do já esquecido Francisco Campos.

Como confirma o sr. procurador-geral, hoje, sem o saber, tudo quanto, desde 1937, temos proclamado nós, os anarquistas! Temos dito e redito, milhões de vêzes, vociferado aos trabalhadores, que os tais Institutos oficiais de assistência não passam de burla, engodo, mistificação, somente valioso para os muito bem remunerados *servidores* e os graúdos construtores de arranha-céus em Copacabana e bairros chiques.

Que tôda aquela encenação era e continua a ser mera fita cinematográfica para iludir palpavos e justificar o golpe getulino, bradámos nós em 37 e vimos bradando nesses quatorze anos de regabofes trabalhistas. Nenhum resultado sério adviria da fanfarronada fascista. Ninhos de emprêgo se gestariam, novos assaltos ao bôlso operário, mais agravos no custo da vida, desmoralização completa dos sindicatos, série infindável de tapeações, conversas moles, explorações políticas.

Quem o subscreve agora, com sua insuspeita autoridade, é o procurador-geral. Di-lo na cara do presidente da República, o mesmo autor das ditas arapucas. O sr. Cunha Melo declara, a quem? Ao sr. Getúlio Vargas, que tôda a obra trabalhista do lamentável Estado Novo deu em droga, faliu redondamente.

Como especial quitute aos companheiros anarquistas do mundo e aos trabalhadores iludidos do Brasil, ouçamos o sr. Cunha Melo, reservando-nos o direito de assinalar suas ingenuidades de homem consagrado ao "sacerdócio do Direito".

Diz êle: "As nossas leis trabalhistas vieram realizar uma grande reforma social. Completaram, com mais sentido, o Ato da Abolição. Libertaram os neo-escravizados".

Com licença. As leis trabalhistas foram cópia das leis soviéticas, executadas, na Itália, por Benito Mussolini com as *Carte di lavoro*, e na Alemanha por Hitler. O major da polícia federal Carlos Reis foi mandado, ao tempo de Epitácio, à Itália, para aprender o regime. Trouxe as leis tôdas, que ficaram dormindo na chefatura até serem incorporadas por Lindolfo Collor na legislação brasileira. Foram essas leis as que libertaram os neo-escravizados de Itália, Alemanha e Rússia. Uma das ingenuidades do sr. Cunha Melo!

Prossegue êle: "Infelizmente, as concessões das leis trabalhistas ao trabalhador, com o objetivo de harmonizar o Capital e o Trabalho, não lograram o êxito que se almejava".

Nova ingenuidade do sr. Cunha Melo, que supõe factível tal impossibilidade. Não sabe o digno promotor que, em parte nenhuma do mundo, se operou tal harmonização? Operou-a a Rússia? Operou-a a Inglaterra? Operou-a Hitler? Operou-a Mussolini? Operou-a Perón? Será possível operá-la em qualquer região do mundo? Sim! Está-se operando na Palestina, nas suas coletividades agrícolas. Porquê? Como? Colocando o capital nas mãos dos trabalhadores. Mas, o capital, aí, não é o dinheiro. São apenas a terra, as máquinas e o homem. Não há remuneração do capital para empreendedores e salário para obreiros. Tôda a renda reverte aos próprios agricultores. E é isso que, há mais de um século, pregam os anarquistas.

Se o sr. Cunha Melo se quisesse dar à canseira de nos ler, a nós, anarquistas do Rio de Janeiro, haveria de verificar como previmos, certo, certíssimo, o malôgro dos tais Institutos oficiais de assistência. Sempre os julgamos trica fascista, mormente em mãos dos consumados politiqueros chefiados por Getúlio.

Continua o dr. Cunha Melo: "Os empregadores, desde logo, começaram a incluir as taxas que deveriam pagar no preço dos seus artigos, elevando, dia a dia, o custo da vida".

Precisamente isso prevíamos nós e o denunciámos depois aos trabalhadores escravizados, nos sindicatos, ao Ministério do Trabalho.

A terceira ingenuidade é supor exequível o contrário.

Enquanto o capitalismo fôr capitalismo, os empregadores descontarão seus gastos nos preços das vendas. No dia em que tal não se der, findou o capitalismo. Isso ocorrerá, somente, quando não houver empregadores, isto é, quando o trabalho fôr planejado, distribuído, executado e usufruído pelos próprios trabalhadores.

E o dr. Cunha Melo, como que ouvindo algum espírito anarquista, repete, logo adiante, um nosso estribilho constante. Diz êle: "E, então, temos essa assistência social que aí está, na qual se dá com a mão direita e se tira com a esquerda". Ótimamente dito ! Apenas, isso é plágio puro. Nós, anarquistas, temo-lo dito inúmeras vêzes.

Sôbre os celebérrimos benefícios, uma das mais infames iscas da legislação getulista, o sr. procurador nos dá seu testemunho precioso, em tudo acorde conosco: "O benefício dado, cada dia, é mais precário, porque, para dá-lo, a carestia da vida ascende em proporção geométrica".

Temos, em "Ação Direta", asseverado freqüentemente que as tais autarquias são tremendos parasitas da economia dos trabalhadores. Gastam-se milhares de contos no gordo pagamento de funcionários para distribuírem-se miseráveis benefícios. Se os sindicatos dirigissem, autônomos, suas cotas, todo o dinheiro arrecadado daria para triplicar ou quadruplicar êsses benefícios.

O sr. dr. Cunha Melo acusa êsses Institutos de absorverem "uma considerável parcela das taxas de assistência social". Em novo número de "Ação Direta" apuraremos a quanto monta êsse "considerável". O resultado espantará seguramente o próprio sr. procurador.

Adiante delata o sr. procurador, destemidamente, o seguinte: "A assistência social tem criado alguns tubarões e engordado outros".

Êste período de ouro ficará registrado em "Ação Direta" com grande encarecimento. Prometemos repeti-lo, entre filetes, para advertência dos incautos trabalhadores do Brasil. Leiam e releiam nossos leitores essa notável afirmação. Não somos nós, "anarquistas malucos", os que anunciamos essa criação e engorda de tubarões, à custa dos tolos trabalhadores. Dí-lo, agora, alto e bom som, às ventas assombradas do pai dos pobres, o procurador-geral do Tribunal de Contas.

Sim, sr. dr. Getúlio Vargas, seus institutos têm sido uma pepineira de aproveitadores. E, se nós todos sabemos disso, e se um procurador-geral testemunha o facto, será possível que o senhor não o saiba? E o pai dos pobres conserva essa indecência? permite que o dinheiro dado pelos trabalhadores vá empanturrar as panças de tantos empanzinados Lodis do Brasil? Não teriam os trabalhadores o direito de pedir contas ao engendrador dêsses caça-niqueis e exigir restituição, já não digo das vultosas quantias roubadas, mas, ao menos, do seu direito de gerir seu próprio dinheiro?

("A. D.", agosto de 1951)

44

COM A JUVENTUDE JUDAICA

Recebemos o n.º 6, de fevereiro, de *Dror*, órgão da juventude judaica, que lemos com todo cuidado, por se tratar de um grupo ativíssimo de socialistas bastante avançados, cuja afinidade conosco, portanto, é indiscutível. Nós, anarquistas, fiéis aos princípios da primeira Internacional, deixamos de chamar-nos socialistas quando em todo o mundo, mormente na Alemanha, o socialismo pendeu, com Marx, para o centro, para a politiquice, para o reformismo inoperante.

Interessa-nos vivamente o êxito das *Kvutzot* da Palestina, por serem elas pura realização anárquica, e aflige-nos a ameaça de uma vitória do capitalismo em Israel, com possível destruição da obra coletivista lá. Vencedor o capitalismo estatal comunista, mormente êste, essa formidável obra será desmantelada. Êsse perigo é real, e eis porque muito aprêço damos ao tópico de *Dror*, na página 7, sôbre a vitória comunista na China.

A influência soviética no mundo provém, realmente, do afêro capitalista ao seu regime, um de cujos caracteres é tender sempre para o imperialismo, sob qualquer dos aspectos assinalados por Luce Fabri.¹⁹ Impossível lhe é desmentir o

(19) Notável pensadora anarquista italiana, filha de outro notável anarquista da mesma nacionalidade, Luigi Fabri, já falecido. Luce Fabri vive, há alguns anos, em Montevideu, onde tem continuado a publicar as suas obras. (R. N.).

seu programa, refazer sua mentalidade, procurar uma solução definitiva ao mal-estar humano, essencialmente econômico.

Ora, a Rússia soviética proclama-se defensora dos trabalhadores e, conquanto não haja disso dada nenhuma demonstração prática, revelando-se, ao contrário, Estado capitalista com seguras feições imperialistas, conquistador e escravizador, em prol dela arvoram-se multidões em todos os países com disciplina política e programa rijamente formulado. O trabalhador estrangeiro não se vai informar, em fontes sérias, da veracidade de sua intensa prapaganda. Os do partido comunista assoalham que toda referência desfavorável à questão russa é caluniosa, paga pelos imperialistas americanos. Os trabalhadores habitados ao desamor, rispidez e intolerância do capitalismo, formam facilmente no exército comunista, trabalhando assim na forja de algêmas vindouras.

E *Dror* acrescenta: "Por outro lado, a reivindicação da liberdade e autonomia nacional sempre esteve ligada à luta anti-imperialista, pois era o imperialismo econômico sob todos os aspectos, o grande adversário dessa emancipação. Em geral, a burguesia desses países pouco ou nada participa desse combate, seja pela estrutura agrária e feudal desses países que a mantêm completamente isolada do resto do povo pela ausência quase total duma classe média superável, seja pelo fato de estar, econômica e portanto politicamente, ligada ao imperialismo. Daí a razão de ter o péso da luta caído sobre as costas do proletariado, que une, às suas reivindicações sociais, a luta pela independência nacional do país (isso aconteceu inclusive em Israel").

E conclui: "Para o êxito de sua luta, os operários precisam encontrar aliados no plano internacional, e o único que encontram, totalmente desligado dos blocos imperialistas, em luta contra eles, é a URSS. Daí a força surpreendente dos Partidos Comunistas nesses países (China, Indochina, Japão, Índia, Indonésia, etc.).

A atual situação da China devera servir de lição para nós socialistas. O seu futuro é uma incógnita: poderá tornar ao caminho do socialismo através de uma reforma agrária socialista, ou poderá enveredar pelo caminho da burocratização soviética, da nova diferenciação social, da ditadura do privilégio sob nova forma; e o fato da nova impotência e incapacidade de

intervir e estimular o maior processo de transfiguração social que atualmente se desenvolve, atesta, com maior nitidez, o fracasso da atual política socialista no setor internacionalista. A não ser que se consiga aí criar novas formas de luta, qualquer idéia de realização socialista internacional será utópica e vã".

Estas palavras estão pedindo uma glosa. Diz o articulista que, no plano internacional, precisam os operários de aliados contra o capitalismo e só o encontram na Rússia dos soviets.

Que aliados serão esses? Aliados políticos? Nos países capitalistas? Mas, esses aliados existem. Em toda parte, há partidos socialistas arregimentados com programas trabalhistas, de socialização vasta e radical. Porque não acorrem os operários às fileiras desses partidos? Veja-se aqui, no Rio de Janeiro: há um partido socialista, de idéias muito avançadas, dizem eles; mas, os trabalhadores votam em Getúlio, também socialista e até trabalhista. Na Alemanha, o partido dominador era a social-democracia, chefiada pelo milionário Hugenberg. Em toda a parte, os socialistas assumiram papéis burguesíssimos: nacionais-socialistas, socialistas-cristãos, socialistas-libertários, socialistas-radicais, etc., etc.. Tudo virou socialista ou trabalhista, do dia para a noite. E porque vegetam os socialistas numa pasmaceira de doer? Porque não querem, como não querem os bolchevistas, a reforma radical, completa, definitiva, a que, parece-nos, estão realizando as *Kvutzot* judaicas na Palestina.

Porém, à ilharga dos socialistas, que nada fazem porque não podem fazer, servos que são do Estado burguês, têm os trabalhadores do mundo inteiro aliados verdadeiros, incondicionais, abnegados e vigilantes. São os anarquistas. Estes se levantaram contra todos os imperialismos, quer os de Inglaterra, América ou Alemanha, quer o da Rússia soviética. Em quase todos os países da Europa e América, mantêm os anarquistas federações sindicais, ou organizações especificamente anárquicas, doutrinando, por meio delas, os trabalhadores do mundo e concitando-os à indispensável união proletária contra a burguesia acastelada nos seus governos.

Que fazem os operários? Tanto se lhes dá como se lhes deu. Ouvem melhor os cantos da sereia estatal, querem estultamente votar nos futuros opressores, sem dar nenhuma atenção ao que lhes mostram, a toda luz da evidência, os anarquistas de

todo o mundo. Não querem ouvir-nos os trabalhadores, como não nos querem ouvir os socialistas, nem mesmo os sinceros. Reconhecemos, de fato, nos partidos socialistas, homens ardentemente desejosos de resolver o magno problema humano. Pois em vão lhes clamamos, apontando-lhes a ilusão dos partidos, a contraprodução das reformas mormente agrárias. Dão-nos solenemente as costas.

Ora, *Dror* representa uma juventude partidária entusiasta da coletivização judaica da Palestina, obra essencialmente anárquica. E essa juventude se diz socialista. Proclama a falência típica do socialismo em todo o mundo e insiste em manter-se entre os falidos.

Não compreendemos tal atitude. Se o socialismo está falhando em toda a parte, é que, na atuação socialista, falta essa atitude anti-burguesa e anti-estatal indispensável à luta contra o capitalismo. Essa atitude intransigente contra o imperialismo, contra o Estado opressor, contra quaisquer instituições favoráveis ao Estado, só os anarquistas a manifestam, exercitam e reivindicam.

Quando se disporão os jovens de *Dror* a ouvir, não a escutar a nossa voz, a examinar nossas doutrinas? Se algum dia descessem a meditar no que pregamos e no que temos feito, certamente veriam, assombrados, que as *Kvutzot* israelitas, longe de estarem fazendo obra puramente socialista, realizam uma gigantesca transformação de cunho acentuadamente anarquista. Executam o programa que executou o grande Nestor Makhnó na Ucrânia e os anarquistas espanhóis em Catalunha e Aragão durante a guerra de Espanha.

(“A. D.”, agosto de 1951)

45

RESPOSTA A B. C.

Um “simpatizante”, que assina B. C., endereça-me algumas perguntas, sempre as mesmas que outros muitos “simpatizantes” têm feito a mim e a numerosos outros anarquistas. Vamos respondê-las, uma por uma.

1. *Porque não praticam os anarquistas, na sociedade atual, o que pregam?*

Resposta: Precisamente porque estão na sociedade atual. É como se eu perguntasse a um peixe a debater-se na praia: “Porque não nada você na praia?” O peixe responderia, se soubesse falar: “Porque estou na praia”.

Como exigir que vivam os anarquistas anárquicamente, numa sociedade diametralmente oposta à sociedade anárquica? A sociedade burguesa alicerça-se na *concorrência*, na luta pela posse dos produtos elaborados pelos trabalhadores mas açambarcados pelos possuidores. A sociedade anárquica funda-se na *livre produção*, sem moeda, sem patrões, sem salário, pelo auxílio mútuo e distribuição franca, segundo as necessidades individuais. Como viver anárquicamente, se tenho de receber salário; se com esse salário tenho de comprar os artigos que outros me vendem? Na Anarquia não há compra nem venda. O operário tem hoje de trabalhar para um *patrão* e, portanto, não pode trabalhar anárquicamente, pois na Anarquia não há patrão. Demais, a sociedade burguesa, capitalista, se acha defendida pelo Estado, por meio de leis, regulamentos, sentenças, portarias, etc., etc.. São meios de constranger o indivíduo a respeitar as decisões dos possuidores ou as suas posses. Somos todos coagidos a respeitar essas regras e, portanto, a pagar aluguel, a pagar imposto, a pagar taxas, quotas, advogados, etc. Como viver anárquicamente, se na Anarquia não há leis, nem regulamentos, nem portarias, nem taxas, nem impostos, nem selos, nem advogados, nem juizes, nem cartórios, nenhum desses mata-liberdades e sanguessugas. Mal pomos o pé na rua, já não podemos viver anárquicamente. Até dentro de casa, embora sozinho, difícil nos seria viver anárquicamente. Estamos sujeitos ao mata-mosquitos, ao cobrador da Light, ao cobrador da casa, à polícia, ao rádio do vizinho, a mil cousas enfarantes da sociedade capitalista.

2. *Como se pode introduzir o anarquismo na sociedade atual?*

R.: A resposta decorre do supra-dito. *Impossível*, como impossível é misturar água e óleo. O que se há tentado e se opera hoje na Palestina é criar colônias anárquicas à *margem*

da sociedade burguesa. Leia bem: *à margem, não dentro da sociedade burguesa.*

Makhnó na Ucrânia e os espanhóis em Aragão, na guerra de 36, criaram coletividades anárquicas que prosperaram, acima de toda expectativa, pois a situação era convulsa.

3. *Porque lutam os anarquistas contra o Estado e são funcionários públicos? Nesse caso, o indivíduo não tem moral para ser anarquista, pois é funcionário estatal, regularmente pago.*

R.: Nesta pergunta, há quase calúnia. Raríssimos foram e são os anarquistas funcionários públicos. Eu sou; mas, não vejo que o facto de o ser me prive de moral. O Estado é meu patrão, como um burguês ou uma companhia é patrão ou patroa de uma infinidade de operários. Os anarquistas pretendem destruir a classe patronal e o proclamam. Todavia, a necessidade os obriga a servirem os patrões capitalistas. Como vêem que são roubados e vilipendiados, protestam e revoltam-se. Eu sirvo o Estado como técnico, e o Estado me paga como patrão; paga meus serviços. Se paga regularmente, é coisa muito discutível; mas, paga-me o que ele mesmo arbitrou. Revolto-me contra o Estado e sua organização, porque me sinto escravo de seus regulamentos, programas e métodos, e por senti-lo máquina de uma opressão tremenda. Que me diria B. C. de um Estado totalitário, senhor de todos os serviços? Que haveriam de fazer os anarquistas em tal país?

A vida os obrigaria, quisessem ou não, por mais que lhes repugnasse a condição, a serem funcionários públicos.

4. *Acham os comunistas que nós temos respostas certas para tudo, teòricamente apenas; querem ver na prática. Dizem que nós somos revolucionários de quatro paredes fechadas. Não fazemos movimentos de massas como eles. As nossas discussões só interessam aos intelectuais, ficando o nosso movimento reduzido a meras discussões filosóficas. Será possível?*

R.: Alegar o que dizem os comunistas contra os anarquistas é não conhecê-los: intrigantes, caluniadores, mentirosos conscientes, falsos e falsários até onde se pode ser. O vêzo dessas infâmias vem do berço, ou antes, do genitor-mor, de Karl Marx. São célebres suas invencionices e infâmias contra

Bakúnine, tais e tão nojentas, que dêste mereceram, como resposta única, formidável bofetada em público. Essa bofetada doeria ainda hoje na cara de cada comunista, a cada injúria ou inverdade proferida contra nós. Makhnó, o grande realizador do anarquismo na Ucrânia, foi por eles sistematicamente caluniado e perseguido, até que, por uma das mais torpes traições da história, lhe destruíram a estupenda organização ácrata por ele orientada. Em Espanha, testemunhas da grandiosa obra das coletividades anárquicas, tudo fizeram êsses miseráveis por destruí-las, assassinando os anarquistas mais capazes e, por fim, entregando a Espanha a Franco. Aqui, no Brasil, destruíram, mercê de uma demagogia podre e inominável traição, o sólido movimento anárquico, entregando os sindicatos a Lindolfo Collor. Seus *movimentos de massa*, no mundo inteiro, não passam de reles politiquice; exemplo, os do Brasil. Bastou cortar-lhes o govêrno as asinhas de periquito, logo o célebre partido murchou de todo e dêles mal se ouve um pio.

O que êsses corvos dizem não nos interessa. Está-lhes no sangue a pestilência. Arranjem-se!

5. *Como se deverá processar a transformação da sociedade capitalista para a anarquista? Por revolução ou por evolução? Porquê?*

R.: Por ambas. A evolução para o anarquismo começou desde a primeira Internacional. O movimento sindical revolucionário, sobretudo na Espanha e Itália, foi um apressamento evolutivo grandioso. Foi essa pressão tensa com greves, propaganda, esclarecimento do trabalhador, sabotagens, boicotes, atentados, etc., que apavorou os capitalistas e os obrigou a se tornarem *mais humanos*. Foi a ação anárquica intensiva, que conquistou as oito horas de trabalho, as férias anuais e o respeito patronal ao trabalhador. Os comunistas não poderão negar isso, porque isso sucedeu aqui. Essa evolução, note-se, não foi evolução natural. Foi evolução *forçada*, resultado da revolução diuturna nos países europeus.

A revolução, porém, se deu na *Comuna* de Paris; deu-se na Ucrânia, deu-se na Espanha. O que sucede hoje na Palestina é consequência dessa vasta agitação suscitada pelo socialismo revolucionário. Os realizadores da Palestina dizem-se *socialistas*, mas o que lá estão fazendo é puro anarquismo.

Assim, os anarquistas *ativam* a evolução com atos revolucionários, até poderem operar a revolução. Foi o que fizeram os anarquistas de Moscou em 1917. Trótsky, saiba-se, aproveitou-se da revolução anarquista, assassinou os anarquistas à traição, como à traição assassinou os anarquistas derrotadores de Wrangel, no istmo de Perekop.

Todos êles politiqueiros dessa marca infernal.

6. *Quais os meios práticos de que devemos lançar mão para podermos operar essa transformação, citada no item supra?*

R.: A resposta se acha virtualmente contida na resposta ao item 5.

(“A. D.”, outubro de 1951)

46

AINDA OS TUBARÕES

Ação Direta agradece ao sr. procurador-geral do Tribunal de Contas, dr. Leopoldo Cunha Melo, a ótima e proveitosa colaboração indireta às suas colunas, e prossegue, tal qual prometera, no exame do seu parecer sôbre as malversões do *Sesi*.

Tem a palavra o sr. procurador: “Aliás, bem examinando-se, entre nós, certas fortunas particulares, fazendo-lhes o retrospecto, nelas vamos encontrar o motivo do enriquecimento fácil, nas negociatas realizadas em prejuízo dos cofres públicos e das autarquias. Em foco, em dois casos na pauta dos julgamentos dêste Tribunal, estão exemplos frisantes das nossas afirmativas. E o caso que constitui objeto dêste parecer (o caso Lodi, no *Sesi*) pode, com propriedade, oferecer, senão a segurança de mais um exemplo, pelo menos a suspeita muito forte de mais outro caso. Isto, para não remontarmos aos outros casos muito conhecidos, embora já remotos, já, pela ação do tempo, aparentemente esquecidos”.

Ação Direta promete, uma vez por outra, reimprimir palavras tais, partidas de homem sério, altamente colocado, em posição de poder julgar com vasto conhecimento de causa. Reimprimiremos amiúde essas palavras para ver se conseguiremos inculcar, na consciência empanada dos trabalhadores bra-

sileiros, a certeza de que as criações do Pai dos Pobres foram achados da Mãe dos Ricos, disfarçada em vestes masculinas. Quem nos mostra serem as Autarquias verdadeiras arapucas ao dinheiro dos trabalhadores não somos nós, anarquistas, repetimos, senão o procurador-geral do Tribunal de Contas, ilustre funcionário cuja missão precípua é a de salvaguardar os interesses do Estado contra os gatunos.

O dinheirinho das quotas mensais, o rico dinheirinho ganho no mourejar de tantas mãos calosas na pá, na picareta, na plaina, nos vergalhões, nas descargas, nos caminhões, nos ônibus, nos bondes, etc. etc., é misteriosa ou escandalosamente absorvido por mãos lisas, sem qualquer possibilidade de inculpações ou impedimentos. Há processos legais, legalíssimos, para *fazer as coisas*, quer dizer, para roubar as economias do operário, do caixeiro, do funcionário abaixo de *jota*, dos forçados a descontos e contribuições determinadas pelo Estado. E o Estado nenhuma autoridade moral tem para coibir as ladroeiras, por dois motivos: 1.º, porque jamais deu um tostão das quotas a que se obrigou; 2.º, não contente de calotear desabridamente os institutos, ainda lhes tirou elevadíssimas quantias para fins outros, que não os benefícios dos trabalhadores. Com tais quantias enriqueceram muitos. Há muito “Cadillac” importado nas costas dos trabalhadores.

Isso, essa descomunal maroteira, tem agora o testemunho irretorquível do procurador Cunha Melo. Prossegue êle: “O que é facto, e incontestável, é a existência de muitas fortunas entre nós, provindas de verdadeiros assaltos aos cofres públicos. A observação não é nossa. É de toda a gente que conhece, na realidade, a situação brasileira”.

Confirmação, em documento público, do afirmado antes. Se nos fôsse permitida uma sugestão, animar-nos-íamos a pedir ao sr. procurador que investigasse miudamente um dêesses casos. O de alguma elevada personagem estatal, e expusesse os resultados da sua averiguação com documentos indestrutíveis, fáceis de obter. Jamais o fizemos, porque não possuímos os *cordéis*, coisa, parece-nos, azada a Sua Senhoria.

Casos dêesses, de negociatas internacionais, um Zaharof, por exemplo, têm sido contados, miudamente, por alguns pesquisadores: A. Chirac, F. Delaisis, o português Adolfo Coelho, entre outros. Bom serviço prestaria o sr. dr. Cunha Melo se, em

livros documentados, provasse alguns dêsses flagrantes latrocínios. Contribuiria muitíssimo, talvez, para abrir os olhos de quemistas ou getulistas, ainda embasbacados com as leis sociais e as autarquias.

Porém, as declarações do procurador Cunha Melo são mais incisivas. Diz êle, discordando de uma denúncia de Edmundo Bittencourt, a saber, que “tôdas as grandes fortunas do Brasil foram feitas à custa do Tesouro”: “A verdade, porém, é que as afirmações de 1925, já demonstradas por muitos exemplos citados por Edmundo Bittencourt, estão, agora, na maior evidência. Os casos são tantos, que não podem deixar de ser vistos, que não podem ser esquecidos”. Para sustentar essa asserção, refere o dr. Cunha Melo: “Os processos de prestação de contas das chamadas *autarquias de previdência e assistência social*, na sua maioria, quiçá quase totalidade, ainda na fase das diligências que nunca se cumprem satisfatòriamente, constituem um atestado triste de como muita gente se tem locupletado com dinheiro dessas entidades”.

Releiam os trabalhadores estas palavras: *muita gente*, são muitos os ladrões, muitos os que têm *comido da banda sã*, deixando a banda podre para os ludibriados trabalhadores, filhos do Pai dos Pobres. Releiam, também, aquela afirmativa: *na sua maioria, quiçá quase totalidade* dos institutos, tem havido papudos comedores dos depósitos votados à previdência e assistência social.

Mas, o procurador-geral, destemidamente, calca o histuri e, mais incisivo, escreve: “No pleito eleitoral de outubro último, não foram poucos os administradores autárquicos que, à custa dêsses dinheiros destinados à obra benemérita da *previdência e assistência social de nossas leis*, fizeram a sua campanha eleitoral, conseguindo eleger-se”.

Vejam só! Infelizmente, o sr. dr. Cunha Melo não citou nomes, e nós, bisonhos em coisas da política, jamais poderemos identificar êsses aproveitadores. Entretanto, o sr. procurador insiste: “Todo o país conhece os figurões dessas aventuras”.

Nisso redondamente se enganou o dr. Cunha Melo. Nós não os conhecemos. Evidentemente porque nós, anarquistas, não somos *país*, não nos envolvemos com a política nacional e dela arrenegamos. Ora, o dr. Cunha Melo, para gáudio nosso,

testemunha isto: “A presidência de uma autarquia tornou-se, naquele ensejo, o instrumento mais hábil para a propaganda eleitoral e sucesso da eleição de muita gente”.

O sr. procurador não nos informa se essas autarquias forneceram capitais para a eleição do presidente e vice-presidente da República. Seria ótimo que tal se averiguasse. Os trabalhadores ficariam orgulhosos, ufaníssimos, de terem concorrido assim, com seus *cobres*, para tão ultranacional e limpíssimo evento.

Logo depois, explode mais uma ingenuidade do honestíssimo sr. Cunha Melo. Propõe uma emenda à Constituição, no seu artigo 139, o das inelegibilidades. Entre estas, consignar-se-ia mais uma, a dos administradores de autarquias, em exercício nos seis meses anteriores ao pleito.

Ingenuidade das grandes! A construção do Estádio da Prefeitura não foi gesta menos escandalosa. As nomeações no Banco do Brasil não foram desova autárquica. Numerosíssimas outras ratazanices se vão operando em larga escala, fora das autarquias. Autarquias são alguns segmentos de muralha onde os ratões fazem seus buracos. Os buracos pouco importam, desde que João Ratão consiga acesso à despensa-mor onde haja sal-sichões, queijos do reino, toucinho à farta, sem gato esfaimado ou insubornável.

O país é rico e Deus é brasileiro!

(“A. D.”, outubro de 1951)

47

PRESUNÇÃO E ÁGUA BENTA

Em seu discurso na *Quitandinha*, aos 17 de abril, instalando a 5.^a Conferência dos Estados da América, o sr. Presidente da República meteu a mão inteira naquela grande pia, construída pela jogatina em sua ditadura, e lavou-se com quanta água benta havia. Não foi para remissão dos seus pecados, isso não! Foi, ao contrário, para sagrar-se papa infalível do trabalhismo. Como todo papa que se preza, gabou-se, elevou-se, mentiu à

grande, sorrindo e vendo sorrir a turbamulta de papalvos estatistas, pios convencidos da radiosa veracidade do seu espiche. Porque êle falou sério, seriíssimo, sem vacilação na voz, pompeando singular serviço ao Brasil e alardeando um exemplo ímpar na face do sujo globo terráqueo. O grande milagre foi êste: *dotou* o vastíssimo território do Brasil com as mais adiantadas leis trabalhistas do mundo, sem nenhuma revolução, sem greves, levantes, sabotagens e o resto, coisas corriqueiras nos mais civilizados rincões do mundo.

Prodígio sem igual foi êsse, que seria realmente ultraprodigioso, primeiro, se fôsse verdade; segundo, se essas leis fôsem dêle Getúlio e só por êle aplicadas; terceiro, se não fôsse a fase inicial do seu previsto suzeranato. Gaba-se Getúlio de haver, logo de saída, após a revolução de 30, criado o Ministério do Trabalho. Que significou essa criação? Significou apenas isto: imitou a Rússia e imitou Mussolini, criando o órgão indispensável para escravizar os sindicatos e impedir, a mão armada, suas reuniões, seus protestos, suas greves e o mais. Insistimos em afirmar e reafirmar que as leis trabalhistas de Getúlio Vargas são mera adaptação das *Carte di lavoro* de Mussolini, trazidas da Itália para o Brasil, em 1922, mais ou menos, pelo major Carlos Reis, para lá despachado exclusivamente com êsse fim.

O ministro Collor, em 31, ao defrontar-se com os Sindicatos, nessa ocasião pujantes, foi vaiado, corrido a ovos podres e tomates, em São Paulo. Nada, absolutamente nada teria conseguido se não fôsse a miserável traição do partido comunista na sua infame luta de calúnias e traições contra os anarquistas.

Demais, o que as leis trabalhistas *outorgaram* como presente do govêrno, eram conquistas antigas: descanso semanal, oito horas, salário digno, etc.. O que veio por sobre foi mera lambugem, geralmente ilusória, concedida em troca da servidão mais ignóbil, pois nem do seu próprio dinheiro podem dispor os sindicatos. Quanto às pensões e companhia, aí estão os Institutos, custosos viveiros de funcionários bem pagos e fartos cofres de empréstimos a ricos, quando não bancos financiadores de verba eleitoral e gamela pingüe para dilapidações sem conta. Isso tudo, sem contar o calote intencional do govêrno getulino, que sabia muito bem quão impossível era entrar o

Estado com a quota mensal, a terça parte, para os cofres dos Institutos. De modo que as leis trabalhistas foram presente de gregos, de ordinariíssimos gregos. Redundaram em escravização dos sindicatos e *avanço* nos dinheiros dos trabalhadores.

E porque fez Getúlio a tal imponente, prodigiosa reforma, única no mundo? A resposta é fácil: Getúlio já pensava, rodeado de fascistas (Chico de Campos, Collor, João Alberto e *tutti quanti*), no Estado Novo, na sua ditadura à Mussolini. Pensava nisso, mas temia os trabalhadores, os sindicatos livres.

Alega Getúlio que seu govêrno “se antecipou aos reclamos, auscultou as necessidades dos humildes e dos simples...” e criou uma atmosfera de “respeito aos direitos dos trabalhadores”. Isso propalado ali na Quitandinha, perante os endinheirados do mundo, após magníficos almoços e gostosas batidas, ecoou singularmente bem. O que, entretanto, êle não disse, é que nem êle Getúlio nem seu govêrno ditatorial, nem seu govêrno atual respeitam nos trabalhadores o direito número um de todo cidadão, o direito de liberdade, em suas reuniões, eleições, deliberações e gestão de seu haveres. Se não respeita êsse direito elementar, se fiscaliza os sindicatos com sua polícia, se domina suas reuniões e eleições com seu ministro e beleguins, se administra seus bens, suas quotas mensais, tudo, tudo, com suas autarquias, como vir, perante o mundo, vociferar hitlerianamente, descabeladamente, que *impôs à nação o respeito aos direitos dos trabalhadores!!!*

Não! mil vêzes não! Os trabalhadores, antes de 30, tinham seus direitos respeitados, sua liberdade mantida, seu dinheiro por êles próprios gerido, porquanto êles próprios o faziam respeitar. Inúmeras vêzes os governos tentaram subjugar os trabalhadores mas não o conseguiram. Hoje, por manobras diabólicas do sr. Getúlio, com o apoio três vêzes infame dos bolchevistas, conseguiu o govêrno, a *democracia* brasileira, desrespeitar conscientemente os mais elementares direitos do trabalhador. Pois é a isso que Getúlio chama respeitar os direitos!!!

Água benta! água benta! mas inçada dos mais nojentos micróbios da falsidade e da impostura.

Agora, promete cuidar dos trabalhadores rurais!!! Mais uma algêma para essas vítimas!!!

(“A. D.”, maio de 1952)

A VERDADE SÔBRE O ÊXODO NORDESTINO

É claro, claríssimo, que os filhotes não são gente do *pesado*. O Estado inventou-se para os *tubarões* e seus filhotes, naturalmente tubarõezinhos. É o que mostra, berrantemente, a história universal e, portanto, a contemporânea, fadada a ser *antiga* dentro de mil anos, e *antiquíssima* dentro de dez mil.

Vai aqui um fato bem demonstrativo. Quando o presidente Epitácio Pessoa se dispôs a pôr fim às sêcas nordestinas, armou, com o engenheiro Arrojado Lisboa à frente, majestoso e ousado plano: açudes colossais para inexaurível reserva de água mandada por Deus, abundantemente, na fase das chuvas. Açudes monstros, com múltiplos e quilométricos canais derivativos, e estava assegurada a irrigação das zonas flageladas. De fato, quase cessaram os lastimáveis episódios de emigração coletiva dos famintos. Tínhamos esquecido até semelhantes calamidades.

Ora, sucede que, mau-grado os vastos açudes, súbitamente estoura ou reestoura uma das sêcas mais horrendas. Apesar de muita estrada de rodagem, de muito auxílio, de muita reza, de muito tudo, renova-se o lancinante e vergonhoso êxodo.

Pelas santíssimas onze mil virgens! Como é possível falta de água com tanto açude dispendiosíssimo e tantas repartições inçadas de funcionários?

Grande *afobação* nos círculos governamentais! Não faltou, é claro, a coqueluche moderna: *a mesa-redonda!* As mesas-redondas resolvem tudo quanto não puderam resolver as quadradas ou retangulares. Virtudes do redondo! Um telegrama de Campina Grande, aos 7 de março, informa-nos de uma *redondíssima*, a dos governadores nordestinos, com o sr. João Cleofas nela figurante. E êsse ministro abre a diserta bôca, inspirada pelo Santo Espírito (o homem deve ser católico!) e nos conta esta mirabolante história: "Como não se fêz a desapropriação das terras antes de beneficiá-las, os açudes e as barragens, para desencanto dos próprios engenheiros das sêcas, se transformaram num monopólio de poucos felizardos que prosperaram da noite para o dia às expensas do Tesouro".

Compreende-se facilmente a confissão do ministro Cleofas, mimado tubaronete do Estado Novo. Fizeram-se os açudes. As terras destinadas à irrigação foram açambarcadas pelos dinheirosos, certos, certíssimos, da sua rápida valorização.

O govêrno federal deveria prever isso; porém, tão certo como estar no céu São Pedro, os compradores dessas terras seriam filhotes dos mandões federais, estaduais, municipais. Como tais mandões e seus pimpolhos incorporam, na prática da vida, o Estado, nenhum passo deram, afim de abrir canais de rega para zonas alheias, dos não-filhotinhos tubarônicos. Quem não se fêz proprietário em tôrno dos açudes e barragens, arranje-se. Como eram os pobres, não se arranjaram, sofreram fome e exilaram-se.

Continuemos a ouvir o ministraço: "Nos 304 açudes públicos e em cooperação levantados no Nordeste pelo govêrno federal, há grande área irrigável, da qual apenas um sétimo está sendo irrigado, exatamente porque não se construíram os canais de irrigação. E êstes não foram abertos no solo molhado porque a concepção que dêles têm os seus proprietários não é o do bem comum, mas o da valorização artificial das terras com o tempo e a inflação. Aí está um desafio para todos nós, especialmente para o govêrno federal, para os líderes políticos e as autoridades dos Estados Nordestinos".

Na má redação dêsse período está latente a maroteira já exposta: terras em volta de açudes, irrigadas; canais para as afastadas, *neca de pitibiriba*. As terras regadas valorizaram-se, supervalorizaram-se e estão nas católicas mãos dos seus donos, necessariamente burgueses apatacados, políticos dominantes, especuladores de tôda casta, iguaizinhos aos numerosos do Estado Novo e suas *comissões coordenadoras* do leite, da turfa, do açúcar fluminense, da carne, etc. etc..

E que propõe o sr. ministro Cleofas para sanar tão grandes males? Várias medidas para aproveitar as zonas não irrigadas e necessariamente fazer o que não se fêz: construir canais. Porém vale a pena ler o final do espiche ministerial: "Há muito que fazer nesse vasto setor da irrigação e da colonização do Nordeste sêco. Mas, nnguém se engane. Há necessidade de adotar medidas sérias, *incluindo mesmo a desapropriação de muitas dessas terras*, por evidente necessidade pública".

O grifo é nosso para obrigar o leitor a ler e reler tão prodigiosa medida. O sr. ministro não nos diz quais terras, nem frisa com que critério se farão as desapropriações: preço antigo? preço atual? Todos sabem que vasta mina ou mamadeira (os termos, neste caso, são sinônimos) é qualquer projeto agrário em todos os tempos. A Revolução Francesa findou numa incomparável ratonice agrária. As terras destinadas pelos revolucionários à distribuição gratuita aos camponeses foram vendidas com grandes ágios, em benefício dos tubarões da época.

As medidas sérias anunciadas pelo ministro Cleofas serão iguaizinhas ou parecidíssimas às seriíssimas medidas do Estado Novo com as *coordenações* de alta memória. Muita gente sem nada viu-se, em pouco tempo, nas culminâncias, à custa dos produtores literalmente roubados pela ditadura e seus turiferários. Exemplos conhecidíssimos entre centenas: o *leite* em Minas; a *turfa* na Bahia; o *açúcar* no Estado do Rio.

Parabens aos *tubarões do Nordeste!*

("A. D.", junho de 1952)

49

O PARLAMENTARISMO SALVARÁ O BRASIL?

Vários políticos, o sr. Raul Pila, deputado, à frente, arvoram o estandarte parlamentarista para *salvar* o Brasil. De todos os *únicos* meios de salvação, este é, para os neo-parlamentaristas, o mais único, o super-único. Para outro deputado, Aliomar Baleeiro, esse poder salvador do regime parlamentarista é *óbvio*, evidente, entra-pelos-olhos; mas, para o vulgo brasileiro, displicente ou já decepcionado com todos os tipos *salvacionistas*, é mister muito zabumba, muita matraca, muito reco-reco, a fim de infundir, nos cérebros esclerosados da maioria, essa inconcussa e inconcutível verdade.

Para nós, anarquistas, os sapientes parlamentares, abarrotados das múltiplas feições do direito, com *d* minúsculo ou com *D* maiúsculo, não revelam maior consciência que a manifestada por um desalentado motorista de cuja conversa com um colega apanhamos uns fiapinhos. Lamenta-se ele de ter perdi-

do o seu tempo e enrouquecido as goelas a gritar: "Queremos Getúlio!". O Getúlio prometeu, prometeu, e acaba não fazendo nada e ainda nomeando o sr. Estrêla para dirigir o tráfego! Disse cobras e lagartos do Estrêla e proferiu estas autênticas palavras: "Minha vontade é rasgar esta porqueira de título de eleitor! Só ainda não rasguei porque tenho confiança no Ademar!"

Significa isso que o motorista apeou no seu bestunto um ídolo, mas tratou logo de erguer outro. Caiu Getúlio. Erga-se Ademar! Em vez de colher ensinamentos da lição aprendida, a de que, não prestando um ogum, outro qualquer não prestará, afunda na credence estúpida do protestante que vira católico ou, vice-versa, do católico feito protestante, para adorarem o mesmo, jamais visto, Deus.

O sr. Pila ou o sr. dr. Baleeiro fazem a mesmíssima operação religiosa. Desiludidos de um manipanso, o presidencialismo, apela para outro manipanso, o parlamentarismo. E toca de comparar as virtudes do último com as gafas do outro, de todo esquecidos da história pátria e dos exemplos da estranja.

Uma das serrazinas dos velhos abolicionistas e republicanos era a ruindade do regime democrático, parlamentar, do império. Diziam dêle o que Mafoma não disse do toucinho, e apontavam como salvador *único* o presidencialismo. Gritavam de doer contra o poder pessoal do Imperador, precisamente como gritam hoje os Pilas contra o poder pessoal dos presidentes.

Demais, se a governação inglesa, parlamentarista, pode ainda iludir alguém, não parece merecedora de entusiasmo a governança francesa. Em França, clamam e reclamam contra o sistema parlamentarista, fator de tremendas e permanentes crises políticas, enervantes e piores que sarnas.

Se esses finos cavalheiros pensassem um pouquinho lá com seus botões, e não se achassem atolados até os olhos no lodaçal político e jurídico, haveriam de cair em si talvez com esta grande exclamação: "Querem ver que nem um nem outro prestam? Querem ver que essa história de democracia é pura mentira carioca? E nós a fazemos o mesmíssimo papel de católicos e muçulmanos, que se mataram durante séculos, e ainda se matam hoje, por dois mitos: Jeová e Alá! Será possível que ainda não hajamos compreendido que nem parlamentarismo, nem pre-

sidencialismo, nem bolchevismo, nem fascismo, poderão salvar ninguém ?”

Que fazer, todavia, se os ilustrados cavalheiros de gravatas caríssimas têm a mesma mentalidade do motorneiro, a do idólatra confiante sempre num papai-do-Céu !

Morreu Getúlio ? Viva Ademar !

(“A. D.”, setembro de 1952)

50

RESPOSTA A UMA OBJEÇÃO

Recebemos do sr. J. D. de S. uma carta elogiosa e simpática, onde se formula uma objeção. Diz êle: “É possível uma nação, perto de totalmente analfabeta, constituir-se em sociedade organizada ?”. E o missivista acrescenta ser necessário, antes de tudo, tratar da alfabetização das massas, para que os indivíduos compreendam seus direitos e deveres na sociedade.

Essa objeção é velha e reeditada por quantos supõem ser o anarquismo possível somente daqui a uns dois mil anos, quando cada pessoa fôr educadíssima e de todo consciente, puríssima e altruista.

Ora, o que o anarquismo tem demonstrado é que as massas jamais poderão ser sistematicamente educadas em regime capitalista, em regime estatal, e, ainda que o fôssem, o Estado não permitiria qualquer instauração de um regime negador e aniquilador da autoridade e da propriedade particular. Esperar que as massas se apurem e purifiquem num sistema social alicerçado no egoísmo feroz da *luta pela vida*, é sonhar com diabos angélicos e lobos criando e defendendo carneiros. Os donos da terra, das máquinas, das riquezas, precisam de escravos, de massas incapazes de compreenderem onde se acha a fonte de sua miséria. Essas massas, assim, têm vivido sob o tutela da milícia, da nobreza, dos ricos e dos padres, todos êles apostados em mantê-las na sujeição mais dura, pelas armas e pelas mentiras sistematizadas e infiltradas na escola oficial e na igreja.

Demais, essa alfabetização é conversa mole para boi dormir. Os socialistas-reformistas têm o vêzo de apelar para ela. Entretanto, a alfabetizada Suíça continua no mesmo regimezinho

conformado, sem melhora alguma. A alfabetizada Alemanha rapidamente passou, de país da social-democracia, para o mais reles totalitarismo de um paranóico furioso. A alfabetização adiantada não conseguiu deter Hitler.

Que uma densa massa analfabeta pode compreender muito melhor que uma assembléia de sábios o problema social, cuja base é essencialmente econômica, prova-o o movimento anárquico levado avante por Nestor Makhnó, na Ucrânia, ao tempo da revolução russa de 1917. Com alguma propaganda pela ação direta, isto é, doutrinando e praticando imediatamente o anarquismo, conseguiu Makhnó a adesão de toda a massa camponesa analfabeta da Ucrânia, num total de 20 milhões de pessoas.

Isso porque o problema social para o explorado é muito mais sensível que para o explorador, se dizemos aos trabalhadores explorados: “Vocês vivem na miséria porque os seus patrões e o governo, com o nome de Estado, não lhes entregam o fruto do trabalho de vocês todos. Vocês fazem ricos prédios e moram em barracos. Vocês tecem bilhões de metros das mais variadas fazendas, e vestem o pior ou não têm que vestir. Vocês plantam trigo, cereais, cana-de-açúcar, frutas e legumes, criam gado e, quando querem comer, têm de ir comprar aos exploradores aquilo que vocês mesmos produziram. Para acabar com a miséria basta fazer uma coisa: não trabalhem mais para êsses exploradores, nem os vão defender com as armas que vocês mesmos fabricaram. A maior insensatez do mundo é vocês fabricarem armas contra vocês mesmos, e ainda obedecerem às ordens dos seus roubadores, prendendo outros trabalhadores e metendo-os em prisões que vocês mesmos construíram”.

Essa fala foi a de Makhnó, seguida logo de execução. Os camponeses, vendo que essa é a verdade nua e crua, expulsaram de suas aldeias e vilas tudo quanto era autoridade. Extinguiram o Estado e passaram a plantar trigo nas terras dos proprietários, porém, não mais para os proprietários, senão para êles mesmos. O resultado foi a maior colheita jamais vista e abundância sem par.

Os sábios e os *sabidos*, êsses jamais compreenderiam Makhnó. Os *sabidos* já sabemos quais são. Os de sempre, os de cima !

(“A. D.”, outubro de 1952)

CONTRA O BINGO?

Sim, o sr. R. Magalhães Júnior, no *Diário de Notícias*, ergue-se contra o bingo, jogo de azar, contrário à lei, mas *permitido*, naturalmente sob a capa de *caridade* (“Diário de Notícias”, 11-11-52). O articulista escreve, depois de acusar o chefe-de-polícia por permitir a jogatina: “Soube que o chefe-de-polícia chegou a anunciar que proibiria o bingo. Mas, depois, recuou e deixou que se alastrasse. Qual teria sido a força, superior à sua, que o colocou na contingência de transigir, com quebra da conduta que devia ter mantido como autoridade policial? Seja qual tenha sido, o fato é que o escândalo do bingo está colocando muito mal o general Resende perante a opinião carioca. Clubes que se dizem esportivos, dedicados às atividades amadorísticas, e falsos clubes recreativos, que não se mantêm de suas finalidades, estão explorando o bingo a todo pano”.

Pelo que, depois, diz o articulista, a fúria do bingo é tal, que atinge a receita das bilheterias em cinemas e teatros. Ainda mais, é jogo de azar e, como jogo, atividade nefasta, fator de deformação moral da juventude brasileira.

Contemplo a arrebatada eloquência do teatrólogo e lamento sua perda de tempo, letras e energia. Duas cousas ressaltam no seu artigo: 1.^a, o bingo, jogo de azar, deve ser condenado; 2.^a, há uma força superior, contrabalançadora do manifesto desejo de anular a peste, a *endemia*, diz o jornalista.

O sr. Magalhães Júnior deveria fazer um retrospecto histórico, em todos os países e tôdas as idades, para ver se houve um só, em qualquer época, onde não vingasse essa *endemia*. Não é privativa da nossa cidade êsse andaço. Em tôdas as cidades do mundo, legal ou ilegalmente, há jogo brabo, jogo pegado, jogo furioso. A franquia apenas intensifica e manifesta, põe nas ruas o vício latente nas casas. O noticiário dos jornais refere, diariamente, uma *batida* policial num ou mais *antros*. Extingue-se um antro aqui, outro abre-se mais adiante, sem falar nos muitos antros, os chiques, a que não se atreve, nem de longe, a rudeza dos Javerts. E há sempre subterfúgios infinitos, estratégias geniais, com que se defendem sempre os

interessados na batota. Suprime-se a roleta, o bacará, o cam-pista, o buraco, sem falar no pôquer e em tantas outras modalidades da mesma doença: arriscar! E vejam só, não há esquina, café, bonde, barca, repartição pública, onde não se jogue abertamente a chamada *porrinha*. É jogo *baixo* por ser geralmente a tostão, mas que ascende amiúde a um cruzeiro. E não falemos no jogo-do-bicho, endemia insanável há sessenta anos.

Se o sr. Magalhães Júnior refletisse bem, veria que não adianta condenar êste ou aquêlo jogo, esta ou aquela medida policial. O jogo existe e existirá sempre onde quer que haja *moeda corrente*, dinheiro, *instrumento de capitalização*. Todo indivíduo quer dinheiro, mais dinheiro, muito mais do que precisa, porque sabe, de fonte limpa, ser êle o único meio de gozar a vida com fartura. Como todos investem nesse rumo, a cobiça cria o jogo, a *possibilidade*, mutuamente reconhecida, de apropriar-se um do dinheiro dos outros. Isso, porque ninguém pensa em perder, nem o quer. Calcado no azar, na sorte ou nas manhas, nas trapanças, o jogo é sempre um meio de apropriação. Notem que não digo *indébita*, porquanto, se muitos jogam, todos têm ganas de ladrão e todo ganho de um é perfeitamente legítimo perante os demais.

Por isso, o ganho é *sagrado*! é o direito mais reconhecido do mundo, para o qual são inúteis os tribunais. Logo, o jogo é mera consequência de uma organização social baseada no dinheiro, onde o dinheiro é tudo, diante do qual nada valem moral, honra, bondade ou quaisquer outras virtudes lindas.

O segundo ponto é a tal *fôrça superior*! Se, na sociedade, o dinheiro é a maior fôrça, a fôrça superior à do chefe-de-polícia é a fôrça do dinheiro. Os dinheirosos, quanto mais ladrões melhor, mandam e desmandam, legislam, policiam, nomeiam, demitem, fazem o que querem, rindo-se de leis, congressos e polícias. O sr. Magalhães, sabido em tanta cousa, poderia ter especificado, muito melhor que nós, alguns nomes próprios por trás do bingo e, procurando bem, sempre acharia algumas figuras ou figurões com que nos deliciar.

Cremos, todavia, ser pura perda de tempo esbravejar contra bingos e chefes-de-polícia, calando a verdadeira fonte de tudo: o dinheiro, a propriedade particular, que êle representa, e o Estado, burguês ou proletário, mantenedor dessa propriedade.

Seus artigos, então, teriam valor próprio. Fora disso, estão batendo em ferro frio.

(“A. D.”, dezembro de 1952)

52

CAPITALISMO E ÁLCOOL

Em novembro passado, na câmara dos ilustres senhores deputados, um deles, Luís Campagnoni chamado, deu-nos algumas indicações valiosas sobre o consumo de bebidas. Há bebidas nacionais e bebidas importadas. Como sabem todos, igualmente, há bebidas aristocráticas e bebidas plebéias. Tôdas, finas ou vulgares, são, tirando as perfumarias e os apapricos, uma coisa só: álcool.

O sr. Campagnoni não parece cavalheiro das sociedades de temperança, inoperantes e ingênuas. Como tal, não berrou contra a cachaça, suas personificações e engodos. Nada disso. Levantou-se apenas contra o excesso das exportações de bebida estrangeira, assoladora da bebida nacional. Ora, o que se importa são bebidas finas, e as bebidas finas são para os que têm *grana*. Convém transcrever as palavras informativas do sr. deputado. Diz êle: “Em 1949, importamos 81 milhões de cruzeiros de bebidas; em 50, 84 milhões, e, em 1951, nada menos que a fabulosa cifra de Cr\$ 212.300.000,00. Só de *whisky* importamos, no ano passado, mais de 43 milhões de cruzeiros, cêrca de 3 milhões de dólares ao câmbio fácil do Banco do Brasil”.

“Neste ano, prossegue êle, os acordos comerciais autorizam as seguintes importações: da Itália, 540 mil dólares de vinhos e 80 mil dólares de outras bebidas; da França, 250 mil dólares de vinhos, 700 mil dólares de champanhe e 250 mil dólares de outras bebidas; de Portugal, 100 milhões de escudos (cêrca de 65 milhões de cruzeiros) de vinhos e outras bebidas; da Alemanha, 50 mil dólares de vinhos; da Grécia, 150 mil dólares de vinhos e outras bebidas; da Iugoslávia, 100 mil idem, idem”. E o sr. deputado insiste na desnecessidade de tantos dólares de cachaça enfeitada. O álcool nacional já se atavia

muito bem, segundo pareceres de técnicos e da escritora nacional Raquel de Queiroz, entendidíssima, parece, no assunto.

Concluimos, de tudo isso, que a granfinagem brasileira está imitando superiormente a granfinagem americana, qual se mostra nos filmes onde o “drink” é instituição nacional, vencedora até de sua alteza o fumo. Tem passado realmente a moda, mormente agora no sexo feminino da alta, de se beber imoderadamente, a tôda hora, a todo instante, sem nenhuma atenção a despesas, pois o dinheiro é fácil.

Há um bradar alarmante contra o álcool devastador; mas, o vozerio é impotente contra os interesses criados dos capitais aplicados na produção de bebidas. Só o que se esbanja em reclamos na propaganda de tais *aperitivos*, daria para construir casas para todos os favelados, acudir eficazmente às sêcas nordestinas. Com efeito, só o que se tem importado êste ano ascende a 2 milhões e 320 mil dólares, cêrca de 500 mil contos. Em cinco anos, ou dez, que formidável quantia! Tudo isso se escoia pelo tubo digestivo da louca humanidade, sem proveito visível. Passa, não como alimento possível, senão como vício.

Bradar contra a nefasta indústria e o nefasto comércio? Inútil, porque o próprio Estado, camorra dos dinheirosos e seus vassalos, os políticos, ampara a exploração, premia os produtores e anima, por todo modo, a intensificação do consumo.

Em sociedade anárquica, tudo isso desapareceria como por encanto, fabricando-se apenas vinhos e cervejas inocentes, alimentos e estimulantes, mas para todos. Dispersar-se-iam, é claro, os enfeites e os reclamos. A cachaça, essa, desapareceria totalmente.

(“A. D.”, dezembro de 1952)

53

O CASO DO ALGODÃO

O Estado, sempre temos dito, é uma incubadeira de esperalhões e aproveitadores. Êstes roubam na surdina, entre os corredores dos bancos, as riquezas produzidas pelos trabalhadores. São nisso protegidos por eficientes forças militares, pa-

gas pelos trabalhadores, armadas com armas feitas pelos trabalhadores ou compradas com o dinheiro deles.

Entre as muitas comilâncias permitidas pela mãe dos ricos, está o mirabolante caso do algodão. O que vamos ler é o que apurou o sr. José Bonifácio, deputado da bancada de Minas. Diz êle: "Pelo que dei à publicidade, segundo os esclarecimentos oficiais, ficou provado: a) Que foram adquiridos pelo Banco do Brasil 48 milhões de arrobas de algodão, ao preço de 85 cruzeiros cada unidade; b) que de Minas só foram adquiridas 10 mil arrobas; c) que foram gastos nessas operações desaconselhadas por todos, inclusive pelo ministro da Fazenda, como se sabe hoje, a fabulosa quantia de 40 milhões de cruzeiros".

O sr. José Bonifácio explica longamente a gorda moamba. Nós, porém, jejunos nessa técnica, pouco lhe penetramos os meandros. Louvamo-nos, portanto, nas conclusões do sr. Bonifácio, que são estas: "Vejam se o negócio não é mesmo das Arábias: o Banco entregará o algodão para ser vendido, e o mesmo Banco entrega ao comprador o dinheiro para que êle pague a compra efetuada! No fundo, isso aí está e mais nada!"

Como se vê, coisas do dinheiro! De quem é êsse dinheiro de que os bancos assim dispõem como coisa sua, muito sua? Para os bancos, é dinheiro deles. Nós sabemos que é só, ou deveria ser, daqueles que trabalham, daqueles que produzem as riquezas, vossas, trabalhadores braçais! *Deveria ser... mas... não é.* Pertence todo aos homens da alta finança, dos polpudos negócios, aos Jafets, aos Láfers, aos Bórghis, aos Lódís, a tôda essa camarilha de encasacados ladravazes.

Quem fala dessa camarilha não somos nós, anarquistas. Transcrevemos, de um artigo da redação do *Diário de Notícias*, êste pedacinho de ouro a propósito da *marmelada* do algodão: "Continuam, portanto, os grupos de afortunados a lutar pelos despojos da miséria brasileira. É um espetáculo cotidiano, de que o povo mal tem notícia. Sòmente quando os grandes traficantes não se entendem no jôgo, porque o prêmio é alto e os interesses políticos os separam, é que transpira uma parte do organizado avanço ao patrimônio nacional. E, enquanto o governo estiver constituído de homens de negócios, maior será

o volume de negociatas, maior será o sacrifício do povo brasileiro".

Leiam e releiam isso, e tomem nota da supina ingenuidade dêsse jornalista. Em que época da história, em que país, *deixou o governo de ser constituído pelos homens de negócios?*

Êsse é precisamente o ponto capital do problema humano. Sempre estão os povos a trabalhar para o enriquecimento dos parasitas chamados *homens de negócio, alta-finança!* Essa alta finança serve-se de uma gigajoga chamada Estado, sustentada por lacaios chamados *políticos*, e por uma casta chamada *militares*. A única finalidade dessa alta-finança é apropriar-se de tôda a produção nacional e enriquecer-se nababescamente.

Essa verdade elementar não entra na cachimônia de muito jornalista alarmado com a *situação*, como se essa situação não fôsse crônica em todo o mundo, em tôda a história. Passado o escândalo do algodão, virá outro escândalo qualquer, *sem que o povo dêle tenha notícia.* Isso, até que os trabalhadores resolvam apeiar êsses homens do *poder* e acabar definitivamente com êsse poder.

É o que ensina o anarquismo. Nada mais urgente, pois, para o trabalhador, do que estudar o anarquismo. Saberá o que é *Anarquia* e trabalhará por ela.

("A. D.", fevereiro de 1953)

54

AS LADROEIRAS DO FUNDO SINDICAL

Os políticos estão assanhadíssimos com as comilâncias pantagruélicas do Fundo Sindical. Note-se: os políticos de baixo, os apeados da governança. Esta nota significa, em nosso entender, que, se um dia galgarem o poleiro, passarão igualmente à classe roedora. Em tôda a história, sempre foi assim, com raríssimas exceções.

Aos 16 de julho, por exemplo, o sr. Magalhães Júnior esbravejou, num artigo do *Diário de Notícias*, contra os *pelegos* do Fundo Sindical. O novo ministro do Trabalho, um Goulart qualquer, prometeu, inicialmente, acabar com a fome canina.

E o sr. Magalhães Jr. glosa: "Promessas iguais foram feitas pelo interino Marcial Dias Pequeno, pelos experimentais Danton Coelho e Segadas Viana. Mas, os ratos do impôsto sindical continuaram cômodamente o seu trabalho de roedores nos desvãos misteriosos do Ministério do Trabalho. Se o ministro atual tiver a coragem de mandar dissolver desde logo a chamada Comissão do Fundo Sindical e de mandar punir os dilapidadores, conhecidos mas até hoje sem castigo, nenhum brasileiro honesto, nenhuma pessoa digna, nenhum trabalhador consciente lhe regeará os aplausos a que terá direito".

Mais adiante, o articulista sai-se com esta: "Quem alertou os trabalhadores sôbre o desvio de suas economias, aplicadas, não em seu benefício, mas no benefício dos aventureiros congregados sob a égide de uma errada política do Ministério do Trabalho? É de justiça que se diga: foram os líderes do Partido Socialista Brasileiro. Foi a voz poderosa e eloqüente de João Mangabeira, foi o verbo de Hermes Lima, foi a palavra de Domingos Velasco, que, na legislatura passada, no Congresso Nacional, levantando a questão numa advertência ao govêrno, demonstraram a iniquidade, o abuso, a insensatez de tal política. Foi o articulista, que mantém esta coluna, o jornalista que mais vivamente combateu os gastos ociosos do Fundo Sindical, coerente com a mesma linha sustentada por aquêles parlamentares. Mas as nossas vozes não foram ouvidas. Não conseguimos abalar a indiferença dos administradores. E tudo continuou como dantes no quartel general de Abrantes".

Ora, isso que disse o Partido Socialista Brasileiro temos nós, os anarquistas, dito há muito, antes de se atochar o Fundo Sindical da dinheirama que hoje possui. Nossa tese, apurada na história de todos os tempos, é a de que *só há ladrões porque há dinheiro*, denominador-comum da propriedade particular (*a propriedade é o roubo*, disse Proudhon!). Corolário: *onde houver dinheiro há ladrões*, e tanto mais e maiores ladrões quanto maior fôr a dinheirama. No *SESI* há dinheiro? Há. Logo, haverá um Lodi! No Fundo Sindical há dinheiro? Dinheiro grosso! Logo, haverá ladrões!

O sr. Magalhães diz-nos que são conhecidos! Conhecidos ou não, há e haverá, enquanto fôr mina para os larápios. O Marcial prometeu envenenar os ratos, mas os ratos continuam: Danton Coelho ameaçou os ratos, mas os ratos afiaram

mais os dentes: João Goulart conclama fôrças contra os ratos, mas os ratos lhe roerão até os fundilhos, ou, se duvidar muito, o virarão rato. Ponham lá o Mangabeira e mais os Hermes Limas e mais o Magalhães Júnior! Os ratos se conchavarão, abrirão buracos misteriosos, e o queijo irá sendo furado sem que êsses gatos pretos dêem pela coisa. Advirto, porém, êsses homens sérios, gatos de fora, de que o requeijão é bom pitêu e seduz muito bichano de bigodes rijos!

Sim! que o mal verdadeiro não são as ratazanas, mera conseqüência; é o dinheiro arrancado ao bôlso magro do trabalhador e à administração dos seus donos. Êsse, gritemos pela milésima vez, é o mais berrante insulto aos trabalhadores: Confiscar-lhes violentamente vultosa quantia e entregar a administração dessa quantia a uns salafrários, conhecidos gatunos, para gáudio seu e dos seus amos!

E o trabalhador não reage! Não se anima a safar seus sindicatos das garras ratoneiras do Estado-capataz! Envenenado pela maconha getulista, queda ainda pitando-a, abobalhado e idiota. Será que, com essa dissolução da ditadura na mais porca das empreitadas, não despertarão, agora, os sindicatos, para reclamar, de vez, sua libertação, ou, quando nada, a posse dos seus haveres?

Supomos que até judicialmente, com as provas na mão, isso poderia tentar-se; porém, melhor, muito melhor, que seja conseqüência de uma rebeldia fulminante.

("A. D.", agosto de 1953)

55

A IGREJA E A QUESTÃO AGRÁRIA

A Agência da Boa Imprensa, de Santos, mandou-nos uma circular sôbre a ação da Igreja na reforma agrária, atualmente em evidência.

Preliminarmente, não nos consta haver jamais a Igreja Católica pensado em amparar de qualquer jeito os trabalhadores do campo. No Império, sempre estêve ao lado dos escravocratas, e antes, quando queria ser dona exclusiva dos índios para suas

lavouros, prêgou a caça aos negros africanos. Se não escravizou negros, foi para livrar-se das despesas e mais riscos da travessia com mais de quarenta por cento de mortes.

Agora, essa Igreja, legítima escravocrata de todos os tempos, ouve falar em questão agrária; sente nisso, como declara a circular, mão dos comunistas, e só então acorda e se faz campeã de uma reforma à sua moda. Segundo essa reforma, tudo ficará como dantes: o latifundiário, os pequenos proprietários e os assalariados!

Alardeia a circular que o bispo d. Geraldo de Proença Sigaud, ordinário de Jacarèzinho, publicou, no *Digesto Econômico* de São Paulo, formidável artigo orientador. Os bispos do Paraná aprovaram as propostas do bispo Sigaud.

Vale a pena verem os trabalhadores as bases da reforma católica. O primeiro fim é garantir a grande número de trabalhadores rurais a propriedade da terra, e aos assalariados retribuição justa, com salário-mínimo e de família. A segunda recomendação é a de que a *desapropriação* deve ser a última medida para conseguir êsses dois fins. Claro está que a Igreja, grande proprietária em todo o Brasil, é contra qualquer tentativa de desapropriação. Aconselha então o bispo Geraldo que incumbe ao govêrno *dividir suas terras devolutas*.

Acentua, depois, a circular, a conveniência de existir, entre as pequenas propriedades, alguma grande, porque a grande pertence a gente mais esclarecida, mais capaz de aplicar métodos de cultura moderna. Por detrás disso, vemos o pensamento: *mais capaz de observar as menores*, mormente sendo a Igreja.

É isso realmente o que sucede sempre. Como se não bastasse isso para qualificar a Igreja como latifundista, a circular o declara nestes claríssimos têrmos: "A Igreja não é contra os latifúndios em si, a não ser quando êles impedem aos homens diligentes e industriosos o acesso à terra". Depois, sentindo doer-lhe o calo, pondera isto: "O próprio conceito de latifúndio é muito vago e relativo. Uma fazenda de 100 alqueires é considerada uma grande propriedade na zona do Minho, em Portugal, ao passo que, em Mato Grosso, é uma chácara". Dessarte, os vastos domínios das ordens religiosas em Mato Grosso, os salesianos à frente, são reduzidas a meras chácaras ou sítios, perdendo assim o caráter rigoroso de vastos latifúndios.

Tudo quanto a cachola do bispo Gonçalo esmoeu para a tal reforma agrária atesta pouco talento inventivo; é o mais reles possível. A Igreja treme ante o comunismo, que lhe arrancaria os latifúndios, para tornar o tal Estado Proletário latifundista-mor e grande escravocrata.

Igreja e comunismo equivalem-se lindamente. Ambos totalitários de criar bicho, incapazes de formular o único programa exigido atualmente pela humanidade: a coletivização das terras, sem grandes nem pequenos proprietários, sem Estado cultivador, nem Igreja exploradora do trabalho alheio sob a forma de escravo ou de assalariado. Escravo e assalariado são dois nomes para a mesma coisa: a exploração.

A terra é dos trabalhadores, e não dos açambarcadores, pretos ou vermelhos, e só o Anarquismo prega esta verdade!

("A. D.", setembro de 1953)

56

O INTEGRALISMO RONCA

Por uma fatalidade dessas que descem do além, como dizia Castro Alves, veio-nos às mãos um periódico de título verde-oliva, integralista já se vê, de nome *A Marcha*. A gentinha integralista, como seus pares nazistas, tem cabeça dura. Apanha de criar bicho, é dada por morta, mas a diaba ressurgue com quantos fôlegos lhe permitem suas partes com o Diabo. Pois se vêem o totalitarismo viçante, vitorioso, em quase tôda Sul-América e em Cuba e na Espanha e em todo o mundo bolchevista! Que diabo! Êles também têm barriga e precisam comer.

O mais espantoso na grei do Salgado é persistirem na adoração ao seu messias, mau-grado o papelão de 37, quando certíssimos estavam de que Plínio iria dominar o Brasil, engolindo Getúlio pelas pernas! Ora o Plínio!

Agora Plínio é catolicíssimo! Segundo anuncia *A Marcha*, em cabeçalho verde-oliva, Plínio Salgado falou aos estudantes da Universidade Católica de São Paulo, no dia 3 de agosto. Um *sucesso!* A conferência versou, diz o periódico, sôbre a última frase de um livro do *chefe nacional*: *Psicologia da Re-*

volução. A luminosa frase é esta: "A ordem — equilíbrio de forças, harmonia de movimentos — nós só a conseguiremos pondo ordem nacional". E A Marcha a glosar essa idiotíssima frase, segundo a qual a ordem só se consegue pondo ordem!!!

A Marcha resumiu a conferência do Salgado, porém nós, já um tanto esquecidos dos dois sonetos espalhados por todo o Rio, quando a rasteira do Gêgê liquidou o integralismo a tal ponto, que passou de A. I. B. para A. B. C., fomos ao nosso arquivo e os lemos gostosamente, tão gostosamente, que desejamos transcrevê-los aqui, por serem quase desconhecidos hoje.

Eis o primeiro:

*Foi um zunzum feros no galinheiro!
Chegara a hora H, e o chefe bamba,
Com tanto galináceo no poleiro,
Ia fazer Gêgê dançar um samba.*

*Mas Gêgê, galo velho de terreiro,
Que sabe de que lado a roda camba,
Foi deixando que o Hitler brasileiro
Forjasse, alvoroçado, a sua moamba.*

*O choque, até dá pena confessá-lo,
Parecia vitória em tôda a linha...
Mas, na hora fatal, foi grande o abalo...*

*Pois, quando o Sigma todo, em tórno à rinha,
Crendo ouvir seu herói cantar de galo,
O ouviu cacarejando de galinha...*

Eis o segundo:

*Olá! meu caro Plínio, estás salgado
Com a baiana mestraça do Gêgê!
Parecias um Príncipe Esperado,
E agora de A.I.B. és A.B.C.*

*Eu te supunha cabra quilotado,
E és mais arisco que uma zabelê!
Hoje que o teu balão está furado,
Que fazes? Ninguém te ouve, nem te lê?*

*Quem dantes via a crista que sustinhas
Jurava que eras trunfo e bambambão!...
Pêso pesado, braço, trinca-espinhas!...*

*Calculo que tremenda decepção,
Quando o femção verde das galinhas
Viu que tu não és galo e sim... capão!²⁰*

NOTA — Já não nos lembra o novo nome que tomou a A. I. B. quando Plínio, apavorado com a ação fulminante de Getúlio, dissolveu a Ação Integralista Brasileira, que passou, segundo o soneto, a A. B. C. Tendo nós perguntado a várias pessoas o significado destas três siglas, um integralista desiludido, sorrindo, respondeu-nos: *Ação Brasileira Cabotina.*

Não sabemos se é mesmo; mas, não lhes iria mal.

(“A. D.”, outubro de 1953)

57

UNIDADE OU PLURALIDADE SINDICAL?

O golpe da peronização do Brasil preparava-se lindamente e ainda não se conjurou de todo, por ser da índole totalitária a persistência nos seus planos dominativos. Plínio Salgado sobrevive, a Igreja Católica não perde vaza, o comunismo não se cansa. Vive Perón, vive Franco, vive Batista, vivem todos os ditadorzitos da América Latina, e o Brasil, na pessoa de Getúlio, é vivo exemplo de tiririca tenaz. Capina-se o chão, mas a diaba volta! Tudo porque a capina é sempre superficial e, para extirpar a praga, impõe-se a revolução do solo, desde as profundidades.

Descoberto o plano peronizante, alijado Wainer, alertada a imprensa, a alma danada mudou de rumo, ou, antes, não cessou a sua trama nos setores outros que a imprensa. Tenta firmar-se mais nos sindicatos. O ministro do Trabalho²¹

(20) Estes dois sonetos são da autoria de José Oiticica. (R. N.).

(21) O Ministro do Trabalho era, então, o sr. João Goulart, pouco depois forçado a demitir-se do cargo por exigência das Forças Armadas, as mesmas Forças que, anos depois, em 1964, o depuseram da Presidência da República. (R. N.).

põe, nas direções dêstes, operários do P. T. B., dispondo dos sindicatos como coisa legitimamente sua, sua *por lei*, pois as leis trabalhistas da ditadura getulina permanecem tôdas no regime *democrático* de hoje. Tôdas as demais leis, caído Getúlio, se mudaram. Mudou-se a Constituição; mas nenhuma disposição totalitária, referente aos operários, se alterou. Fez-se novo Estatuto para o funcionalismo, restauraram-se os direitos de reunião, de comício, de imprensa; porém, não se tocou na situação dos sindicatos, escravizadinhos, como dantes, ao Ministério do Trabalho, sujeitos à Polícia e à carteira sindical. Mais do que tudo, o regime sindicalista ainda é o dos países totalitários: sindicato único, dirigido pelo Ministério do Trabalho.

Sim! porque o característico mais alto, mais frisante, mais evidente do totalitarismo é o Sindicato Único, dirigido pelo govêrno. Invenção soviética, logo dêle se apossou Mussolini, logo o adotou Hitler, logo o foram consagrando todos os ditadores subseqüentes. Em qualquer país totalitário, é *único* o sindicato de cada indústria e sujeito ao Govêrno, seu *único* dirigente.

Isso perceberam agora, só agora, alguns elementos, apavorados com a peronização abortada da imprensa, qual a revelou o caso Wainer. Por isso clamam pela pluralidade sindical ante as manobras bem visíveis do Ministério do Trabalho. Na Câmara dos Deputados, alguém alertou os liberais sobre a necessidade de arrancar os sindicatos das mãos do Govêrno, completando, assim, a obra de desmonte do getulismo contumaz, teimoso, renitente. E há projeto para tal desvinculamento.

Liberdade Sindical! Ótimo! Todos no Brasil, menos os totalitários, fascistas e comunistas, a reclamam aos berros.

Surge, porém, uma questão, levantada, evidentemente, por elementos totalitários ante a quase certa liberação dos sindicatos. Para tal questão, queremos nós, anarquistas, chamar a atenção dos trabalhadores. A questão é esta: Sindicato livre, único? ou sindicato livre, múltiplo? Terá cada ramo de trabalho um só sindicato ou mais de um?

Nós, de *Ação Direta*, bradamos aos trabalhadores que não se deixem iludir com a manobra dos totalitários brancos, verdes ou vermelhos! O sindicato único, embora com o nome de livre, é uma linda prêsca para políticos totalitários. Um partido

político, de qualquer côr, pode, hàbilmente, eleger uma diretoria sua e exercer domínio absoluto sôbre os grupos minoritários de outros partidos e *sôbre os apartidários*, isto é, sôbre os trabalhadores *que clamam pela não admissão de elementos políticos no meio dos trabalhadores*.

Sindicato operário não é partido político. É órgão de defesa do trabalhador contra o capitalismo, representado pelo patrão e pelo Estado. Ora, os políticos, de qualquer partido, são a pior praga, a pior saúva do monturo Estado. São os políticos meros testas-de-ferro dos grandes argentários, donos das riquezas criadas pelos trabalhadores, dispostos nas câmaras legislativas, especialmente para elaborarem leis opressivas do trabalhador e colocar, nos bons lugares do funcionalismo, parentes e amigos. Os capitalistas, os Matarazzos, os Jafés, os Láfers, os Lódis, os Chateaubriands, os Ademares, os Luzardos, os Getúlios, todos êsses donos das riquezas do Brasil, ajudados pela horda dos políticos esfaimados e ambiciosos de mando, são, por natureza, por definição mesma, os mais adestrados inimigos do trabalhador. Infiltram-se, para melhor dominá-lo, nos seus sindicatos, em suas casas de defesa, a fim de, com lábias, promessas, verborragia barata, caçar-lhe os *votos*. Com êsses votos, encarapitam-se nos poderes, nos cabides de empregos, e daí nos negócios, negócios e negociatas.

A lei primeira dos sindicatos é esta: *Não tolerar políticos* de qualquer categoria. O Sindicato cuida dos interêsses dos trabalhadores; os políticos cuidam dos interêsses dêles mesmos e do Estado. Os políticos são, pois, *inimigos natos dos trabalhadores*.

Em 1912, estavam os sindicatos do Rio e de São Paulo entregues aos políticos. Foi nessa data que se inaugurou a séria campanha contra êles. Foram expulsos, no Rio, os Vicentes de Sousa, os Irineus Machados, os Evaristos de Moraes, os Nicanores do Nascimento, a caterva tôda, de modo que os sindicatos, em 1918, podiam dizer-se imunizados contra essa malária.

Desgraçadamente, por inexperiência, outros sórdidos politiquinhos, disfarçados em trabalhadores e revolucionários, insinuaram-se nos sindicatos e, aproveitando-se das perseguições atroztes aos anarquistas no quadriênio de Bernardes, apoderaram-se dos sindicatos e logo nêles passaram a exercer tre-

menda ditadura. Quando, em 1925, saiu Bernardes, os anarquistas, dispersos pela tormenta, foram regressando e encontraram os sindicatos, na maioria, dominados. Os anarquistas ficaram em minoria e as diretorias sempre dominadas pelos ditadores. Emperlharam-se os anarquistas na luta e conseguiram i-los derribando, esclarecendo os trabalhadores, até que, desmascarados, entraram a constituir sindicatos fictícios e a vociferar, a esbravejar, a promover greves idiotas, desmoralizando-se cada vez mais.

Para êsses, como para os totalitários de tôda casta, o ideal é o sindicato único, porque sabem que a pluralidade sindical permite a criação de sindicatos apolíticos, sindicatos seus adversários intransigentes, alertadores dos operários. Em regime dito democrático, não é possível impedir que uma fração do operariado, descrente dos políticos, leigos ou religiosos, sejam obrigados a militar entre êles sem poder esclarecer os escravos do trabalho. Demais, onde há verdadeira liberdade sindical, há os *sindicatos de ofícios vários*. Nestes se reúnem trabalhadores de numerosas indústrias, cujo número, em cada uma, é insuficiente para manter um sindicato autônomo. Êsses sindicatos são utilíssimos e sempre vigoraram no Brasil antes da calamidade getuliana!

Trabalhadores! Não trepideis em rejeitar a Unidade Sindical. Voltemos à era anterior à nefasta ditadura de 37. Para a liberdade sindical! e, para ser esta completa, a *pluralidade sindical!*

Continuaremos.

(“A. D.”, novembro de 1953)

58

AINDA A PLURALIDADE SINDICAL

O que dissemos, no último número de *Ação Direta*, sobre a imperiosa volta à pluralidade sindical, é o que se afirma, bem claro, na entrevista feita por “C.N.T.” com a companheira francesa prof.^a Renée Lamberet, atual secretária da Associação Internacional de Trabalhadores (A. I. T.). Perguntando-lhe “C.N.T.” sua opinião sobre o que pode a A.I.T. fazer no

plano internacional, para levar à prática os acordos do 8.º Congresso, respondeu:

“Para levar à prática, no plano internacional, os acordos do Congresso, parece-me que o meio mais eficaz, além do compromisso formal, contraído por cada secção, de trabalhar pelo próprio fortalecimento interno e aplicação dos acordos tomados, é desenvolver e estender a influência de nossa associação. Os periódicos de nossas organizações sindicalistas deveriam consagrar, em cada número, um artigo de doutrina ou teoria, que pusesse em evidência a necessidade imperiosa de agrupar, em torno da A.I.T., todos os valores morais e espirituais da civilização moderna. O dever de todo homem livre, de todo revolucionário, é agrupar-se para formar minorias ativas, que realizem trabalho inteligente de recuperação do sindicalismo caído no reformismo político e estatal pela apatia e indiferença dos que se declaram preconizadores da emancipação humana. Mostra a experiência, justamente, que só a concepção ideológica e as táticas revolucionárias revalorizadas pelo Congresso de Saint-Imier (15-16 de setembro de 1872), confirmadas pelo Congresso de Amsterdam (1907) e reafirmadas desde a reconstituição da Associação Internacional dos Trabalhadores (1920-1922) são mais atuais que nunca. A única força que pode lutar com eficácia contra a sujeição do indivíduo ao Estado ou ao capital e à concepção *dirigista* atual, é a organização federalista dos trabalhadores agrupados em suas secções profissionais”.

Adiante, respondendo a uma pergunta sobre a resolução relativa à questão espanhola, acentua isto: “Por pequena que seja, a colaboração com o Estado e a burguesia sempre acarreta prejuízo para os trabalhadores. Tôda temporização, nesse terreno, com a proteção do trabalho pelo Estado, é nociva ao trabalhador e enfreia o espírito revolucionário e de emancipação”. E, por fim, termina com êste período decisivo: “O pior inimigo dos trabalhadores é a confiança em uma ação de caráter reformista ou estatal”.

Apliquemos êsses conceitos ao caso do Brasil. Dirão alguns que, no sindicato único, tem a minoria antirreformista, anti-socialista, anticatólica, anticomunista, possibilidade de travar luta contra essas tendências até vencê-las. Responderei que seria perder precioso tempo. O mais urgente é *levar à prática*

os métodos antiestatais, anti-reformistas, anticomunistas, anticatólicos, isto é, os métodos de *ação direta*, apartidários, apolíticos. Num sindicato único, de trabalhadores aferrados à proteção do Estado, à carteira sindical, às diretrizes dos líderes, aos dogmas totalitários, pretos ou vermelhos, quando poderiam os sindicalistas revolucionários *levar o sindicato único a resoluções verdadeiramente emancipadoras?*

Um sindicato único, atualmente, nas condições em que deixaram a massa trabalhadora êstes vinte anos de trabalhismo dirigido, representa um colossal pêso morto, para cujo alijamento seriam mister tremendos *comandos* seneadores. Por isso, importa muitíssimo, ao lado dêsse mastodonte lerdo e abrutalhado, a formação de organismos sindicais pequenos, ágeis, independentes, capazes de ativar a luta direta com patrões e Estado, alheios aos tremendos batedores, às infames intrigalhadas, à batalha de ambições infalíveis num grande sindicato inçado de partidos, todos êles mais ou menos totalitários, todos êles certamente avessos à libertação dos trabalhadores. Êsses pequenos sindicatos, adversos à política, ensinarão logo aos trabalhadores o caminho certo da reivindicação, e seu infalível êxito renovará o glorioso movimento iniciado em 1913, o de expulsão dos politiquieiros da vida sindical.

E êsse é o primeiro passo urgente. Num sindicato único, teríamos, os da ação direta, de arcar com a tremenda tarefa de aniquilar as forças da reação ali presentes nos políticos e em tôda a massa crente nos políticos. A minoria revolucionária ou seria esmagada, forçada ao silêncio e à desistência, ou teria de guerrear, ineficazmente, anos a fio.

Só a pluralidade sindical agruparia essas minorias ativas de que fala a companheira Renée Lamberet, já livres dos políticos, já emancipadas totalmente do Estado e de suas leis, dispostas, desde o início, ao labor agressivo e proveitoso de desfazer, no ambiente obreiro, a influência nefasta de políticos, líderes, reformistas, colaboradores e *tutti quanti*.

Nenhuma intenção temos de pregar a formação de *sindicatos anarquistas*. Seria prática há muitos decênios invalidada por teóricos, e na prática os sindicatos minoritários são para quantos trabalhadores, anarquistas ou não, rejeitem a intromissão do Estado em seus negócios, estejam curados do feitiço político e considerem deputados, senadores, vereadores, padres

e todo o mais farrancho de *patrocinadores*, de *amigos* dos operários, a pior cáfila de exploradores, meros caça-votos, doidos por se empoleirarem nos postos de mando e regrarem, com progresso crescente, sua boa-vidinha à custa de alguém.

A formação dos sindicatos anti-reformistas e antiestatais, por pequenos que sejam, é obra urgente e deve começar já, embora contra a vontade dos todopoderosos. Sejam herejes! No frigidir dos ovos, sempre os herejes triunfam!

Não percamos tempo!

(“A. D.”, dezembro de 1963)

59

A UNIDADE SINDICAL NA CÂMARA

Voltando à Câmara dos Deputados, o projeto sobre organização sindical, carregado de 42 emendas, foi novamente examinado pelo relator, deputado Gurgel do Amaral. Como excelente burguês e político, defensor da pequena e alta classes de patrões, comerciantes e industriais, patente era que, do seu exame, só poderia sair um ajeitamento qualquer para manter sob cabresto as classes trabalhadoras através dos seus sindicatos.

A classe trabalhadora constitui hoje, após o advento de Getúlio, uma vasta manada de bêstas duplamente carregadas. Dantes, livres nos seus sindicatos múltiplos e autônomos, sem nenhuma sujeição a constituições, leis ou regulamentos, os obreiros eram bêstas de carga apenas com relação aos patrões. Agora, são bêstas duplamente, pois, além de largarem a pele aos patrões no trabalho, ainda têm de sustentar tôda a moderna malandragem parasitária dos Institutos. Segundo mostrou outro deputado, só o Instituto dos Industriários tem maior despesa que todo o Ministério do Trabalho. Somadas, essas autarquias, tôdas mantidas com o suor dos trabalhadores, constituem assombroso pêso morto, que os esmaga absolutamente.

O problema urgentíssimo mas hercúleo é o de alijarem os trabalhadores essa demasiada carga imposta por Getúlio e sua horda de malfetores. O remédio para isso, a brecha para assaltar o reduto, seria a pluralidade sindical. Porém, no último número, AÇÃO DIRETA avisou que mais acreditava nos inte-

rêsses do capital que nos caboclos de Umbanda. Estávamos certos, certíssimos, de que, no parlamento, não venceria nunca o sindicato livre, plural, sem *reconhecimentos legais* nem sequer *registros*.

Ora, o relator, deputado Gurgel do Amaral, examinou as emendas, rebateu-as e, com aprovação da Comissão de Justiça, deixou os sindicatos precisamente como estavam: *únicos, reconhecidos, registrados, sujeitos às leis trabalhistas, ao Ministério, à Polícia, às autarquias, à carteira sindical e a todos os demônios do totalitarismo!* E não coram, êsses descarados, ao afirmar que mantêm rigorosamente a liberdade sindical garantida pela Constituição! Não fôssem profissionalmente hipócritas!

Examinemos os argumentos do relator. A Constituição, no art. 159, dispõe: "É livre a associação profissional ou sindical". Porém, diz o relator, êsse princípio é restringido pela própria Constituição, a qual acrescenta: "mas sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas do poder público".

Que se poderia esperar de um relator convencido da necessidade dessa tal liberdade dos sindicatos? Um grito de protesto. Ou bem os sindicatos são *livres*, isto é, com capacidade de se organizarem a seu belprazer, sem qualquer submissão política ou legal, ou estão sujeitos a regulamentos impostos pelo Estado e, em tal caso, não são livres de cousa alguma, e o artigo 159 é uma palhaçada, brincadeira de mau gosto, atirada à paspalhice de uma multidão opiada pelo quererismo fascista do Estado Novo.

O relator é forçado a reconhecer que a Constituição não opinou por qualquer das duas formas de organização: a unicidade ou a pluralidade. Logo, a consequência seria deixar ao belprazer dos trabalhadores a preferência. Não fôsse, porém, o relator, jurista e político. Sim, seguindo as razões de ordem constitucional, está certo; mas existem as razões *de ordem estritamente jurídico-doutrinário*. E, segundo essas razões, o sindicato há de ser único.

Nós, leigos, pensamos que, se a Constituição é a *lei suprema*, e se, conforme essa lei, deve o sindicato ser livre, tôdas as mais razões jurídicas devem cessar ante os dizeres positivos dessa lei suprema. Segundo essas *razões jurídicas e doutrinárias*,

ouçamos o relator: "O sindicato, em sua moderna conceituação, perdeu as suas características privativas para ter ingresso no direito público".

Isso, em trôco miúdo, significa: o sindicato era livre antes de 1917; mas, com o exemplo da Rússia, criadora do sindicato estatal, submisso ao Estado totalitário, os capitalistas perceberam quão vantajosa é essa forma de encabrestamento do trabalhador. Mussolini aplicou-a na Itália; Hitler adotou-a na Alemanha; outros países fascistas a assimilaram, e Getúlio, fascistinha brasileiro, incorporou-a ao seu Estado Novo. É isso, e mais nada, a tal *conceituação moderna*. Mas, essa conceituação moderna é a do *sindicato fascista*, e não a do *sindicato livre*. De onde se deduz que o passe de mágica do sr. relator é êste: a Constituição declara o sindicato *livre*; mas, essa mesma Constituição quer êsse sindicato livre dentro da moderna conceituação, e essa moderna conceituação é a do sindicato *escravo*; logo, o sindicato deve continuar como estava: *escravo-livre*.

Continua o relator: "O esforço de conciliação entre as duas novas atribuições delegadas pelo Estado ao sindicato e a permissão de se constituírem mais de um para cada profissão, constitui o drama dos juristas mais eminentes de todos os países em que prevalece o princípio da pluralidade sindical". Isso confirma o que acima dissemos. Em palavras bem claras, é o seguinte: Os sindicatos, órgãos de defesa dos trabalhadores, nada tinham com o Estado. Eram iludidos pelos políticos, mas conservavam sua personalidade, com regulamentos seus, vida autônoma, finanças próprias, administração independente. Organizavam-se em federações e confederações e, em muitos ou quase todos os ramos de indústria, havia mais de um, conforme as tendências e afinidades dos trabalhadores. Havia pluralidade sindical. Os senhores juristas nenhum drama ou tragédia tinham. Eram meros espectadores do conflito econômico entre patrões e trabalhadores.

Veio então o Estado Totalitário, soviético, mussolinico, hitlerista. O capitalismo fascista tratou de incorporar, à força, os sindicatos ao Estado, para *dirigi-los*, embridá-los, algemá-los. Ora, o ideal, a amostra russa, era o sindicato único. Porém, nos países não-fascistas, onde os sindicatos eram, por tradição, múltiplos, surgiu o tal *drama* dos juristas. Os sindicatos passariam de autônomos a *dirigidos*, fiscalizados, dominados, es-

cravizados. Seria porém escandaloso obrigá-los à unicidade. A tragédia dos juristas, homens cuja missão é fabricar leis e regulamentos *tapeadores* do povo, está em querer misturar *água com vinho*, de tal modo, que *seja água mas pareça vinho*, ou viceversa.

O autor confessa precisamente isto adiante, aludindo às *convenções coletivas de trabalho*: "Já nos referimos, neste parecer, ao complicado mecanismo de que se serviram os juristas para, nesses países, ajustarem duas realidades que conflitam o sindicato plúrimo e seu poder normativo". O conflito consta disto: dificuldade extrema de impor *normas* (isto é, cabresto) aos sindicatos múltiplos. Para escravizar os sindicatos, o ideal é o dos mestres escravizadores russos: *sindicato único*, igualzinho ao *partido único*.

("A. D.", abril de 1954)

60

NÃO HÁ TRÔCO!

Clamam as companhias de bondes, ônibus, serviços públicos em geral, contra a falta de trocos, de moeda divisionária, do cruzeiro, inclusive, para baixo. Sabe-se que o papel, para tais valôres, não serve, porque, passando constantemente por inúmeras mãos, se gasta rapidamente. Só o metal resiste. E os jornalistas, gente pouco sabida, tiveram de indagar dos homens da Casa da Moeda os motivos sérios de tal deficiência.

Os homens dessa ilustre casa falaram por boca do sr. Pedro Foraggi Júnior, substituto do sr. Epitácio Maia, o diretor, supomos. O sr. Pedro Foraggi Júnior explicou aos repórteres que nenhuma culpa cabia à Casa da Moeda. As máquinas cunhadoras trabalhavam sem descanso, dia e noite, mas a procura de trocos era tanta, que impossível seria dar-lhes vazão suficiente.

Qual a razão desse prodigioso escape? Em resposta, o sr. Pedro Foraggi Júnior assinalou dois motivos, ambos certos;

porém, não frisou o alcance disparíssimo dos dois. Em primeiro lugar, diz êle, existe a retenção dos trocos por parte do zé-povinho, mendigos, pés-de-meia, ajuntadores de toda casta, mães de família que não acham trôco nas vendas e mercearias, etc. Compreende-se que tal motivo, embora real, é insignificante para explicar o vulto colossal da evasão dos *niqueis*. A segunda causa é a que merece consideração: *desvio de niqueis para fundições, como matéria-prima para fins industriais*. Esta é a causa verdadeiramente alarmante e fatal, a que os poderes públicos, a que o ministro da fazenda com seus *técnicos* e conselheiros deveriam conhecer a fundo para remediarem esse *maior dos maiores problemas do Brasil* em regime capitalista: o da sua *moeda*.

Não vamos aqui discutir esse problema, que nenhum jornal *patriota*, burguês, se lembra sequer de apontar. Recordemos aqui, apenas, a famosa lei econômica de Gresham, citada em qualquer compendiozinho de economia política. A lei é simplíssima, porém fatal: *a moeda má expelle do mercado a moeda boa*. A história financeira da República, sempre desastrosa, menos com o ministro Joaquim Murinho, cuja obra fecunda foi destruída pelo maior responsável de nossos males atuais, o presidente Epitácio Pessoa, nossa história financeira é uma seqüência de exemplos demonstrativos dessa lei. Primeiro exemplo foi o sumisso rápido e verdadeiramente catastrófico de toda moeda-ouro deixada pelo Império. A moeda brasileira era tão forte, que afrontava dignamente, em qualquer mercado, a própria libra esterlina. O dinheiro-papel dava ágio, quer dizer, era preferido à moeda-ouro e prata, embora não passasse de mero representante, mero *cheque* para cobrança da verdadeira moeda, a de ouro. Dava ágio, porque um pagamento, suponhamos de quatro contos, em moedas de vinte mil-réis, exigiria duzentas moedas de ouro. Essas moedas tinham de ser carregadas em sacolas ou *sacutéis*, porque nos bolsos não cabiam. O público, certo de que, se precisasse de moedas de ouro, as poderia obter onde quisesse com as *notas* de papel, *rejeitava* esse trôco e, como esse trôco de ouro era muito abundante, pagava mais caro ou preferia receber menos, em papel.

Isso foi no Império e disso podem lembrar-se os que viram surgir a República, aos oito ou dez anos. Como nesse tempo a moeda era uma só, o *papel não podia expulsar o ouro*

do mercado; ao contrário, era o ouro, carga pesada nas algibeiras, que se retraía para as arcas do Tesouro. O dinheiro brasileiro circulava em todo o mundo, e jamais foi preciso descer à vergonha de implorar de joelhos moeda estrangeira para com o estrangeiro comerciarmos.

Veio, porém, o célebre *encilhamento*. O govêrno da República, estúpidamente engodilhado por especuladores espertos, achou de emitir papel em proporções estonteantes, muito acima do encaixe-ouro à sua disposição. Resultado: em poucos meses, todo o ouro amoedado do Brasil, tôda a sua *reserva*, todo o lastro das suas emissões desapareceu, evadiu-se para o estrangeiro. Evadiu-se porque, se cada nota de papel podia comprar uma de ouro, se o govêrno emitiu duas vêzes mais do que devia, para comprar uma de ouro deveriam ser necessárias duas notas de papel. Os especuladores (há sempre numerosos em bôlsas e bancos) perceberam o altíssimo negócio que seria comprar pela metade do seu valor as moedas de ouro para revendê-las no mercado estrangeiro pelo seu valor real. Mas, as emissões do encilhamento, em 92, não foram apenas do dôbro; foram, cremos, de mais de dez vêzes a capacidade do lastro. Logo, com uma nota dez vêzes menos valiosa, se comprava uma moeda de ouro.

Assim, mal começou a disparatada fúria das emissões, surgiram duas moedas: a de ouro, moeda real, com valor certo no mercado, e a de papel, cada vez menos valorizada. A corrida às moedas de ouro foi vertiginosa; mas, logo o govêrno provisório percebeu, já tarde, o tremendo êrro, e decretou o *curso forçado*, quer dizer, declarou públicamente que o Tesouro Nacional não podia cumprir a promessa de pagamento em ouro anunciada em cada nota. Em resumo, significava isso declarada sua falência comercial, interna e externa. Já o mil-réis não pôde afrontar, no estrangeiro, nem o dólar, nem a libra, nem o franco, nem o marco, nem a coroa, nem o rublo, nenhuma das moedas de padrão-ouro corrente nos bancos. Índice dêsse incomensurável êrro foi o câmbio, cuja queda foi rapidíssima. Com a moeda-ouro, foi-se também a de prata; só permaneceu a de níquel, divisionária, abaixo de quinhentos réis, porquanto as de quinhentos réis ainda eram de prata e sumiram-se.

Lembram-se todos de que tínhamos moedas de níquel de 200 réis e 100 réis. Abaixo de 100 réis, eram moedas de cobre

de dois e um vinténs. Essas moedas de 200 e 100 réis eram de uma liga onde havia níquel em maior proporção e, por isso, o povo lhes chamou de *níqueis*, expressão ainda hoje empregada para as nossas moedas de trôco onde não há sombra de níquel. Porém, sucedeu que as emissões contínuas de Epitácio e sucessores foram de tal vulto, que até os níqueis desapareceram, comprados baratinhos pelos especuladores. Veio Getúlio e emitiu moedas divisionárias de liga muito ordinária, branquinhas, para fingir níquel. Emitiu, porém, tanto, que o cruzeiro, o antigo mil-réis, ficou valendo menos no papel que a moeda de metal, e esta desapareceu. Os cruzeiros amarelos foram fabricados muito menores que os mil-réis de Epitácio, e assim também os 50, 20 e 10 centavos de cobre disfarçado. Porém, sendo metal, essas moedas têm algum valor, e o cruzeiro-papel não tem o mínimo. Com o cruzeiro-papel, compra-se o metal dos centavos e do próprio cruzeiro baratíssimo, e os especuladores, mais inteligentes e perspicazes que os governantes intoxicados com as doutrinas de Keynes e companhia, vão indiretamente açambarcando êsse metal das moedas, fundindo-o e aplicando-o à indústria.

Conseqüência: haveria de se chegar à presente necessidade de imprimir a *moeda nacional*, o cruzeiro e suas subdivisões, em círculos de lata velha. Como essa lata velha não presta para nada, fica prestando, neste país de excelsos financistas, para *moeda*, a moeda nacional de um país sem equilíbrio, compreensão, vergonha ou capacidade, um país de lata velha.

(“A. D.”, maio de 1954)

61

SALÁRIO MÍNIMO, ILUSÃO PURA!

Uma das mais torpes explorações demagógicas do ex-pai dos pobres e constante mãe dos ricos é a dessa segunda decretação do salário mínimo.

O raciocínio do malandro-mor é êste: “Os trabalhadores são pobres bêstas, ignorantes e estúpidos. Só vêem alguns centímetros adiante do nariz. Já lhes dei um salário mínimo; con-

sideraram-me, então, seu salvador, seu verdadeiro pai, e me elegeram, com a força do número, seu presidente. Com a elevação do salário, os capitalistas, donos de terras e produtos, tiveram de elevar os preços desses produtos; portanto elevar o custo da vida. Os trabalhadores sentiram isso. Sentiram que esse maior salário pouco lhes adiantou, e começaram a resmungar. Eu lhes disse que a culpa não era minha, e sim dos *tubarões*. Para fingir minha ira contra os tubarões, criei a Comissão de Preços. Com essa comissão, fui fingindo proteção ao trabalhador; porém, como eu e meus parentes e amigos somos capitalistas, tive de deixar os preços irem subindo, que não sou *paco*. Os preços têm subido tanto, que os trabalhadores, embora burros verdadeiros, se foram lembrando de minhas promessas eleitorais: carne a seis cruzeiros o quilo, bem-estar para os pequenos, justiça rápida e barata, etc., etc. Com essa história dos Wayners, dos Lodis, dos Jafets, desses amigos imprudentes, a cousa vai ficando feia, vou perdendo meu conceito ante as massas eleitorais, e meus inimigos vão explorando o caso. A única solução é renovar a farsa demagógica, atirar ao operário a isca do salário mínimo e voltar a ser pai dos pobres, embora continuando, de verdade, mãe dos ricos”.

Assim raciocinou e raciocina o irresponsável usurpador de 37. Parece, todavia, que esse raciocínio, essa farsa, essa ignóbil malandragem não pega desta vez como da primeira. O trabalhador e até os funcionários privilegiados estão agora alertados com a brincadeira de mau-gosto. Estão vendo que já o impôsto sindical aumentou gigantescamente e que os preços, antes mesmo de decretado o novo salário mínimo, pularam assustadoramente para cima.

Ninguém já se ilude! Ao contrário, percebem todos que, para fazer face às monstruosas despesas decorrentes desse crime, o governo se está valendo, e há de valer-se, de fabulosas emissões de papel-moeda, o que desvalorizará catastróficamente o cruzeiro e nos levará sem remissão aos caos financeiro.

Crime chama crime. É natural que os crimes da ditadura findem neste máximo crime.

Tudo isso, porém, não nos espanta, a nós, anarquistas. É da essência do Estado e do capitalismo.

(“A. D.”, junho de 1954)

O TERCEIRO INIMIGO NA GUERRA CONTRA FRANCO

A admirável obra de José Peirats “*La C.N.T. en la Revolución Española.*” sólidamente documentada, revela-nos hoje, sem a menor dúvida, que, no glorioso rebote à revolução fascista de Franco, três pavorosos inimigos se conluiaram para vencer a resistência popular, encarnada sobretudo na *Confederação Nacional de Trabalhadores* (organização anarco-sindicalista dos trabalhadores espanhóis) e nos anarquistas da *Federação Anarquista Ibérica* (F.A.I.).

O primeiro inimigo era a burguesia totalitária, representada na Espanha pela casta militar-falangista e pela Igreja Católica. Defendiam os seculares privilégios dos grandes possuidores da península. O segundo inimigo era o capitalismo internacional em sua feição fascista e nacional-socialista, representado por Mussolini e Hitler. Estes mandaram para a península soldados e armas abundantes. Junto a eles, muito menor, mas eficiente, o português Salazar. O terceiro inimigo, o mais perigoso, o mais destruidor, o mais infame na derrota da resistência popular, foi o Partido Comunista soviético, implantado no próprio território dos contra-revolucionários, atuando sob a capa de aliado, porém sistematicamente apostado na eliminação, em vasta escala, dos principais homens da C.N.T.

O capítulo 35, no terceiro volume, deveria ser lido e meditado pelos trabalhadores de todo o mundo como lição preciosa para o presente e para o futuro. Esse capítulo intitula-se “*El terror en los frentes.*” Leiam estes subtítulos dos parágrafos: *Denúncias ao ministro de Defesa sobre assassinios nas frentes. Ata de uma reunião de militares comunistas em que se combinou o extermínio dos adversários políticos. — Das palavras aos fatos. — Vários assassinios. — A covarde matança de Turón. — Documento oficial sobre esse crime coletivo. — Novos assassinios em série. — O caso de José Meca, Juan Hervás e Jaime Trepas. — A política terrorista na Saúde Militar. — Misteriosos falecimentos nos Hospitais de Sangue. — Para a conquista da 175.^a brigada. — Campanha sistemática*

de extermínio. — Os grupos Durrúti da 26.^a Divisão fazem causa comum com seus irmãos atropelados. — Conquista definitiva da Brigada.

Eis o primeiro documento, tirado do farto arquivo do Movimento Libertário Espanhol. É o informe do Comitê Peninsular da F. A. I. ao plenário do Movimento Libertário do mês de outubro de 1938. Diz assim: “Do indiscutível predomínio que tínhamos na direção da guerra contra o fascismo, passamos à categoria de simples carne de canhão...”

“... Muitas vezes temos ouvido de lábios de companheiros que se arrogam especial dom de responsabilidade: “Se os companheiros soubessem da verdade do que ocorre, impossível seria a continuação da guerra”. O mesmo critério que sustentava Frederico o Grande da Prússia: “Se meus soldados soubessem ler, ninguém ficaria nas fileiras”.

“... Neste momento, já poderíamos assinalar casos de companheiros que, sem defesa, na organização, encurralados em seus postos de primeira linha, optaram por aceitar a caderneta do Partido Comunista. Isso parece-nos sintoma de excessiva gravidade.”

“Nossos companheiros têm a impressão de que ninguém os atende, de que se deixa livre curso à nefasta política do Partido Comunista. Não se trata de uns tantos casos, senão de milhares e milhares de camaradas que confessam sentir mais temor de serem assassinados pelos adversários de ao lado, que de serem mortos em luta com os inimigos da frente...”

Aos 25 de março de 1938, a Secção de Defesa do Comitê Nacional da C. N. T. remeteu ao Governo longa série de documentos comprobatórios das tropelias do P. C. na frente de batalha, com uma carta de que trasladamos um tópico. Nêle pede a C. N. T. providências enérgicas contra as vilanias do terceiro inimigo, o Partido Comunista: “Nossa advertência é séria e nossa disposição para que se faça justiça, firmemente categórica. São de tal natureza os fatos, que sinceramente pensamos que nos ouçam e atendam. E êsse pensamento nos leva a evitarmos exacerbações que consideramos um mal para a guerra”.

O primeiro documento enviado ao Ministro da Defesa (comunista) foi a cópia da ata de uma reunião de militares do P. C. Nessa reunião ficou estabelecida a campanha destrutiva, antes

de tudo, do Movimento Libertário Espanhol, isto é, dos anarquistas, justamente daqueles que tinham salvo a Espanha contra Franco. Na reunião, propôs o sargento comunista Martin Galdós a eliminação do comissário do batalhão 565, “porque não (lhe) permite propaganda política e fala sempre em nome do governo republicano”. No que foi apoiado pelo comandante Menéndez, que informou haver nesse batalhão 565 muitos anticomunistas, sendo coisa essencial a eliminação do comissário. Da mesma opinião se manifestara o tenente-chefe do batalhão e o tenente José Pérís. Tomou a palavra o chefe do Estado-Maior, A. Merino, que assim resumiu o plano por êle recebido para propaganda comunista: 1) Necessidade forçosa de intensificar a propaganda; 2) Consecução e captação de novos militantes; 3) Criação imediata de *Troikas* nas Companhias; 4) Informes rapidíssimos da atuação das ordens e comissários não favoráveis ao partido; 5) Estudo imediato da forma de transferência, retirada ou eliminação dos não-afeiçoados; 6) Celebração de reuniões mais amiudadas; 7) Intensificação do trabalho de desconfiança às ordens e comissários não favoráveis ao partido”. A reunião terminou com aviso dos chefes para que procedessem às eliminações, dando depois parte de deserção do eliminado. A ata está assinada por Guillermo Garcia e datada assim: — P. C. 17-3-1938.

José Peirats enumera então uma série impressionante de assassinios calculadamente cometidos pelos servos dos Sovietes. Vale a pena contar o assassinio coletivo de anarquistas em Turón. “Os fatos de Turón, diz Peirats, revestem a maior gravidade. Um belo dia, o chefe do 23.^o corpo de exército, tenente-coronel Galán, envia ordem para que cada Brigada remeta ao Quartel General um pelotão ou esquadra composta de comprovados antifascistas. Assim se cumpre e, seguidamente, se dão instruções a essas forças, para que marchem para Turón, povoado de Alpujarra granadina, de uns 2.500 habitantes. Pela ordem dada, tratava-se de eliminar uma série de elementos fascistas do destacamento de presos políticos daquele povoado. Assim se fêz, e disso resultou que soldados da C. N. T., socialistas e republicanos, assassinaram, por ordem do Comandante Superior, a companheiros de sua própria organização. Estava sendo construída então, pelos prisioneiros, a rodovia de Turón a Murtas, e os cadáveres foram enterrados na excavação da

própria estrada. Esse crime, de cuja responsabilidade não se podem eximir nem os simples executantes, não pôde permanecer calado. Por pressão da opinião pública, o Tribunal Permanente do Exército de Andaluzia abriu inquérito. . . As primeiras investigações comprovaram que as ordens tinham partido do chefe do 23.º Corpo de Exército. Em vista disso, o Tribunal retrocedeu, temendo enfrentar-se com Galán”.

O desaparecimento de José Meca, da C. N. T.; de Juan Hervás, do P. O. U. M.²²; de Jaime Trepas Solá, tão bem documentado, é significativo; mas longo seria expô-los miudamente. A ação proselitista e sornateiramente hostil dos negregados políticos soviéticos se mostrou clara no serviço de saúde do exército antifranquista. Os arquivos da C. N. T. estão cheios, afirma Peirats, de documentos comprobatórios dessa monstruosa tragédia de assassinios, nos leitos hospitalares, de companheiros anarquistas. Há uma *memória* escrita com o título *Política comunista en Sanidad* com muitos documentos. Um destes, com data de 8 de junho de 1938, assinado pelo Comissário da 120.ª Brigada, assim se exprime:

“Mas, o pior de tudo não é isso; o pior é a grande quantidade de homens que morrem por desídia, incompetência ou má-fé dos facultativos. Vimos casos vergonhosos, incompreensíveis de todo, dadas as circunstâncias ocorrentes, que fazem temer sabotagens estudadas, previstas, ou interesse em desmoralizar os combatentes. Por muito que nos expliquem, nunca chegaremos a compreender como faleceu o que foi chefe da Brigada Mista 121, major Gil Montes; por muito que nos digam, não acertaremos na explicação de como se finou o que foi chefe de um batalhão da Brigada 119, camarada Agustin Solá. E assim, sucessivamente. Permanecem na incógnita os falecimentos do que foi chefe da Divisão 30, major Nicanor Felipe, do cabo Joaquin Ballester Alcarria, que pertenceu ao batalhão 479 dessa Brigada, do tenente Francisco Pérez Rodríguez, engajado no batalhão 477 dessa unidade, e de tantos outros...”

Como exemplo, cita-se o caso do mencionado Alcarria, que morreu na Clínica n.º 3 de Barcelona, em conseqüência, dizem,

(22) *Partido Obrero de Unificación Marxista*, de tendência trotsquista. (R. N.).

de tétano. Sua morte deu-se após uma injeção ministrada quando já recebera alta e prestes a deixar o hospital.

A instância da F. A. I. (Federação Anarquista Ibérica), o Sindicato de Saúde e Higiene de Barcelona respondeu aos 18 de julho de 38:

“Premidos pela petição que fazeis a êste Sindicato... referente à maneira como funcionaram os Hospitais Militares, passamos ao vosso conhecimento os dados que possuímos e de que já demos conta aos organismos superiores da C. N. T. Nos Hospitais Militares, há um problema latente. Faz-se nêles a mais baixa, a mais rasteira das políticas, e vítimas dela são os enfermos e os companheiros feridos. Cotiza-se-lhes o sofrimento e suas feridas, condiciona-se o seu bem-estar de enfermos à sua filiação política. Nos estabelecimentos sanitários militares, infiltraram-se, de modo absoluto, os elementos comunistas, êsse sector de discórdia. Os feridos são curados quando os médicos querem e, se são desafetos do Plano Maior dominante no hospital, não se curam. Nossos delegados sindicais do Hospital Militar, base de Vallarca, assinalaram-nos casos verdadeiramente monstruosos. Enfermos que não se curaram nem ontem, nem hoje, nem amanhã, cujas feridas acabaram em gangrena, bichando-se o membro ferido. Neste hospital medra uma célula comunista, capitaneada pelo doutor Linares, um dos *valentes* que, na ofensiva de Aragão, abandonou equipagem e feridos e fugiu precipitadamente para Barcelona.

Mas, o caso de Vallarca é o de todos, absolutamente de todos, os Hospitais Militares. O médico, o praticante, a enfermeira e o diretor, se não são comunistas, estão expostos a tôda casta de humilhações, de coações e, o que é pior, também a ser envoltos numa infame armadilha que os jogará nos fossos de Montjuich. Nos estabelecimentos em que temos nas mãos a administração e direção, como em San Gervasio, a célula comunista empreende uma ofensiva de calúnias e difamações tal, que os empregados se levantam contra êsses companheiros... Os companheiros que ocupam cargos de responsabilidade na Saúde Militar são poucos e se acham materialmente rodeados de espias que os seguem passo a passo e lhes tornam impossível a vida. Há uma ordem-circular da Chefatura Superior da Saúde, aparecida no dia 30 de abril, em virtude da qual se mobiliza o pessoal masculino, se suprimem os delegados sin-

dicais e se dá uma *pontada* na C. N. T., única finalidade dessa ordem-circular. Os tribunais médicos são outro dos casos mais pitorescos. Se tivéssemos a coragem de penetrar no interior dessas guaridas de fascistas disfarçados em *vermelhos*, veríamos coisas... em verdade admiráveis. Feridos já são, curados, a que não se dá alta porque são do Partido. Pobres-diabos da C. N. T. ou de outro organismo sindical ou político qualquer, os quais, não curados ainda, vão para a frente. Todos os militantes comunistas são cardíacos, tuberculosos, etc., etc. O companheiro doutor Vallina é um dos médicos que fazem parte do Tribunal do Hospital de San Gervasio. Esse bom companheiro poderia ilustrar-nos sobre muitas coisas a tal respeito”.

A história da heróica Brigada 153 é característica, porém longa. Os comunistas lutaram porfiadamente por liquidá-la, até o conseguirem. Como fim da tragédia, instaurou-se o terror comunista na retaguarda. Esse negro episódio da traição se narra no capítulo 36 do precioso livro de Peirats.

Em 15 de agosto de 1937, dominando o comunista Negrin, criou-se o *Serviço de Investigação Militar* (S.I.M.). Basta agora lermos os subtítulos do capítulo 36: “O S. I. M., nova Inquisição Ibérica”. “A tcheca do ex-convento de Santa Úrsula”. “Evolução do organismo da ordem pública”. “Os chefes do S. I. M. e seus conselheiros”. “Suas imoralidades e crimes”. — “As repercussões desses crimes no estrangeiro”. — “Comissões investigadoras na Espanha”. — “Contra-ofensiva da Imprensa comunista”. — “Os camaradas do serviço especial”. — “A. G. P. U. monta a armadilha contra o P. O. U. M.” — “Como foi assassinado Andrés Nin”. — “Acabaram-se os passeios!” — “O processo do P. O. U. M.” — “Os acusadores, as testemunhas e a sentença”. “Temos de condenar e condenamos.”

Não nos sobra espaço para mais. Neste mês de julho, comemorativo da resistência oposta pelos anarquistas à revolução fascista de Franco, muito importava se anotasse o terceiro inimigo, o mais operoso, o mais eficiente, o mais vil, contra o qual tiveram de lutar as forças natifascistas de Espanha. *Fascistas* vestidos de *vermelho*, acabados traidores da liberdade, comparsas de Mussolini e Hitler, infiltrados sorratamente para enfraquecer a resistência e, na hora aprazada, abrirem a Franco as portas de Madrid.

Tal foi efetivamente o papel da negra horda bolchevista, artífice da derrota. Serviram, quando nada, de ótima lição à boa-fé dos verdadeiros amantes da liberdade humana.

(“A. D.”, julho de 1954)

63

UMA EXPERIÊNCIA ANÁRQUICA NA CIDADE DE CRUZEIRO

A revista *O Mundo Ilustrado*, em seu número de 18 de agosto, páginas 16 e 17, dá-nos uma reportagem inesperada e de incalculável valor documentário. Revista burguesa, portanto insuspeita, descreve e fotografa um típico movimento *anarquista*, deflagrado, com êxito admirável, aqui perto, na cidade paulista de Cruzeiro. A revista designa o movimento com o adjetivo *socialista*; porém, tal adjetivo, hoje ambíguo, não o caracteriza convenientemente. Devemos lhe chamar antes *experiência anarquista*, porque sua gestão, em tudo, é profundamente antiautoritária, antiestatal, antieclesiástica, lididamente popular, econômica, revolucionária.

Demos a palavra ao repórter *Vinicius Lima*, evidentemente entusiasmado com o processo de *ação direta* revolucionária: “Informados pelo construtor Milton Parnés, fomos à cidade do Cruzeiro, que o nosso informante dizia achar-se em pé de guerra. Tudo era muito simples, dizia ele: o prefeito da cidade, dr. Avelino Júnior (médico eleito à revelia), assumira o governo da cidade e resolvera trabalhar. Mas, quando reuniu os vereadores e lhes falou de seus planos, ouviu da maioria, através de seus líderes, que concordariam com a construção das pontes, das estradas, dos mercados e das escolas, desde que as estradas passassem em suas fazendas e a concorrência das demais obras fôsem “ganhas” por pessoas indicadas por eles. Várias tentativas foram feitas com o fito de demover os vereadores de suas intenções e, como aqueles senhores (latifundiários) persistissem em seus pontos-de-vista, o Prefeito reuniu o povo em praça pública e pronunciou um discurso mais ou menos assim: “Povo de Cruzeiro! fui eleito

para trabalhar pelo povo, mas, quando disse aos vereadores que pretendia trabalhar honestamente, êles se revoltaram e decidiram não aprovar nenhum decreto meu. Pensei e concluí que a única maneira de realizar nossas necessidades é nós mesmos pegarmos na pá e na picareta e cuidar de fazer o de que necessitamos”.

E lançou mãos à obra com o apoio entusiástico do povo. A primeira experiência foi a construção de um jardim público. Havia um lodaçal em plena cidade. O povo aterrou-o e, em pouco tempo, ergueram o jardim. Depois do jardim, resolveram construir um cinema, pois havia dois, péssimos, de quarta categoria, pertencente a um monopólio. E o fizeram. A revista nos regala com a fotografia da casa de diversões, onde hoje se passam bons filmes, em vez dos velhíssimos, projetados pelo monopólio.

Urgia consertar as estradas. Isso foi obra realizada com grande alegria, nela trabalhando homens e mulheres, e até alguns vereadores, amigos do Prefeito. Do consêrto das antigas estradas passaram à construção de novas. A fotografia que reproduzimos mostra o povo trabalhador acudindo ao serviço como se fôsse para uma festa. Enquanto uns abriam estradas, outros erguiam um mercado. Em tudo foram auxiliados por um construtor, o sr. Milton Parnés, que aderiu, entusiasmado, ao movimento.

De realização em realização, passaram a obra de maior vulto: canalizar água pura para a cidade. Havia o projeto de aproveitar-se a água do rio Paraíba, próximo; mas, a água era suja e as despesas exorbitantes (quinhentos contos anuais). Resolveu-se, em praça pública, ir buscar água pura na serra da Mantiqueira, 12 quilômetros distante. Fala agora a revista “*O Mundo Ilustrado*”: “Os canos foram comprados; mas, na hora de os colocarem pelos caminhos, os latifundiários (tais como os índios quando da construção da estrada-de-ferro Madeira-Mamoré) impediram que passassem em suas terras. Por isso, os canos tiveram de dar voltas enormes, tornando a obra muito mais cara; mas, em compensação, os cruzeirenses terão água mineral em suas torneiras e sem o ônus do tratamento absurdo que a oposição desejava”.

Porque isso? O sr. José Riston respondeu à pergunta do repórter: “Porque, com a compra da maquinária, só de co-

missões os nossos antagonistas ganhariam mais de 10 milhões de cruzeiros!”

O mais eficiente, como resultado dêsse movimento anárquico, é que a Câmara Municipal dos senhores vereadores, tornada praticamente inútil, foi fechada. Outras realizações foram feitas. Construíram na cidade 14 pontes de cimento armado, foram abertas oito ruas, fundaram-se 12 postos de assistência médica e dois grupos escolares. Qual o processo coordenador dessas atividades? Como obter dinheiro? As deliberações são tomadas em praça pública. Aprovadas, coleta-se o dinheiro (infelizmente ainda essa praga não puderam destruir), e as quotas obtidas são registradas numa grande lousa pendurada a uma esquina com o nome do doador, de modo que se impossibilita a rapinagem, tão comum.

Como se vê, obra rigorosamente anárquica e onde, mais uma vez, se prova a capacidade construtiva dos trabalhadores, quando agem por si mesmos, livres das peias da burocracia, da autoridade, do Estado em suma. Nota edificante: em Cruzeiro, com 30.000 habitantes, só há uma igreja, e lá, acentua o repórter, o *padre* não manda. Feliz povo e feliz exemplo!

Os companheiros de todo o mundo registem mais êsse estupendo documento do acêrto das nossas doutrinas.

Acrescenta a reportagem de *O Mundo Ilustrado* que os municípios vizinhos, ante os magníficos resultados da *ação direta* em Cruzeiro, estão imitando os cruzeirenses. Oxalá se contaminem todos e mandem à *tabua* seus inúteis vereadores.

Viva a Anarquia!

(“A. D.”, setembro de 1954)

64

A TRAGÉDIA E A CARTA

Para nós, anarquistas, o suicídio de Getúlio Vargas é mais um doloroso drama do capitalismo. Neste nosso triste regime de opressão do homem sobre o homem e de propriedade particular, de possuidores que se entrefurtam e não-possuidores sistematicamente explorados, os cargos públicos são postos de

mando, chaves na distribuição dos favores e engrandecimento pessoal.

Os postos de mando são disputados. Daí as *lutas políticas*, a ambição de galgar as escadarias de palácios e ministérios, a ânsia de fama e prestígio. O prestígio favorece os negócios ou, nos inescrupulosos, as negociatas. Certas convulsões políticas, como as guerras, suscitam aventureiros, felizes uns, outros desventurosos, todos êles, porém, semeadores de ventos e, não raro, colhedores de tempestades. Entre os modernos, Hitler, Mussolini, Trótsky, Stáline, Perón e Getúlio Vargas. Todos se valem da demagogia no regime do número soberano, da massa votante, semi-analfabeta e fácil de levar-se com palavras sonantes e frases vazias. A massa seduz-se com discursivas, promessas bombásticas, fanatismos hábilmente suscitados.

O político há de ser velhaco, manhoso, versátil, escorregadio, conchavista e, bastas vêzes, acomodaticio, tolerante, rédeas soltas, hoje no coice, amanhã no cambão, seguro na gangorra, mas oleoso e melífluo. Os homens mais íntegros, mais dados ao estudo, mais profundos de alma e mais severamente justos não se adaptam à política, retraem-se, fogem dela. É um terreno apropriado aos caracteres aventureiros e gananciosos. Os aliciantes melhor vencem. Formam grupelhos, grupos partidários, coeficiente eleitoral, partidos. Trabalho intenso, tremendo, com ligações e subserviências aos donos do ouro, aos possuidores de alto bôrdio. A muitos ajuda a *sorte*, um parente que sobe, um acaso oportuno. Tudo aventuras, audácia, aproveitamento, exploração psicológica da massa eleitoral, desesperos por vêzes, não raro decepções amargas. A de Getúlio Vargas foi amaríssima e, forçoso é confessar, por muita culpa própria.

A nós, anarquistas, pouco ou nada interessa mostrar os prós e os contras. Uns mais, outros menos, é tudo vinho da mesma pipa, e essa tragédia não foi a primeira nem vai ser a última. O que poderemos comentar é a carta escrita antes do suicídio. Se êle fêz bem matar-se, pouco nos é dado julgar. Fê-lo porque assim o quis. Sua carta, entretanto, nos estarrece, porque, nessa tremenda ante-sala da morte, revela o autor ou completa inconsciência, ou incrível falta de senso. Para êle, desencadeiam-se sôbre sua pessoa as fôrças coordenadas contra os interêsses do povo. Que fôrças são essas? As que mostra-

ram, precisamente, ao país, a camarilha de opulentos desfalcadores do povo acompadrados em tórno do ditador e sob sua proteção: os Jaffets, os Jangos, os Wayners, os Lodis, os Ademares, os Gregórios, os Láferes, os Luzardos e tantos mais, a tão reconhecida por todos *gang* do Catete.

Diz êle: "Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa". Não há nisso um ponto verdadeiro. As acusações são claras, precisas, documentadas. Se há insultos, não são de monta, nem desfazem o libelo formulado no próprio parlamento. Não houve nenhuma calúnia; os fatos não foram desmentidos; ao contrário, foram todos confirmados. A declaração de que lhe tiram o direito de defesa é ridícula. O presidente tem nas mãos um grande partido em que se apoia, tem seu líder no Parlamento, possui jornais da sua grei. Tem a tribuna livre para falar aos cidadãos. O que se viu, porém, foi a sua nenhuma capacidade defensiva ante as arguições provadas, provadíssimas. Não se defendeu por não lhe ser possível qualquer defesa. Se êle não prevaricou, prevaricaram, às escâncaras, seus familiares e apaniguados. Êle poderia ter alegado inconsciência dos fatos: porém isso lhe tiraria qualquer capacidade de govêrno e lhe imporia, conscientemente, a renúncia. A renúncia lhe foi imposta precisamente por ter a nação reconhecido nêle essa consciente ou inconsciente incapacidade.

Mais engraçado é pretender que os acusadores intentavam sufocar-lhe a voz para que não continuasse a "defender o povo e principalmente os humildes". Ora, claríssimo é que ninguém pretendeu isso. Mais claro ainda, que êle jamais defendeu o povo nem protegeu os humildes. O que todos, até seus antigos partidários e fanáticos, averiguaram foi que, longe de favorecer o povo, favoreceu largamente os *tubarões*, pagando-lhes com mão régia o apoio partidário dado nas últimas eleições. O que sentem hoje os trabalhadores é que foram algemados ao Ministério do Trabalho, têm seus sindicatos escravizados, e, sobretudo, graças aos desregramentos financeiros do seu govêrno, sua vida incerta com a incerteza da moeda agravada pela carestia crescente, que nenhum salário-mínimo garante ou melhora.

Getúlio clama: "Inicie um trabalho de libertação e instaurei um regime de liberdade social". São palavras de um

ditador que durante 15 anos governou sem lei, sob um regime de horrenda pressão, do cala-ou-morre! É pasmoso!

Depois, assevera que os grupos econômicos e financeiros internacionais espoliavam o Brasil. Foi isso que o levou à revolução contra Washington Luiz. Ora, o que gerou a revolução não foi isso; foi a teimosia de Washington em querer impor ao país a candidatura Júlio Prestes com eleições falsas.

Assevera ainda Getúlio: "assumi o govêrno dentro da espiral inflacionista que destruía os valores de trabalho". O certo é que, longe de contrariar essa corrente inflacionista, a facilitou alarmantemente.

Quis lutar contra trustes estrangeiros. É real; porém, nisso cometeu erros sôbre erros. Ninguém luta contra cartéis internacionais, isto é, contra capital organizado, sem possuir duas coisas essenciais: *moeda* e *capital organizado*. Ora, não temos *moeda real*. Nosso cruzeiro é mera ficção. Não possuímos capital organizado, capital nacional conjugado para fins de mútuo amparo. Inda mais: nossa realidade econômica e financeira não comporta, ainda organizada nacionalmente, uma afronta ao capitalismo internacional explorador.

O resto da carta é pura demagogia. Visa a criar nova mística para perpetuar-se ou desculpar-se ante a posteridade. Tudo coisas de político falhado fragorosamente.

Para nós, anarquistas, nada representa essa morte espetacular. Um fim trágico, semelhante a tantos outros: ao de Hitler, ao de Mussolini, ao de Trótski e de tantos mandões ultrapotentes, que a própria função autoritária destrói.

Episódio fútil, sem nenhuma relevância na história humana ou sequer na do Brasil. Apenas uma *comedia finita*, como tantas passadas e tantas futuras. Comédia do capitalismo canibal e pistoleiro!

("A. D.", outubro de 1954)

65

RESPOSTA A UMA CARTA

Um *simpatizante*, o sr. Medeiros Lima, de Belo Horizonte, escreve-nos pedindo esclarecimentos sôbre pontos para êle obscuros, mas importantes. Vamos responder-lhe por partes.

1. Se Oiticica é o *líder*, no Brasil, do movimento anarquista. *Resposta*: O sr. Lima vê líderes em tôdas as agremiações políticas, religiosas, dançantes e até carnavalescas. Tôdas têm seu líder, um homem que manda, dirige, exerce decisiva autoridade em tudo e sôbre todos. É natural que suponha haver no movimento anarquista coisa igual. Entretanto, neste ponto, engana-se redondamente. No movimento anarquista não há líderes, nem chefes, nem chefetes, nem chefões, indivíduos que mandem, determinem, programem, sequer dirijam. Nesse movimento de homens livres, há acôrdo, combinação, resoluções comuns, por unanimidade. Assim, não é possível apontar líderes. Cada qual contribui com suas possibilidades.

O companheiro Oiticica, dado seu conhecimento da língua, seu longo tirocínio na imprensa e sua cultura geral, é naturalmente indicado para dirigir *Ação Direta*. Outros, em cada setor, muito mais capacidade possuem que êle e são acordemente indicados para tal ou qual pôsto. Nenhum de nós, anarquistas, porém, considera Oiticica chefe de coisa alguma e êle próprio repeliria qualquer insinuação em tal sentido.

Não quer dizer isso que falte ao movimento anarquista *direção*. Direção pode não ser *cumprir ordens*. Nossa *direção* resulta de acordos e compromissos assumidos livremente em reuniões mensais, em plenários regionais e em congressos regionais ou mundiais.

2. Se há Federação Anarquista Brasileira. *Resposta*: Não. Houve e bastante influente. Os sucessos de 1918, de 1924 e, posteriormente, a ditadura getulista prejudicaram enormemente o movimento anárquico, de dois modos: por dispersão dos anarquistas com deportações; por proibição de atuarem êstes nos sindicatos oficializados ou nas fábricas.

Entretanto, com o renascimento das atividades anárquicas, após a ditadura, cogitam os anarquistas de recompor sua Federação. Reconhecem, todavia, estarem longe disso, porquanto os sindicatos estão desertos, e o anarquismo não é doutrina para granfinos, para partidos eleitorais, para carnavalescos, nem para escravos ou comodistas.

3. Quantos são os elementos militantes? *Resposta*: Não sabemos. Não somos partido político, interessado no voto. Por isso, não nos preocupa o *quantos*. Também não possuímos *brigadas de choque* para assaltos ao poder. Para tais coisas, deve

haver *fichamento rigoroso*. Nós não *fichamos* nem *marcamos* a ferro em brasa garrotes ou novilhas. Não queremos *rebanho*. Podemos asseverar que já fomos muitos no Brasil e hoje somos poucos. Temos, entretanto, a certeza de que voltaremos a ser muitos. Pouco a pouco, vai crescendo o número.

4. Se há escritores, artistas, etc., dentro do movimento. Claro que sim: professores, médicos, estudantes, tôdas as classes sociais. É certo, porém, que, sendo o movimento anarquista essencialmente antiestatal, antiburguês, antipolítico, antieclesiástico, poucos burgueses, nenhum beato, nenhum político, por mais da esquerda que se diga, poderá ingressar no anarquismo. Para ser anarquista há de a pessoa renunciar a tôda veleidade de mando, domínio, autoridade, chefia, etc., e essa renúncia, no ambiente capitalista, é difícilíssima.

5. Qual a posição do anarquismo ante o livre-culturismo, existencialismo, nudismo, naturismo, amor-livre, anarco-individualismo, auto-anarquismo? *Resposta*: O anarquismo põe, acima de tudo, como primado social, a liberdade de pensamento, a liberdade de manifestação e a liberdade de experiência. Sempre defendeu o amor-livre, que não é amor promíscuo, senão o amor libertado das peias econômicas e da tutela jurídica ou religiosa. Todos os modos de vida são inteiramente respeitados e lícitos, desde que não atentem contra a liberdade alheia. O anarquismo não entra no mérito dêsse ou daquele processo higiênico, filosófico ou social, pelo simples fato de que anarquismo não é dogma, não é estatuto, não é escola, não é instituição, não é cúria, não é tribunal, não é regulador de consciências, nem exerce fiscalização policial ou universitária sôbre coisa alguma. Se um grupo de indivíduos deseja viver nu, sem prejudicar a vida alheia, que vivam! Se um grupo qualquer deseja praticar o espiritismo, é lá com êles. Intolerável seria que pretendesse impor aos mais qualquer decisão, ordem ou conselho dos *guias*.

Está bem claro, parece.

Quanto ao sindicalismo, é puro *método* de luta; não é filosofia, nem sistema social. Criam-se os sindicatos como tática de união dos trabalhadores para se entenderem na luta contra o patrão e o Estado. Entendem, entretanto, os anarquistas, que, acima do sindicalismo, limitado aos trabalhadores do campo, da indústria e do comércio, está o apoio-mútuo de todos os

homens, os que exercem atividade útil fora das classes sindicalizadas. A criação de sindicatos *liberais* é invenção do Estado totalitário para confundir as coisas e atirar poeira aos olhos dos produtores braçais. Sindicatos de médicos, professores, advogados e outros semelhantes, são sindicatos tipicamente burgueses, opostos em tudo aos sindicatos de índole revolucionária, antipatronais e antiestatais.

6. Qual a posição dos anarquistas ante o Governo da Espanha no Exílio? De apoio? No caso afirmativo, não há incoerência? Não representa Estado? Não é um dilema? *Resposta*: Não há dilema algum, já que não existe *apoio* algum anarquista ao governo de exílio. Podem os anarquistas olhar com simpatia êsse governo, por ser êle o único inimigo declarado do usurpador fascista e católico Franco. Como lutamos, nós de um lado, e o governo do exílio do outro, contra a mesma camorra cléricofascista, arruinadora da infeliz Espanha, poderá parecer, aos habituados à política burguesa, que apoiamos tal governo. Tão certo, entretanto, é que o não apoiamos, que, se conseguirmos levar avante, como pretendemos, a derrocada do falangismo e do vaticanismo na Espanha, absolutamente impossível seria fôssemos cometer a estupidez de o repormos em Madrid. Poderiam voltar seus membros à Espanha, porém como simples trabalhadores. Como governo, jamais.

7. Qual a melhor obra (quer em português, quer em castelhano) sôbre a guerra civil espanhola? Já li *A Tragédia na Espanha* e *Um brasileiro na guerra espanhola*, gostando do primeiro (de autoria de um espanhol exilado) e vendo, no segundo, aberta propaganda bolchevista, soviética, como se vê dos excessivos ataques à atuação dos anarquistas na guerra citada. Há verdade ali? Não vêdes a possibilidade de infiltração de elementos mal intencionados nos movimentos anarquistas no mundo? Que achais? *R.*: A melhor, mais documentada e segura, é a de Juan Peirats, em três volumes. A do "brasileiro na guerra da Espanha" é testemunho acabado e vivo dos processos infames dêsses requintados jesuítas fascistas vermelhos, contumazes caluniadores e mentirosos profissionais. Raciocine. Quem saiu à rua arrastando o povo espanhol na contra-ofensiva a Franco? Foram os comunistas? Não. Foram os anarquistas, centenas dêles mortos na tomada do forte de Atarazanas. Nesse tempo, não havia, pode-se dizer, bolchevistas na Espanha.

Seria possível fôsem os anarquistas sabotar, depois, uma obra iniciada por êles? Os sabotadores reais, provadamente sabotadores miseráveis, a cuja obra danada se deve a derrota, quando a vitória estava patente, foram precisamente os bolchevistas, por imperdoável êrro dos companheiros espanhóis, que lhes permitiram entrada no ministério republicano, inclusive no mais eficaz de todos, o da guerra. As tremenda vilanias dos ditos comunistas estão documentadas na obra de Peirats e dela demos amostra no n.º 43 de *AÇÃO DIRETA*.²³

8. Durrúti foi o líder do anarquismo ibérico? *Resposta:* O sr. Lima não pode alijar do seu cérebro a palavra *líder*; mas é de todo ponto indispensável atirá-la às urtigas, se quiser algo pescar de anarquismo. Durrúti nunca pensou em ser líder, ou chefe, ou cousa alguma. Dadas as suas qualidades de lutador, sua inexcedível coragem, seu ânimo e a irrestrita confiança adquirida por uma atuação de muitos anos no movimento anárquico ao lado de Francisco Ascaso e Garcia Oliver, seus inseparáveis companheiros, entregou-lhe o povo espanhol a tarefa de organizar a resistência a Franco. Só isso!

9. Foi assassinado por anarquistas mesmo, como faz crer o argumento contrário? *Resposta:* Essa mentira é tão deslavada, que até faz rir e enoja. A versão contrária seria muito mais provável, quase certa: Durrúti foi vítima dos bolchevistas. O que nos leva a supor isso é o fato de haverem os bolchevistas, imediatamente, atribuído essa morte aos anarquistas, invenção diabólica em que, felizmente, ninguém acreditou. Basta ver a colossal demonstração de pesar, que foi o entêrro dêsse grande companheiro. Todavia, não há prova provada de algum atentado. Madrid estava transformada em campo de batalha, pois os franquistas haviam chegado até a Ponte dos Franceses. Combatia-se nas ruas. Uma bala qualquer apanhou Durrúti em pleno coração, quando êle inspecionava as trincheiras. Temerário, como conhecidamente era, não se resguardava, e foi certamente vítima do seu destemor.

10. Foi Durrúti o criador da Brigada Internacional? *Resposta:* A Brigada Internacional organizou-se em França, e Durrúti, na Espanha, não poderia ter influído nisso. Constituiu-se,

(23) Sob o título "O terceiro inimigo na guerra contra Franco", artigo n.º 62 desta coletânea. (R. N.).

a princípio, com refugiados italianos, anarquistas e socialistas acoçados por Mussolini. A prova de nela preponderarem os anarquistas está em ter-se chamado *batalhão Malatesta* a primeira leva entrada na Espanha.

11. Os anarquistas ainda mantêm guerrilheiros nos Pirinéus? *Resposta:* Nos Pirinéus e em tôda a Espanha. Refere-se a pergunta, certamente, a guerrilheiros armados nas montanhas; mas, cada espanhol desejoso de liberdade, dentro das fronteiras, é, de um ou de outro modo, um guerrilheiro em ação e pronto, à primeira oportunidade, para o levante geral.

12. Qual o país que possui maior número de anarquistas? *Resposta:* Difícil a resposta, porque, como já disse, não rotulamos ninguém, não distribuimos cadernetas, nem organizamos fichários. Não queremos rebanho mas homens livres e conscientes. Cremos, todavia, ser ainda a Espanha o maior vivedouro de companheiros. Depois, virá a Itália, da qual a Bulgária, apesar da feroz reação soviética, não se distancia muito. Sabemos, outrossim, que, na própria Rússia, ferve (clandestinamente, claro) a propaganda anárquica e cresce o número dos libertários, com a desilusão do *paraíso*!

13. Pergunta, por fim, o sr. Lima, se os anarquistas atuaram na Guatemala e na Indochina. *Resposta:* Nenhuma notícia possuímos.

14. Recebemos do sr. Lima outra carta datada de 6 de outubro, em que insiste nesses pontos e, mais, em saber qual a nossa posição ante os partidos. *Resposta:* Estamos fartos de berrar que os anarquistas não apoiam partido algum, combatem o sistema eletivo, detestam política, seja democrática, republicana, soviética ou cristã. Tôdas se equivalem, isto é, nada valem, pois nenhuma cogita da destruição do Estado, para nós ponto capital. Os anarquistas são contra qualquer govêrno: monárquico, soviético, cristão, democrático, católico ou outro. Propugnamos a federação, regida por acôrdo mútuo assumido em congressos, plenários, reuniões, com direção dos trabalhos a cargo das organizações técnicas, constituídas por *trabalhadores*, não por *assalariados*, não sujeitas a regulamentos, nem ministérios, nem polícias, nem tribunais. Queremos uma sociedade sem o *meu* nem o *teu*, pois na exploração dêsse *egoísmo* está o cerne do *mal*, da broca destrutiva de tôda harmonia humana.

("A. D.", outubro e novembro de 1954)

A AÇÃO DIRETA NA ÍNDIA

“Anárquico é o pensamento e para a anarquia marcha a história” — disse Giovanni Bovio. Sim! Para a anarquia marcha fatalmente a história. Isso o demonstram numerosas iniciativas de fundo visceralmente anárquico, atualmente repontantes aqui e ali.

Ao gigantesco movimento de Makhnó abafado pelo nefando bolchevismo, ao extraordinário florescimento das coletividades agrícolas da Espanha, em plena guerra, aos definitivos êxitos dos “Kibutzim” israelistas, temos de ajuntar agora a vasta agitação, caracteristicamente anárquica, em andamento na Índia, conhecida pelo nome de *movimento Bhoodan*.

Segundo lemos na publicação *Da Índia Distante*, o povo de Manpur, longínqua aldeia de Orisso, na Índia, iniciou um novo capítulo em sua vida. Até ontem, estava êle dividido em homens sem terras e proprietários; hoje, cada um possui seu pedaço de terra. O lote é de 3/4 de acre por pessoa, além de 1½ acres por família. Dessa redistribuição de terras, um campo de 50 acres foi destinado à lavoura cooperativista, cuja renda fornecerá os meios para os programas de desenvolvimento da aldeia.

A história desta revolução pacífica remonta a 1952, quando Vinobha Bhave, homem magro, de voz macia e de óculos, chegou à aldeia. Dizia êle que a terra pertence a Deus e que tôdas as possessões exclusivas não eram naturais. Pediu ao povo que reorganizasse a sua vida, dividindo o que possuía com os que nada tinham.

Tôda a população da aldeia, composta de 114 famílias harijans, seguiu seu conselho, doando suas terras ao movimento Bhoodan. Recentemente, essas terras lhes foram devolvidas, sendo distribuídas de acôrdo com as necessidades e capacidade de cada indivíduo e de cada família.

Isto é apenas um exemplo do novo fermento do movimento Bhoodan, que, cada vez mais, vai tomando conta de maior número de camponeses. Êles estão doando, não apenas terras,

mas outros recursos, para auxiliar os desprovidos a recomeçarem a viver.

Iniciado êste método de persuasão pacífica, a mensagem espalhou-se rapidamente à maioria das aldeias indianas, principalmente em Uttar Pradesh, Bihar, Hiderabade e Orissa. Vinobha Bhave e seus discípulos percorreram vastas regiões, recebendo doações de 3.300.000 acres, o que representa 800.000 acres além do alvo fixado.

O método *Bhoodan* foi inicialmente praticado em Telen-gana, Estado de Hiderabad, onde algumas pessoas haviam destituído, pela fôrça, outras tantas. Cêrca de 35.000 acres foram recebidos. A contribuição variava de uma *gantha* (¼ de acre) a 1.000 acres.

Essas terras foram redistribuídas entre os mais necessitados. Triunfava o amor e prevalecia a ordem.

“Todos são membros de uma família e todos devem dividir tudo o que possuem”. Com tal mensagem, os adeptos do Bhoodan vão, de porta em porta, instruindo o povo sôbre a filosofia da vida coletiva e igual. Qualquer que seja o donativo — terras ou dinheiro — êle é distribuído entre o povo da mesma aldeia, cabendo uma proporção maior aos sem-terra e aos vizinhos empobrecidos.

O movimento Bhoodan não se reduz a terras, porém abrange donativos de tôdas as espécies, que o povo esteja disposto a fazer voluntariamente, em benefício da sociedade. O movimento visa criar melhoria econômica e social através de métodos pacíficos. Apresenta um novo modo de vida pelo qual o povo ficará consciente das necessidades de seus semelhantes, despertando a idéia de que deve dividir entre si terras, dinheiro e conhecimentos. Os membros da sociedade são indivíduos que defendem o lema “um por todos e todos por um”.

Segundo os trabalhadores Bhoodan, o termo “dan” ou donativo é impròpriamente usado, pois indica caridade. Aham êles que o termo faz parte de uma expressão mais completa, “*danam sama bibhagah*”, que significa: donativo é distribuição equitativa. “Devolver à sociedade a propriedade da qual os indivíduos são apenas curadores, não é caridade, é dever ou ato de restituição”.

Como se vê, pura *ação direta*. São os próprios trabalhadores que resolvem os seus problemas. Nenhuma intervenção do Estado, de patrões ou partidos políticos.

Esse movimento há de triunfar, pois é um vasto apêlo à fraternidade, à compreensão, ao altruísmo. Não é ainda o puro anarquismo; todavia, para lá corre a passos largos.

(“A. D.”, janeiro de 1955)

67

DE NOVO, AS ELEIÇÕES

Um ano depois da morte de Getúlio Vargas, procede-se à eleição do seu sucessor, porquanto o vice-presidente Café Filho apenas lhe completara o tempo de governança. A luta pela sucessão empolgou francamente o país, já meio alertado, é claro, da importância de uma suposta democracia onde imperam os *grandes* à custa dos *pequenos*. O exemplo típico de um Getúlio *pai dos pobres*, porém *mãe dos ricos*, milionário por sua vez, politiqueiro de vastos recursos, chefe visível de uma quadrilha profundamente enraizada à sua sombra e extensamente enfeudada nos ministérios e governos estaduais, descorçoou a nação e lhe abriu um pouco as pálpebras adormecidas pelo ópio democrático e demagógico.

E, mal fechou os olhos, começou a nefasta quadrilha a asanhar-se no gigantesco esforço da sucessão. O problema estava pôsto nestes termos: ganhar as futuras eleições e perpetuar-se ou perdê-las e naufragar. Os ricos, de que Getúlio fôra mãe, amparado pela cegueira do proletariado, que o supunha pai, alvoroçaram-se. Levantam-se contra êles outros políticos, em nome de uma ação moralizadora, ansiosos por entrar a nação num regime de moralidade administrativa, saneamento financeiro e prosperidade econômica.

E que se viu? Não contando com o descarado inconsciente e petulante dos integralistas, de ridícula memória, três partidos defrontam-se: a velha guarda getulista, comandada pelo governador de Minas; o vasto grupo do ex-governador de S.

Paulo, acusado, por todos, de ser o mais deslavado concussionário (enfemismo de *ladrão público*) de todos os tempos no Brasil e cuja lista de ladroíces foi elaborada e extensamente divulgada sem a mais leve contestação; finalmente, outro amplo setor, os dos cidadãos desejosos de inaugurar uma era política mais ou menos séria, laboriosa e decente.

O que se viu foi a paridade dos três grupos: mais de dois milhões de brasileiros querem que se continui o regime de Getúlio; outros dois milhões desejariam ver no pôsto supremo da administração pública o brasileiro mais ladrão que já houve na história nacional e o queriam, proclamando-lhe a superioridade com esta arrasante senha: “Rouba, mas faz!”; e mais de dois milhões votaram pela *moralização* administrativa.

Conclui-se que apenas um têrço aceitou a tal moralização! Como assim? apenas um têrço? Esse resultado revela, das duas cousas, uma: ou o povo brasileiro é duplamente imoral, pois dois terços preferem continuar no regime da latronice infiltrada ostensivamente na administração pública, ou o povo brasileiro é duplamente cretino, pois se deixa levar pela soez demagogia dos politiqueiros mais desmoralizados.

Para nós, anarquistas, o resultado revela a estupidez de qualquer regime político. O exemplo do nazismo alemão é clamante. Não se tratava de um povo semianalfabeto. Tratava-se de um dos povos mais cultos do mundo. Pois esse povo, em quatro ou seis anos, se deixou levar pela paranóia de Hitler, a ponto de arremessar-se na mais louca das aventuras, seduzido por uma doutrina cem por cento insensata.

O hitlerismo foi fruto real da democracia. Hitler venceu pelo voto num país onde o voto é secretíssimo e as eleições corretíssimas. Logo, se a democracia do voto pariu Hitler, um monstro, é que ela é, por sua vez, monstruosa. Nós, anarquistas, sabemos que assim é. A democracia é um sistema calculadamente organizado pela classe dos ricos, dos açambarcadores, para, iludindo o povo com a falsa aparência de uma *escolha livre*, os perpetuar na gestão do país.

A quem duvidar disso perguntamos: quem escolheu os candidatos Juscelino-Jango, Adhemar-Danton, Juárez-Milton? Foi o povo? Jamais! Foram êles próprios, através de cambalachos sórdidos, barganhas torpes ou arranjos aparentemente honestos,

mas, lá entre êles, entre os *chefes*, os maiores dos partidos políticos, reunidos em *convenção*! Convenção do povo? Nunca! Reunião dêles, dos políticos, dêles sòmente. Juscelino apresenta-se e, depois de muitas indecentes gigajogas, é *apresentado* por uma dupla partidária. Adhemar *apresenta-se*; mas, no final do *empurra*, também é *apresentado* por outros partidos.

É o povo? É consultado? De modo nenhum. A comédia desenrola-se à sua revelia. Concorre aos discursos dos candidatos apresentados pelos partidos e, no final da pantomina falada, o *obrigam* a votar num dos três apresentados! Foi o povo que escolheu? Nada: O povo apenas homologou, *obrigado*, ou por esporte (o povo gosta de briga de galos), um dos *eleitos pelos partidos*. Quem elegeu Juscelino? O povo? Não! Os partidos que o escolheram, porque o povo não foi ouvido nem cheirado para a *apresentação* do seu nome. O povo, como em tôda a parte, foi apenas torpemente iludido, enganado, *tapeado* (a gíria diz tudo) por êsses velhacos sem figado, chamados *políticos*.

E que é a política senão a comédia trágica dos ricos, dos capitalistas, dos *tubarões*, todos êles ladravazes mais ou menos desmascarados e despudorados enganadores do povo crédulo? Getúlio, o *tubarão* Getúlio, não dominou os sindicatos gritando aos trabalhadores sua decidida luta contra os *tubarões*? E dois milhões de brasileiros não acredita ainda na inteireza moral e política de Getúlio?

Pobre povo trabalhador! Quando abrirás definitivamente os olhos e os ouvidos para ouvir a verdade e, num ímpeto final, destruir o regime capitalista, renegando de todo os políticos, meros testas-de-ferro dos que dominam a Terra com o dinheiro?

A *revolução* nunca se fará pelo *voto*, porque o voto mantém o regime do capital e ilude os trabalhadores. É o que afirmam e demonstram os anarquistas.

(“A. D.”, n.º de novembro de 1955)

68

A PREVIDÊNCIA SOCIAL, ANTRO DE LADRÕES

Ação Direta não se cansa de gritar, aos ouvidos surdos do trabalhador brasileiro, que os tais institutos de previdência so-

cial foram especialmente criados para: 1) servir de organismo financista à burguesia civil e militar para construir ricos apartamentos e casas confortáveis; 2) dar polpudos empregos a uma casta parasitária encarregada de distribuir miseráveis *benefícios* aos trabalhadores.

Além da fabulosa quantia (dinheiro extorquido aos trabalhadores e gasto com os ordenados das castas parasitárias), avultam, repetidos, constantes, impunidos, os assaltos sistemáticos aos cofres dêsses caçaníqueis oficiais.

Várias autoridades, políticos e administradores, o procurador Cunha Melo, os jornais independentes não se têm cansado de bradar contra essa vergonha, nossa e de todos os países onde vinga a praga totalitária. Citemos mais um caso e uma opinião. Referimo-nos ao discurso veemente do deputado Herbert Levy na Câmara Federal. Vamos transcrever, *ipsis verbis*, o que nos refere o “Diário de Notícias” do dia 27 de junho passado:

“Em longo discurso — o principal da primeira parte da sessão de ontem da Câmara dos Deputados — o sr. Herbert Levy chamou a atenção do país para o grave problema da má administração dos Institutos de Previdência, problema que se agrava cada vez mais com as soluções simplistas do Govêrno, de elevação violenta das contribuições, em vez da correção das falhas e das irregularidades que já são corriqueiras. Um retrato da situação de todos os Institutos — continuou — encontra-se no relatório do exame procedido no IAPC por um membro do Conselho Fiscal dessa autarquia. Só aí há uma rubrica sob título de “responsabilidades em apuração”, que vai ao volume de cinquenta milhões de cruzeiros! Mas, não é só: outra rubrica, com o nome de “apropriação indébita”, atinge o total de nove milhões! E ainda “responsabilidades diversas” com dezessete milhões. Em suma, o IAPC inscreveu no seu balanço irregularidades que montam a cêrca de oitenta milhões de cruzeiros! Em aparte, ocorrendo ao encontro da tese do orador, o sr. Segadas Viana observou que, enquanto o Ministro da Fazenda gasta, com todo o seu aparelho arrecadador no território brasileiro, um bilhão e quinhentos milhões, os Institutos despendem, com o seu funcionalismo, quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros”.

Leiam e releiam os trabalhadores essa declaração autorizadíssima do sr. Segadas Viana, ex-ministro do Trabalho: os Institutos despendem quatro bilhões e meio de cruzeiros, isto é, quatro milhões e meio de contos de réis, só com seu funcionalismo. Essa quantia representa quatro vezes mais que a do Ministério da Fazenda com o serviço de arrecadação.

Vê-se, flagrantemente, a confirmação de uma tese nossa, de *Ação Direta*: as autarquias servem aos donos do país para financiar-lhes emprêsas e prédios e para manter um vasto ninho de parasitas nelas acoitados sob a capa de funcionários. Todo êsse dinheiro, êsses quatro milhões e meio de contos-de-réis são extorquidos à massa trabalhadora, que os paga, metade em quotas diretas, e metade no preço das mercadorias elevado pelos patrões.

Volta e meia, êsses funcionários parasitas são vertiginosamente aumentados. Para isso, elevam-se drásticamente as quotas mensais, quer dizer, arranca-se mais dinheiro ao trabalhador. Agora, já se cogita de novo aumento em percentagem vultosa. Segundo soubemos, o aumento previsto está calculado na base de uns setenta por cento. Uma farra!

E os trabalhadores, obcecados pelas leis fascistas de Getúlio Vargas, inteiramente hipnotizados com os ridículos *benefícios*, não se movem, quedam-se bestificados, não rompem, nos seus sindicatos, o silêncio de morte em que apodrece a vida operária neste Rio de antiga e sempre vitoriosa agitação. Polícia e ministério aí estão para manter o açamo na bôca das vítimas, de tal modo que não possam gritar, protestar, revoltar a classe.

Calcule-se essa astronômica quantia, dinheiro dos trabalhadores, nos cofres dos sindicatos! Que não se poderia fazer em benefício da redenção dos párias brasileiros em nossa lavoura! Que medidas não poderiam efetuar-se no tocante à assistência mútua, preparo dos trabalhadores, coletividades agrícolas de tipo libertário, etc., etc.!

Em vez disso, a classe trabalhadora do Brasil cruza os braços e paga do seu bôlso, estupidamente, quatro bilhões e meio de cruzeiros a uma turma ociosa de parasitas burgueses!

Continuará isso indefinidamente?

("A. D.", agosto de 1956)

PRINCÍPIOS E FINS DO ANARQUISMO

1. Os homens se associam para assegurar sua existência e reprodução, obter um máximo de felicidade, melhorar a espécie, física, moral e mentalmente.

2. O máximo de felicidade de um depende do máximo de felicidade de todos.

3. Não correspondendo a tais fins o regime social vigente, achamos indispensável uma reorganização completa da sociedade.

4. Afirmamos que só pela ciência se pode reorganizar e manter a sociedade.

5. Sociedade é a união instintiva dos homens para aproveitamento máximo das energias cósmicas e desenvolvimento máximo das energias humanas com um mínimo de desperdício total.

6. As energias humanas são de cinco espécies: *física* (corpo são), *mental* (inteligência), *moral* (vontade), *prática* (habilidade, técnica) e *social* (solidariedade).

7. É *bem* tudo quanto concorre para aumentar a *energia útil* ou evitar seu desperdício, e *mal* tudo quanto concorre para aumentar o desperdício de energias ou evitar o seu aproveitamento.

8. Um ato que acarreta desperdício de energias cósmicas será *bom*, desde que aumente as energias humanas, principalmente a solidariedade.

9. As energias cósmicas devem ser tôdas gratuitas, como o sol e o ar. A terra, energia cósmica, deve ser gratuita. Condenamos, por isso, a sua repartição em lotes passíveis de compra e venda.

10. O aproveitamento das energias se faz pelo trabalho coletivo.

11. Todo indivíduo tem direito à porção de energia cósmica suficiente para manter-se com bastante conforto enquanto viver, sem prejuízo do conforto alheio. Para isso, deve concorrer com o máximo de trabalho útil necessário.

12. Cada indivíduo, pois, deve trabalhar segundo as suas forças para receber segundo as suas necessidades.

13. É anti-social e, por isso, imoral, a apropriação e acumulação de energias por um ou mais indivíduos, em detrimento dos demais. Condenamos, portanto, o regime da propriedade particular.

14. A propriedade particular nasceu do roubo a mão armada e se mantém pela violência dos possuidores sobre os não-possuidores e pelo roubo dos grandes possuidores sobre os pequenos.

15. O regime de apropriação e acumulação dos bens terrenos gera naturalmente a concorrência econômica.

16. Sendo a concorrência econômica a luta entre os homens para apropriação e gozo individual do máximo de energias úteis, produz extraordinário desperdício de energias, criando serviços supérfluos ou prejudiciais (reclamos, agentes, processos, tribunais, polícias, exército, esquadras, funcionários, diplomatas e comerciantes).

17. Para manter esse regime, os possuidores asseguram sua posse por meio do Estado.

18. O Estado, órgão sustentador da propriedade particular, alicerça-se em leis, impostas aos não-possuidores ou aos pequenos possuidores.

19. A classe dos grandes possuidores, constitutiva do Estado, sempre criou, para seus membros, inúmeros privilégios, que os eximem das leis. Somente as contínuas revoltas dos não-possuidores têm conseguido cercear tais privilégios.

20. O Estado assegura a observância das leis protetoras da propriedade particular por meio da violência (fôrça armada). O Estado é, portanto, instituição anti-social e imoral.

21. O regime social da propriedade acumulável (*capital*) cria a *agiotagem*.

22. *Agiota* é todo aquêle que tira sua subsistência, não de um trabalho produtivo de riqueza, mas de um ágio nos produtos dos trabalhadores. São agiotas todos os intermediários entre o trabalhador e o consumidor.

23. Os consumidores que não produzem trabalho útil (soldados, tabeliães, empregados em bancos e emprêsas de publicidade burguesa, advogados, padres, etc., etc.), embora não diretamente agiotas, concorrem para aumentar o ágio tomado pelos agiotas por serem seus instrumentos, por êles pagos.

24. *Anarquia* é o regime social sem agiotagem.

25. Sendo a moeda o instrumento da concorrência, não pode subsistir numa sociedade anárquica.

26. Todos os vícios humanos (fumo, alcoolismo, morfismo, jôgo, prostituição, caftenismo, etc.) originam-se na concorrência econômica, são por ela mantidos e assegurados pelo Estado.

27. Todo indivíduo tem direito de expor seus pensamentos e crenças, associar-se para fins recreativos, científicos, artísticos ou religiosos, desde que não haja nisso agiotagem.

28. A educação deve obedecer à seguinte orientação psicológica: até os sete anos, em geral, a criança educa as *percepções*; dos sete aos quatorze, aprende as *noções*; dos quatorze aos vinte e um, desenvolve o *raciocínio*. Deve haver, pois, três graus: elementar, primário e secundário.

29. A educação profissional (energia de habilidade) acompanhará gradativamente a educação mental. Só depois de terminados os estudos secundários, iguais para todos, passarão os estudantes aos cursos de especialização (superior).

30. A educação anárquica procura desenvolver, o mais possível, a capacidade de energia de todos.

31. A sociedade anarquista tende a extinguir os prazeres prejudiciais, facultando, a todos, os prazeres físicos, artísticos e espirituais, verdadeiramente proveitosos.

32. A sociedade anarquista, por meio de seus congressos e literatura científica, cuidará de dar ordem às pesquisas científicas, hoje feitas sem real orientação comum.

33. Reconhecendo prejudicialíssimas à saúde e à moralidade as grandes aglomerações de indivíduos, a sociedade anarquista não criará cidades como as de hoje, pura realização do parasitismo explorador e da burocracia estatal.

34. O fim mais alto do anarquismo é a elevação da plebe, dos verdadeiros produtores, a sentimentos e gostos aristocráticos, substituindo assim a democracia atual, grosseira, calcada na ignorância e na pobreza, por uma aristocracia geral, humana.

35. Sendo o sufrágio universal um processo de usurpação política da democracia capitalista, declaramo-lo nefasto e re-fugamos qualquer plano revolucionário nêle apoiado.

36. Tôda mulher deve ter o curso completo de pedagogia, destine-se ou não ao professorado.

37. O amor deve ser livre, como livre é o pensamento, de qualquer tirania ou preconceito. Amor-livre não quer dizer licencioso, mas liberto das pressões econômicas e dos preconceitos raciais ou religiosos; não é promiscuidade de sexos, porém liberdade de união por afeição recíproca, sem medo à gravidez e sem licença do Estado ou da Igreja.

38. Reconhecemos moral e necessária a eugenia, para melhorar a espécie humana e evitar maior degenerescência.

39. Proclamamos como ideal humano a monogamia, e aceitamos como princípio moral a fidelidade dos cônjuges.²⁴

40. Só tem direito aos produtos sociais quem trabalha, salvo os naturalmente incapazes, isto é, os interditos, os menores de 21 anos, as mulheres nos três últimos meses da gestação e no pós-parto e os velhos de mais de sessenta anos.

(“A. D.”, novembro de 1956)

70

SACCO E VANZETTI

Todos os anos se comemora o 1.º de maio, como um marco histórico das reivindicações proletárias. Citam-se os Mártires de Chicago, não só pelo seus pensamentos libertários, mas também para recordarmos com revolta a terrível tragédia arquitetada e levada à prática por um grupo de homens sem escrúpulos, de facínoras, de reacionários e assassinos.

Já lá vão setenta anos e a idéia de tão terrível atentado não se apagou. Os sanguinários a serviço dos reis do dólar continuam bem vivos na mente de todos os idealistas. Foi na América do Norte (país onde, durante quatro anos, um dos seus melhores filhos, Abraão Lincoln, lutara pela libertação dos escravos), que se consumou a tragédia de Chicago em 1886, repetida em 1927, em Massachusetts, desta vez tendo por mártires Sacco e Vanzetti.

(24) Este ponto-de-vista não é compartilhado por todos os anarquistas. Os anarquistas da corrente individualista, em sua maioria, propugnam o amor plural, considerando-o o verdadeiro amor livre. V. “Nova Ética Sexual”, de E. Armand, Ed. GERMINAL. (R. N.).

Nicola Sacco (sapateiro) e Bartolomeu Vanzetti (peixeiro), ambos nascidos em Itália, viviam no país dos dólares, quando se praticou um duplo crime de morte, além do roubo de uma caixa de pagamentos em uma fábrica de calçado, na cidade de South Braintree (Massachusetts), em 15 de abril de 1920. Isso bastou para que a Polícia, a serviço dos capitalistas e governantes, prendesse os dois italianos sobejamente conhecidos como anarquistas. Na falta dos perigosos gângsteres, autores do roubo, a Polícia americana apresentou como criminosos Sacco e Vanzetti, que nunca tinham sequer posto os pés na cidade onde se praticara o crime. E num julgamento com testemunhas falsas, os dois homens, que jamais haviam sonhado com roubar ou matar, foram friamente condenados à morte. Os sete anos decorridos entre a prisão e a execução permitiram que se apurassem atos ligados ao crime, que se ouvissem testemunhas, como a esposa do próprio motorista que conduziu os assassinos, sra. Jessie Henry Dodson, repetindo palavras pronunciadas pelo marido: “Esses rapazes nada têm que ver com esse caso; fui eu quem guiou o automóvel para realizar esse trabalho e nem Sacco nem Vanzetti tomaram parte nisso”. Nada porém conteve a ira das feras sanguinárias. Nem mesmo a confissão do ladrão e assassino Celestino Medeiros, um dos copartícipes do crime.

Tudo não passava de palavras ôcas para aqueles que disputavam entre si os cadáveres dos mártires anarquistas. Era o ódio clérico-militar-capitalista que se incendiava, disposto a queimar muralhas e choupanas. Era a sede de sangue, dos abutres, que vencia, condenando à morte aqueles que jamais haviam pensado em matar alguém. E quem representava esse ódio, essa vingança das classes abastadas? Quem cometia esse crime hediondo? Quem, com o auxílio da Polícia, conseguiu testemunhas falsas, movido pelo ódio aos estrangeiros e aos liberais? Um juiz, Webster Thayer, e um procurador, Katzman. Foram esses dois autômatos, que, dirigidos pela sanguinária trilogia clérico-militar-capitalista, condenaram à morte e levaram à cadeia elétrica os dois operários italianos que se haviam salientado pelo seu combate à guerra que na Europa dizimara milhões de vidas humanas.

Não era o ladrão ou o assassino que o juiz Thayer pretendia condenar em nome da lei e do dinheiro. Sabia ele que

os verdadeiros ladrões e assassinos eram fruto da sociedade que êle representava e defendia, vestido de toga. Sabia que, no dia em que êles desaparecessem, teria de mudar de profissão. Era, portanto, preciso conservá-los, encobri-los e condenar os inocentes, cujo "crime" único era o de sonharem com uma transformação social, com uma sociedade igualitária. Sim, era mister condenar os "malditos anarquistas" que afirmavam ser a propriedade privada (que êle, juiz, representava) um roubo, que se afirmavam inimigos do Estado, dos governos constituídos, sustentáculos da reinante desigualdade social. O juiz Thayer bem sabia das denúncias feitas ao povo pelos anarquistas Sacco e Vanzetti contra a exploração do homem pelo homem. Via, por isso, com repulsa aquêles que colocavam os industriais, os comerciantes e os ladrões no mesmo pé de igualdade. Isso era absurdo para êle, que pretendia se mantivessem a compra do juiz e a venda do policial, a mistificação do clero e a sórdida exploração do agiota.

E era a rebeldia dos anarquistas, a coragem de dizer a verdade, o que o juiz Thayer tentava abafar em Massachusetts, como o haviam feito seus antepassados em Chicago, em 1886. Era preciso um pretexto para condenar à morte Sacco e Vanzetti. Êle o conseguiu; porém, com surpresa, verificou que, ao contrário do que pensava, em vez de extinguir um mal mantendo os anarquistas, a Idéia persistia no cérebro dos homens, e hoje, quando já nada resta do promotor público e do juiz, ainda os nomes de Sacco e Vanzetti são lembrados, porque o povo os consagrou durante sete anos.

Todo o mundo se apaixonou por êsse cobarde assassinio praticado em nome da lei. Greves de protesto na França, na Itália, na Espanha e noutros países atingiram proporções alarmantes, especialmente onde existiam embaixadas americanas. Foi tal o movimento, que o ditador fascista Mussolini, que havia mandado perseguir e prender milhares de anarquistas, se viu obrigado a consentir no envio, ao presidente da América do Norte, dum telegrama pedindo perdão para os condenados. Nada, porém, conteve o ódio, a vingança do juiz Thayer, que, expressando a opinião de seus amos, dizia: "Os jurados podem recusar-se a acreditar nas testemunhas de defesa, mesmo que estas sejam mais numerosas que as de acusação, e podem basear seu veredicto de culpabilidade sobre a única crença numa só

das testemunhas de acusação". O juiz Thayer ditava com estas palavras a condenação antes do julgamento.

Êsses crimes por mais de uma vez repetidos na terra do Tio Sam e numa época (1920 a 1927) em que se cantavam hinos à liberdade e se pregava democracia, são uma amostra evidente da demagogia capitalista-estatal.

Recentemente, apreciei o livro de Howard Fast, intitulado "A tragédia de Sacco e Vanzetti". Achei-o excelente como descrição romanceada da grande tragédia. Claro, não é um livro histórico sobre o assunto. Certamente não falta ao autor capacidade para o fazer, mas faltou coragem, pois, sendo partidário de Moscou,²⁵ não pôde fazer ressaltar os personagens, Sacco e Vanzetti, pois êles eram anarquistas. O autor teve em seu livro o cuidado de usar, sempre que possível, da expressão "radicais", em vez de "anarquistas". As poucas vezes que usa do termo "anarquista" procura fazê-lo dêste modo: "Comunistas, anarquistas, radicais". Isto não é senão uma habilidade do autor, ou do tradutor. Na página 173, diz (pondo na bôca de Vanzetti): "Estou sofrendo por ser radical e, na verdade, sou radical". Ora, Sacco e Vanzetti, em cartas enviadas aos jornais da época, e no conceito público, sempre se declararam "anarquistas".

Nos anos de 192 a 1927, em que na América se viveu a tragédia de Sacco e Vanzetti, na Rússia, em igual período, condenavam-se anarquistas, como Fedor Mochanovski, Baron e outros. Ao recordarmos êsse monstruoso crime contra Sacco e Vanzetti, crime que se consumou em 22 de agosto de 1927, lembramos aos que se aproveitam do nome dêsses dois mártires do ideal anarquista, que podem fazê-lo, mas sem esconder a verdade. E esta é que Sacco e Vanzetti eram anarquistas e, por serem anarquistas, foram condenados à morte.

(*"A. D."*, novembro de 1956)

(25) Howard Fast, distinguido com o mais alto prêmio literário da Rússia, o "Prêmio Stáline", rompeu, mais tarde, com Moscou e abandonou o Partido Comunista, de que fôra um dos mais destacados membros, pelas razões que expõe no seu livro "O Deus Nu", em que historia o seu drama de consciência. Êste livro, cuja leitura recomendamos, está publicado em português no Brasil. (R. N.).

BEM FEITO!

Otávio Brandão, comunista veterano, escreve, na *Imprensa Popular*, dois artigos com o título *A política de quadros* (26 e 27 de out.) e mais um, *A nova política de quadros* (11 de nov.).

Ao reventar a revolução de 1917, era Brandão rapaz entusiasta, espírito revolucionário, com ânsias anárquicas. Quando, em fins de 1918, fui deportado para Alagoas, Brandão me conheceu. Clandestinamente, pois a polícia me vigiava, fui com êle orientar os pescadores, que se agitavam sem saber lutar. Em noite escura, à luz de muitas velas, falei à centena de homens ali acorridos, explicando-lhes o processo anárquico de luta, o da *ação direta*. Com Brandão, corri os canais e lagoas do litoral alagoano, por êle tão bem descritos em seu livro *Canais e Alagoas*. Para êsse livro, a seu pedido, escrevi um prefácio, que êle suprimiu na segunda edição.

Creio que muito concorri para tornar Brandão anarquista militante. Brandão veio para o Rio, meses depois, e abriu farmácia na rua General Câmara, hoje desaparecida, menos a banda esquerda, ainda viva na Avenida Presidente Vargas. Conheci bem Octávio Brandão, culto, inteligentíssimo, profundamente sincero, honesto, decidido e boníssimo. Em fins de 1919, porém, principiou a produzir frutos a intromissão sorradeira, venenosa, nefasta, do bolchevismo, operada, sem nenhuma ciência minha nem dos militantes anarquistas mais conscientes, pela cavilação manhosa de Astrogildo Pereira. Brandão, muito chegado a Astrogildo, resistiu seu tanto, mas deixou-se por fim contaminar... e transformou-se logo. De espírito independente, senhor de si, avêso ao mando como à submissão, anárquicamente desrespeitador de ídolos, por um lado, e, por outro, incapaz de receber *ordens*, passou, repentinamente, ao servilismo do *partido*, a dizer amém às imposições de cima e a ditar, aos seus subordinados, tarefas e preceitos. E a luta se travou braba entre anarquistas e bolchevistas. Estes iam aplicando as instruções de Trótski, que eu li no boletim do partido, em francês. Nessas instruções, que sinto haver perdido, o infame Trótski criara a mais torpe moral partidária. Contra os adversários, sua

sanha se exasperava. Mandava atacá-los, duramente, nos sindicatos. Recomendava que procurassem miudamente suas faltas dentro ou fora do sindicato. Se nada encontrassem, caluniassem, injuriassem, provocassem dissensões, intrigassem-nos com os trabalhadores, levantassem suspeitas contra êles. Tudo servia para desmoralizá-los. Se nada conseguissem, intimidassem, ameaçassem, agredissem. O fim previsto e único era apossarem-se da diretoria para implantarem, no sindicato, a ditadura do partido.

Octávio Brandão entrou nessa luta sórdida, sujíssima, contra mim. Não vale a pena relembrar episódios da refrega. Basta dizer que bolchevistas agressivos entravam armados de revólver nos sindicatos e gritavam ameaças, inventando, contra anarquistas impolutos, como Marques da Costa, as mais reles calúnias. Escapei, uma noite, de morte certa. Morreram, porém, dois companheiros,* e, se mais não fizeram, é que temiam as represálias.

Passaram-se anos. Octávio Brandão foi para a Rússia. Sempre supus que lá nadara num mar de rosas. Qual nada! "Passei muita penúria" diz êle. Isso de 31 a 35. Em 1936, fizeram-lhe justiça, seu trabalho foi aproveitado, e então veio a fatura. "Em contraste, porém, tive de suportar quatro anos de terríveis expurgos, no ambiente de terror, cuja simples denúncia, hoje, transforma os camaradas mais frios".

E aqui ponho o meu primeiro *bem feito!* Quem te mandou deixar um ambiente, o anárquico, de absoluta igualdade e independência, em que homens e mulheres a ninguém obedecem, se não à sua consciência, onde não há chefes nem chefetes autoritários, nem expurgos, nem perseguições, e te ir alistar num partido hierarquizado, onde a salafrarice impera e os de cima estão prontinhos a assentar o tacão das botas nos mais puros e talentosos que querem subir? E não foi por ignorância. Conhecias as doutrinas anarquistas e o conceito em que temos partidos políticos de qualquer natureza. Sabias que nestes, de qualquer nome ou rótulo, sempre domina a mediocridade e a safardanice. Tu te queixas: "durante tantos anos de exílio, o P. C.",

(*) Um dos mortos chamava-se Antonino Domínguez, sapa-teiro espanhol. O outro era um tipógrafo de nome Damião, e o assassino foi Pedro Bastos, comunista, que logrou escapar-se. (R. N.).

o teu querido P. C., “nunca levantou sequer uma palha para que eu voltasse ao Brasil”. E nós que supúnhamos o contrário! Sabíamos ser o P. C. do Brasil tão nojento quanto os outros; mas, sempre pensávamos que eras nêle acatado e respeitado. “De volta ao Brasil (confessas), fui relegado ao mesmo ostracismo político, durante 3 1/2 anos, de novembro de 1946 a maio de 1950, sem nenhuma razão de princípios nem de tática, que o justificasse”. Bem feito! Bem feito, Brandão! Que bem andei não querendo ouvir as cantilenas de Astrogildo, Elias, Diniz e outros assabujados politiquieiros! Que bem andei! Entre anarquistas não existem *ostracismos*, nem política de quadros, nem expulsão de um militante por quesúlia de *superiores* ou ciumeiras de diretorias canalhas. Se houvesse continuado anarquista, continuarias respeitado e nenhum jornal nosso te fecharia as portas, como tas fechou a *Classe Operária* por ti fundada.

Ora, nós todos criamos, ao voltar Brandão da Rússia, ter sido essa volta promovida pelo próprio P. C., para contar com êsse elemento de valor. Estávamos certos de que Brandão era aqui um dos pontífices máximos, uma das cabeças diretoras, dado seu contacto direto, na Rússia, com as diretrizes mais lídimas. Puro engano meu e de todos! O P. C. brasileiro tratou Octávio Brandão de cachorro para baixo. Nem a biografia de Laura, poetiza tão digna, criatura tão idealista e séria, o desalmado P. C. e os seus componentes viscosos permitiram se publicasse! Mais uma vez: *bem feito!* Quem mandou Octávio Brandão se meter com os suínos? Entre anarquistas, ninguém vai submeter seus escritos à chancela de um júri cretino. Senhor do seu nariz, publica o que lhe apraz e a ninguém vai prestar contas.

Mas, Octávio Brandão se fêz, voluntariamente, escravo, e como escravo o trataram. Nessa redução a escravo, por lei natural, foi-se-lhe diluindo a vontade pessoal, a capacidade de reação, o brio de homem, e Brandão continuou bípede, mas bípede humilde, com assomos vagos de altivez; vagos, porque não maldá às favas o Partido ruim e sonha com nova política de quadros, como se fôsse possível dar hombridade a meia dúzia de aproveitadores políticos tão pulhas quanto os demais políticos.

Bem feito! Mas não é tudo!

(“A. D.”, dezembro de 1956)

ANARQUISTAS E BOLCHEVISTAS

Os artigos de Octávio Brandão revelam, meridianamente, a diversidade patente do caráter, métodos e moral de um anarquista comparado a um bolchevista.

Queixa-se amargamente dos *chefes* e *chefetes* do partido onde predominou sempre a prepotência acintosa, onde sempre vingaram “dois pesos e duas medidas” (artigo de 11-11-56). “Para uns (confessa êle), o incenso, a idolatria e a superestimação, ao passo que, para outros, o descrédito, a insídia e a chalaça; para uns, o culto da personalidade até o delírio, ao passo que, para outros, o mais profundo desprezo aos direitos sagrados da personalidade humana”.

O ingênuo Brandão desconhece que isso sucede em todos os regimes totalitários e até em todo partido político, onde se exija *alguma disciplina*, ou dura disciplina, isto é, obediência, mais ou menos cega, de subordinados a subordinantes, com castigos infligidos pelos mandões aos escravos. Os castigos são sempre os mesmos: repreensões, expulsões ou, freqüentemente no partido de Stáline, prisões duras, expurgo, morte rápida ou lenta.

Essa disciplina, que os bolchevistas alardeavam ser férrea, gera autolhos. O subordinado cria, para si mesmo, o vício de obedecer, de agarrar-se, de inferiorizar-se, o hábito do lambe-pés. Seu temor ao relho, ao cenho duro do chefe, o pavor de incorrer na ira ou censura do amo, vai-lhe infundindo o gôsto proveitoso de agradá-lo, de *merecer* dêle um olhar benévolo, uma reles palavrinha de elogio, que pode, muita vez, ser mão na cara.

O totalitarismo gera invariavelmente o servilismo. Por isso, é da mais risível beocice vir Brandão delatar-nos as tremendas injustiças dos chefões no execrando Partido Comunista. Bem feito! Se houvesse permanecido anarquista, homem independente, que se impõe ao respeito dos companheiros, que não tolera *disciplina* imposta por tiranos, mais ou menos salafrários, não se teria humilhado aos coices dos jumentos.

Essa marca do escravo tivemos, nós anarquistas, de presenciar, enojados, nas prisões de S. Paulo e Rio, onde quer que

nos metia a Polícia em contacto com os presos bolchevistas. Êsses desgraçados mantinham na masmorra o mesmo vêzo da disciplina. Essa disciplina a chicote obrigava-os a porem no *coletivo* tudo quanto recebiam de fora ou mandavam comprar. Para ter um cigarro, um doce, uns biscoitos, era-lhes necessário autorização do chefe, do mais *graduado* entre os presos.

O mais irritante era a rigorosa separação mantida por êles, quanto aos anarquistas. Nada ofereciam a êstes nem dêles recebiam. Indignavam-se os anarquistas com aquelas reservas idiotas entre homens presos por um govêrno burguês impopular e opressor. As circunstâncias indicavam, ao contrário, a maior solidariedade entre os oprimidos, entre os adversários do mesmo poder estatal. Mas os bolchevistas aliam-se fàcilmente com os mais antinômicos partidos; odeiam, porém, de morte, os anarquistas, precisamente porque êstes não são partido político, nem se aviltam a obediências indecorosas. Entretanto, outro é o caráter anarquista. Durante a revolução contra Bernardes, nós, anarquistas não considerávamos a côr do prêso; ajudávamos a qualquer dêles, até criminosos comuns, que a balbúrdia policial misturava conosco.

Para ilustrar êste artigo, revelarei um episódio. Em 1924, estávamos em luta contra Bernardes. Sete meses passei na Ilha Rasa. Em 1925, março ou abril, fomos transferidos, após a fuga de Macedo Soares, para a Ilha das Flores, dentro da baía da Guanabara. Ocupávamos um dos edifícios do Serviço de Imigração. Um belo dia, no porão onde me haviam instalado, aparece-nos, vindo prêso da Paraíba, o bolchevista Josias Carneiro Leão, já meu conhecido. Vinha descalço, de roupa suja e rasgada. Puseram-no incomunicável, com sentinela à vista. Logo lhe perguntei, por acenos, que lhe acontecera. Eu o sabia principal elemento de ligação da Coluna Prestes com os demais revolucionários. Cumpria-me, é claro, ajudar, em todo sentido, aquêle *revolucionário*. Sua côr bolchevista não me inibia da devida solidariedade. Com a experiência adquirida na cadeia, entrei a conversar com o soldado, o guardião feroz, sôbre coisas várias, até que, mais confiante, lamentei o estado precário do prisioneiro. Seria necessário arranjar-lhe roupa. Não seria possível fazê-lo? Formal recusa; mas, pouco a pouco, a sentinela abrandou, e Josias pôde confiar-me um recado a uma senhorita, conhecida de nós dois, ad-

miradora de Josias. Pedia que avisasse os irmãos e lhe mandassem roupa. O recado foi transmitido por *submarino*, o mais breve possível.

No dia seguinte, preveniu-me Josias que iriam julgá-lo no Supremo Tribunal, num processo instaurado, de muito, contra êle. Eu já estivera no Supremo, defendendo um recurso para ser sôlto. Comuniquei a Josias que fàcilmo seria, com alguma audácia, escapulir da Polícia, ao entrar ou sair do Tribunal, na Avenida Rio Branco. Expliquei-lhe miudamente o que tinha de fazer. Josias foi logo transferido da Ilha das Flores para o Rio, e meses passaram-se sem notícias, até que estourou a nova auspiciosa: ao entrar no Palácio da Justiça, Josias conseguiu safar-se dos seus guardas. Meu plano surtira o esperado efeito.

Em agôsto de 25, fui sôlto. Aqui fora, tomei a mim a manutenção do jornal clandestino *5 de Julho*, composto e impresso numa insignificante máquina por Bernardo Canelas, outro bolchevista vítima da *política de quadros* (a coisa é muito velha). Uma noite, bate-me à porta o professor de inglês Carneiro Leão, irmão de Josias. Vinha recorrer a mim. Josias estava escondido em sua casa com todos os perdigueiros na pista. Já tinham ido fuçar-lhe em casa, mas não deram, por verdadeira sorte, com o refúgio de onde Josias nem o nariz expunha. Mais dia menos dia, dariam com o mano. Tôdas as saídas do Rio, êle verificara, estavam guardadíssimas. Teria eu um meio de salvar Josias das garras policiais?

— É a coisa mais fàcil do mundo! — respondi-lhe.

— Como assim?!

— Irei ver Josias, amanhã. Espera-me a tal hora. Combinaremos tudo, e Josias fugirá do Rio, sem o menor risco ou contratempo.

No dia seguinte, vi Josias e assentámos o plano: Josias, num automóvel, iria com o irmão para minha casa. Lá dormiria; de madrugada, um sobrinho meu levar-lhe-ia, às quatro horas, camisa e calção de remador dum Clube de Regatas. Indiquei o ponto exato, esquina da rua Lopes Trovão, em Niterói, onde um emissário entregaria ao fugitivo a roupa de andar e a mala de viagem. Josias atravessou a baía, como patrão de um barco, e azulou para o Espírito Santo. A condição bolchevista de Josias não me vedou, a mim, anarquista odiado pelo Partido, prestar-lhe, duas vêzes, o elementaríssimo dever de ajuda. O Estado per-

segue; o anarquista é inimigo número um de qualquer Estado. Libertará, pois, das grades infames do Estado, qualquer prisioneiro seu, ainda os mais avessos do anarquismo: padre, banqueiro, delegado ou bolchevista.

Octávio Brandão escreve no citado artigo: “Os quadros, os militantes, são a alma viva do P. C. Constituem a parte permanente e fundamental dos membros do P. C., seus lutadores, combatentes, batalhadores. São o contrário dos elementos passivos, incertos, flutuantes”. A conclusão de Octávio deveria ser esta: “Bem fazem os anarquistas que, reconhecendo serem seus militantes a alma viva do movimento anarquista, não lhes tolem a ação, a iniciativa, o arrôjo combativo, sujeitando-os às ordens, quase sempre idiotas, de um imbecil ou ignorante, elevado a postos de mando por caminhos nem sempre decentes”.

E eu gritarei aos ouvidos surdos do infantil Brandão que ouviu as lábias e as tretas do manipulador Astrogildo: “Bem feito, Brandão! Agüenta, meu velho, as patadas dos teus chefes! Sabias que, para os anarquistas, *só a liberdade é criadora*. Por isso, os anarquistas não aceitam imposições de ninguém. Entendem-se para a ação comum e cumprem seus acordos, porque não são passivos, nem incertos, nem flutuantes, nem juraram obediência cega a nenhum senvergonha, seu superior. Os anarquistas não admitem *superiores*. Isso é para soldado ou monge. Os anarquistas prezam as calças que vestem; não usam batina, não envergam farda, *não delegam seus poderes nem sua vontade*. Não são cavalgadas, são homens!

Essa a grande diferença entre eles e os desmoralizados bolchevistas.

(“A. D.”, janeiro de 1957)

73

BRANDÃO E GILDO!!!

Depois de falar Brandão, lacrimejante e descompassado, apareceu Gildo. Gildo é o insigne Astrogildo Pereira.

Mal me iniciei na militância anarquista, logo se me deparou a figura simpática, maneirosa, fala-mansinho, de Astrogildo.

Dirigia um jornalzinho, não me lembra o nome, e revelava-se anarquista cem por cento. Nas idas-e-vindas do movimento, chegámos os dois a redigir o “Spartacus”, que muito influiu, penso eu, na propaganda.

Veio a revolução russa, veio a greve geral, com caráter revolucionário, de 1918. Fomos presos muitos em 18 de novembro, e metidos no regimento de cavalaria da rua Frei Caneca. Menos de um mês depois, eu fui deportado para o Estado de Alagoas, onde conheci Otávio Brandão. Por uma carta de Astrogildo lá recebida, e datada de 29-1-1919, soube eu das peripécias das prisões de muitos camaradas e do andamento do nosso processo, inclusive o cômico depoimento do Major Reis, nosso muito célebre detentor na rua da Alfândega. Essa carta findava assim: “Quanto ao mais, o ânimo não se nos abate. Em todos nós pulsa o mesmo entusiasmo, e as convicções como que se nos arraigam mais fundo ainda. O mundo é nosso — e todos os sabres e tôdas as grades do sr. Aurelino, no fim de contas, resultam num estimulante poderoso e irrecusável. *Ça ira...*”

Nesse tempo, início de 1919, Astrogildo, penso, ainda era anarquista, e todo o proletariado carioca estava uno com os métodos anárquicos de luta. Pelo menos o que me contaram, quando regresssei no mês de março de 1919, foi que, ao saberem do meu embarque, mais de dez mil trabalhadores me aguardavam na praça Mauá, num comício monstro. A polícia, para evitar o escândalo da recepção, mandou a ordem para o navio só passar a barra, alta noite. Essa adesão à nossa obra vimos-la com a fundação de “A Voz do Povo”, diário anarquista com redação na Avenida Central, hoje Rio Branco. (O proletariado podia sustentar um diário anarquista no Rio, como sustentava “A Plebe” em São Paulo). Logo, penso eu, aquelas convicções profundamente arraigadas de Astrogildo eram convicções anárquicas. Pobres convicções! O fogo sagrado da “Voz do Povo”, no qual dizia Astrogildo haver gasto vários contos de réis ganhos na loteria, foi morrendo, morrendo, e todos fomos notando o deperhecimento vertiginoso do diário e dos sindicatos. Nestes, eu era ouvidíssimo, sabia dizer a verdade clara sobre o problema operário e humano, sobretudo não vacilava, e eles não vacilavam, no emprêgo, cem por cento, da *ação direta*.

Pois bem, para o fim do ano, fui sentindo, em certos sindicatos, frieza absoluta, risos de mofa, descaso. Referi a impressão ao nosso velho camarada João Gonçalves, e êle me aludiu a Astrogildo, terminando com uma frase que me pareceu duríssima. Seria possível? Astrogildo renegava o anarquismo? Astrogildo virava a casaca e se passava traiçoeiramente para o bolchevismo?

Foi quando faliu "A Voz do Povo" e Astrogildo com outros promoviam um arrebanho de donativos para os famintos da Rússia. Todos devem ter ciência, pois o cinema divulgou a tragédia, do que foi essa fome no país dos soviets. Numa reunião promovida por Astrogildo na rua José Maurício (sindicato dos Padeiros, se me não falha a memória), Astrogildo, visivelmente embaraçado, com meias frases, titubeando, expôs-nos a necessidade de acudir ao povo russo, pois seria ajudar a revolução proletária do mundo. Eu, Gonçalves, Fábio Luz e outros entreolhamo-nos e não demos trégua a Astrogildo, demonstrando-lhe que já não nos iludíamos com Lênine, Trótski e quejandos "revolucionários".

Astrogildo não insistiu. Dias depois, entrando eu no mesmo sindicato, vi, reunidos na saleta da entrada, com Astrogildo à cabeceira da mesa, além dêste, Brandão, Elias, Diniz e mais outro. Astrogildo falava, como sempre, mansinho. Ao me verem, calaram-se. Foi quando Elias alvitrou: "Gildo, não acha melhor dizer ao Oiticica o que se passa?". Astrogildo, sem levantar a cabeça de um papel que segurava, respondeu displicentemente: "É..., é melhor!" E Elias, voltando-se para mim, na sua linguagem de ex-embarcadiço, proferiu esta frase expressiva: "Oiticica, nós agora é na exata!" Nada mais disse, porque, compreendendo tudo, retruquei apenas: "Já sei, vocês são bolchevistas!" Êles confirmaram e eu retirei-me.

Compreendi a ação subterrânea de Astrogildo. Êle havia, sem me dizer nada, minado os sindicatos, propagado o vírus da ditadura-do-proletariado e da férrea disciplina, a "exata" de Elias. Os métodos empregados seriam os constantes das infamíssimas instruções de Trótski, lidas um dia a mim pelo próprio Astrogildo, ufano de tal mestre. Astrogildo me emprestara o *Bulletin* onde vinham publicadas essas instruções, e teve ocasião de lê-las no sindicato da Construção Civil, uma

noite em que os irmãos Silva, já lacaios do P. C. fundado por Astrogildo, se faziam, armados de revólver, agentes provocadores da mais acentuada vileza.

A frase de João Gonçalves me veio amiúde à lembrança, e certifiquei-me da sua justeza. Iniciei, então, minha tremenda luta contra o bolchevismo chefiado por Astrogildo, mas êste rarissimamente aparecia. Os tempos correram. Veio Bernardes, a revolução de Isidoro, em que os *comunistas* nada sofreram, ao passo que fomos nós, os anarquistas, quase aniquilados. A luta recomeçou, em péssimas condições para nós, em 1925. Apareceu Prestes como chefe sem rival. Astrogildo não aparecia, não se evidenciava. Que teria havido? Até que um dia estourou a nova estarrecedora: Astrogildo fôra expulso do Partido Comunista por êle fundado.

Só hoje, com os artigos choramingantes do quase expurgado Brandão, atinei com o mistério: *a política de quadros*. Astrogildo afundou-se. De mandão passara a mandado, a quase lacaios, e como refunfasse a cretina ordem dos de cima, sargeta com êle, um pontapé bem aplicado no sim-senhor! Quando Astrogildo, o Gildo, era homem livre, respeitava a liberdade alheia e aos demais impunha respeito à sua e prezava e defendia suas convicções aparentemente *arraigadas*, ninguém ousou jamais expulsá-lo de qualquer reunião, sindicato ou federação. Era, antes de tudo, um companheiro. Aspirando ao mando, à disciplina, à política severa de um partido, não se lembrou de que outros mais hábeis o poderiam destronar. E destronaram-no. Bem feito!

Tempos volvidos, porém, constou que Astrogildo pedira readmissão nas filas militantes do Partido. Aceitaram-no com a condição de escrever êle uma carta onde confessasse seus erros e pedisse perdão. Um dos momentos mais dolorosos da minha vida foi ler êsse documento, de tal humilhação, que não sei como pôde Astrogildo, o anarquista de "Spartacus", assiná-lo, sem lhe cair a caneta dos dedos envergonhados.

Nem por isso o readmitido bolchevique trepou na árvore já ocupada por outros velhacos. Agora, Astrogildo reaparece com outro documento, outra carta, que analisarei no próximo número.

("A. D.", março de 1957)

O ARTIGO DE ASTROGILDO

A "Imprensa Popular", em seu número de 4-11-57, publicou um artigo de Astrogildo Pereira, intitulado "A Penúltima Palavra".

Logo de início, confessa Astrogildo seu culto, cem por cento, à personalidade de Stáline. Isso foi lá no passado, enquanto a *palavra-de ordem*, quer dizer, a *senha*, era cultuar Stáline cem por cento. Como, no entanto, agora, a senha é descultuar Stáline, Astrogildo cai em si e tem estas palavras fotografantes: "Mas não é menos verdade que havia, nesse entusiasmo, uma boa dose de pura imitação, de repetição, de contaminação, do tã-tã-tã meramente imitativo e propagandístico".

O próprio Astrogildo declara ter sido, em parte, aquêlê entusiasmo *sincero*, imitação, repetição, contaminação, puro tã-tã-tã agitado e propagandístico. Ora, se assim era, obrigamos a lógica à conclusão de que não era aquêlê entusiasmo *cem por cento sincero*. Havia larga margem para a imitação, para a repetição, para a contaminação.

Seria essa margem muito larga ou pouco larga? Somos forçados a pender para o *muito larga*. O próprio Astrogildo nos força a isso. Com efeito, imediatamente após a confissão cambaleante, envergonha-se êle do *cem por cento* e bate a mão arrependida no peito irresponsável: "E a mim mesmo, cabisbaixo, eu me pergunto hoje: Mas, como foi isso? Como pude comportar-me com tamanha incompreensão? Como pude despojar-me, não apenas do senso crítico, mas também do simples bom-senso? Como pude chegar a tais extremos de passividade? Estas e outras perguntas borbulham dentro de mim, multiplicam-se, complicam-se com algumas pífiás respostas, e de tudo só me resta a cinza amarga e sêca de um terrível incêndio íntimo".

Essa confissão marca o homem. É um homem cabisbaixo. Cabisbaixo porque seus anos assim o dispuseram. Os verdadeiros homens, os desligados de qualquer submissão à cilha dos anos, erram, mas não baixam a frente. Confessam humildemente, lealmente, francamente, erros e corrigem-se, porém

jamais se aviltam. Olham seus semelhantes face a face, de olhos fitos, como fazia Heine, diante dos reis. O pior é que essa cabeça não baixa espontaneamente; baixou porque da Rússia, dos novos anos, veio a nojenta ordem para os lacaios de todo o mundo. Então, Astrogildo, alerta às novas imposições, virou a casaca, alijou do altar o ídolo Stáline, renegou do *santo* e prontificou-se, de ôlho no chicote, a mudar o rumo.

Se errou idolatrando Stáline, não o fez por conformidade política ou por cálculo. Era *sincero*. Está-se vendo. Sincero, mas imensa era sua incompreensão. Coitadinho! Em 1919, o ídolo era Lênine, e o sub-ídolo Trótski. Não havia *incompreensão*. Os anarquistas lhe bradaram, a grandes brados, a traição torpe dêses dois ao proletariado; mostraram, com a mais estardalhante evidência, que a tal ditadura-do-proletariado era ditadura férrea, desapiadada, inédita, de um grupo alucinado sôbre a massa proletária. Mudaram as figuras dirigentes, mas a tirania redobrou. O incompreensivo Astrogildo, apesar dos nossos brados, não compreendeu. Isso diz êle hoje. Veio Stáline. Êste intensificou a ditadura, a tal ponto que ultrapassou, de muito, a vezânia terrorista dos mais célebres assassinos coroados. E Astrogildo não viu nada, não nos ouviu gritar, nem longínquos ecos lhe soaram da vociferação universal. Sua muralha incompreensiva nem a canhão vinha abaixo! Pobre criatura!

Mas a lamúria torpe não pega. Quem lidou com Gildo lhe conhece de sobra a inteligência e a capacidade de compreensão. Seu comportamento reles não deriva de incompreensão, mas de velhaquice, manha política e cálculo ambicioso. Volta-me à lembrança a frase de João Gonçalves. Astrogildo, egresso do anarquismo, jornalista, inteligência vivaz, cai no bolchevismo e, com a queda, se descalibra desastrosamente. Não perdeu só a compreensão, perdeu o *senso crítico*; mais que o *senso crítico*, o *simples bom-senso*! Quem diria!

Só isso? Não. Anarquista, era Astrogildo homem ativo, dinâmico, devotadíssimo à causa. Mergulhou na esterqueira bolchevista, e tudo mudou. Êle mesmo agora pergunta, assombrado: "Como pude chegar a tais extremos de *passividade*". Astrogildo, o *ativo* anarquista, virou bolchevista *passivo*. Astrogildo, assim, durante anos, não ouviu a nossa voz, que lhe clamávamos, a êle e a todos os transviados: "Ser

bolchevista é ser escravo, é ser lacaio, é ser lambedor. O bolchevismo afoga a hombridade humana, anula a independência, desmasculiniza os militantes e os reduz a castrados, a *passivos*". Os bolchevistas que respondiam? Chamavam-nos *pequenos burgueses*, vendidos a este, vendidos àquele, mentiam, caluniavam, xingavam como desclassificados e fanáticos. Agora, Brandão de um lado, Astrogildo do outro, confessam que tínhamos razão de sobra.

Passivos, entregavam-se às violências, malandrices, sa-lafrarices dos chefes, por sua vez passivos, e, todos juntos, iam rodando a almanjarra nojenta do Santo Stáline, o homem de gênio. Mas o manda-chuvas morreu, e os candidatos a manda-chuvas, como os sucessores de Alexandre, não se equilibram na gangorra e fingem refazer a "política de quadros." E dão ordens, ordens novas, ordens contraproducentes e arrepiantes do curso normal das coisas. E os *passivos* apassivam-se mais; o gosto da passividade é tanto, que não sabem como ultrapassar esses *extremos de passividade* a que chegou o encabrestado Astrogildo. Porque Astrogildo continua encabrestado, apesar de terem os seus amos fingido uma folguinha ao freio.

A confissão de Astrogildo o mostra. Sua renegação de Stáline não sai por conta própria. Sai porque os da Rússia mandam sair, porque, sem nova obediência bem cega, não conseguirá Gildo, nem conseguirá Brandão, retomar fôlego no partido para um dia serem ambos ativos, isto é, mandar nos outros. Porque, no regime totalitário, há duas classes políticas nauseabundas: os *mandões* e os *lacaiois*. Os que em si sentem possibilidades de subir da classe esbordada à classe esbordoante, da que apanha de relho à que maneja o relho, lutam para isso; mas a luta não pode ser aberta, às escâncaras, que há campos-de-concentração, cadeias, expurgos, assassinios. A luta é subterrânea, luta de *passivos* a tentarem rasteiras eficazes nos ativos mais vulneráveis.

Ora, tal prática sugere logo baixeza, malandragem, subserviência nas manobras, insensibilidade na vingança, incomplacência na destruição dos adversários. Para satisfazer o amo supremo, há que ser um Molotov, um Vichinski, um Jagoda, um Béria, e ter mão satânica de maneira tal, que el-rei Satã os galardoe com mais alto pôsto.

("A. D.", abril de 1957)

PREVISÕES PRÁTICAS DE UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL ANARQUISTA

Muitas pessoas, após conhecimento superficial do anarquismo, vendo afirmar nossos teóricos a destruição do Estado, das leis, dos tribunais, do dinheiro, do comércio, das milícias, etc., tomam-nos por loucos e perguntam como poderá a humanidade viver sem esses "males necessários".

Eis por que, após os "Princípios e Fins do Anarquismo",²⁶ achamos conveniente satisfazer a curiosidade desses assustados, dando-lhes um esquema da organização social em regime anárquico. As previsões que se seguem foram escritas há mais de 25 anos. Hoje, vendo funcionar as comunidades anarquistas da Palestina,²⁷ já podemos afirmar o acerto destas previsões. Ei-las:

1. O território de cada país será dividido em zonas federadas, cada zona em municípios, e cada município em comunas.
2. A divisão por zonas e municípios obedecerá ao critério do ecúmeno geográfico, isto é, à feição particular de cada uma, atinente ao governo de indústria por explorar ou à distribuição das populações.
3. Em cada comuna, os trabalhadores se reunirão em classes, conforme seus ofícios, manuais ou intelectuais.
4. Cada classe resolverá, nas suas assembléias, tudo quanto se refira aos serviços comunais de sua especialidade.
5. Para coordenação e direção dos serviços e execução das medidas tomadas nas assembléias, haverá conselhos comunais, municipais, federais e um internacional.²⁸

(26) Publicado, sob o n.º 69, neste livro. (R. N.)

(27) V., a propósito, "O Novo Israel", por Agustin Souchy, Ed. GERMINAL. (R. N.)

(28) Aqui, há um erro de nomenclatura. "Internacional" pressupõe a existência de "nações". Mas, "nação" é a forma jurídica de um país, expressa pelo Estado, coisas artificiais, arbitrárias e compressoras, que os anarquistas repelem. Os anarquistas são antinacionalistas, cosmopolitas, ao contrário dos comunistas. Em vez de "conselho internacional", querem um "conselho mundial" (de povos). (R. N.)

6. Cada classe de uma comuna escolherá um delegado para o conselho comunal; cada conselho comunal, um delegado para o conselho municipal, cada conselho municipal um delegado para o conselho federal, e cada conselho federal um para o conselho internacional.*

7. O conselho comunal cuidará dos interesses da comuna, executando as resoluções das assembléias, dirigindo a produção, transporte e distribuição dos produtos, o serviço de estatística, a conservação das obras feitas e seus melhoramentos, o ensino primário, as artes, embelezamentos, festas, correspondências, etc. O conselho comunal se reunirá diàriamente e se revezará por turnos semanais ou mensais.

8. O conselho municipal cuidará das relações entre as comunas, da distribuição dos produtos próprios ou de fora, dos pedidos e permutas de trabalhadores, especializados ou não, dos serviços internacionais,* etc. Reunir-se-á uma vez por semana.

9. O conselho federal cuidará das relações entre os municípios, do ensino superior e profissional, da formação de professôres, dos trabalhos materiais importantes, na zona que lhe couber: da instalação de usinas, fábricas, laboratórios, observatórios, estaleiros, etc., podendo pedir os trabalhadores necessários, especializados ou não, de acôrdo com os conselhos municipais e as assembléias comunais. Esse conselho se reunirá, normalmente, uma vez por mês, e seus delegados se revezarão em turnos anuais.

10. O conselho internacional (*) cuidará das relações entre os países, da armazenagem e distribuição dos produtos, do pedido e permuta de trabalhadores entre os países, da navegação internacional, (*) dos grandes trabalhos intelectuais ou artísticos, etc.. Esse conselho funcionará permanentemente, revezando-se por turnos trienais.

11. Os delegados não gozarão de nenhum privilégio, nem serão dispensados de seus serviços profissionais, senão quando suas funções de delegado lhes absorverem todo o tempo.

12. Além dos conselhos, haverá congressos municipais, federais e internacionais (*) de classes, onde os representantes de cada classe discutirão os assuntos especiais de cada serviço. Por exemplo, o congresso de professôres, composto de um re-

(*) V. a nota anterior. (R. N.).

presentante, professor, de cada comuna do município, ou de cada município da federação, ou de cada federação no congresso internacional (*), discutirá as questões de educação e ensino.

13. Nesses congressos serão apresentadas as invenções, os processos novos, os métodos que, expostos pelos autores e discutidos, serão enviados às comissões técnicas, para estudo e experiência, até adoção ou rejeição final.

14. O ensino superior e profissional será ministrado em universidades estabelecidas na comuna, onde se instalarão laboratórios, usinas, hospitais, escolas, etc., modelares.

15. Os professôres universitários de cada especialidade constituir-se-ão em comissão técnica, para exame das novas invenções, processos científicos, métodos de ensino, livros didáticos, etc.

16. Cada comuna terá serviço completo de assistência médica e dentária com seu hospital próprio.

17. Nos lugares mais apropriados serão instituídos sanatórios especiais, modelares.

18. As horas de trabalho, em cada comuna, serão reguladas pelas necessidades de produção e serviços, ficando o horário a cargo do conselho comunal.

19. Os trabalhos serão distribuídos, em cada serviço, atendendo-se ao vigor físico e capacidade de cada trabalhador.

20. Os serviços repugnantes ou insasubres se farão por turnos entre os trabalhadores sem exceção, de preferência voluntários.

21. Os encargos de direção técnica serão confiados aos mais competentes, a juízo dos próprios trabalhadores, mas não conferem nenhum privilégio.

22. Cada comuna adotará seu regime doméstico, podendo, depois, por meio de congressos, adotar-se um sistema único, o mais prático possível.

23. A instalação de escolas, fábricas, teatros, etc., obedecerá aos preceitos mais rigorosos de higiene.

24. As casas serão ocupadas por famílias, de acôrdo com o número do seus componentes.

25. A construção de templos, se os houver, e confecção de petrechos de culto serão trabalho exclusivo dos crentes, fora

(*) V. nota 26. (R. N.)

da atividade comum da produção. Será, igualmente, trabalho extraordinário a formação dos respectivos sacerdotes.

26. A união conjugal, inteiramente livre, se fará por mero registro (para fins de estatística) na sede do conselho comunal, podendo cada casal realizar as cerimônias religiosas, que lhes aprouver, nas respectivas igrejas.

27. Ninguém poderá eximir-se do trabalho produtivo, sob pretexto de religião; não será admissível, pois, o sacerdócio profissional.

28. As federações entender-se-ão para facultar, o mais possível, as viagens por toda a Terra e o estágio de estudantes em países diferentes, para estudo prático dos idiomas e manejo da língua mundial. Essas viagens se farão muito facilmente, ocupando-se os viajantes em serviços de sua profissão nas comunas onde se fixarem temporariamente.²⁹

29. Os loucos serão internados em fazendas especiais, onde serão tratados cientificamente pelos processos mais brandos e recomendáveis.

30. A repressão dos crimes (que necessariamente, sem o dinheiro, causa de 80% deles, se reduzirão a um mínimo insignificante) será da alçada exclusiva da comuna onde ocorreram, a qual decidirá como bem lhe apraza e o ditam as circunstâncias.

(“A. D.”, abril de 1957)

76

A PENÚLTIMA DO ASTROGILDO

Em seu artigo de 4-11-1956 promete Astrogildo falar *com simplicidade*. E com simplicidade define o tal *esquema* da polí-

(29) Isto acontece na sociedade capitalista, em casos alheios à intervenção do Estado. Vi-o na Alemanha, onde as famílias alemãs trocam com famílias francesas, por tantos meses, seus filhos que querem estudar bem as línguas e freqüentar as universidades. Fazem seus acordos, e os rapazes e raparigas não têm mais que a pequena despesa da viagem. Os homens, livres do Estado, entendem-se maravilhosamente. O mesmo far-se-á com orquestras, elementos teatrais, professores, etc.

tica bolchevista. Para êle, “O esquema é uma camisa-de-fôrça que impede o vaivém natural do pensamento criador, e é preciso romper, desde já, violentamente, com tôdas as suas abomináveis implicações. Guerra sem quartel ao esquema!”

Astrogildo até parece anarquista! Sim, porque nós, anarquistas, somos os únicos, no mundo, condenadores de qualquer tipo de esquema social, político ou religioso. Somos contra qualquer dogma, qualquer *palavra-de-ordem*, qualquer espírito de seita, camorra, igreja ou campanário político. Só nós, anarquistas, somos contra qualquer camisa-de-fôrça, camisas pretas, pardas, vermelhas ou brancas, tudo quanto fede a Estado, a Igreja, a fascismo, mussolinismo, estalinismo, getulismo, salazarismo, porque, dentro dessas camisas, estão escondidos o relho, o *manganello*, a chibata, o baraço, os instrumentos de suplício, com que os miseráveis tiranos procuram impor os seus *esquemas*! Só nós, anarquistas, podemos gritar e temos gritado sempre: Guerra sem quartel ao esquema!

Adiante, confessa o desfibradíssimo Astrogildo: “Eu pertencia ao número dos que aceitavam tudo sem tugir nem mugir”. “Abdicamos da capacidade de pensar independentemente”, diz-se no Projeto de Resolução do nosso Comitê Central. “É duro de se dizer, é mesmo a mais dura verdade autocrítica, exarada no documento em aprêço, mas é preciso proclamá-la sem tergiversação, como lição inesquecível”.

Tudo isso ainda poderíamos, com muitas dúvidas, aceitar, se vissemos qualquer sombra vaga de *sinceridade*. Porém, o certo, o evidente, é que Astrogildo renega o esquema Stálin, exclusivamente porque da Rússia lhe mandam *outro esquema*, a que êle *quer* obedecer. Com efeito, o vício do cachimbo faz a boca torta. O escravo dificilmente se acomoda aos hábitos de liberdade. Astrogildo proclama uma ânsia de liberdade que não sente. O seu advérbio *violentamente* delata logo êsse assômo forçado com que os medrosos obedecem a ordens talvez perigosas. Depois, vem aquela *sem tergiversação*, dita por quem se mostrou sempre tergiversante.

E Astrogildo investe *destemido* contra a *última palavra*. Nada de últimas palavras! A última palavra tresanda a imposição, a dogma. Astrogildo agora é contra os dogmas. E tira de tudo esta portentosa conclusão caracteristicamente anárquica: *não devemos aceitar nada que pretenda impor-se como sendo a*

última palavra, seja sobre que assunto fôr, venha de onde vier, inclusive de Marx, Engels e Lênine. Precisamente o que nós anarquistas sempre temos dito. Por isso, nunca reconhecemos, em cafageste coroado nenhum, o direito de querer impor-nos sua vontade prepotente. Quando um dêesses salafrários empina a pança, torce os bigodes e dita ordens, respondemos-lhe com as armas de S. Francisco e mandamo-lo claramente a partes conhecidíssimas. Assim fizemos com o bolchevista-mor, Astrogildo Pereira, quando quis assumir empáfias de ditador-mirim para transmitir-nos as *últimas palavras* de Moscou.

O triste, o aviltante, é que sua oposição agora às últimas palavras são pura e cabisbaixa reverência à última palavra dos seus perpétuos amos russos. Astrogildo grita contra a última palavra, não admite que alguém se curve à última palavra, seja de quem fôr, mas o evidente é que, ainda agora, mais uma vez, se curva e, nessa curvatura, apresenta aos seus patrões os fundilhos remendados para os pontapés de qualquer novo Stáline totalitário.

(“A. D.”, maio de 1957)

77

O PROGRAMA DA PROSTITUIÇÃO

Chegou-nos às mãos (graças à distribuição gratuita do Serviço Social de S. Paulo) uma conferência da Dra. Ester de Figueiredo Ferraz, proferida no dia 7 de novembro de 1952 e agora divulgada.

Bastou-nos ver a procedência (Escola de Polícia da Secretaria de Segurança Pública) para logo precebermos as idéias da conferencista, advogada no fôro de São Paulo. Os conceitos e remédios da autora são velhos conhecidos nossos, conceitos e remédios em tudo burgueses, meros paliativos sem nenhuma influência na solução definitiva. Diz a autora, com ênfase, que a prostituição é uma forma de escravatura humana, verdade que nós anarquistas proclamamos há mais de um século. Apenas, nós filiamos essa escravatura à escravatura geral, aquela de

onde decorrem a escravidão do operário, a escravidão do soldado, a escravidão dos condenados, a do camponês, etc.

Pesquisando as causas da prostituição, descai a conferencista para determinantes imediatas, sem ver a causa mediata, mais remota, mais geral, mais real. Em primeiro lugar, fonte da prostituição diz ela ser o “insuficiente amadurecimento psíquico (menoridade)” da mulher. Seguem-se, depois: as anormalidades físicas ou mentais, a excessiva pobreza, a desorganização do meio familiar, a falta de educação intelectual, moral e profissional, preconceitos sociais impeditivos da reabilitação de uma “desonrada”.

Ora, um exame perfunctório demonstraria à conferencista não ser nenhuma dessas “causas” a verdadeira causa, e, mais, serem elas, persistindo a causa geral, irremediáveis. Tomemos uma dessas apontadas causas: a desorganização do meio familiar. Alguém de mente livre perguntaria: “Qual a causa dessa desorganização do meio familiar, e porque há de estar a mulher sujeita a tão dolorosa calamidade por ser seu meio familiar desorganizado?”. Claro é que se tal desorganização causa tais quedas, o essencial não seria querer remediar a queda, senão tornar impossível essa desorganização. O mesmo raciocínio poderíamos aplicar às demais “causas”. Se a conferencista quisesse meditar sobre as causas dessas supostas “causas”, talvez chegasse à compreensão que do problema se nos apresenta a nós anarquistas.

Exemplo: outra causa apontada pela conferencista é a “extrema pobreza”. Porém, qual a causa milenar dessa extrema pobreza? Tal miséria não recebeu, até hoje, solução nem dos Estados, nem das Igrejas. Quais as determinantes dessa endemia? A conferencista inclui a miséria na série das “causas” da prostituição, mas observa: “... deve-se esclarecer que a extrema miséria, por si só, pode levar à prostituição, o que tem acontecido e acontece em numerosos países europeus e asiáticos, máxime em ocasiões de guerras, revoluções, crises, calamidades etc...” E concede que entre nós as sêcas nordestinas possam ter gerado circunstâncias favoráveis a quedas.

Essa opinião, mera opinião, é desfeita por inquéritos rigorosos, por exemplo, o de Maxime du Camp. Êsses inquéritos dão como causa número um das quedas a pobreza. É claro que

não se limita o capítulo pobreza à “penúria”, à “miséria”. Estende-se ao desespero, ao cansaço do penoso trabalho diuturno, ao desejo de “melhorar” o lado econômico da vida. Começa pela prostituição limitada a um só homem, um “apoio”, um encôsto para minorar as dores de cabeça de situações aflitivas. Depois, se um só apoio não basta, há o recurso a mais de um, e o pé na rampa vai levando à descida fatal. Seja como fôr, reconhecem todos ser a miséria uma das mais seguras fontes do meretrício. Pergunta-se: — Indagou a autora a causa da pobreza? — Em vez de andarmos a catar paliativos sociais, religiosos ou estatais, para impedir a prostituição, importa saber se não seria possível apurar a causa dessas proclamadas “causas” e atacar o mal pela raiz. Pensou nisso a ilustre advogada?

Antes do mais, importa fazer uma diferença entre mulher não-virgem e prostituta. Nos países germânicos e escandinavos, muito difícil é achar-se uma jovem ainda virgem aos dezesseis anos. Na Alemanha, por exemplo, a “back fisch”, jovem de 16 anos, três meses e dias, recebe dos pais uma chave da porta dianteira e torna-se inteiramente livre em sua vida sexual. Ninguém na Alemanha condena tais jovens “desonradas”. Continuam moças de família perfeitamente respeitadas. Prostitutas são as que do ato sexual usufruem lucro monetário ou só “presentes”. São as profissionais do sexo. Basta isso para elucidar logo ser o meretrício um meio de obter “dinheiro”, e salta imediatamente aos olhos ser o “dinheiro” a causa da prostituição. A mulher se entrega ao homem por dinheiro, porque, desejosa de coisas e vantagens, não as pode “comprar” com o dinheiro ganho no trabalho honesto. Se não houvesse, nesse homem, a possibilidade de acumular riqueza por meio da moeda, essa mulher não se lhe daria sem amor. Conclusão: se a sociedade humana estivesse estruturada de tal modo que se prescindisse do dinheiro, não haveria nem homens compradores de mulheres, nem mulheres carecedoras do auxílio momentâneo de um homem.

Estamos logo ouvindo o grito da conferencista: “Mas isso é impossível! Há dezenas de séculos, até onde chega a história documentada, existe o dinheiro”. E nós respondemos: ‘Exatamente por isso, houve sempre miséria, porque a miséria e a pobreza existem por existir a possibilidade de acumulação da

riqueza social, tôda produzida por trabalhadores, nas mãos de uma insignificante minoria de açambarcadores. Seja, pois, a sociedade organizada de tal modo que tal açambarcamento não se dê, e o esforço dos trabalhadores reverta para os mesmos trabalhadores, o dinheiro desaparecerá e a prostituição desaparecerá com êle, e com êle desaparecerão as mais formas de escravidão.

— Mas, dirá a conferencista, como viver sem dinheiro?

Essa a objeção máxima, feita por quantos se acham literalmente imbuídos de preconceitos capitalistas e estatais. Para essa objeção, diremos apenas: “Estude a conferencista o anarquismo. Vença os seus duros preconceitos religiosos, demonstrados em sua conferência, e atenda às razões, argumentos e provas dos anarquistas. Depois, indague as realizações dos anarquistas atualmente feitas e em andamento na Palestina, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Uruguai, em França, perto de Belém, e mudará totalmente seu modo de pensar.

Então, fará provavelmente nova conferência sôbre a prostituição; mas, em tal caso, formulando o problema de mais alto e apontando a solução exata.

Assim fará grande serviço à humanidade. O que fez nada adiantou, nem adiantará.

(“A. D.”, junho de 1957)

78

FRANCISCO FERRER

A assassínio de Ferrer é uma lição de história viva. Contemplamos, no cenário da Terra, a inevitável transição da humanidade sofredora para a humanidade redimida. É o movimento mais profundo, mais essencialmente humano de tôda a luta contra a natureza; porque se até agora o homem tem reformado os meios de produção e agido pelo sentimento, doravante anseia por se reformar a si mesmo, e o faz pela inteligência. A tragédia de Montjuich expõe o fenômeno à luz me-

ridiana. Irija-o de cambiantes tão intensas, que a mais toldada das visões nela enxerga as perspectivas tôdas do problema da emancipação.

Ferrer é um símbolo. Sua vida um prenúncio. Sua morte uma definição. Recordando-as, vemos a humanidade velha, encarquilhada e trôpega, amortalhada nos preconceitos, chumbada no regime de castas, onde se consagra a dualidade extrema de explorados e exploradores, de um lado; e do outro a deserdada classe dos famintos, proletários sem direitos, triturados no trabalho, sufocados na ignorância, empedernidos na credice e no crime.

Meditando-as, porém, vemos garrida, pala ação restauradora da Escola Moderna, a nova humanidade, a humanidade porvindoura, alinhada por si mesma, pelo esforço da cultura intelectual, em que a razão se eleva, se enobrece o entendimento, e o mundo se revela como existe: energias em transformação na perpetuidade da substância indecomponível. E essas duas humanidades se defrontam no suplício de Ferrer.

O que nêle há de belo não é sobretudo a heroicidade do seu fim, a digladiacão dos ideais humanos com a certeza da vitória da Razão sôbre a Fé, da Liberdade sôbre a Escravidão. Ferrer, gritando, ao morrer, "Viva a Escola Moderna!", é o triunfo das gerações cevadas com a seiva libertária, batisadas para sempre com o sangue do mártir, cobiçosas de paz, de amor, dessa entressonhada concórdia prometida pelos sonhadores passados, e negada, vilipendiada, pelos parasitas de qualquer sorte: reis, capitalistas, papas e marechais.

A ação de Francisco Ferrer, depois das naturais vacilações, foi, e não podia deixar de ser, educativa. Assumiu, por isso, uma feição inconfundível, que a extrema das ações dos demais propagandistas revolucionários. É que ela balisa os dois estádios dêsse movimento. A ação libertária se havia concentrado na luta contra o capital. Era demasiadamente econômica. De todo o problema cogitava tão somente da questão operária, embora os chefes da cruzada assinalassem a deficiência intelectual da massa e os inconvenientes dela. Pensavam, porém, que, livre o trabalhador da tirania do capital, poderia então cuidar da sua cultura e melhorar o cérebro. Ferrer, então republicano,

assim parece haver suposto, e a sua atitude era evidentemente a falsa dos socialistas.

As refregas lhe ensinaram, felizmente, melhor rumo. Compreendeu a ineficácia das leis e do govêrno nas reformas sociais, a mistificação das suas promessas, o lôgro perpétuo em que ministros e parlamentares vão mantendo o povo eleitor e submisso. Atinou com a mola principal, mercê da qual os homens de cima exploram descansadamente o labor dos homens de baixo. Essa mola é a ignorância. A escravização dos braços só se faz pela escravização da inteligência. A escravização da inteligência se efetua pela educação do Estado e da Igreja. Essa educação consiste no infiltramento de preconceitos e regras, tendentes tôdas a firmar no ânimo das turbas a obediência passiva aos mandões. Exige a Igreja o respeito aos dogmas; exige o Estado o respeito às leis. Dogmas e leis revertem a favor dos seus promulgadores e mantenedores, em prejuízo dos dirigidos: trabalhadores e crentes.

Como resolver o grande problema? Destruindo os preconceitos, aclarando a inteligência da multidão obscurecida, apontando-lhe os erros, os desatinos, as imoralidades das doutrinas que lhes dão, substituindo-as pela verdade científica assentada exclusivamente na razão observadora. A missão da Escola Moderna é esta: despertar o cérebro do povo; elevar, como disse Ferrer, o nível da mentalidade humana, pela disseminação dos conhecimentos bons, banindo de vez o atabafante aluvião de lendas, cultos, superstições, milagres, com que se aterrorizam hoje as consciências para dominá-las.

Ferrer assassinado é a Escola Moderna vitoriosa. O clamor ouvido em todo o mundo contra os sicários espanhóis, aquela onda de ódio cujo embate balançou o trono malsinado, êsse vozear de protesto, êsse alarido de meia humanidade indignada, representa o homem futuro, o Hércules que nasce, reteza os músculos e investe afoitamente contra a Hidra-Autoridade.

Nós contemplamos serenamente do nosso pôsto de combate, do cantinho onde metralhamos também as fôrças da rotina, o desenrolar do Grande Drama. Na sucessão interessantíssima dos quadros, êsse da morte de Ferrer nos elucida o entreccho com uma energia sugestiva tão violenta, que logo percebemos

a conclusão da peça: a apoteose deslumbrante do Racionalismo libertário.

(“A. D.”, novembro de 1958)

79

NA PRISÃO

As grandes provações tornam as causas grandes!
Nada sofro. Meu sonho há de ser sempre o que é:
Do alto do Sinai fito areias e landes,
E prossigo a buscar Canaã, como Josué.

Tenho orgulho, alma sã, das espadas que brandes!
Vieram tôdas de heróis que morreram de pé;
E hoje, em prol do teu povo, entre o Atlântico e os Andes,
Melhor refulgirão, núcias da tua fé.

Bendita esta prisão, que me anima em meu surto,
Faz desta Via Sacra o caminho mais curto
E enfeita a minha cruz ao toque dos clarins!

Bendita a provação que me ergue aos superiores,
Justifica o meu ato, unge os meus dissabores,
E afirma, em tôda a Terra, a glória dos meus fins!

(“Sonetos”, 2.^a série, 1919)

Pela santa Anarquia — ideal humano —,
Mais uma vez, o cárcere transpus...
E aqui, neste cubículo tirano,
Aos maus dou meu perdão, como Jesus.

Sei que, através de muito desengano,
Temos de ensangüentar a nossa cruz
E transformá-la sós, ano após ano,
De lenho infame em tocha que conduz.

Na Espanha, heróico, o lábaro anarquista
Vejo, em cada trincheira, trapejar...
Aponta ao mundo o rumo da conquista!

De olhos nêle, prosterno-me a rezar...
E aos poucos, vai surgindo, à minha vista,
A ronda dos seus mortos a cantar!

(“Fonte Perene”, 1955)

80

PARA A ANARQUIA ³⁰

*Para a Anarquia vai a humanidade,
Que da Anarquia a humanidade vem!
Vêde como êsse ideal de acôrdo invade
As classes tôdas pelo mundo além!*

*Que importa que a fação dos ricos brade,
Vendo que a antiga lei não se mantém?
Hão de ruir as muralhas da cidade,
Que não há fortalezas contra o bem.*

*Façam da ação dos subversores crime,
Persigam, matem, zombem... Tudo em vão!
A idéia, perseguida, é mais sublime.*

*Pois, nos rudes ataques à opressão,
A cada herói que morra ou desanime,
Dezenas de outros bravos surgirão!*

(30) Êste soneto, com que encerramos o presente volume, foi escrito no cárcere, em 1918, em tempos de Eitácio Pessoa, incluído no livro “Sonetos” (2.^a série, 1919) e reproduzido no n.º 119 do jornal “Ação Direta” (julho de 1957), consagrado ao falecimento do seu diretor. (R. N.).

ÍNDICE

	PÁG.
“José Oiticica, anarquista exemplar e figura ímpar na História do Brasil” — Introdução de ROBERTO DAS NEVES	7
Traços biográficos de José Oiticica	8
Vegetariano	9
Renuncia ao Direito e à Medicina e torna-se professor	10
Uma batalha memorável	11
Na Alemanha	12
“Professor emérito”	13
Poeta	14
Os “Aglossoi” desconheceram-no	16
Musicista	18
Contista	19
Dramaturgo	19
Lingüista, fonetista e filólogo	19
O Dicionário da Língua Portuguêsa	20
Polemista	21
Um sábio	23
Uma família de artistas	24
O anarquista	24
João Vermelho, poeta satírico	26
A Liga Anticlerical	28
Destêrro fecundo	30
O jornal clandestino “5 de Julho”	30
O jornal “Ação Direta”	30
José Oiticica, espiritualista	32
Centro de Estudos Prof. José Oiticica	33
Oiticica opõe-se aos bolchevistas, que pretendiam atrair o Brasil à órbita de Moscou, e é alvo de atentado	34
Um homem reto e bom	35

	PÁG.
1. Iniciativa particular	41
2. Crônica policial	43
3. Contra a guerra	45
4. Carta aberta ao Sr. Dr. Rui Barbosa	46
5. Em defesa da Federação Operária (Carta aberta ao Chefe de Polícia Dr. Aurelino Leal)	52
6. Em marcha	57
7. O sufrágio universal	61
8. O pior cego... (A propósito de um artigo de Maurício de Medeiros)	65
9. Quem o diz (Comentário a um artigo do Dr. Augusto de Lima Júnior)	69
10. O remédio (Resposta ao Senador Irineu Marinho) ...	73
11. Mais uma burla (Resposta a Evaristo de Moraes)	78
12. Carta a Jackson de Figueiredo	82
13. Voz clamante (artigo de solidariedade a Maria Lacerda de Moura)	87
14. A lição de Krishnamúrti	90
15. Socialismo e anarquismo	92
16. Contra o sectarismo	96
17. A lei	98
18. O espírito da ação direta	99
19. Hipocrisia	102
20. Ação direta	105
21. Atuação anarquista nos sindicatos	107
22. O grande obstáculo	112
23. Obediência!!!	115
24. Um padre anarquista!	116
25. Plagiam deformando	117
26. Participação nos lucros	120
27. Um exemplo japonês	124
28. O socialismo da Igreja	125
29. Um "Index" comunista	132
30. Contra as eleições	133
31. Florentino de Carvalho	135
32. O fechamento do Partido Comunista	140
33. Brasas na cabeça	145
34. A lei de segurança	148
35. Desavindos (Brasil e Rússia)	151

	PÁG.
36. De que se queixam? (Resposta a Osório Borba)	154
37. Uma resposta (a um simpatizante do anarquismo) ...	158
38. Eleições	163
39. Nietzsche e os bolchevistas	166
40. Porque vais votar?	169
41. Getúlio e as leis trabalhistas	171
42. Que estão fazendo com teu dinheiro, trabalhador?	173
43. Tubarões	175
44. Com a juventude judaica	179
45. Respostas a B. C.	182
46. Ainda os tubarões	186
47. Presunção e água-benta	189
48. A verdade sôbre o êxodo nordestino	192
49. O parlamentarismo salvará o Brasil?	194
50. Resposta a uma objeção	196
51. Contra o bingo? (Resposta a R. de Magalhães Júnior)	198
52. Capitalismo e álcool	200
53. O caso do algodão	201
54. As ladroeiras do Fundo Sindical	203
55. A Igreja e a questão agrária	205
56. O Integralismo ronca	207
57. Unidade ou pluralidade sindical?	209
58. Ainda a pluralidade sindical	212
59. A unidade sindical na Câmara	215
60. Não há trôco!	218
61. Salário mínimo, ilusão pura!	221
62. O terceiro inimigo na guerra contra Franco	223
63. Uma experiência anárquica na cidade de Cruzeiro	229
64. A tragédia e a carta (sôbre o suicídio de Getúlio Vargas)	231
65. Resposta a uma carta (de um simpatizante do anarquismo)	234
66. A ação direta na Índia	240
67. De novo, as eleições	242
68. A Previdência Social, antro de ladrões	244
69. Princípios e fins do anarquismo	247
70. Sacco e Vanzetti	250
71. Bem feito! (Comentários a um artigo de Otávio Brandão, ex-anarquista)	254

	PÁG.
72. Anarquistas e bolchevistas	257
73. Brandão e Gildo!!! (melodrama de dois ex-anarquistas)	260
74. O artigo de Astrogildo (continuação de um melodrama)	264
75. Previsões práticas de uma organização social anarquista	267
76. A penúltima do Astrogildo	270
77. O programa da prostituição	272
78. Francisco Ferrer	275
79. Na prisão	278
80. Para a Anarquia	279

OUTRAS EDIÇÕES

- SERMÕES DA MONTANHA (*A Igreja e o Povo*), Tomás da Fonseca.
 ASSIM CANTAVA UM CIDADÃO DO MUNDO (*Poemas que levaram o autor treze vezes às masmorras da Inquisição do Salazar*), Roberto das Neves.
 PÁGINAS CÍNICAS ("O livro mais cínico do mundo, depois da Bíblia — Impróprio para mulheres, meninos e mineiros"), Rafael López del Palacio.
 O DIÁRIO DO DR. SATĀ (*Comentários subversivos às escorrências cotidianas da Sifilização Cristã*), Roberto das Neves.
 FÁTIMA (*História de um grande embuste — Cartas ao Cardeal Cerejeira*), Tomás da Fonseca.
 NA INQUISIÇÃO DO SALAZAR, Luis Portela e Edgar Rodrigues.
 PROVAS DA INEXISTÊNCIA DE DEUS, Sebastien Faure, Roberto das Neves e Tomás da Fonseca.
 PORTUGAL OPRIMIDO (*Subsídios para a história do fascismo português*), Fernando Queiroga.
 O FASCISMO IBÉRICO, F. de Oliveira Pio.
 COOPERATIVA SEM LUCROS (*Uma realização anarquista dentro da sociedade estatal-capitalista*), P. Ferreira da Silva.
 A FOME EM PORTUGAL (ou *Salazar, êsse impostor*), Roberto das Neves e Edgar Rodrigues.
 NOVA ÉTICA SEXUAL, E. Armand.
 CURSO DE LITERATURA, José Oiticica.
 SALAZAR VAI MORRER, João Rodrigues.
 A HEDIONDEZ COLONIALISTA DE PORTUGAL, Thomás Ribeiro Colaço.
 COLONIALISMO, ANTICOLONIALISMO, AUTODETERMINAÇÃO, Henrique Galvão.
 O QUINTO EVANGELHO (ou *Cristo, o maior dos anarquistas*), Han Ryner.
 TUFÃO SOBRE PORTUGAL, Humberto Delgado.
 O NOVO ISRAEL, Agustin Souchy.
 JESUS DE NAZARÉ E A CRÍTICA HISTÓRICA (*teses da inexistência do Cristo*), Oscar Algarve.
 O ANARQUISMO E A CIÊNCIA MODERNA, P. Kropótkine.
 ERROS E CONTRADIÇÕES DO MARXISMO, P. Tcherkesof.
 O ANARQUISMO — ROTEIRO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL, Edgard Leuenroth.
 MANUAL FILOSÓFICO DO INDIVIDUALISTA, Han Ryner.
 O ANARQUISMO (DA DOUTRINA À AÇÃO), Daniel Guérin.
 A TERAPÊUTICA DE WAERLAND (*Cura rápida e radical de tôdas as doenças, sem drogas, sem operações e sem médico*), Ebba Waerland.
 MACROBIÓTICA-ZEN (*Arte da longevidade e do rejuvenescimento*), Georges Ohsawa.
 CONTOS POPULARES DA ROMÊNIA, Ion Creanga.
 AÇÃO DIRETA (*meio século de pregação libertária*), José Oiticica.
 O CÂNCER, DOENÇA DA CIVILIZAÇÃO — PREVENÇÃO E CURA PELOS MÉTODOS NATURAIS, Prof. Dr. Floriano de Lemos.

ATENDE-SE PELO REEMBÓLSO

EDITORA GERMINAL

Av. 13 de Maio, 23, s. 922 — Tel. 252-1001

Em correspondência, usar de preferência:

C.P. 15.142 — Agência Postal da Lapa
 RIO DE JANEIRO, GB, BRASIL

Composto e impresso nos Estabelecimentos Gráficos Borsoi, S.A., Ind. e Com., rua Francisco Manuel, 55, para a Editôra GERMINAL, em janeiro de 1970. Foi composto por Sérgio Borsoi, paginado por Wilmar Siqueira Alves, impresso por José Alves e encadernado por Osmani Dutton.

